



Bruno Antonio Bimbi

**As regularidades do sistema e as do jogo:
convergências e divergências entre Chomsky
e Wittgenstein**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras/Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Helena Franco Martins

Coorientadora: Profa. Cilene Aparecida Nunes Rodrigues

Rio de Janeiro
Março de 2016



Bruno Antonio Bimbi

**As regularidades do sistema e as do jogo: convergências e
divergências entre Chomsky e Wittgenstein**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Helena Franco Martins

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Cilene Aparecida Nunes Rodrigues

Co-orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Erica dos Santos Rodrigues

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Ana Paula Grillo El-Jaick

UFJF

Profa. Branca Falabella Fabricio

UFRJ

Profa. Elisângela Nogueira Teixeira

UFC

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Bruno Antonio Bimbi

É jornalista e professor de português. Graduiu-se em Português no Instituto Superior “Fundación Centro de Estudos Brasileiros” (Buenos Aires, Argentina) em 2008, fez Mestrado em Letras na PUC-Rio (2009-2011) e Doutorado em Estudos da Linguagem pela mesma instituição (2012-2016). Atuou como colunista e redator dos jornais *Página/12* e *Crítica de la Argentina* e correspondente no Rio de Janeiro do canal de notícias *Todo Noticias - TN*, e publicou artigos nos jornais *Tiempo Argentino* e *O Globo* e nas revistas *Imperio G*, *Veintitrés*, *Noticias*, *Newsweek Argentina* e *Lonely Planet Argentina*. É autor do livro “Matrimonio igualitario” (Planeta, 2010), também publicado no Brasil sob o título: “Casamento igualitário” (Garamond, 2013).

Ficha Catalográfica

Bimbi, Bruno Antonio

As regularidades do sistema e as do jogo: convergências e divergências entre Chomsky e Wittgenstein / Bruno Antonio Bimbi; orientadora: Helena Franco Martins; co-orientadora: Cilene Rodrigues. — Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de Letras, 2016.

187 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Letras – teses. 2. Wittgenstein, Ludwig. 3. Chomsky, Noam. 4. Anti-representacionismo. 5. Mentalismo. 6. Forma de vida. 7. Linguagem privada. 8. Compreensão. I. Martins, Helena Franco. II. Rodrigues, Cilene. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. IV. Título.

CDD: 400

Agradecimentos

À minha orientadora (pela segunda vez), Helena Franco Martins, e à minha co-orientadora, Cilene Rodrigues, pela paciência, a confiança, a amizade e os bons conselhos. Aprendi muito de e com vocês!

À minha família — em particular à minha mãe, que me fez companhia e aguentou meus silêncios e muitos momentos de falta de atenção em suas últimas férias no Rio de Janeiro, que coincidiram com as semanas em que eu estava terminando de escrever esta tese — e aos meus amigos e companheiros.

À minha primeira professora de espanhol do ensino médio, Graciela Marcos, que incentivou minha curiosidade e meu interesse pela linguagem e a literatura e me fez descobrir o gosto pela escrita.

Aos meus professores da graduação que me encorajaram a fazer o mestrado e o doutorado no Brasil e me deram bons conselhos — em especial, a Mariana Podetti, Rosanne Nascimento de Souza, Nicolás Arata e Mario Gallicchio —; aos linguistas Mário Perini e Marcos Bagno, pelo mesmo motivo, e à professora Rosa Marina de Brito Meyer, da PUC-Rio, por sua generosidade e gentileza.

Ao doutor Pedro Karczmarczyk, que me enviou desde Buenos Aires seu livro *El argumento del lenguaje privado a contrapelo*, esgotado nas livrarias, e a Gustavo Bretón, que me enviou desde Entre Ríos um exemplar de *El conocimiento del lenguaje*, de Chomsky, também esgotado em suas edições em espanhol e em português. À Chiquinha, que sempre nos ajuda a resolver tudo.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Resumo

Bimbi, Bruno Antonio; Martins, Helena Franco; Rodrigues, Cilene. **As regularidades do sistema e as do jogo: convergências e divergências entre Chomsky e Wittgenstein.** Rio de Janeiro, 2016, 187p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a comensurabilidade entre as perspectivas chomskyana e wittgensteiniana da linguagem em geral e, em particular, no que diz respeito à questão do sentido. O objetivo da pesquisa foi examinar, nos textos do Wittgenstein maduro, nos desenvolvimentos mais recentes de Chomsky — levando em consideração as sucessivas mudanças na teoria gerativa — e nas obras de outros autores que se alinham com as ideias de um e outro ou se dedicam a estudá-los, convergências e divergências relevantes entre eles. A pesquisa adotou uma perspectiva pragmática e antiessencialista da linguagem, mais especificamente a versão dessa perspectiva oferecida pela filosofia mais madura de Wittgenstein, sobretudo nas suas *Investigações filosóficas*. Sem renunciar a essa perspectiva, foram analisadas as teorias sobre a linguagem humana defendidas por Noam Chomsky, geralmente tidas como opostas às do filósofo vienense, partindo da hipótese de que fosse possível encontrar, no “diálogo” entre elas, possíveis complementações para uma melhor compreensão do funcionamento da linguagem humana. As teses que resultam do trabalho são as seguintes: (1) Que os pontos de vista de Chomsky e Wittgenstein sobre a linguagem não são inteiramente irreconciliáveis e podem existir convergências, divergências e possíveis complementações que valem a pena serem exploradas, (2) Que as versões contemporâneas das teorias de Chomsky estão mais abertas à aproximação com Wittgenstein do que versões passadas, (3) Que algumas contradições entre as análises de Wittgenstein e Chomsky podem ser atribuídas à diferença entre o ponto de vista e os métodos de um filósofo e os de um cientista da linguagem, ou a confusões conceituais provocadas pelas “armadilhas” da própria linguagem — termos usados por eles próprios ou por seus mais destacados comentadores de formas que parecem altamente contraditórias, podendo nos levar à conclusão de que existe uma incompatibilidade insuperável entre seus pontos de vista, (4) Que, ao menos parcialmente, algumas dessas

contradições podem ser atribuídas ao choque entre a tese chomskyana da autonomia da sintaxe e a preocupação quase exclusiva de Wittgenstein pelo sentido. Entre outros aspectos relevantes das ideias de ambos os pensadores, analisamos o uso que eles fazem de termos como “representação”, “mente”, “descrição” e “explicação”; de questões fundamentais para ambos, como suas ideias sobre o que seja “aprender uma língua” e “seguir uma regra”, e de algumas noções distintivas do pensamento de cada um, como a noção wittgensteiniana de “forma de vida” e a hipótese “inatista” de Chomsky. Por último, analisamos de forma mais aprofundada duas controvérsias explícitas entre Chomsky e Wittgenstein, a partir de dois textos do primeiro que fazem detalhadas críticas a aspectos importantes da filosofia do segundo: o argumento da linguagem privada e a crítica à ideia de que existem processos cerebrais correlacionados com o pensamento.

Palavras-chave

Wittgenstein, Ludwig; Chomsky, Noam; anti-representacionismo; mentalismo; forma de vida; linguagem privada; compreensão.

Abstract

Bimbi, Bruno Antonio; Martins, Helena Franco (advisor); Rodrigues, Cilene (co-advisor). **The regularities of the system and the game: convergences and divergences between Chomsky and Wittgenstein.** Rio de Janeiro, 2016, 187p. PhD dissertation – Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work reflects on the commensurability between the Chomskyan and the Wittgenstenian perspectives of language in general, and in particular it deals with issues on meaning. The goal of the research was to examine, in the mature texts of Wittgenstein, in the most recent developments of Chomsky — taking into consideration the successive changes in generative theory — and in the works of other authors that align themselves with the ideas of one or the other or devote themselves to study them, convergences and divergences relevant to them. The research adopted a pragmatic and anti-essentialist approach to language, more specifically the version of this approach offered by Wittgenstein's more mature philosophy, mostly in his *Philosophical Investigations*. Without renouncing this approach, the theories of human language supported by Noam Chomsky were analyzed, which are generally considered as opposed to those of the Viennese philosopher, starting from the hypothesis that it is possible to find, in the “dialog” between them, possible complementarities for a better understanding of how human language works. The present work are guided by following thesis: (1) Chomsky's and Wittgenstein's points of view about language are not completely irreconcilable and there can be convergences, divergences and possible complementarities that are worth exploring; (2) the contemporary versions of Chomsky's theories can be more open to a rapprochement with Wittgenstein than past versions; (3) some contradictions between the analysis of Chomsky and Wittgenstein can be attributed to the difference between the points of view and methods of a philosopher and those language of a scientist, or to conceptual confusions originated in the “tricks” of language itself – terms used by them or by their more outstanding commentators in ways that seem highly contradictory, leading us to the conclusion that there is an insurmountable incompatibility between their points of view; (4) at least partially, some of those contradictions can be attributed to the conflict between the Chomskyan hypothesis about the

Autonomy of Syntax and the almost exclusive preoccupation of Wittgenstein for the meaning. Among other relevant aspects of the ideas of both authors, we will analyze how they use terms like “representation”, “mind”, “description” and “explanation”; fundamental questions for both, like their ideas about what it is to “learn a language” and “follow a rule”, and about distinctive notions of their thought, like the Wittgenstenian notion of “form of life” and the Chomskyan “innate” hypothesis. Finally, we analyze in deep two explicit disputes between Chomsky and Wittgenstein, taking as a starting point two texts of the former that formulate detailed criticism to important aspects of the latter’s philosophy: the argument of private language and the criticism of the idea that there are brain processes correlated to thought.

Keywords

Wittgenstein, Ludwig; Chomsky, Noam; anti-representationalism; mentalism; form of life; private language; understanding.

Resumen

Bimbi, Bruno Antonio; Martins, Helena Franco (orientadora); Rodrigues, Cilene (co-orientadora). **Las regularidades del sistema y las del juego: convergencias y divergencias entre Chomsky y Wittgenstein.** Rio de Janeiro, 2016, 187p. Tesis de Doctorado – Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabajo presenta una reflexión sobre la conmensurabilidad entre las perspectivas chomskiana y wittgensteiniana del lenguaje en general y, en particular, en lo que se refiere a la cuestión del sentido. El objetivo de la investigación fue examinar, en los textos del Wittgenstein maduro, en los desarrollos más recientes de Chomsky —teniendo en cuenta los sucesivos cambios en la teoría generativa— y en las obras de otros autores que se alinean con las ideas de uno y otro o se dedican a estudiarlos, convergencias y divergencias relevantes entre ellos. La investigación adoptó una perspectiva pragmática y antiesencialista del lenguaje, más específicamente la versión de esta perspectiva ofrecida por la filosofía más madura de Wittgenstein, sobre todo en sus *Investigaciones filosóficas*. Sin renunciar a esa perspectiva, fueron analizadas las teorías sobre el lenguaje humano defendidas por Noam Chomsky, generalmente consideradas como opuestas a las del filósofo vienés, partiendo de la hipótesis de que fuese posible encontrar, en el “diálogo” entre ellas, posibles complementaciones para una mejor comprensión del funcionamiento del lenguaje humano. Las tesis que resultan de este trabajo son las siguientes: (1) Que los puntos de vista de Chomsky y Wittgenstein sobre el lenguaje no son completamente irreconciliables y pueden existir convergencias, divergencias y posibles complementaciones que vale la pena explorar, (2) Que las versiones contemporáneas de las teorías de Chomsky están más abiertas a la aproximación con Wittgenstein que las versiones pasadas, (3) Que algunas contradicciones entre los análisis de Wittgenstein y Chomsky pueden ser atribuidos a la diferencia entre el punto de vista y los métodos de un filósofo y los de un científico del lenguaje, o a confusiones conceptuales provocadas por las “armadillas” del propio lenguaje — términos utilizados por ellos mismos o por sus más destacados comentaristas de maneras que parecen altamente contradictorias, pudiendo llevarnos a la conclusión de que existe una incompatibilidad insuperable entre sus puntos de

vista, (4) Que, al menos parcialmente, algunas de esas contradicciones pueden ser atribuidas al choque entre la tesis chomskyana de la autonomía de la sintaxis y la preocupación casi exclusiva de Wittgenstein por el sentido. Entre otros aspectos relevantes de las ideas de ambos pensadores, analizamos el uso que realizan de términos como “representación”, “mente”, “descripción” y “explicación”; de cuestiones fundamentales para ambos, como sus ideas sobre lo que sea “aprender una lengua” y “seguir una regla”, y de algunas nociones distintivas del pensamiento de cada uno, como la noción wittgensteiniana de “forma de vida” y la hipótesis “innatista” de Chomsky. Por último, analizamos más profundamente dos controversias explícitas entre Chomsky y Wittgenstein, a partir de dos textos del primero que hacen detalladas críticas a aspectos importantes de la filosofía del segundo: el argumento del lenguaje privado y la crítica a la idea de que existan procesos cerebrales correlacionados con el pensamiento.

Palabras clave

Wittgenstein, Ludwig; Chomsky, Noam; anti-representacionismo; mentalismo; forma de vida; lenguaje privado, comprensión.

Sumário

1	Contra o “enfeitiçamento”	15
2	Objetos de comparação	39
I.	Aprender uma língua	39
II.	Forma(s) de vida	67
III.	As regras do jogo	80
3	Dois contrapontos explícitos	116
I.	A linguagem privada	117
II.	A linguagem e a mente	157
4	Considerações finais	178
5	Referências bibliográficas	180

Sistema de referências e fontes primárias

Salvo indicação em contrário, todas as referências remetem às edições abaixo listadas. Refiro-me às obras de Wittgenstein e Chomsky pelo sistema de letras maiúsculas, abreviando os títulos das edições em inglês, para facilitar a identificação. Contudo, os números de página correspondem às edições consultadas. Nos casos das *Investigações filosóficas*, o *Livro azul* e o *Livro castanho*, foram usadas também outras traduções, que constam nas referências bibliográficas, para esclarecer dúvidas sobre algumas passagens. Porém, salvo indicação em contrário, as citações correspondem às edições aqui listadas. Por último, salvo indicação em contrário, todas as citações em português de obras de qualquer autor consultadas em espanhol ou em inglês são traduções próprias e, para qualquer citação, os grifos são do autor.

OBRAS DE WITTGENSTEIN

- BIB** **The Blue Book.** *O livro azul.* Lisboa: Edições 70, 1992.
- BrB** **The Brown Book.** *O livro castanho.* Lisboa: Edições 70, 1992.
- BT** **The Big Typescript [TS 213].** *Escrito a máquina.* Madrid: Trotta, 2014.
- CV** **Culture and Value.** *Aforismos: cultura e valor.* Madrid: Espasa Calpe, 1996.
- PI** **Philosophical Investigations.** *Investigações filosóficas.* Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- OC** **On Certainty.** *Da Certeza.* Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- RPP (I/II)** **Remarks on the Philosophy of Psychology — Volume I and II.** *Observações sobre a filosofia da psicologia, vol. I e II.*

Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2008

Z **Zettel. *Fichas (Zettel)***. Lisboa: Edições 70, 2012.

OBRAS DE CHOMSKY

- AL** **The Architecture of Language (2000)**. *A arquitetura da linguagem*. Bauru, SP: Edusc, 2008.
- ATS** **Aspects of the Theory of Syntax (1965)**. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: A. Amado, 1975.
- CL** **Cartesian Linguistics (1966)**. *Lingüística cartesiana*. Madrid: Editorial Gredos, 1972.
- GB** **Lectures on Government and Binding. The Pisa Lectures**. 7^a edition. Berlin – New York: Mouton de Gruyter, 1993.
- KL** **Knowledge of Language (1985)**. *El conocimiento del lenguaje. Su naturaleza, origen y uso*. 4. ed. México: Siglo Veintiuno, 1978.
- LPK** **Language and Problems of Knowledge: The Managua Lectures (1988)**. *El lenguaje y los problemas del conocimiento Conferencias de Managua I*. Madrid: A. Machado Libros, 2002.
- ML** **On Minds and Language (2006)**. *Linguagem e mente*. 3^a edição. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- MP** **The Minimalist Program (1995)**. *O programa minimalista*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- NH** **New Horizons in the Study of Language and Mind (2000)**. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- NL** **On Nature and Language (2002)**. *Sobre natureza e linguagem*. Martins Fontes – WMF, 2006.
- RL** **Reflections on Language (1977)**. *Reflexões sobre a linguagem*. São Paulo, JSN, 2007
- RR** **Rules and Representations (1980)**. *Regras e representações. A inteligência humana e seu produto*. Rio de Janeiro: Zahar

Editores, 1981.

- SL** **The Science of Language. Interviews with James McGilvray (2012).** *A ciência da linguagem.* São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- SS** **Syntactic Structures (1957).** *Estructuras sintácticas.* 4. ed. México: Siglo Veintiuno, 1978.¹

¹ As citações de SS são indicadas pelo número de seção, com exceção das que pertencem à introdução à edição espanhola, que são indicadas pelo número de página.

1 Contra o “enfeitiçamento”

Em filosofia, estamos constantemente sendo enganados por semelhanças gramaticais que mascaram profundas diferenças lógicas. Deste modo, formulamos questões que são inteligíveis quando feitas a respeito de certas categorias de coisas, mas que não fazem qualquer sentido, ou fazem um sentido muito diferente, quando feitas a respeito de coisas pertencentes a uma outra categoria. Frequentemente, as questões filosóficas não são tanto questões em busca de uma resposta, mas questões em busca de um sentido. “A filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento pela nossa linguagem” (PI §109).

Hacker, P. M. S. (1997:12)

Parte do motivo para isso — não saber o que significa dizer que eles [os conceitos] sejam inatos — é que não fazemos muita ideia do que eles realmente sejam.

Chomsky, N. (SL, 79)

O homem que se encontra filosoficamente perplexo descobre uma lei na maneira como utilizamos uma palavra, e, ao tentar aplicar esta lei de modo consistente, confronta-se com casos em que ela o conduz a resultados paradoxais.

Wittgenstein, L. (BIB, 60)

Uma das primeiras dificuldades que se apresentam ao tentarmos estudar comparativamente as ideias de dois pensadores que, como Chomsky e Wittgenstein, se debruçaram sobre a linguagem humana em épocas distantes, com estilos retóricos quase antagônicos e a partir de pontos de vista tão diferentes — o da filosofia, com foco no uso da linguagem, na sua relação com as atividades humanas e nas questões do sentido e da verdade; e o das ciências naturais, com

foco na sintaxe² e nas condições biológicas inatas que possibilitam a aquisição — é o risco de cair nas armadilhas que a própria linguagem nos coloca no caminho. Termos usados por eles próprios ou por seus mais destacados comentadores de maneiras que parecem altamente contraditórias podem nos levar à conclusão de que existe uma incompatibilidade insuperável entre os pontos de vista de um e outro³.

Afinal, Wittgenstein rejeita a ideia da linguagem como “sistema de representação” e Chomsky explica a estrutura da mesma, em algumas versões da teoria gerativa (ATS, GB, KL), recorrendo ao estudo de diferentes “níveis de representação” (mas será que é a mesma coisa?); Wittgenstein diz que devemos rejeitar toda forma de explicação sobre a linguagem e nos limitarmos a apenas descrever seu uso e Chomsky, como veremos, diz que a adequação descritiva de uma teoria linguística não é suficiente e que, para entendermos como uma língua é adquirida, precisamos de uma teoria que tenha adequação explicativa. Wittgenstein diz que a linguagem é uso, hábito, uma prática social que se aprende mediante o treinamento, e Chomsky se rebela contra o behaviorismo, que associa a essas ideias (ATS, 134-5; CL, 133) — mas será que são as mesmas?⁴ —, e defende uma concepção inatista e naturalista sobre a faculdade da linguagem. Wittgenstein questiona a ideia de que existem significados ocultos, não expressos na superfície do enunciado (“queres dizer o que dizes”; BT #102, p. 131) e Chomsky defendeu, durante muito tempo, uma distinção entre estrutura superficial e estrutura profunda (ATS, GB, KL) para a análise linguística, embora já tenha abandonado essa ideia (MP), e embora a distinção tivesse, também, ênfase na sintaxe e não no significado. Wittgenstein rejeita a possibilidade da linguagem *privada* e Chomsky defende uma teoria *internalista* — mas já

² Usamos o termo “sintaxe” aqui não como um “componente da gramática”, mas no sentido chomskyano de sistema computacional concatenador de objetos linguísticos, estruturado a partir de um conjunto de regras. Cada vez que fizermos alusão, no texto, ao interesse de Chomsky pela sintaxe, ou à noção de “autonomia da sintaxe”, deve ficar claro que o sentido dado a essas expressões é o que Chomsky dá a elas em suas obras.

³ Os exemplos que enunciamos no parágrafo seguinte serão explicados depois e têm por objetivo ilustrar algumas confusões conceituais recorrentes na comparação entre os pensamentos destes dois autores.

⁴ O próprio Wittgenstein, recorrendo ao seu interlocutor interno, reage antecipadamente a esse questionamento com ironia: “Você não é um behaviorista disfarçado?”, pergunta a si mesmo em PI §307. Para uma discussão sobre Wittgenstein e o behaviorismo, ver p. ex. Glock (1997:87-90), Tourinho (1994).

veremos, sobretudo no capítulo 3, que eles podem estar se referindo a coisas bem diferentes de formas não necessariamente contraditórias.

Será que a perspectiva wittgensteiniana é incompatível com a ideia de uma “gramática universal” inata que a teoria gerativa postula? Mas que tipo de gramática, que tipo de universalismo e que tipo de inatismo seriam esses? Será que a concepção da linguagem como *forma de vida* — no sentido biológico apontado por Cavell (1997:44-54) — poderia convidar a uma aproximação com o inatismo de Chomsky? Será que a ideia chomskyana da gramática como um mecanismo gerador de sentenças reproduz o modelo da linguagem como cálculo, rejeitado por Wittgenstein? Ou será que essa contradição se reduz quando distinguimos os aspectos sintáticos, fonológicos, semânticos e pragmáticos da análise linguística, que ocuparam com distinta ênfase e diferentes pressupostos a vida de um e outro, ou quando aprofundamos nas noções de causação e regra que eles usam?

A partir dessas e de outras perguntas, procuraremos no presente trabalho analisar as perspectivas de linguagem de Chomsky e Wittgenstein como *objetos de comparação*, no sentido wittgensteiniano (PI §§130-1), apontando para algumas de suas semelhanças e dessemelhanças e tentando desatar alguns nós que têm sido vistos como obstáculos para possíveis complementações entre elas. Contudo, antes de responder aos interrogantes propostos e a outros que iremos apresentando, precisaremos desarmar algumas armadilhas conceituais que reforçam esses nós, dificultando o diálogo que nos propomos a realizar, já que, como diz Hacker (1997:12) num livro sobre a natureza humana inspirado no pensamento de Wittgenstein, “os problemas filosóficos surgem, antes de mais nada, de particularidades desencaminhadoras da linguagem, pois nossa linguagem apresenta conceitos muito diferentes sob uma aparência semelhante”. Por isso, para começar, falaremos sobre dois conceitos importantes que parecem ser divisores de águas: as noções de *representação* e *explicação*.

* * *

Em *Estruturas sintáticas* (1957).⁵, Chomsky diz que a descrição linguística deve reconhecer “níveis de representação”⁶, quer dizer, deve tratar em componentes diferentes as possíveis combinações de fonemas e morfemas ou palavras (SS, 3.1). Em *Regras e representações* (1980), ele afirma que conhecer uma língua é “ter determinada estrutura mental que consiste em um sistema de regras e princípios que geram e relacionam representações de diversos tipos” (RR, 44). E em *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente* (2000), ele se refere ao sistema de aquisição da linguagem como um estado inicial, no sentido de inato, que toma a experiência como *input* e fornece a linguagem como *output* “representado na mente/cérebro” (NH, 31). O conceito de representação está presente em toda a obra de Chomsky e pode dar lugar à interpretação de uma incompatibilidade com a filosofia wittgensteiniana. Entretanto, será que poderíamos dizer que a língua é, para Chomsky, um sistema de representação *no sentido filosófico* que essa expressão carrega?

Se sim, estaremos diante de uma incompatibilidade radical. Wittgenstein é considerado um dos principais expoentes do pensamento não-representacionista da linguagem (cf. Baker & Hacker 1984a: Introd.), quer dizer, aquele que se opõe à concepção da linguagem como um sistema de representação cuja função seja falar objetivamente sobre as coisas: “uma compreensão das palavras como sucedâneos de entidades objetivas – essências, reais ou mentais, transcendentem em relação às experiências concretas e variáveis dos homens” (Martins, 2009:469). Ele atribui a confiança equivocada nessa concepção a uma “dieta unilateral” — uma das armadilhas da linguagem — que nos convida a olhar para ela sempre através do mesmo tipo de exemplo (PI §593), “nomes como ‘mesa’, ‘cadeira’, ‘pão’, e nomes de pessoas” (PI §1), ou seja, palavras como nomes de entidades, que favorecem uma visão da linguagem baseada no modelo objeto-designação ou forma-sentido, em que a nomeação aparece “como paradigma de toda significação” (Barbosa Filho, 1973:82-3). No *Livro Azul*, Wittgenstein

⁵ Sempre que for mencionado, pela primeira vez, o título de uma obra de Chomsky no texto, o ano da publicação aparecerá entre parênteses.

⁶ Em *Estruturas*, o termo “nível” provavelmente esteja sendo usado no sentido de “componente da gramática”, diferente do sentido de nível representacional que aparecerá em obras posteriores. Na versão mais atual da teoria chomskyana, o programa minimalista, como veremos no capítulo 2, os únicos níveis de representação (também chamados “níveis de interface”) que se mantêm são a forma lógica (LF), interface com os sistemas de pensamento, e a forma fonética (PF), interface com os sistemas de articulação e percepção (NH, 66ff, 222ff).

mostra, com outros exemplos, o quanto esse modelo é falho para compreender a complexidade da linguagem humana:

As questões “O que é o comprimento?”, “O que é o sentido?”, “O que é o número um?”, etc. causam-nos um constrangimento mental. Sentimos que para lhes dar respostas deveríamos apontar para algo e, contudo, sentimos que não podemos apontar para nada. (Enfrentamos uma das grandes fontes da desorientação filosófica: um substantivo faz-nos procurar uma coisa que lhe corresponda) (BIB, 25).

A oposição entre as perspectivas representacionistas e não-representacionistas da linguagem é milenar, mas ainda sobrevive em discussões contemporâneas da filosofia e da linguística. Em resumo, podemos atribuir a Platão e Aristóteles, dois pensadores que inauguram uma filosofia cujo legado se estende até os nossos dias, a gestação do embrião de uma maneira *representacionista* de entender a linguagem, preocupada com a estabilidade do sentido e com o valor de verdade das proposições declarativas. As concepções representacionistas se alinham com um pensamento filosófico sobre a verdade e, seja como parte do arcabouço teórico de correntes da linguística contemporânea, seja como parte de uma noção de senso comum sobre a linguagem, remetem a uma forma de entender a relação entre a linguagem e o mundo que pode ser rastreada até a filosofia grega.

A estabilidade do significado das expressões linguísticas foi uma preocupação presente desde os primeiros textos que fundaram essa tradição, escritos por Platão e Aristóteles nos séculos IV e V a. C. Para Platão, que defendeu uma relação objetiva entre as expressões linguísticas e as parcelas da realidade que representam (perspectiva *realista*), o conhecimento seria impossível “na hipótese de todas as coisas estarem se transformando e nada permanecer fixo” (Crátilo, 440a). Ele defendia que o *nome* significa por natureza e deve conter uma propriedade inerente à própria coisa porque, “de certo modo, ele imita as coisas e não temos escolha se quisermos utilizar o justo termo” (Auroux, 2008:16).

No diálogo *Crátilo*, vemos que Platão, pela voz de Sócrates, reconhece que uma mesma coisa pode receber diferentes nomes, mas todos seriam cópias do *nome em si*. Sócrates recorre à figura do legislador, que seria o encarregado de fazer os nomes, da mesma maneira que o ferreiro faz instrumentos de ferro, que podem ser feitos com ferro diferente, mas devem ter a mesma forma:

Sócrates: Então, ó excelente homem, não deve também o legislador saber como incorporar nos sons e nas sílabas o nome adequado, por natureza, a cada objeto? Não deverá ele produzir e fornecer todos seus nomes com o olhar fixo no nome *ele mesmo*, no nome *ideal*, se quiser ser um fornecedor competente de nomes? E se diferentes legisladores *não incorporam o nome adequado nas mesmas sílabas*, não devemos por isso esquecer esse nome *ideal*; de fato, diferentes ferreiros não incorporam a *Forma (Ideia)* no mesmo ferro, ainda que estejam produzindo o mesmo instrumento para a mesma finalidade, mas enquanto *reproduzirem* a mesma *Forma (Ideia)*, embora esteja presente num ferro diferente, ainda assim o instrumento estará correto, não importa se foi produzido aqui ou entre os bárbaros, não é? (Crátilo, 389d-390a)

No mesmo sentido, no *Fédon*, Platão distingue as coisas assim como as percebemos de sua natureza essencial, as coisas “em si”, “essências” que existem independentemente da nossa mente e das quais os objetos particulares que conhecemos não passam de ser simples cópias:

Esforçar-me-ei para explicar-te o caráter da causa da qual me ocupei em meu estudo, e retomarei aqueles temas que nos são familiares a título de meu ponto de partida, supondo a existência do *belo* em si mesmo, do *bom* em si mesmo, do *grande* em si mesmo e similares. Se me concederes isso e assentires que existem, acredito poder indicar-te a causa, por via de consequência, a demonstrar que a alma é imortal.

(...) Se alguém me diz que o que torna bela uma coisa é a sua linda cor, forma ou qualquer outra coisa desse gênero, limito-me a ignorá-lo porque tudo isso me confunde. Agarro-me de modo simples, rude e, talvez, cândido a isso, ou seja, que nada mais a faz bela exceto a presença ou comunhão, ou como queiras descrever essa associação com o *belo* indicado por nós, com o *belo* em si mesmo; não me deterei no preciso caráter dessa associação, restringindo-me a afirmar que todas as coisas belas são belas devido ao *belo* em si mesmo (Fédon, 100 b-e).⁷

⁷ Essa perspectiva vai ser impugnada, por exemplo, por Nietzsche (1973:47-48): “A ‘coisa em si’ (tal seria a verdade pura sem consequências) é, também para o formador da linguagem, inteiramente incaptável e nem sequer algo que vale a pena. (...) Todo conceito nasce por igualação do não igual. Assim como é certo que nunca uma folha é inteiramente igual a outra, é certo que o conceito de folha é formado pelo arbitrário abandono dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo, e desperta então a representação, como se na natureza além das folhas houvesse algo, que fosse ‘folha’, uma espécie de folha primordial segundo a qual todas as folhas fossem tecidas, desenhadas, recortadas, coloridas, frisadas, pintadas, mas por mãos inábeis, de tal modo que nenhum exemplar tivesse saído correto e fidedigno como cópia fiel da folha primordial. (...) O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esquece que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e que agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas”. A metáfora da folha é retomada por Wittgenstein, mesmo sem citar Nietzsche, em PI §73-4 (p. ex.: “Caso alguém me mostre folhas diferentes e diga «Isto chama-se ‘folha’», obtenho então um conceito de forma de folha, uma imagem dela no espírito. — Mas que aspecto tem a imagem de uma folha que não apresenta uma forma determinada, e sim ‘aquilo que é comum a todas as formas de folha’?”).

Por sua vez, Aristóteles apresenta uma teoria do significado que inaugura uma perspectiva representacionista diferente, que poderíamos considerar *mentalista*, já que ele associa as palavras não às essências platônicas, mas a alguma coisa que tem lugar na mente humana. Logo no início do seu tratado sobre a interpretação, ele diz:

Há os sons pronunciados que são símbolos das afecções na alma, e as coisas que se escrevem que são os símbolos dos sons pronunciados. E, para comparar, nem a escrita é a mesma para todos, nem os sons pronunciados são os mesmos, embora sejam as afecções da alma — das quais esses são sinais primeiros — idênticas para todos, e também são precisamente idênticos os objetos de que essas afecções são imagens (*De Interpretatione*; 16a 3).

No entanto, mesmo que essa passagem seja considerada o *embrião* de uma perspectiva do sentido como representação mental, devemos fazer essa associação com muita cautela, já que, como aponta Martins (2009:464), nem a *alma* é, para Aristóteles, análoga ao que ordinariamente entendemos como “mente humana”, nem suas *afecções* são análogas às diferentes entidades (conceitos, ideias, linguagem do pensamento, representações mentais) que encontramos nas teorias contemporâneas sobre a linguagem que poderíamos considerar “mentalistas”, entre elas, a teoria chomskyana.

Por outro lado, embora Chomsky reconheça em Descartes um dos inspiradores do seu trabalho, o conceito de “mente” da teoria gerativa também não reproduz o pensamento dualista cartesiano que opõe o corpo físico à mente como substância imaterial ou “substância pensante”⁸ — que poderíamos associar a outras noções, como o *Ego*, a *alma*, o *fantasma da máquina*. Como afirma Lyons (1973:112), embora Chomsky se considere um “mentalista”, não deseja ver-se comprometido com a tradicional oposição entre corpo e espírito.

“Usarei os termos ‘mente’ e ‘mental’ aqui sem significação metafísica”, adverte Chomsky em um texto sobre a mente (NH, 193), e compara esse uso, no sentido ordinário, com o que poderia ser feito, em outro tipo de pesquisa científica, de palavras como “químico”, “óptico” ou “elétrico”, isto é, como aspectos do mundo que são selecionados como foco de pesquisa, sem que

nenhuma classificação metafísica ou significação profunda seja sugerida e sem se propor a determinar de forma acurada critérios, marcas ou limites para eles. Três passagens sobre a relação mente/cérebro/linguagem — duas de Chomsky e outra de Hacker, na obra sobre Wittgenstein citada na epígrafe desta seção — mostram surpreendentes coincidências sobre o fundo da questão. Diz Chomsky:

Pessoas em uma série de circunstâncias-padrão pronunciam palavras, se referem a gatos, expressam seus pensamentos, entendem o que outros dizem, jogam xadrez ou fazem qualquer outra coisa; seus cérebros não fazem isso e nem os programas de computadores, ainda que o estudo dos cérebros, possivelmente com modelos abstratos de algumas de suas propriedades, pudesse muito bem fornecer ideias em relação ao que as pessoas estariam fazendo em tais casos (NH, 68).

(...) podemos dizer que em circunstâncias apropriadas *pessoas* pensam, não seus cérebros, que não pensam, ainda que lhes sejam fornecidos mecanismos de pensamento. (...) Pessoas em certas situações entendem uma língua; meu cérebro não entende mais inglês do que meus pés dão um passeio. É um grande salto de senso comum ir de atribuições intencionais a pessoas para atribuições a partes delas ou a outros objetos (NH, 204-5).

E diz Hacker, explicando o pensamento de Wittgenstein:

Um cérebro não pode falar, não porque seja um imbecil, mas porque não faz sentido dizer: “Meu cérebro está falando”. Eu posso ser um tagarela, meu cérebro não pode. Cérebros não utilizam linguagem. Eles não têm opiniões, não argumentam, não levantam hipóteses, não fazem conjecturas. Somos nós que fazemos essas coisas todas. É claro que não poderíamos fazer nada disso caso nosso cérebro fosse destruído, mas, sem um cérebro, também não poderíamos andar.⁹ (...) (Hacker, 2009:57)

Da mesma forma que fazemos essas ressalvas sobre o conceito de mente, devemos também dizer que se, para Aristóteles, as “afecções da alma”, simbolizadas na linguagem, são resultado do impacto do mundo sobre o homem (Martins, 2009:464), essa forma de mentalismo difere consideravelmente de outras da linguística contemporânea, como a teoria da linguagem do pensamento de Fodor, que postula a existência de conceitos inatos¹⁰, ou o mentalismo chomskyano, que mesmo rejeitando a existência dessa “linguagem do pensamento” ou de qualquer sistema simbólico pré-linguístico (ML, 282),

⁸ Diz Chomsky: “Descartes desenvolveu sua teoria da mente e do dualismo mente-corpo, que é ainda o *locus classicus* de grande parte da discussão sobre nossa natureza mental (um sério equívoco, acredito)” (NL, 58).

⁹ Note-se que até a analogia (andar, dar um passeio) é a mesma entre os autores.

¹⁰ No capítulo 2, falaremos das críticas de Chomsky a essa formulação de Fodor.

também não vê a mente humana como uma tábula rasa a ser moldada pelo mundo. Muito pelo contrário, Chomsky defende que a própria faculdade da linguagem faz parte da dotação genética da espécie humana e que a forma em que a experiência impacta sobre o seu desenvolvimento também está condicionada por princípios inatos.

As breves considerações acima têm por objetivo mostrar o quanto pode ser problemático estabelecer uma relação direta entre diferentes formas de mentalismo — e os termos associados a elas, seja numa linguagem técnica ou ordinária — que têm antecedentes filosóficos comuns, mas se diferenciam em aspectos cruciais. Já antes de Chomsky, o estruturalismo saussuriano, fundador da linguística contemporânea, de certa forma atualizou o paradigma aristotélico, mantendo seu convencionalismo e seu mentalismo, mas rejeitando sua visão essencialista da realidade, que Chomsky também rejeita. Para Saussure, há no signo uma relação de representação que une significante e significado, mas ela é *arbitrária*, quer dizer, o significante é imotivado, não guardando nenhum laço natural com o significado na realidade (Saussure, 2006:83). Os conceitos não são afecções da alma, iguais para todos, produzidas pelas coisas do mundo através dos sentidos e semelhantes a elas, mas interpretações da realidade. A língua é um sistema de diferenças historicamente produzido e corresponde a uma leitura do mundo que não é universal, por isso não há correspondências exatas entre duas línguas diferentes.¹¹ A estabilidade semântica se resolve, em Saussure, pelo jogo de *imutabilidade* e *mutabilidade* do signo, que postula que os falantes não podem alterar voluntariamente a língua, porque ela escapa à sua vontade; mas as mudanças são ao mesmo tempo inevitáveis com a passagem do tempo, o que, no campo semântico, se traduz no deslocamento da relação entre significado e significante. Para ele,

(...) os dois fatos são solidários: o signo está em condições de alterar-se porque se continua. O que domina, em toda alteração, é a persistência da matéria velha; a infidelidade ao passado é apenas relativa. Eis por que o princípio de alteração se baseia no princípio de continuidade (Saussure, op. cit.:89).

¹¹ “Se as palavras estivessem encarregadas de representar os conceitos dados de antemão, cada uma delas teria, de uma língua para outra, correspondentes exatos para o sentido; mas não ocorre assim” (Saussure, op. cit.:135)

Agora bem, será que essa ideia de *representação* ou aquela que está presente na filosofia aristotélica poderiam ser assemelhadas à que usada na teoria gerativa? Ou será que estamos, como diz Wittgenstein na passagem citada por Hacker, diante de mais um caso de “enfeitiçamento de nosso entendimento pela nossa linguagem”? O próprio Chomsky responde, em *Reflexões sobre a linguagem* (1977):

É possível argumentar, seguindo os moldes aristotélicos¹², que o mundo é estruturado de uma certa maneira e que a mente humana é capaz de perceber essa estrutura (...). Uma abordagem mais frutífera desloca a carga principal da explicação da estrutura do mundo para a estrutura da mente. O que temos condições de conhecer é determinado pelos “modos de concepção pela compreensão”; aquilo que sabemos, então, ou aquilo no que chegamos a acreditar, depende de experiências específicas evocando, em alguma parte do sistema cognitivo, algo latente na mente (RL, 13).

E, em *Linguagem e mente* (2006):

Na verdade, a noção de “representação do significado” ou “representação semântica” é em si mesma muito controversa. Não é claro, de maneira nenhuma, que seja possível distinguir nitidamente entre a contribuição da gramática para a determinação do significado e a contribuição das chamadas “considerações pragmáticas”, questões de fato e crença e contexto do enunciado. Talvez valha a pena mencionar que questões bastante semelhantes podem ser levantadas acerca da noção de “representação fonética” (ML, 187).

Podemos acrescentar outra ideia da filosofia dos séculos XVII e XVIII, com raízes tão antigas quanto a análise feita por Aristóteles do que, mais tarde, seria interpretado como entidades mentais: que mesmo os mais elementares conceitos da linguagem humana não se ligam a objetos independentes da mente por alguma relação de tipo referencial entre os símbolos e as características físicas identificáveis no mundo exterior, como parece ser universal no caso dos sistemas de comunicação animal (...) Não posso tentar elaborar isto aqui, mas acho que tais considerações, se levadas adiante com seriedade, revelam que é ocioso tentar fundamentar a semântica da linguagem natural em algum tipo de relação “palavra-objeto”, qualquer que seja a complexidade da noção construída de objeto, bem como seria ocioso fundamentar a fonética da linguagem natural numa relação “símbolo-som”, em que os sons sejam considerados eventos físicos (...) (ML, 319-320).

Então, de que tipo de “representações” fala Chomsky? Entrevistado por McGilvray para o livro *A ciência da linguagem* (2012)¹³, ele se refere ao conceito

¹² Na tradução do livro foi usado o termo “aristotelianos”, que não nos pareceu adequado.

¹³ As entrevistas que compõem o livro foram realizadas em 2004 e 2009. Elas serão muito citadas ao longo da tese, já que trazem o pensamento mais recente de Chomsky sobre muitos dos assuntos que interessam a nossa pesquisa.

de “representação” em seu trabalho e aos equívocos que o uso desse termo pode ter produzido, dado o sentido muito diferente que se lhe atribui em certa literatura filosófica. Citando as teorias representacionistas de Fodor e outros autores, Chomsky fala da noção de representação segundo a qual há algo “lá fora” que, captado pelos sentidos, torna-se uma ideia, de modo que exista uma relação causal entre uma entidade do mundo físico e um conceito na mente (SL, 59). Na sua crítica a esse modo de entender a linguagem, Chomsky reconhece que exista *algum tipo* de relação causal “entre o que está lá fora no mundo e o que está na nossa cabeça”, mas diz que disso não se segue que exista “uma relação de símbolo-objeto”, até porque caberia se fazer a pergunta: “Qual é o objeto?”. Em outra obra, ele dá uma resposta que poderíamos considerar wittgensteiniana:

Aquilo que tomamos como objetos, a maneira como nos referimos a eles e os descrevemos, e o conjunto de propriedades com as quais os investimos dependem do lugar que ocupam na matriz das ações, dos interesses e das ações humanas, em aspectos que estão bem fora da extensão potencial da pesquisa naturalística (NH, 57).

Voltemos à entrevista acima citada, que traz algumas das respostas mais recentes do linguista americano sobre esses assuntos, que parecem se aproximar mais do pensamento de Wittgenstein que as primeiras versões da teoria gerativa. No diálogo, ele faz referência à teoria aristotélica sobre a dicotomia entre forma e matéria e diz que ela foi superada pela filosofia, embora tenha reaparecido na forma de uma “concepção neoescolástica das relações palavra-coisa”. Para Chomsky, “não há razão alguma para acreditar que essa relação exista. Então, sim, as teorias representacionais da mente estão ligadas a um conceito de representação que possui origens históricas, mas nenhum mérito particular, tanto quanto eu sei” (SL, 60). McGilvray insiste e pergunta sobre a interpretação de autores (menciona, em particular, um trabalho de Georges Rey¹⁴) que consideram que, quando Alan Turing — cuja obra foi fundamental para os estudos de Chomsky — fala em “computação”, ele está comprometido com uma abordagem representacional. A resposta de Chomsky é inequívoca: não existe “nenhuma base textual para isso” e Turing não deve ter sequer pensado a respeito. O linguista critica as leituras de Rey e Fodor sobre Turing e se refere inclusive a uma

pesquisa do primeiro sobre o uso da palavra “representação” na obra dele, pesquisa que, na opinião de Chomsky, se baseia numa interpretação errada do uso que ele faz do termo. Para finalizar, ele faz uma declaração interessante para o nosso trabalho, citando o pensamento de Wittgenstein a respeito dessa polêmica:

Se você olhar para a literatura sobre ciência cognitiva, neurologia e assim por diante, as pessoas estão constantemente falando sobre representações internas. Mas elas não querem dizer com isso que há uma conexão entre o que está dentro e alguma entidade independente da mente. O termo “representação interna” significa apenas que há alguma coisa dentro. E quando você adiciona aquela tradição filosófica a essa noção, sim, você obtém conclusões engraçadas — de fato, inúteis. Mas se aprendemos alguma coisa na pós-graduação quando estávamos lendo o último Wittgenstein, é que isso é um erro filosófico tradicional. Se você quer entender como um neurocientista cognitivo ou um linguista está usando a palavra “representação”, tem de ver como eles a estão usando, e não adicionar uma tradição filosófica a ela (SL, 61).

Aliás, ainda com relação a Turing, Chomsky se refere em outra obra recente às coincidências entre Wittgenstein e o matemático inglês a respeito da velha polêmica filosófica (e hoje, talvez, científica) sobre se as máquinas podem “pensar”. De acordo com Chomsky, se procurássemos a resposta recorrendo a argumentos externalistas padrão, a questão deveria ser estabelecida pela “verdade” sobre o pensamento: “Qual é a essência do pensamento de Peter sobre seus filhos ou sua maneira de resolver uma equação quadrática ou jogar xadrez ou interpretar uma sentença ou decidir se veste uma capa de chuva?”.

E Chomsky responde:

Mas não é isso que pensavam Ludwig Wittgenstein e Alan Turing, para citar dois exemplos notáveis. Para Wittgenstein, a questão sobre se as máquinas pensavam não podia ser posta de uma maneira séria: “Podemos falar apenas sobre um ser humano e sobre aquilo que ele pensa” (Wittgenstein, 1958, p. 113), talvez bonecas e espíritos; essa é a maneira como a ferramenta é usada. Turing, em seu clássico artigo de 1950, escreveu que a questão sobre se as máquinas podem pensar “pode ser sem sentido demais para merecer discussão. Entretanto, creio que no fim do século, o uso das palavras e a opinião educada em geral terão se alterado tanto que será possível falar sobre máquinas que pensam sem esperar uma reação negativa (Turing, 1950, p. 442).

Wittgenstein e Turing não adotam o padrão da explicação externalista. Para Wittgenstein, essas questões são tolas: as máquinas são usadas como elas são; e se o uso muda a linguagem muda, sendo a linguagem nada mais que a maneira de usar as máquinas. Turing também fala da linguagem da “opinião educada em geral”

¹⁴ A polêmica entre Chomsky e Rey foi publicada na íntegra no livro *Chomsky and his Critics*, de Louise M. Antony e Norbert Hornstein (UK: Blackwell Publishing, 2003).

mudando à medida que mudam interesses e preocupações. Em nossas palavras, haverá uma mudança nas Línguas-I que Wittgenstein descreve como novas, nas quais uma palavra velha *pensa* será eliminada em favor de uma palavra nova que se aplica tanto a máquinas como a pessoas. Perguntar, em 1950, se máquinas pensam é tão significativo quanto questionar se aviões e pessoas (digamos, saltadores de provas de altura) realmente voam; em inglês, aviões voam e saltadores de provas de altura não (exceto metaforicamente), em hebraico também não e, em japonês, ambos voam. Tais fatos não nos dizem nada sobre a questão (sem significado) posta, mas apenas sobre variações marginais e arbitrárias da Língua-I. (...) Talvez se possa argumentar que recentes teorias semânticas superam as intuições de Wittgenstein e Turing por causa do sucesso explicativo que alcançaram. Entretanto, isso não parece uma ideia promissora; o sucesso explicativo dificilmente irá superar esse peso (NH, 95-6).

Retornando à discussão sobre os conceitos e as “representações”, em outra parte da entrevista, Chomsky volta a se referir às armadilhas da linguagem, fazendo novamente referência a Wittgenstein. Ele menciona a noção técnica de *conceitos-I* ou *crenças-I* (sendo que “I” poderia significar interno, individual e “intensional”, no sentido de “teoricamente definido”), dizendo que há “elementos que entram na configuração de formas de pensar sobre o mundo” que nós chamamos de “conceitos” da mesma forma em que Newton falava dos menores elementos do mundo como “corpúsculos”, ou seja, não sabemos o que são, mas presumimos que deve existir algo do gênero. “Conceitos” seriam, então, o que quer que exista “na cabeça” e seja usado para configurar os modos como concebemos e percebemos o mundo, e a partir dos quais fabricamos construções mais complicadas, que chamamos “pensamentos”, mas ele diz que não vê motivos para acreditar que eles *estejam* fora da cabeça, no universo exterior. Essa forma de pensar sobre as coisas, afirma, é influenciada pelas línguas em que muitos trabalhos (filosóficos ou científicos) são escritos: línguas como o inglês ou o alemão são nominalizadoras — e nominalizam até o pensamento¹⁵.

Contudo, diz Chomsky, Wittgenstein, Austin e outros “nos ensinaram a não fazer isso” (SL, 261). Em inúmeras obras e entrevistas do linguista, cada vez que o conceito de representação é explicado, rejeitando qualquer resquício do modelo objeto-designação, o nome do autor das *Investigações* é convocado como referência para espantar os fantasmas do velho paradigma. No apêndice do livro

¹⁵ Diz Wittgenstein: “Não analisamos um fenômeno (p. ex. o pensar) mas um conceito (p. ex. o conceito de pensar), portanto, o emprego de uma palavra. Assim, pode parecer como se o que praticamos seja nominalismo. Os nominalistas cometem o erro de interpretar todas as palavras como nomes, portanto, de não descrever realmente seu emprego, mas sim de dar, por assim dizer, apenas uma indicação em papel de uma tal descrição” (PI §383).

que contém a entrevista, McGilvray diz que, de acordo com Chomsky, referir ou denotar é algo que as pessoas *fazem*, sem que exista qualquer tipo de relação natural “mundo-cabeça” ou “mundo-representação mental” (SL, 313-14). E é justamente com base nessa rejeição que a teoria linguística chomskyana se afirma como internalista, em oposição ao “externalismo-representacionista”, uma questão que será relevante em outros capítulos deste trabalho.

O termo *representação* também é usado com frequência na literatura gerativa para se referir a simbolizações ou termos de uma metalinguagem técnica usada para fornecer explicações sobre a estrutura gramatical, como quando “representamos” a estrutura da sentença “A Maria enviou as cartas”, através de regras de reescrita que utilizam uma determinada metalinguagem gramatical, como SN+SV, D+N+SV, D+N+V+SN ou D+N+V+D+N (SS, 42-3), ou quando falamos em “níveis de representação” como “estrutura superficial” e “estrutura profunda” (ATS, GB, KL) (já abandonada na versão mais recente da teoria [MP]) ou “forma lógica” e “forma fonética”, também entendidas como “níveis de interface”, expressão que nos parece mais adequada para evitar associações equivocadas com a tradição filosófica representacionista.

Esses usos técnicos do termo *representação*, que se referem à linguagem formal do modelo de descrição da estrutura gramatical ou a objetos formais da teoria, pouco ou nada têm a ver com o tipo de relação entre palavras, conceitos e coisas do mundo que descrevemos no início deste capítulo e que é alvo da crítica radical de Wittgenstein.

* * *

Descrição e explicação constituem outro tópico fundamental para analisar comparativamente as ideias de Wittgenstein e Chomsky. Convém aqui citar uma conhecida passagem das *Investigações filosóficas* (que vem, pouco antes, no mesmo parágrafo da já citada frase sobre o enfeitamento do nosso intelecto produzido pela linguagem):

(...) E não nos é permitido levantar qualquer teoria. Não é permitido haver nada de hipotético em nossas reflexões. Toda explicação tem que sair e em seu lugar entrar apenas descrição (PI §109).

O tema reaparece, em termos semelhantes, por exemplo, em PI §§126, 496, 654 e 655. Wittgenstein se opõe à ideia de que seja possível explicar a relação intencional entre a linguagem e a realidade por meio de mecanismos lógico-metafísicos ou mentais e propõe substituir as explicações filosóficas pela descrição de regras gramaticais (Glock, 1997:150). De acordo com Hacker, a diferença que Wittgenstein reivindica opõe o método filosófico ao método científico, que trabalha por meio de hipóteses causais e inferências hipotético-dedutivas a partir de enunciados de leis e de condições iniciais. Em filosofia, não há esse tipo de explicação dos fenômenos, mas apenas a “explicação por *descrição*”. O uso das palavras é descrito na filosofia wittgensteiniana recorrendo à metáfora dos jogos de linguagem: as práticas, atividades, ações e reações em contextos característicos, dos quais o uso regrado das palavras é parte integrante. Essas descrições e as explicações de significado associadas a elas são um método que pode ser caracterizado como tipicamente filosófico pelo propósito a que servem (Hacker, 2009:13). Como observa Perloff (2008:117),

“A gramática”, afinal de contas, “não nos explica como a linguagem deve ser construída para cumprir sua finalidade...”. Ela apenas descreve, e de modo algum explica o uso dos signos (PI §496). Ela não explica, por exemplo, como o “tenho” em “eu tenho dor” difere do “tenho” em “eu tenho um livro”, ou por que a mão direita de alguém não pode “dar” o dinheiro para sua mão esquerda.

A citação de Perloff começa com o termo *gramática*, que se repetirá muitas vezes ao longo desta tese e pode causar confusões, pelo uso muito diferente que Wittgenstein e Chomsky fazem dele. Das diferentes acepções do termo presentes na obra do filósofo, a que mais nos interessa é a que podemos observar na citação acima, porque estará presente em nosso trabalho cada vez que nos referirmos à gramática de uma determinada expressão ou às *questões gramaticais* que determinados termos suscitam. Para Wittgenstein, as expressões linguísticas possuem uma gramática, o que quer dizer que possuem padrões para o uso correto delas — sendo que a “correção”, aqui, tem a ver com o significado — nos nossos jogos de linguagem. Por isso, ao longo das *Investigações*, ele frequentemente se refere à “gramática” da palavra A ou da expressão B, como por exemplo:

PI §150. É evidente que a gramática da palavra “saber” goza de estreito parentesco com a gramática das palavras “poder” e “ser capaz”. Mas também com a gramática da palavra “compreender”. (“Dominar” uma técnica).

PI §257. (...) E quando dizemos que alguém dá nome à dor, então a coisa preparada é aqui a gramática da palavra “dor”; ela mostra o lugar onde a nova palavra será colocada.

A noção de gramática se relaciona com as noções de descrição e explicação justamente porque, como diz Perloff, citando PI §496, ela não explica, mas apenas descreve o uso dos signos, porque finalidade da gramática, para Wittgenstein, é apenas a finalidade da linguagem (PI §497).

No *Livro Azul*, ele questiona o desejo de generalidade na filosofia, que se manifesta de várias formas, dentre as quais menciona: a) “a tendência para procurar algo em comum a todas as entidades que geralmente subsumimos num termo geral”, comparável à ideia de que “as *propriedades* são *ingredientes* das coisas que as possuem”, b) a tendência a pensar que a pessoa que aprendeu a compreender um termo geral está na posse de uma imagem geral da categoria, em contraste com as imagens particulares das entidades que ela engloba, c) a ideia de que a posse dessa ideia geral é um estado mental ou de consciência¹⁶, d) a forma em que relacionamos tudo o que foi dito anteriormente com a nossa preocupação com o método da ciência, quer dizer, a aspiração a reduzir a explicação dos fenômenos a leis primitivas e unificar os tópicos por recurso a uma generalização, desprezando o caso particular (BIB, 47-49).

Poderíamos observar aqui que esse último aspecto da argumentação de Wittgenstein é o mais contraditório com a aspiração científica chomskyana — como diz Cavell (1979:53), Wittgenstein se lê melhor como alguém que ataca o desejo da filosofia de proporcionar teorias da linguagem —, mas toda sua argumentação posterior é *semântica*; é um ataque à tentativa de construir uma teoria que permita relacionar palavras com entidades do mundo e classificá-las em categorias reunidas por possuírem supostas propriedades comuns, quer dizer, exatamente o aspecto da linguagem que o próprio Chomsky parece renunciar a

¹⁶ Se a ideia de que o conhecimento linguístico é um estado mental pode ser associada à teoria chomskyana, a aceção de estado mental como “estado de consciência”, como veremos, se afasta completamente do pensamento de Chomsky.

qualquer expectativa de explicar¹⁷. A essa tentativa falha, Wittgenstein vai opor as noções de *semelhança de família* e *jogos de linguagem*, das quais trataremos no capítulo 2.

Como aponta Martins (1999:138), o “impacto destrutivo” da filosofia wittgensteiniana para a epistemologia — quer dizer, a interpretação do seu pensamento como contrário à ciência ou à possibilidade do conhecimento — é um tema controverso e há leituras mais “conservadoras” e mais “radicais”, mas a controvérsia diminui “quando se trata do caso particular de teorias que tomam por objeto a linguagem e, *mais especificamente, o significado*”. É nesse aspecto dos estudos da linguagem que está o foco da preocupação do filósofo e, por isso, precisamos ser prudentes quando saímos desse território. De acordo com Martins (op. cit.:139-40),

Naturalmente, não seria razoável supor que Wittgenstein ou seguidores seus, tais como Baker e Hacker, estejam sugerindo que *nenhuma* dimensão do fenômeno da linguagem é passível de aproximação científica, no sentido de poder ter sua realização explicada por leis causais cuja capacidade explanatória seja medida, entre outras coisas, em termos do seu poder preditivo. (...) Ao indicar de maneira genérica que a linguagem resiste à investigação científica, Wittgenstein, secundado por autores como Baker e Hacker, parece estar tematizando especificamente a problemática do sentido na linguagem — e aqui, de fato, seu pensamento aponta de forma mais ou menos inequívoca para a esterilidade e a inadequação de se tentar enunciar leis causais gerais. O que nós não temos — e não poderemos ter — é uma *ciência do significado* (cf. Cavell, 1996:42).

É com base nessa leitura que nos parece plausível supor que, quando Wittgenstein se recusava a procurar qualquer tipo de explicação¹⁸ e se propunha apenas a “descrever” os usos da linguagem, não estava pensando em questões tais como, por exemplo, as dependências estruturais nas orações abaixo:

- (1) John is too stubborn to talk to Bill.
- (2) John is too stubborn to talk to.

¹⁷ E, em épocas anteriores, quando ainda parecia alimentar alguma expectativa de que isso fosse possível no futuro, Chomsky reconhecia, porém, que quase nada se sabia ainda, como na seguinte citação, de uma conferência de 1967: “O estudo da semântica universal, sem dúvida crucial para a investigação completa da estrutura da linguagem, mal avançou desde a época medieval” (ML, 170).

¹⁸ Não confundir aqui com a referência que Wittgenstein faz em PI §75 à explicação que o falante seria capaz de dar se lhe perguntassem pelo significado de uma expressão.

Esses e outros exemplos são usados por Chomsky para analisar questões *sintáticas*, que ele se propõe a explicar a partir de princípios gerais da gramática universal que permitam simplificar a descrição das gramáticas particulares, eliminando formulações descritivas específicas que possam ser atribuídas a uma teoria geral da gramática (ATS, 118). Mais do que isso: como veremos mais detalhadamente no capítulo 2, ele pretende achar princípios gerais inatos que permitam explicar como uma língua é adquirida. A teoria gerativa procura achar nos princípios inatos da gramática universal, por exemplo, uma explicação para o fato de que qualquer criança falante de inglês, após atingir uma certa fase de sua maturação, consegue compreender perfeitamente que na oração (1), entende-se que *John* é demasiado obstinado para falar com *Bill*, enquanto na oração (2), entende-se que *John* é demasiado obstinado para que alguém fale com ele (KL, 22-3). E isso independe de quem sejam *John* ou *Bill* ou de qualquer consideração sobre o valor de verdade (em relação ao mundo) dessas proposições. É um tipo de conhecimento sobre a estrutura sintática que não pode ser explicado, diz Chomsky, apenas em termos de “habilidade” ou treinamento.

Questionado por McGilvray sobre a rejeição de Wittgenstein à busca de explicações (SL, 157), Chomsky se mostra hesitante, afirmando que não conhece o trabalho dele a fundo — uma explicação usada por ele em vários textos, mas que, levando em consideração a assiduidade e relevância das referências a Wittgenstein na sua obra, parece mais bem uma desculpa para não responder —, mas uma das coisas que lhe impressionaram do filósofo é que “simplesmente evitava esse assunto”. Na opinião de Chomsky, as descrições são importantes, mas, para alguém que busca responder a “perguntas que começam com ‘por que’”, como é seu caso, apenas isso não é interessante. Contudo, quando o objeto da busca por explicações são as questões relativas ao sentido, Chomsky parece não acreditar na possibilidade de dar respostas tão categóricas quanto as que podem ser encontradas na sua teoria sintática. Ele sugere na entrevista já citada que as explicações possam ser cognitivas, relacionadas a nossas estruturas mentais, ou extra-orgânicas, ligadas à forma em que “as criaturas orgânicas conseguem lidar com o mundo, dadas as leis da Física, etc.”, porém, não servirão para descobrir a *verdade* no mundo, mas apenas a nossa concepção sobre ele, dadas nossas habilidades e limitações (SL, 156).

Mais adiante, ele volta a bater na mesma tecla: “se houver alguma sistematização nos sistemas conceituais, ela também será sintática”, relacionada com a computação interna de símbolos, o que vale para o que chamamos de semântica da mesma forma que para aquilo que chamamos de fonologia (SL, 191-92). Essa delimitação é retomada por McGilvray num apêndice do livro que trata sobre as funções da linguagem. Ele ressalta que entender que não há uma única função para a linguagem — o próprio Chomsky nega também, em diversos textos, que exista uma função “básica” ou “principal” e dá exemplos que poderiam nos remeter à noção wittgensteiniana de *jogos de linguagem*¹⁹, a partir de uma crítica muito semelhante à de Wittgenstein, como veremos no capítulo 2 — serve para afastar a necessidade de construir teorias da linguagem no sentido amplo, que envolvam uma teoria do significado linguístico e uma forma canônica e única de uso da linguagem. Nas palavras de McGilvray,

O problema é, como Wittgenstein apontou há muito tempo, que não se pode encontrar nessas descrições das formas em que as pessoas usam a linguagem, para servir a todos os tipos de propósitos altamente variáveis e sensíveis ao contexto, regularidades que qualquer teorização séria requer (...). Uma teoria plausível (...) requer no mínimo uma relação determinada entre uma palavra e seu referente, assumindo que isso exista (o que não se pode garantir de qualquer forma) (...). As pessoas usam as línguas naturais criativamente porque elas podem. E elas obtêm prazer ao fazer isso (SL, 276).

Por isso mesmo, ele diz, em uma nota de rodapé que reforça os limites da teorização (e, com ela, da *explicação*) que o gerativismo se propõe a construir, que “não pode haver uma teoria da linguagem como uso — basicamente o ponto de Wittgenstein” (SL, 278). O entrevistador retoma essa ideia em outra parte do apêndice (SL, 311), criticando as abordagens empiristas que querem construir uma teoria do uso da linguagem, afirmando que essa tentativa acaba lidando com o que Wittgenstein chamava “pseudoproblema”, quer dizer, problemas filosóficos que não são problemas, porque não existe solução para eles. De acordo com

¹⁹ Entre outras passagens, podemos citar: “Quanto à ideia de que ‘a função básica das linguagens naturais é mediar a comunicação’, não está claro que sentido pode ser atribuído a uma noção absoluta de ‘função básica’ para qualquer sistema biológico; e, se esse problema puder ser resolvido, talvez perguntemos por que a ‘comunicação’ é a ‘função básica’” (NH, 71); “(...) é errado pensar o uso humano da linguagem como caracteristicamente informativo de fato ou de intenção. A linguagem humana pode ser usada para informar ou enganar, para esclarecer nossos próprios pensamentos ou exibir nossa esperteza, ou simplesmente para diversão. Se falo algo sem nenhuma preocupação em modificar o comportamento ou os pensamentos de alguém, não estou usando menos a linguagem do que se dizer exatamente as mesmas coisas com essa intenção” (ML, 128).

McGilvray, Chomsky parece estar sugerindo a mesma coisa em relação ao funcionalismo e “aos dogmas correntes a ele associados”, como o representacionismo e o fisicalismo:

(...) se você deseja explicações e evidência ao invés de especulações e intuições misturadas e flexíveis, originadas de pressuposições infundadas e sem possibilidade de ser bem fundamentadas no que diz respeito à mente e a como estudá-la, você deve empregar os instrumentos da pesquisa naturalística — as ciências naturais — e, usando tais instrumentos, deve olhar para o que acontece “dentro” da cabeça, e não para as relações que se estabelecem entre cabeças e mundos (SL, 311).

Algumas páginas depois, McGilvray menciona novamente a rejeição de Wittgenstein à teorização e à explicação para fundamentar por que Chomsky considera inútil a tentativa de fazer semântica referencial ou metafísica ou de desenvolver uma teoria do significado que procure estabelecer conexões regulares entre palavras e entidades do mundo. Ele diz que, para Chomsky, o que pode ser feito em semântica *internalista* — que aqui significa “interna à faculdade da linguagem” ou “não dependente de entidades exteriores à linguagem” — é, na verdade, parte da sintaxe, ou estará destinado ao fracasso:

(...) os que sustentam a semântica externalista acreditam que podem tanto enfrentar quanto dar um jeito de falar de um modo razoável (...) daquilo que “está lá fora” e de como nossas mentes se relacionam com isso de um modo “representacional”. Se interpretada como um projeto naturalístico, essa abordagem não tem futuro; se não é interpretada desse modo, é na melhor das hipóteses uma descrição de como as pessoas às vezes usam a linguagem e, como Wittgenstein observou, não pode ser transformada em uma teoria seja do tipo que for; e, se for ambas as possibilidades, é — como Chomsky apontou nos comentários que me fez quando discutimos essas questões — um esforço que Russell chamava “roubo mais que trabalho honesto” (SL, 349).

Ou, em palavras do próprio Chomsky, numa passagem já citada:

Talvez se possa argumentar que recentes teorias semânticas superam as intuições de Wittgenstein (...) por causa do sucesso explicativo que alcançaram. Entretanto, isso não parece uma ideia promissora; o sucesso explicativo dificilmente irá superar esse peso (NH, 96).

Uma última consideração precisa ser feita sobre o que Wittgenstein entende por “descrição” da gramática. De acordo com Martins (1999:140), ele não se refere ao tipo de descrição baseada no exame detalhado e sistemático da maior

quantidade possível de dados empíricos. A descrição da gramática de nossos conceitos — lembre-se que, como já vimos, o termo “gramática” é usado, aqui, num sentido muito diferente do chomskyano — não supõe quaisquer análises de natureza empírica, embora possa ser auxiliada por elas. Não precisamos reunir dados acerca do modo como os falantes usam uma determinada palavra porque, “se falamos a língua, já o sabemos”. Nesse ponto, como aponta Martins,

(...) a perspectiva de Wittgenstein apresenta alguma afinidade com a de Chomsky, defensor explícito do valor teórico-metodológico das intuições dos falantes nativos, sobretudo em sua luta com a atitude excessivamente “empirista” da linguística de inspiração bloomfieldiana (1999:140, n72).

* * *

Mencionamos nesta introdução ao nosso trabalho dois exemplos de aspectos da teoria linguística fundada por Chomsky que parecem, a simples vista, incompatíveis com a filosofia de Wittgenstein. Tentamos mostrar que essa suposta incompatibilidade pode não ser tal, e que a contradição que a princípio parece existir entre ambos os pensadores é consequência, principalmente, de duas questões que condicionam nossa interpretação das diferenças entre eles.

A primeira é que o foco do trabalho de Chomsky é a sintaxe, na acepção já explicada anteriormente, enquanto Wittgenstein se preocupa quase exclusivamente pelo sentido. Em uma entrevista realizada um ano após publicação de *O programa minimalista* (1995), Chomsky foi consultado sobre o papel da semântica nos estudos atuais da teoria gerativa e suas perspectivas futuras. “Temos que perguntar o que é a semântica — ele respondeu. Se a semântica é aquilo visado pela tradição (...), ou seja, a relação entre som e coisa, pode ser que ela não exista” (AL, 93-94). Em seguida, ele propôs uma outra possibilidade: que a semântica seja entendida como o estudo das relações como topicalização, tempo verbal, estruturas do evento e o lugar dos argumentos nelas, etc. Nesse caso, seria, na verdade, algo relativo à *sintaxe*:

Isso procede independentemente de que haja ou não um mundo, assim como o estudo de representações fonológicas. Isso é mal rotulado como semântica. (...) Na

minha opinião, a maior parte daquilo que se chama de “semântica” é sintaxe. É a parte da sintaxe que é presumivelmente próxima do sistema de interface que envolve o uso da linguagem. Assim, há essa parte da sintaxe e certamente há a pragmática, no sentido genérico daquilo que se faz com as palavras e assim por diante. Saber se existe semântica no sentido mais técnico é uma questão aberta. Não creio que haja qualquer razão para acreditar que exista. Acho que isso remonta à velha e provavelmente falsa suposição de que há uma relação entre palavras e coisas, independentemente das circunstâncias do uso (AL, 94-95).

A segunda questão é que Chomsky tem como objetivo construir uma teoria da linguagem de caráter científico²⁰, inserida no campo das ciências naturais, enquanto Wittgenstein se debruça sobre a linguagem humana com o olhar do filósofo e não está preocupado em construir teorias sobre ela — até por não acreditar que isso seja possível. Consideramos que essas duas questões estão fortemente relacionadas: como afirma Martins (2009:442), quando a Filosofia se debruça sobre a linguagem, interessa-se desde sempre pela questão do sentido, justamente porque, como diz Pêcheux:

Se a semântica constitui para a Linguística este ponto nodal, é porque é nesse ponto, e mais frequentemente sem reconhecê-lo, que a Linguística tem a ver com a filosofia [...] (Pêcheux, 1997:18).

Nos capítulos que se seguem, apresentaremos resumidamente as ideias de Wittgenstein e Chomsky que nos parecem relevantes para o objeto de nossa pesquisa, tentando também identificar nelas pressupostos teóricos ou filosóficos e um contexto que nos permita localizar ambos os autores e levar em consideração contra quais ideias se rebelaram — principalmente, a concepção agostiniana da linguagem, no caso de Wittgenstein, e o behaviorismo, no caso de Chomsky —, que tipo de perspectiva sobre a linguagem procuraram refutar.

Por se tratar de autores cuja obra não foi contemporânea — Chomsky escreveu o livro que deu início à divulgação da linguística gerativa em 1957, seis anos depois do falecimento de Wittgenstein —, não poderia ter havido propriamente um “diálogo” direto entre ambos, e não sabemos o que Wittgenstein teria dito sobre a teoria gerativa, ou se ela o teria levado a mudar algum aspecto de suas ideias sobre a linguagem, mas Chomsky é um leitor confesso de Wittgenstein e faz referências a sua obra em vários dos seus livros, algumas das quais muito

²⁰ Encontramos uma ótima resposta de Chomsky às críticas a esse tipo de estudo científico da faculdade da linguagem em KL (no capítulo 4.2 do livro, especialmente nas páginas 274-286).

relevantes para nossa pesquisa, como veremos principalmente no capítulo 3. Por outro lado, importantes comentadores do pensamento wittgensteiniano reagiram às ideias de Chomsky a partir da perspectiva inaugurada pelo filósofo vienense, de modo que procuraremos também levá-los em consideração.

As teses que resultam do trabalho são as seguintes: (1) Que os pontos de vista de Chomsky e Wittgenstein sobre a linguagem não são inteiramente irreconciliáveis e podem existir convergências, divergências e possíveis complementações que vale a pena explorar, (2) Que as versões contemporâneas da teoria chomskyana, como vimos nas citações usadas neste capítulo, tomadas de obras mais recentes do linguista, estão mais abertas à aproximação com Wittgenstein do que versões passadas, (3) Que algumas contradições entre as análises de Wittgenstein e Chomsky podem ser atribuídas à diferença entre o ponto de vista e os métodos de um filósofo e os de um cientista da linguagem, ou (como foi explorado nesse primeiro capítulo) a confusões conceituais provocadas pelas “armadilhas” da própria linguagem — termos usados por eles próprios ou por seus mais destacados comentadores de maneiras que parecem altamente contraditórias, podendo nos levar à conclusão de que exista uma incompatibilidade insuperável entre seus pontos de vista, (4) Que, ao menos parcialmente, algumas dessas contradições podem ser atribuídas ao choque entre a tese chomskyana da autonomia da sintaxe e a preocupação quase exclusiva de Wittgenstein pelo sentido.

* * *

A tese se organiza da seguinte forma:

O capítulo 2 traz uma apresentação, como objetos de comparação, das ideias de Ludwig Wittgenstein e Noam Chomsky sobre alguns aspectos dos estudos da linguagem que nos parecem fundamentais para o nosso trabalho: as diferentes concepções destes autores sobre o que seja aprender uma língua, a relação entre uma possível leitura da noção de “forma de vida” de Wittgenstein e o inatismo chomskyano e as diferentes perspectivas de ambos os autores sobre o que seja

seguir uma regra. No caso de Wittgenstein, colocamos a ênfase nas *Investigações filosóficas* e outras obras de sua fase mais madura e recorreremos às leituras de alguns dos seus mais destacados comentadores (com destaque para Hans-Johann Glock, Stanley Cavell, Peter Hacker e Gordon Baker); no caso de Chomsky, damos especial atenção à sua fase mais recente, a partir do “programa minimalista”, e a algumas mudanças na teoria gerativa, desde a publicação de *Syntactic Structures*, que consideramos relevantes para o presente trabalho.

No capítulo 3, apresentamos detalhadamente duas controvérsias explícitas entre Chomsky e Wittgenstein, a partir de dois textos do primeiro que fazem detalhadas críticas a aspectos importantes da filosofia do segundo:

- A primeira diz respeito ao “argumento da linguagem privada”, um dos temas mais estudados e controversos das *Investigações filosóficas*, e se inicia com uma longa crítica de Chomsky (em *Knowledge of Language*) à leitura que Saul Kripke faz desse argumento em sua obra *Rules and Private Language*. Após um breve resumo da leitura de Kripke, apresentamos e analisamos a crítica de Chomsky, algumas releituras da polêmica realizadas por outros autores, diversas críticas ao texto de Kripke escritas por destacados comentadores da obra de Wittgenstein e, por último, a nossa própria releitura da questão.
- A segunda controvérsia diz respeito a uma crítica de Chomsky (em *Rules and Representations*) a duas passagens de *Zettel* (Z §§608-9), nas quais Wittgenstein rejeita a ideia de que existam processos cerebrais correlacionados com o pensamento. A controvérsia se relaciona com a compreensão do que seja *saber* uma língua na teoria chomskyana e na filosofia wittgensteiniana, em particular no que diz respeito à relação entre conhecimento e uso e à plausibilidade da tese de que o comportamento seja um critério para determinar o conhecimento.

O capítulo 4 traz as nossas considerações finais.

2 Objetos de comparação

Seremos capazes de escapar da injustiça ou do vazio de nossas asserções, somente na medida em que considerarmos o modelo como aquilo que é, como objeto de comparação — por assim dizer, como medida; e não como preconceito ao qual a realidade tem que corresponder. (O dogmatismo em que caímos tão facilmente ao filosofar.)

Wittgenstein, L. (PI §131)

I. Aprender uma língua

Santo Agostinho diz nas *Confissões* (1/8): «Quando os adultos nomeavam um objeto qualquer voltando-se para ele, eu o percebia e compreendia que o objeto era designado pelos sons que proferiam, uma vez que queriam chamar a atenção para ele. Deduzia isto, porém, de seus gestos, linguagem natural de todos os povos, linguagem que através da mímica e dos movimentos dos olhos, dos movimentos dos membros e do som da voz anuncia os sentimentos da alma, quando esta anseia por alguma coisa, ou segura, ou repele, ou foge. Assim, pouco a pouco eu aprendia a compreender o que designam as palavras que eu sempre de novo ouvia proferir nos seus devidos lugares, em diferentes sentenças. Por meio delas eu expressava os meus desejos, assim que minha boca se habituara a esses signos.»²¹

Nestas palavras temos, ao que parece, uma determinada imagem da essência da linguagem humana, a saber: as palavras da linguagem denominam objetos — as sentenças são os liames de tais denominações —. Nesta imagem da linguagem encontramos as raízes da ideia: toda palavra tem um significado. Este significado é atribuído à palavra. Ele é o objeto que a palavra designa.

Santo Agostinho não fala de uma diferença de espécies de palavras. Quem descreve o aprendizado da linguagem dessa forma, pensa, acredito eu, primeiramente, em substantivos como "mesa", "cadeira", "pão" e em nomes de pessoas. Somente em segundo plano, em nomes de certas atividades e qualidades e nas restantes espécies de palavras como algo que se irá encontrar (PI §1).

Assim começam as *Investigações filosóficas*. E o fato de começarem dessa forma, citando um fragmento de um relato de santo Agostinho que interpreta sua

²¹ Wittgenstein cita, em primeiro lugar, o texto original em latim. Na tradução brasileira das *Confissões* que incluímos na bibliografia, parcialmente diferente, o trecho se encontra na pág. 36.

própria experiência aprendendo sua língua materna na infância, é uma indicação da importância que o segundo Wittgenstein dá à reflexão sobre o que seja aprender uma língua (Martins, 2000:24-25). A concepção sobre a linguagem contida nesse breve texto de Agostinho é analisada e criticada ao longo das primeiras 103 primeiras seções das *Investigações* e permanece presente, de maneira essencial, em toda a obra (Barbosa Filho, 1973:77). De acordo com Cavell (1988:132), “as 693 seções que constituem a parte I das *Investigações* podem ser compreendidas como explorações das consequências dessa cena”.

O relato de Agostinho (que faz parte de sua autobiografia e não de suas reflexões sobre a linguagem, como destaca Glock [1997:370]) é mencionado pela primeira vez nos textos reunidos no *Escrito a máquina* e, depois, no início do *Livro castanho*, em ambos os casos sem a citação textual. No primeiro, Wittgenstein diz que quando Agostinho fala de aprender a linguagem, “ele fala exclusivamente de como ajuntamos nomes às coisas, ou de como compreendemos os nomes das coisas”, de modo que o nomear parece ser “o princípio e o fim da linguagem”. A forma de explicação fundamental, na visão agostiniana, está representada pela expressão «isto é», porque se pensa em *nomes* “e nas palavras restantes como algo que cuida de si mesmo”, da mesma forma que Platão dizia que a oração se compunha de nomes e verbos²². De acordo com Wittgenstein, em ambos os casos, “eles descrevem justamente o jogo mais simples do que é” (BT #25, p.57), ou, como ele diz no *Livro castanho*, “a descrição da aprendizagem da linguagem de Santo Agostinho era correta para uma linguagem mais simples do que a nossa” (BrB, 9).

Parece haver, nessas passagens, uma ideia de incompletude da descrição de Agostinho, ou de generalização equivocada a respeito da linguagem. Esse tipo de crítica se repete em diversas seções das *Investigações*, com destaque para PI §3, onde Wittgenstein diz que o autor das *Confissões* descreve um sistema de comunicação, mas nem tudo o que chamamos de linguagem é esse sistema; quer dizer, sua descrição é útil, mas “apenas para esse domínio estritamente circunscrito”. Na mesma seção, Wittgenstein introduz a comparação da linguagem com os jogos, dizendo que a descrição de Agostinho seria como se alguém falasse

²² “Um gênero é chamado de nomes e o outro de verbos” (*O sofista*, 262a).

que “jogar consiste em movimentar coisas sobre uma superfície de acordo com certas regras”, esquecendo que *nem todos* os jogos são como os jogos de tabuleiro.

A partir dali e ao longo de toda a obra, ele apresentará, explícita e implicitamente, diferentes tipos de *jogos de linguagem* (sugerindo, inclusive, uma lista não exaustiva de exemplos em PI §23), que ajudarão a mostrar que a linguagem é muito mais do que “afixar uma etiqueta em uma coisa” (PI §15) e que não há uma “essência”, algo que seja comum a tudo o que chamamos *linguagem* (PI §65), da mesma forma que não há algo comum a todos os jogos, mas apenas uma rede de semelhanças, que às vezes se sobrepõem e outras se entrecruzam, como as que há entre integrantes de uma família (PI §§66-7).

No entanto, devemos salientar que a crítica de Wittgenstein à visão agostiniana não se esgota em sua incompletude ou no rechaço a uma generalização equivocada, provocada pela constante repetição de um mesmo tipo de exemplos (PI §593). O verdadeiro problema da descrição agostiniana é que ela falha *inclusive* quando aplicada à nomeação. De acordo com Martins,

(...) a inadequação da visão representacionista não está apenas na desconsideração de “que ‘a linguagem tem muitas outras funções’ além de nomear coisas”; reside também no fato de que “a maneira como os filósofos explicam a nomeação torna incompreensível que a linguagem possa desempenhar essa função” [Cavell 1979:173, v. tb. Fogelin 1996:38-9].

Em outras palavras, não é que a visão agostiniana seja incompleta, ainda que adequada com relação ao uso de linguagem particular que tematiza. Trata-se de ver que ela é problemática mesmo quanto a esse uso específico, uma vez que “encerra suposições ou imagens acerca do que é ensinar, aprender, apontar, nomear [...] que acabam por mostrar-se vácuas, isto é, que nos dão apenas a ilusão de que constituem explicações (Cavell 1996a:266). Tais “suposições ou imagens” gravitam em torno da crença de que essas atividades têm como meta ou resultado o estabelecimento de conexões entre a linguagem e o mundo – quer se trate do mundo real, quer de um mundo mentalmente projetado (Martins, 2000:29).

No seu *Dicionário Wittgenstein* — que se tenha feito um dicionário wittgensteiniano parece uma ironia do destino! —, Glock salienta que o filósofo considerava a concepção agostiniana da linguagem resumida na citação das *Confissões* não como uma teoria, mas antes como um paradigma prototeórico ou uma “visão” que merecia atenção por estar subjacente a teorias sofisticadas. As ideias principais dessa visão, segundo Glock, seriam as seguintes:

- (a) cada palavra possui "um significado";

- (b) todas as palavras são nomes, isto é, são sucedâneos de objetos;
- (c) o significado de uma palavra é o objeto do qual é um sucedâneo;
- (d) a conexão entre as palavras (nomes) e seus significados (referentes) se estabelece por uma definição ostensiva²³, que determina uma associação mental entre palavra e objeto;
- (e) as sentenças são combinações de nomes (Glock, 1997:370).

Delas se desprendem duas consequências: a primeira, que a função da linguagem é representar a realidade, de modo que as palavras *referem* e as sentenças *descrevem*; a segunda, que “a criança só é capaz de estabelecer a associação entre uma palavra e um objeto por meio do pensamento, o que significa que deve possuir de antemão uma linguagem privada, para que possa aprender a pública” (Glock, op. cit.). Esta última ideia é desenvolvida na seguinte passagem das *Investigações*:

Quem chega a um país estrangeiro aprenderá²⁴ a língua dos nativos muitas vezes por meio das explicações ostensivas que lhes são dadas; e, frequentemente, ele terá que *adivinhar* a interpretação dessas explicações, e adivinhar às vezes com acerto, às vezes erroneamente (...) (PI §32).

A sugestão do filósofo, que compara o relato agostiniano sobre a aprendizagem de sua língua materna com uma cena similar que descreve a aprendizagem de uma língua estrangeira por meio da definição ostensiva, nos faz lembrar o relato ficcional de Chico Buarque no romance *Budapeste*, onde o protagonista descreve sua própria experiência aprendendo a língua húngara:

E a caminho do hotel tive minha primeira e peripatética aula de húngaro, que consistiu em ela dar nome às coisas que eu apontava: rua, patins, gota d’água, poça, noite, pizzaria, discoteca, bar, galeria, vitrine, roupa, fotografia, esquina, mercado, bombom, tabacaria, arco bizantino, balcão art nouveau, fachada neoclássica, estátua, praça, ponte pênsil, rio, verde-musgo, ladeira, portaria, lobby, cafeteria, água mineral e Kriska (Buarque, 2003:60).

Continua Wittgenstein:

²³ “Uma definição ostensiva é a explicação do significado de uma palavra por meio de enunciados como «Isto é um elefante» ou «Esta cor é o 'vermelho'» Inclui tipicamente três elementos: uma expressão demonstrativa, «Isto é...», «O nome disto é '...'»; um gesto dêitico (apontar); e uma amostra, o objeto para o qual se aponta” (Glock, 1997:122). Falaremos mais a respeito desse conceito no capítulo 3, parte I.

²⁴ Corrijo aqui um problema gramatical da tradução.

(...) Acredito que podemos dizer então: Santo Agostinho descreve a aprendizagem da linguagem humana como uma criança que chegasse a um país estrangeiro e não entendesse a língua do país; isto é: como se ela já tivesse uma língua, só que não esta. Ou também: como se a criança já fosse capaz de *pensar*, mas não ainda de falar. E "pensar" significaria aqui algo como: falar para si mesmo (PI §32).

Quer dizer, “as coisas’ devem existir para nós como entidades diferenciadas antes que possamos ou precisemos ‘falar delas’”, de modo que “a posse, construção ou apreensão de conceitos, representações gerais de experiências particulares, é vista, então, como algo logicamente anterior ao aprendizado de uma língua” (Martins, 2000:25). A analogia entre a aprendizagem da língua materna e a de uma língua estrangeira, proposta por Wittgenstein em PI §32 para mostrar o equívoco da concepção agostiniana, traz implícita a ideia de uma *linguagem do pensamento*, anterior à linguagem pública e necessária para sua aquisição, tese ainda defendida, mesmo que em termos parcialmente diferentes que não vamos desenvolver aqui, por autores como Jerry Fodor.

Em seu livro *The Language of Thought*²⁵, depois de citar PI §32, Fodor diz que “Wittgenstein parece dar por suposto que esse ponto de vista é absurdo”, mas, de acordo com Fodor, “Agostinho estava certo” e reconhecê-lo “é o primeiro pré-requisito de toda tentativa séria por compreender como se aprende a primeira língua” (Fodor, 1984:82). As propostas deste autor mereceriam um capítulo à parte, que não incluiremos aqui porque não é o nosso foco²⁶. Todavia, para os fins deste trabalho, consideramos importante prestar atenção ao que ele diz no texto abaixo, que resume sua justificação da hipótese de que exista uma linguagem do pensamento, apresentada como resultado de um trabalho de “psicologia especulativa” (op. cit.:15):

A aprendizagem de uma língua (incluindo, naturalmente, a língua materna) implica aprender o que significam os predicados dessa língua. Aprender o que significam os predicados dessa língua implica aprender a determinar a extensão desses predicados. Aprender a determinar a extensão dos predicados implica aprender que caem dentro de certas regras (quer dizer, regras de verdade²⁷). Entretanto, não se

²⁵ “A linguagem do pensamento”. As citações do livro são traduções próprias da edição em língua espanhola listada na bibliografia.

²⁶ Para uma crítica wittgensteiniana às ideias de Fodor, ver, p. ex., Rodriguez Sutil (1992).

²⁷ Note-se que a noção de *regra* (regra “de verdade”) apresentada por Fodor é totalmente contraditória com a de Wittgenstein, mas também com a de Chomsky. Falaremos sobre regras em outra seção, mas aproveitamos aqui a ocorrência do termo para ressaltar a diferença já que, como mostramos na introdução, o uso de termos técnicos ou filosóficos com sentidos total ou parcialmente distintos nos textos de diferentes autores pode nos levar a confusões conceituais que nos façam ver mais ou menos diferenças entre eles das que realmente existem.

pode aprender que *P* cai dentro de *R* a não ser que se tenha uma linguagem em que se possam representar *P* e *R*. Por isso, não se pode aprender uma língua a não ser que se tenha já uma determinada linguagem. Em concreto, não se pode aprender a primeira língua a não ser que se tenha já um sistema capaz de representar os predicados dessa língua e suas extensões. E se não quisermos cair num círculo vicioso, esse sistema não pode ser a língua que se está aprendendo. Mas a primeira língua é aprendida. Por isso, existem ao menos algumas operações cognitivas que se realizam em linguagens distintas das linguagens naturais (op. cit.:81).

Como os trabalhos de Fodor e Chomsky estão, em muitos sentidos, aparentados — poderíamos dizer, com humor wittgensteiniano, que há entre suas ideias *semelhanças de família* —, precisamos fazer alguns esclarecimentos sobre as ideias de Chomsky a respeito das questões aqui discutidas.

Em *Linguagem e mente*, ele discute algumas diferenças entre a aquisição da primeira e de uma segunda língua, fazendo para isso, ao mesmo tempo, uma defesa da hipótese inatista e uma crítica a uma certa interpretação exagerada ou distorcida do que ela signifique. De acordo com Chomsky, embora a aquisição de uma segunda língua deva ser distinguida da aquisição da primeira, afirmar que o uso da primeira língua “para dar explicações e instruções” sobre a gramática da segunda seja a principal diferença é superestimar o papel dessas práticas, porque “não se aprende a estrutura gramatical de uma segunda língua por meio de ‘explicações e instruções’, para além dos mais elementares rudimentos, pela simples razão de que ninguém tem conhecimento explícito suficiente” para dar essas explicações e instruções (ML, 281). Mas, por outro lado, também não podemos explicar a aquisição da primeira língua como “aquisição de um sistema simbólico secundário”, como se já tivéssemos um sistema simbólico pré-linguístico (uma espécie de primeira língua anterior à primeira língua). Chomsky diz que não há razões para acreditar que esse suposto “sistema simbólico pré-linguístico” (que em sua opinião não passa de uma metáfora imprecisa) compartilhe propriedades significativas com a linguagem natural e, mesmo que assim fosse, precisaríamos ainda explicar como ele desenvolveu tais propriedades — ou seja, já caímos no círculo vicioso — e como são estabelecidas as analogias necessárias para que a aquisição da primeira língua seja uma simples tarefa de tradução (ML. 282).

Em *Novos horizontes*, o linguista responde ao que considera uma versão deturpada do “mentalismo do MIT” ou “teoria das representações semânticas

inatas” (TRSI) que Hilary Putnam atribui, diz Chomsky, “a Fodor e a mim”²⁸ e que poderia ser resumida pelas seguintes afirmações:

- (a) “Há ‘representações semânticas’ na mente/cérebro.”
- (b) “Elas são inatas e universais.”
- (c) “Todos os nossos conceitos são decomponíveis em tais representações semânticas.” (NH, 316).

Ainda de acordo com Putnam (segundo Chomsky), a “TRSI” defenderia que a mente é “um criptógrafo” que “pensa seus pensamentos em mentalês, codificando-os no local da linguagem natural e, então, transmite-os” a um ouvinte que tem seu próprio criptógrafo na cabeça, que decodificará novamente a mensagem. Todavia, de acordo com Chomsky, a “TRSI” vai *bem além* da linguística internalista que a teoria gerativa defende, ao tempo que a afirmação (c) vai além do estudo da linguagem e a afirmação (b) é imprecisa, porque:

(...) os componentes e os modos de composição de representações fonéticas são presumivelmente inatos, mas as representações não são; são diferentes para o inglês e para o japonês, até mesmo entre línguas irmãs. O mesmo é verdadeiro sobre qualquer coisa que esteja envolvida em fixar significado — “representações semânticas”, ou alguma outra coisa (NH, 317).

Assim sendo, as afirmações de Putnam sobre o “mentalismo do MIT” poderiam ser reduzidas, de acordo com Chomsky, a:

- (d) “Há ‘representações semânticas’ na mente/cérebro.”
- (e) “Elas são construídas com elementos que são inatos.” (NH, 318).

O linguista diz então que, se (d) se sustenta, (e) é inócua, e que a confusão sobre ela é criada por uma suposta “hipótese do inato de Chomsky” (sic) — com frequência refutada, mas nunca formulada — que também vai muito além do que ele realmente defende:

É de presumir que as capacidades cognitivas, como todas as outras, estejam arraigadas em capacitação biológica, e a FL²⁹ (se ela existir) em algum tipo de

²⁸ Em sua resposta, ele não explicita suas diferenças com Fodor (o que fará, como veremos, em outros textos, mesmo que às vezes o faça de forma hesitante), de modo que a refutação que citamos aqui deveria ser entendida, a princípio, apenas em nome próprio.

²⁹ Faculdade da linguagem.

expressão dos genes. Fora isso, ainda que haja hipóteses específicas sobre exatamente o que é inato, não conheço nenhuma delas (NH, 320).

A sua “hipótese do inato”, diz Chomsky, não sustenta a ideia de que haja uma *língua mentis* ou um “vocabulário mental” inato, seja qual for o conteúdo dessas expressões, que são presumivelmente distintas. O “mentalismo do MIT” também não defende, segundo Chomsky, que quando entendemos uma palavra ou qualquer outro signo, associemos essa palavra a um ‘conceito’ que *determina sua referência*, mas, em todo caso, que “quando X entende a palavra P, X *faz uso* de suas propriedades, que *talvez incluam* o Som-I e o Significado-I e, se isso funcionar dessa maneira, o último *desempenha um papel* em determinar a que X se refere ao usar P” (NH, 321.³⁰). Em uma resposta sobre o que é específico aos conceitos humanos, Chomsky os compara com o que ele chama de representações internas dos animais, observando que estudos sobre suas formas de comunicação mostram que, para todos eles, e até para os insetos, não importa qual seja a representação interna existente, “ela está associada, de maneira unívoca, ou a um evento externo independente do indivíduo ou a um evento interno”, mas “o mesmo não se aplica à linguagem humana” (SL, 64).

De acordo com McGilvray, como a visão de Fodor da mente e dos conceitos também pressupõe o inatismo, ela é um contraponto útil às ideias sobre o inatismo de Chomsky (SL, 311). Ele salienta que a visão de Chomsky sobre os conceitos — que também é inatista, mas internalista — difere da de Fodor em três aspectos fundamentais. O primeiro é que, ao contrário de Fodor, o linguista do MIT duvida seriamente que denotações sirvam para individualizar conceitos: ele diz que temos que olhar para eles mesmos “como aparecem em nossa cabeça”³¹, quer dizer, para aquilo que nossa mente faz que sejam e não para as relações com o mundo que Fodor entende como denotações. De acordo com McGilvray, a visão de Chomsky está vinculada à ideia de que referir e denotar é “algo que as pessoas fazem — uma forma de ação humana livre —, não algum tipo de relação ‘natural’, como Fodor quer acreditar” (SL, 314).

O segundo aspecto é que Chomsky duvida do valor de postular o que Fodor chama de “linguagem do pensamento”, cuja formulação lhe parece confusa e

³⁰ Grifos nossos.

desnecessária. Se a linguagem do pensamento é uma espécie de sistema paralelo ao inglês, o francês, etc., não ficaria claro o que realmente seja, porque o que chamamos de “inglês”, “francês”, etc. são entidades muito suspeitas, que provêm da noção de língua encontrada no senso comum, em nada parecida com o que a teoria gerativa entende que seja a Língua-I. Para postular tal “coisa/sistema”, o teórico precisaria dizer o que é que há nela, como se liga à língua natural e como essa ligação é adquirida/aprendida, o que só traz complicações à ciência da linguagem natural e, presumivelmente, de outros sistemas que contribuem para os conceitos. Na visão de Chomsky, como veremos, a “contribuição semântica” da faculdade da linguagem pode ser explicada pela formulação de traços, alojados de alguma forma no léxico (SL, 315-16).

Nesse sentido, o terceiro aspecto que McGilvray ressalta das diferenças entre Chomsky e Fodor se relaciona justamente com a noção de *traço semântico*³². Diferentemente de Fodor, que postula a existência de conceitos “lexicais” atômicos, Chomsky abre a possibilidade de que os modos de apresentação (MDAs [SL, 312]) da linguagem natural sejam analisáveis ou decomponíveis, de forma internalista, de modo que a informação semântica dos itens lexicais poderia se dar na forma de traços como “concreto”, “abstrato”, “animado” e outros similares (ML, 316-17). Contudo, essa proposta precisa de algumas ressalvas, para não ser candidata a cair em novas armadilhas da linguagem. Dizer que os traços semânticos devam ser analisados de forma *internalista* significa dizer que eles não são propriedades das coisas *lá fora* (como diria Fodor). Explica McGilvray:

Pode parecer que eles tenham esse papel no caso de uma sentença que uma pessoa usa para se referir a alguma coisa, pelo menos quando tal frase é tida como verdadeira da(s) coisa(s) à(s) qual(is) a pessoa se refere. Mas referir e sustentar a verdade são ambos atos que uma pessoa executa, e de nenhum modo algo que os traços semânticos “fazem”. Além disso, enquanto sentenças usadas para referir e sustentar a verdade podem ter um lugar de destaque nos pensamentos daqueles que gostariam de manter que esse uso é tanto dominante quanto paradigmático, na verdade não são nem uma coisa nem a outra. A ênfase em sustentar a linguagem distrai a atenção de usos da linguagem muito mais prevalentes no pensamento e na imaginação, na especulação e na autorreflexão etc.; o ponto fundamental é que

³¹ Entendemos essa expressão no sentido metafórico: Chomsky não está falando de alguma forma de introspecção, mas salientando que não há uma relação direta entre um conceito e alguma coisa “fora da cabeça”.

³² Chomsky postula diferentes tipos de traços dos itens lexicais, que podem ser interpretáveis ou não. Os traços semânticos são interpretados na interface semântica.

“dizer a verdade” é, na melhor das hipóteses, uma das muitas maneiras pelas quais um traço semântico pode contribuir para o entendimento, e dar ênfase a esse uso desvia a atenção do fato de que, quando os traços semânticos contribuem de uma ou outra forma, eles são constitutivos de um modo de entendimento e, por isso, possivelmente, são também constitutivos da “experiência” (cf. Chomsky, 1966, 2002, 2009) (SL, 318-19).

Os itens lexicais armazenam informações semânticas que “configuram o modo como compreendemos a nós próprios, a nossas ações e a nosso(s) mundo(s), e não apenas alguma forma específica de ‘conteúdo sensorial’ totalmente interno” (SL, 321). Traços semânticos como ‘concreto’, ‘abstrato’, ‘animado’, ‘inanimado’ etc., nessa perspectiva, não descrevem coisas do mundo, mas contribuem, presumivelmente de forma *inconsciente*, para os modos de entendimento com os quais a linguagem e outros sistemas se relacionam — e, na nossa opinião, essa forma de entender a linguagem e a cognição diferencia claramente o representacionismo atacado por Wittgenstein do internalismo semântico chomskyano. Por isso mesmo, não devemos entender aqui o caráter *composicional* da análise proposta por Chomsky como se ele se referisse a uma soma ou combinação de parcelas do real para formar um determinado objeto que as contém, como as peças de madeira de uma poltrona (PI §§47³³, 59³⁴).

Em diferentes textos e conferências, Chomsky apresenta diversos exemplos, com um estilo didático similar ao dos jogos de linguagem propostos por Wittgenstein³⁵, que ajudam a compreender a maneira como ele entende o papel desses traços semânticos no uso da linguagem e na produção de sentido. De acordo com Cavalcante Barroso (2013:79), eles mostram que “o que se faz com uma palavra sempre depende de como ela é interpretada e sempre há mais de uma forma de se fazer isso”, que depende da forma em que “aspectos diferentes das feições fornecidas pela palavra são enfocados”. Como o próprio Chomsky diz:

³³ “Mas quais são os componentes simples de que se compõe a realidade? — Quais são os componentes simples de uma poltrona? — As peças de madeira com as quais é montada? Ou as moléculas, ou os átomos? — ‘Simples’ quer dizer: não composto. E aí depende: em que sentido ‘composto’? Não tem sentido algum falar dos ‘componentes simples da poltrona, pura e simplesmente’. Ou: É minha imagem visual dessa árvore, dessa poltrona, constituída de partes? E quais são os seus componentes simples? (...)” (PI §47).

³⁴ “(...) Dizemos: o encosto é uma parte da poltrona, mas ele é, por sua vez, composto de madeiras diferen-tes; ao passo que um pé é um componente simples. Vemos também um todo que se modifica (é destruído), enquanto seus componentes permanecem inalterados. Estes são os materiais com os quais construímos aquela imagem da realidade” (PI §59).

³⁵ Ver, por exemplo: PI §§18, 40, 66, 69, 71, 76, 79.

Mesmo as noções mais elementares, tais como coisa nomeável, envolvem de modo decisivo noções intrincadas como a de agência humana. Aquilo que tomamos como objetos, a maneira como nos referimos a eles e os descrevemos, e o conjunto de propriedades com as quais os investimos dependem do lugar que ocupam na matriz das ações, dos interesses e das intenções humanas, em aspectos que estão bem fora da extensão potencial da pesquisa naturalística (NH, 57).

Pensemos por exemplo nos seguintes casos.³⁶ Se uma biblioteca tem duas cópias do livro *Guerra e paz*, de Tolstói, e Peter retira uma delas e John a outra, eles retiraram o mesmo livro ou livros diferentes? Poderíamos dizer ambas as coisas, sendo que, na primeira interpretação, levamos em consideração o componente abstrato e na segunda, o concreto. Mas também podemos considerar ambos os componentes simultaneamente, como quando dizemos que “O livro que ele está planejando irá pesar pelo menos três quilos, se ele o escrever”, ou que “Seu livro está em todas as livrarias do país”. A que “coisa” a expressão “*Guerra e paz* de Tolstói” se refere quando Peter e John retiram cópias idênticas da biblioteca? E quando dizemos que o livro que alguém está escrevendo vai pesar três quilos se for publicado; ou que ele o escreveu, primeiro, “em sua cabeça”?

Se alguma coisa é “água”, depende de interesses e preocupações humanos especiais. Se enchemos uma xícara com o líquido que sai da torneira, dizemos que ela tem água, mas se um saquinho de chá é mergulhado nela, agora não é mais água, mas chá. Todavia, se no reservatório de água alguém tiver despejado chá, o líquido que sai da torneira ligada a ele será, novamente, água, mesmo que um químico não consiga distingui-lo do conteúdo da outra xícara onde mergulhamos o saquinho, que será chá mesmo que a água originalmente colocada nessa última xícara fosse H₂O pura e a outra, que consideramos água, tivesse muitas mais impurezas, por ter sido extraída de um rio. Afinal, na linguagem comum, água *não é H₂O*, que é um termo técnico da química. Para Chomsky, “o uso científico da palavra ‘água’ não é mais legítimo do que *o uso do senso comum*.”³⁷ (Cavalcante Barroso (op. cit.:83).

Uma cidade é concreta e abstrata, animada e inanimada. Los Angeles pode “temer” sua destruição, seja por um novo terremoto ou por uma decisão administrativa. Londres não é um lugar, mas está *em* um lugar, ainda que não seja

³⁶ Os exemplos citados foram escolhidos, combinados e às vezes parcialmente modificados a partir de distintos textos publicados por Chomsky em diferentes livros, principalmente *Novos horizontes* e *A ciência da linguagem*.

³⁷ Grifos nossos.

as coisas que estão nela, que poderiam ser radicalmente mudadas ou removidas, sem que Londres deixasse de ser Londres, que também continuaria sendo a mesma cidade se mudasse de nome. Podemos nos referir a Londres para falar sobre os prédios, as pessoas que moram nela, suas instituições, sua economia, etc. Podemos dizer que Londres é cara, poluída, infeliz, e fica longe de Nova Iorque. Ela poderia ser destruída e reconstruída, talvez um milênio depois e inclusive em outro lugar, ou poderia mudar suas fronteiras, e nem por isso deixar de ser Londres, da mesma maneira que Chelsea está *se preparando* para mudar de local, evitando assim ser destruída pelas enchentes — mas alguns dos seus habitantes acham que, ao mudar, perderá seu espírito. E tem uma cidade que é chamada, ao mesmo tempo, de Jerusalém e al-Quds³⁸, da mesma forma que Londres também é chamada de London, mas no caso daquela, seu lugar é uma disputa política. Como parte dessa disputa, existe a proposta de mudar al-Quds de lugar, para algum porto a nordeste de Jerusalém, deixando Jerusalém onde está. Chomsky diz que esse tipo de discussão apresentaria enigmas conhecidos na literatura filosófica,

(...) se supuséssemos que palavras como ‘Londres’ e ‘Jerusalém’ se referissem a coisas no mundo em alguma linguagem pública, e se tentássemos afiar os significados e ideias para condições sob as quais as pressuposições de uso normal não se sustentassem, falhando em observar alguns dos bons conselhos de Wittgenstein (NH, 225).

A discussão sobre noções como “denotação” ou “verdadeiro”, segundo Chomsky, é muitas vezes mal apresentada. Supõe-se que as relações de denotação ou de verdade sejam necessárias, na linguagem comum, para que se estabeleça a comunicação ou se atribua a noção de verdade ou falsidade. O primeiro, ele diz, não tem base, e o segundo pode ser refutado com exemplos bem simples sobre termos da linguagem comum que têm a ver com o que estamos discutindo, como “língua” e “mente”, por exemplo:

- (1) “O chinês é a língua de Pequim e Hong Kong, mas não de Melbourne.”
- (2) “A mente tem seu lugar próprio, e em si mesma pode fazer do Inferno um Céu e do Céu um inferno.”

³⁸ De fato, ambos os nomes são usados nas placas de rua, em hebraico e árabe.

Podemos dizer que a primeira frase é “verdadeira”, mesmo que o “chinês” não tenha um mundo real denotado, no sentido técnico, e nem precisamos crer que o tenha. E se formos convencidos pelo argumento de Milton (no romance *Paraíso perdido*), vamos concordar que a segunda sentença também é verdadeira, sem necessidade de nos comprometermos com a ideia de que ela se refira a alguma coisa no mundo ou em algum mundo mental obscuro. “Isso não significa negar que tais declarações podem ser feitas com intenções referenciais, mas elas são de uma natureza muito mais intrincada” (NH, 231), diz Chomsky, e não há nenhuma conexão especial entre atribuição de verdade ou falsidade e alguma noção de referência ou denotação num sentido técnico. É impossível não lembrar aqui a seguinte passagem das *Investigações*:

(...) E dizer que uma proposição é tudo o que pode ser verdadeiro ou falso dá no mesmo: chamamos de proposição aquilo a que, na nossa linguagem, aplicamos o cálculo de funções da verdade. (...) É como se alguém dissesse «O rei no xadrez é a figura à qual se pode anunciar o xeque». Mas isto só pode significar que no nosso jogo de xadrez só podemos dar xeque ao rei. Assim como a proposição de que somente uma proposição pode ser verdadeira, só pode dizer que nós atribuímos os predicados «verdadeiro» e «falso» ao que chamamos de proposição (PI §136).

Lembremos agora os cinco princípios que Glock apresenta a modo de resumo da visão agostiniana desconstruída e contestada por Wittgenstein. Relendo-os todos à luz das discussões apresentadas nesta seção e no capítulo anterior do nosso trabalho, chegamos à conclusão de que Chomsky também os rejeitaria, em alguns casos com motivos semelhantes aos de Wittgenstein.

Se a ideia de que *todas as palavras são nomes e todas as sentenças combinações de nomes* seria considerada absurda por qualquer linguista contemporâneo, o modelo “objeto-designação”, que relaciona nomes ou conceitos a objetos, foi contestado por Chomsky em diferentes textos, conferências e entrevistas, como já vimos no capítulo 1 e em todos os exemplos acima. Isso também fica claro, por exemplo, na passagem abaixo:

(...) é ocioso tentar fundamentar a semântica da linguagem natural em algum tipo de relação “palavra-objeto”, qualquer que seja a complexidade da noção construída de “objeto”, bem como seria ocioso fundamentar a fonética da linguagem natural numa relação “símbolo-som”, em que os sons sejam considerados eventos físicos construídos — talvez construtos quadridimensionais indescritíveis, baseados nos movimentos das moléculas, com outras questões despachadas para o departamento de física ou, se se quiser tornar o problema ainda mais irremediável, também para o

departamento de sociologia. Todos concordam que esses procedimentos estão errados para o estudo do lado sonoro da linguagem, e acredito que as conclusões são igualmente razoáveis, no que se refere ao lado do significado. Para cada enunciado há um evento físico, contudo isso não implica que tenhamos que procurar alguma relação mítica entre um objeto interior, como a sílaba [ta], e um evento identificável independente da mente; e, para cada ato de referência, há algum aspecto complexo do mundo experimentado ou imaginado sobre o qual a atenção é concentrada por esse ato, mas isso não quer dizer que uma relação de referência exista para a linguagem natural. Eu acho que não existe, mesmo no nível mais primitivo (ML, 319-20).³⁹

Por outro lado, com relação à ideia de que *a linguagem possa ser reduzida a um sistema de comunicação*, ou que essa seja sua função principal — contestada por Wittgenstein em PI §3.⁴⁰ —, o linguista também é claro:

Quanto à ideia de que “a função básica das linguagens naturais é mediar a comunicação”, não está claro que sentido pode ser atribuído a uma noção absoluta de “função básica” para qualquer sistema biológico; e, se esse problema puder ser resolvido, talvez perguntemos por que a “comunicação” é a “função básica” (NH, 71).

Chomsky questiona inclusive a ideia de atribuir uma função principal a *qualquer* órgão ou sistema e diz que isso tem mais a ver com o interesse de quem faz essa atribuição. Por outro lado, entre outras críticas a essa concepção, ele afirma que: (a) “99,9%” do uso da linguagem é interno à mente.⁴¹ (em “conversas mentais” consigo mesmo que costumam se dar não por meio de sentenças complexas, mas por pedaços, fragmentos paralelos, superpostos, etc.); (b) embora seja verdade que a linguagem também é usada para a comunicação, *tudo* o que nós fazemos é usado para a comunicação (“o estilo de cabelo, os maneirismos, o modo de caminhar e assim por diante”); (c) mesmo quando usamos a linguagem “para a comunicação”, quer dizer, interagindo com outros, disso não se segue que estejamos “veiculando informação” (“Se você está numa festa, há muita gente falando, conversando [...]”, mas a maioria está apenas “se divertindo ou conversando com seus amigos”, sem que isso signifique veicular informação) (SL, 26-7).

³⁹ Note-se a similaridade da analogia de Chomsky com a que Wittgenstein usa em PI §4, embora ele relacione sons “e letras” de uma forma que não faria muito sentido na linguística atual.

⁴⁰ “Poderíamos dizer que Santo Agostinho descreve um sistema de comunicação; só que nem tudo que chamamos de linguagem é este sistema (...)” (PI §3).

⁴¹ Chomsky faz essa afirmação, mas não apresenta dados de alguma pesquisa que ajude a confirmá-la.

Ainda sobre essa questão, é interessante a maneira em que Chomsky questiona, ao mesmo tempo e valendo-se de um raciocínio que as relaciona, a ideia de que a função básica da linguagem seja a comunicação e a ideia de que a comunicação bem sucedida só poderia ser explicada pela existência de uma “linguagem pública” (que ele usa em oposição à noção internalista de Língua-I, mas também poderia ser associada a uma interpretação comunitarista do argumento da linguagem privada de Wittgenstein⁴²), ou de “significados públicos” numa “linguagem compartilhada” com “referências compartilhadas” ou algum tipo de “depósito comum de pensamentos” (alternativa que se afasta de Wittgenstein e parece se aproximar mais de Saussure). Chomsky observa que ninguém chega a esse tipo de conclusão quando se trata dos sons (ninguém postula a existência de uma “pronúncia pública”), mas espera-se que ela se aplique aos significados. Contudo, de acordo com ele:

A comunicação bem sucedida entre Peter e Mary não implica a existência de significados compartilhados ou de pronúncia compartilhada a uma linguagem pública (ou a um depósito comum de pensamentos ou de suas articulações), *mais do que a semelhança física*.⁴³ entre Peter e Mary implica a existência de uma forma pública que eles compartilham (NH, 71).

Na perspectiva da Língua-I, a única estrutura compartilhada entre Peter e Mary é o estado inicial da faculdade da linguagem. Fora isso, não há mais do que aproximações (*semelhanças de família?*), como acontece com outros objetos naturais que crescem e se desenvolvem (Isso nos faz lembrar: “Pode-se dizer então: seu conceito não é igual ao meu, mas tem parentesco com ele” [PI §76]). De acordo com Chomsky, dizemos que Peter e Tom falam a mesma língua, mas Juan fala uma língua diferente, da mesma forma que dizemos que Boston está perto de Nova Iorque, mas não de Londres, ou que Peter e Tom *se parecem* entre si, mas nenhum deles se parece com John. Ele lembra, com humor, que Max Weinreich disse que “uma língua é um dialeto com um exército e uma marinha” (NH, 72), embora a noção de dialeto seja tão suspeita quanto a de língua⁴⁴. Não há problema em usar informalmente noções como essas, diz Chomsky, mas elas não deveriam entrar num discurso teórico explicativo.

⁴² Trataremos dessa questão no capítulo 3, por isso não a desenvolvemos aqui.

⁴³ Grifos nossos.

Em *O conhecimento da linguagem*, Chomsky propõe uma mudança no foco dos estudos linguísticos, da língua exteriorizada (Língua-E) para a língua entendida como sistema de conhecimento linguístico obtido e representado interiormente na mente/cérebro (Língua-I). Uma gramática gerativa não é, para Chomsky, um conjunto de enunciados sobre objetos exteriorizados, mas uma tentativa de explicar exatamente “o que é que alguém sabe quando conhece uma língua” (KL, 39), quer dizer, o que essa pessoa aprendeu de acordo com os princípios inatos.

* * *

Mênon: Podes dizer-me, Sócrates, se é possível ensinar a virtude? Ou não é ensinável, e sim resultado da prática? Ou não é nem uma coisa nem a outra, o ser humano a possuindo por natureza ou de alguma outra forma? (Mênon, 70).

A pergunta que inicia o *Mênon* parece resumir, em poucas palavras, parte do debate filosófico e científico que ainda existe sobre o que seja aprender uma língua, mesmo que esse não seja o tema do diálogo (sobre a virtude): a língua é aprendida na infância pelo ensino, a correção e o treino; ela é desenvolvida pela interação com os adultos falantes, como resultado de uma prática, ou a adquirimos porque estamos naturalmente predispostos a isso, sendo sua aquisição resultado de um processo de maturação e o mecanismo que a permite, inato?

No diálogo, Sócrates afirma que a “virtude” não precisa ser ensinada, porque a alma é imortal, renasceu muitas vezes, contemplou todas as coisas e não há nada que não haja aprendido. De modo que o que os homens denominam “aprendizado” nada mais é do que um processo de reminiscência que nos permite lembrarmos tudo o que aprendemos anteriormente (op. cit., 81d). Para provar sua tese, Sócrates pede para Mênon chamar um dos seus escravos, um jovem que nunca tivera lições de geometria, e obtém dele, através de um experimento psicológico original (“o primeiro experimento psicológico — pelo menos, «experimento mental» — do qual existe registro”, segundo Chomsky [LPK, 15]),

⁴⁴ Para um resumo muito claro e didático dessa questão, sugerimos a leitura de Bagno (2014:34-43).

respostas que “provam” que o jovem já “sabia” os princípios da geometria, que esse conhecimento estava latente em sua alma e apenas precisava ser resgatado ou evocado mediante o estímulo adequado.

Uma das consequências filosóficas desse diálogo, muitos séculos depois, foi a formulação do chamado “problema de Platão”, uma das principais obsessões de Chomsky e ponto de partida para sua explicação sobre a aquisição da linguagem, assim resumido por Bertrand Russell: «Como é possível que os seres humanos, cujos contatos com o mundo são breves, pessoais e limitados, sejam capazes de saber tanto?» (cf. LPK, 15). Chomsky leva a pergunta do campo da filosofia ao da linguística, adotando uma sugestão feita por Leibniz: a resposta de Platão é essencialmente correta, mas precisa ser purgada do erro da preexistência, isto é, da crença na existência de vidas passadas. Curiosamente, uma observação semelhante poderia ser feita a respeito da parte do relato agostiniano que Wittgenstein omite — e portanto, devemos frisar aqui, também exclui de sua crítica nas *Investigações*. Logo antes da passagem citada em PI §1, Agostinho diz:

Dessa época já eu me lembro, e mais tarde adverti como aprendera a falar. Não eram pessoas mais velhas que me ensinavam as palavras, com método, como pouco depois o fizeram para as letras. Graças à inteligência que Vós, Senhor, me destes, eu mesmo aprendi, quando procurava exprimir os sentimentos do meu coração por gemidos, gritos e movimentos diversos dos membros, para que obedecessem à minha vontade. Não podia, porém, exteriorizar tudo o que desejava nem ser compreendido daqueles a quem me dirigia (Agostinho, 2015:36).

Uma variante moderna e não teísta da resposta que está presente no *Mênon* e, mais sutilmente, nas *Confissões*, seria assumir que certos aspectos do nosso conhecimento são inatos, parte da nossa herança biológica, geneticamente determinada, como os aspectos de nossa natureza comum que fazem com que desenvolvamos braços e pernas, e não asas, como os pássaros (LPK, 16). Chomsky diz não entender por que essa conclusão é tão controversa no caso das faculdades mentais, sendo que, ao mesmo tempo, é considerada óbvia ou trivial para todos os outros processos de desenvolvimento: ninguém diria que toda criança passa pela puberdade mais ou menos na mesma idade por influência dos semelhantes ou por imitação (AL, 22). Em diversos textos, ele se refere a isso como uma forma de “dualismo metodológico”, que nos leva a adotar critérios

diferentes para o estudo de tudo o que acontece “do pescoço para cima” (p. ex.: NH, 147-8, 236).

Para fundamentar sua hipótese inatista, Chomsky chama a atenção para uma série de fatos que parecem irrefutáveis: toda criança adquire ao menos uma língua quando pequena, que será aquela à qual for exposta de maneira consistente no período crítico; qualquer criança pode adquirir qualquer língua, desde que exposta a ela, e não há línguas mais fáceis ou mais difíceis; as crianças desenvolvem sistemas gramaticais equivalentes aos dos demais membros de sua comunidade linguística sem que passem por qualquer tipo de treinamento especial ou sejam expostas a uma sequência cuidadosa de dados, e tudo isso acontece a despeito das diferenças que houver entre as crianças (intelectuais, afetivas, de experiência no mundo), numa mesma fase de desenvolvimento e de maneira muito rápida (Miotto *et alii*, 2007:29). O estímulo recebido durante esse processo é “pobre”, quer dizer, o conhecimento linguístico de um adulto é determinado de modo insuficiente pelos dados linguísticos normalmente disponíveis para a criança, que seriam compatíveis com inumeráveis generalizações além daquelas para as quais os falantes convergem (Belletti & Rizzi; NL, 6). A criança ouve um *continuum* de sons que terá de descobrir⁴⁵ como recortar e combinar (Corrêa, 2008:169-70) e que representa apenas uma pequena parte das infinitas sentenças que a língua a ser adquirida pode gerar.

Contudo, o resultado é uma faculdade extremamente inovadora, criativa, ilimitada, livre do controle de estímulos externos ou estados de ânimo internos, coerente e apropriada às diferentes situações em que é usada. Na fala normal, as pessoas não repetem o que ouviram antes, mas produzem formas linguísticas novas — tanto na experiência pessoal quanto na história da língua. O aspecto criativo do uso da linguagem, como Descartes advertiu, diferencia os seres humanos de qualquer outra coisa do mundo físico, da mesma forma que os diferencia das máquinas:

(...) pode-se construir uma máquina que expresse palavras e, inclusive, emita algumas respostas a ações de tipo corporal que lhe sejam causadas e que produzam mudanças em seus órgãos; por exemplo, se a tocarmos numa parte determinada, pode perguntar o que queremos dizer a ela; se o fizermos em outra parte, pode

⁴⁵ Expressões como “terá de descobrir”, ou a ideia muitas vezes mencionada da criança como um “pequeno teórico”, porém, podem nos levar a uma confusão conceitual, de modo que é importante reiterar aqui que estamos falando de processos inconscientes.

exclamar que lhe fazemos dano, e por aí vai. Contudo, jamais acontece que ela coloque suas palavras de modos diversos, para replicar apropriadamente a tudo o que se possa dizer na presença dela, como até o mais ínfimo dos tipos humanos pode fazer (Descartes, no *Discourse on Method*, citado por Chomsky em CL,18)

Ao contrário do que se passa com as máquinas, nós não estamos pré-determinados a agir de determinada forma, mas apenas incitados ou inclinados a fazê-lo: somos livres (LPK, 16-7). A “tarefa” de adquirir uma faculdade como essa pareceria impossível se a criança não dispusesse de algum tipo de conhecimento prévio, um mecanismo inconsciente que lhe permita transformar a massa amorfa de sons que ouve na primeira infância em dados inteligíveis, separar os que são relevantes para o processo de aquisição, organizá-los de alguma maneira e reconhecer a partir deles a gramática da língua a ser adquirida. Ela deveria ser de algum modo “direcionada”, na análise dos dados, para identificar corretamente a gramática de sua língua (Corrêa, 2008:174-75) e construir um sistema de regras que lhe permita compreender e produzir livremente infinitas sentenças que nunca antes ouviu.

A resposta que a teoria linguística postula para resolver a dificuldade lógica que o “problema de Platão” apresenta é que existem restrições à forma das gramáticas de línguas naturais e um mecanismo inato, parte da dotação biológica característica da espécie humana, que “conhece” essas restrições (a gramática universal) e nos permite, a partir delas, identificar e organizar a informação relevante que recebemos naturalmente no contato com o meio linguístico para desenvolver *nossa* língua — um conhecimento interno, mental, de uma gramática e um léxico — que será semelhante à das pessoas do nosso meio, permitindo-nos interagir com elas. Quer dizer, o conhecimento inato vai permitir à criança, a partir de um conjunto limitado de dados, identificar a gramática da língua materna dentre as gramáticas possíveis (cf. Corrêa, 1999:344) e passar do estado inicial (o conhecimento inato) à posse de uma língua específica.

É particularmente interessante o fato de que, durante o período do balbúcio, que dura até por volta dos doze meses, a criança vai ser capaz de produzir e reconhecer sons que não fazem parte da língua do seu ambiente (Lyons, 2013:204), mas, tempo depois, isso não acontecerá mais, porque os dados negativos do *input* — quer dizer, a ausência desses sons na língua do seu ambiente — farão com que a criança “desaprenda” esses sons, quer dizer, ela incorporará as

restrições específicas da língua alvo, que inclui um repertório limitado e específico de fonemas. E se, anos depois, essa criança vir a estudar uma língua estrangeira que faz uso dos sons que ela conseguia produzir e reconhecer na fase do balbucio e “desaprendeu” depois porque não fazem parte de sua língua materna, ela terá bastante dificuldade de adquiri-los (Lyons, op. cit.).

Tudo isso é possível porque as alternativas para a interpretação dos dados do *input* não são infinitas: elas acionam uma série de escolhas que devem ser especificadas e vão completar a gramática da língua adquirida.

As ideias acima apresentadas, que constituem muito resumidamente a “hipótese inatista”, foram postuladas inicialmente por Chomsky em 1981 sob a forma da teoria de princípios e parâmetros. Nela, o estágio inicial do conhecimento linguístico da criança, a gramática universal (GU), é concebido como uma série de princípios e parâmetros que são comuns a todas as línguas naturais, sendo que os valores dos segundos variam de uma língua para outra. Tanto os princípios quanto os parâmetros fazem parte do conhecimento inato, só que os primeiros já vêm ‘prontos’ para serem usados e não são mutáveis, enquanto os segundos funcionam como interruptores com posições ou valores a serem fixados ao longo da aquisição. Ou seja, como os princípios são universais, eles não precisam ser adquiridos, mas os parâmetros, que variam segundo a língua, precisam ser ‘marcados’. No modelo proposto no início por Chomsky, estes seriam relativamente poucos e muito abrangentes, o que permitiria que uma combinação de um número limitado deles pudesse explicar as diferenças existentes entre as línguas naturais. Essa tendência à simplificação da teoria foi aprofundada no Programa Minimalista, a versão mais recente da teoria chomskyana, como veremos na última seção deste capítulo.

Um falante de hindi e outro de inglês partem de um estado inicial comum (AL, 20), mas adquirem línguas diferentes. Se fossem trocados de local ao nascer, a língua aprendida por eles também mudaria (“Se meus filhos tivessem nascido em Tóquio, eles iriam falar japonês, como as outras crianças de lá” [NH, 32]). O sistema de aquisição inato permite que a criança processe os estímulos exteriores de maneira a desenvolver o “órgão da linguagem”, assim entendido “(...) no sentido em que os cientistas falam do sistema visual, do sistema imunológico ou do sistema circulatório como órgãos do corpo” (NH, 31). O caminho da faculdade

inicial da linguagem — o conhecimento inato — ao seu estado *final*⁴⁶ — a competência linguística de um falante adulto da língua X — não é visto pela teoria gerativa como um processo de aprendizagem, mas de maturação, que é iniciado a partir do contato da criança com o ambiente linguístico, no qual a língua ou as línguas a que a criança é exposta funcionam como uma espécie de ‘gatilho’ que desencadeia o processo (Quadros, 2008:60). Um processo que é natural, involuntário, espontâneo, não dirigido por terceiros e, em palavras do próprio Chomsky, “é algo que acontece à criança e não o que a criança efetivamente faz” (NH, 35).

* * *

Embora não tenhamos como saber de que maneira teria reagido Wittgenstein à hipótese inatista de Chomsky, que é diferente de outras hipóteses “inatistas” do passado — comprometidas com uma tradição filosófica que tanto Wittgenstein quanto Chomsky rejeitaram —, várias passagens de diferentes obras do filósofo mostram que ele admitia a possibilidade lógica de existirem habilidades linguísticas inatas, como reconhecem tanto Glock (op. cit.:226) quanto Baker & Hacker⁴⁷ (2009:158-160), embora o primeiro não aprofunde no assunto e os segundos, em outras obras, ataquem fortemente as ideias de Chomsky, às quais se referem como “fantasias incoerentes sobre o conhecimento inato ou a cognição de um complexo sistema de regras” (Baker & Hacker, 1984c:91). Todavia, o certo é que Wittgenstein admitia não apenas a hipótese de existir conhecimento linguístico inato, como também a possibilidade lógica — mas entendamos isto *filosoficamente* — de a capacidade de falar uma *determinada* língua ocorrer de forma inata em um indivíduo:

⁴⁶ “Final”, aqui, não significa que sua faculdade da linguagem não vai mais evoluir ou mudar, mas que já atingiu a maturidade ou estabilidade e que possui uma série de características comuns com os outros falantes que a coloca dentro de um padrão de conhecimento linguístico do falante adulto.

⁴⁷ Os textos destes autores que citamos aqui são traduções próprias das edições em inglês mencionadas na bibliografia. Quando uma citação deles contém outra de Wittgenstein, usamos as

Sim, não é necessário que eu invente um caso, basta apenas observar o caso concreto de que somente com a língua alemã posso conduzir uma pessoa que só aprendeu a língua alemã. (Pois considero o aprendizado da língua alemã um ajustamento do mecanismo a uma certa espécie de influência⁴⁸; e para nós não importa se o outro aprendeu a língua, ou se talvez é constituído desde o nascimento de tal modo que reagisse às frases *da língua alemã* como o homem comum, caso este tenha aprendido *alemão*.⁴⁹.) (PI §495).

Baker & Hacker admitem que existem, com relação a esta questão de fundo, alguns “fatos empíricos, descobertos pela investigação empírica”:

Os seres humanos nascem com uma capacidade de *segunda ordem* única — a capacidade de adquirir a capacidade de falar uma língua. Todos os seres humanos normais são inatamente capazes de aprender uma língua. Essa capacidade, tanto quanto sabemos, é única no reino animal (talvez com a exceção marginal de chimpanzés⁵⁰). É impressionante que essa capacidade de segunda ordem, se não for usada até por volta dos dez anos de idade, desaparece. Mas nenhum ser humano e nenhum outro animal nascem com a capacidade de *primeira ordem* de falar uma língua (Baker & Hacker, 2009:158-59⁵¹).

A distinção que os autores fazem entre capacidades inatas de “primeira” e “segunda ordem” é crucial, justamente, pelas referências de Wittgenstein à possibilidade de uma capacidade linguística inata do primeiro tipo, como se sugere em PI §495⁵², contrariando a evidência empírica. “É concebível que um ser nasça com a capacidade de falar *uma* língua? — perguntam-se Baker & Hacker (op. cit.), e respondem a seguir: — É evidente que Wittgenstein não encontrou nada de paradoxal nessa ideia”⁵³. Alguém pode nascer com uma constituição que o predisponha a reagir às frases da língua alemã como quem a aprendeu, ele diz.

De forma um pouco mais indireta e geral, no *Livro azul*, depois de ter afirmado uma relação de causa e efeito entre o ensino e a compreensão, Wittgenstein já tinha dito que, apesar de existir essa relação, a *necessidade* do ensino para que a compreensão se produza é apenas uma hipótese, e que:

traduções da nossa bibliografia, com seus respectivos números de página; se for o caso, alterando as referências usadas por eles.

⁴⁸ Atenção aqui para as palavras ‘ajustamento’, ‘mecanismo’ e ‘influência’.

⁴⁹ Grifos nossos.

⁵⁰ Não conhecemos evidência de que os chimpanzés tenham essa capacidade.

⁵¹ Os termos “capacidade de primeira ordem” e “capacidade segunda ordem”, usados por Baker & Hacker, não comparecem na obra do Wittgenstein, e não devemos interpretá-los a partir de alguma definição alheia ao pensamento wittgensteiniano, mas a partir dos exemplos usados no texto.

⁵² Ver também BT #191 e seguintes, pp. 208-14.

É concebível (...) que todos os processos de compreensão, de execução de uma ordem, etc., pudessem ter acontecido sem que a linguagem tivesse alguma vez sido ensinada à pessoa. (Isto parece, precisamente agora, extremamente paradoxal.) (BIB, 41).

Posteriormente, no *Livro castanho*, ele apresentou o caso imaginário de uma tribo em que cada membro tivesse nascido com a propensão a seguir uma regra de um jogo — sem necessidade de treinamento — correlacionando “naturalmente” letras (‘A’, ‘B’, ‘C’, ‘D’) com diferentes movimentos de peças (para cima, para baixo, à esquerda e à direita) em um tabuleiro de xadrez. Wittgenstein diz que se trata de um caso surpreendente, porque parece supor um funcionamento extremamente inusual da mente.⁵⁴ Como é que o indivíduo dessa tribo *sabe* para onde deve mover as peças no tabuleiro quando lhe é mostrada uma determinada letra? Nos exemplos anteriores do livro, o cumprimento de ordens se considerava originado no treino, que o precedia, mas Wittgenstein diz que, neste caso, o «estranho mecanismo mental» é na verdade o mesmo que, nos outros, acreditávamos ter sido causado pelo treino.

“Mas *poderá* esse mecanismo ser inato?”, pergunta-se o filósofo, para depois responder com outra pergunta: “Mas não admitiram sem dificuldade que era inato o mecanismo que lhe permitia responder ao treino da maneira como o fazia?” (BrB, 32-33).⁵⁵ Baker & Hacker (op. cit.) também destacam que, em MS.⁵⁶ 179, escrito por volta de 1944 ou 1945, Wittgenstein observou que “quando um adulto ordena ou obedece, ele não se lembra do momento desse treinamento prévio. Talvez ele nunca tenha sido treinado, mas de alguma forma, de repente, em algum momento passado era capaz de falar — de usar a linguagem (MS 179, 2R)”, passagem que lembra o trecho do relato de Agostinho omitido por Wittgenstein na citação de PI §1 (Agostinho, 2015:36), sobre a qual já falamos.

Reconhecidos comentadores da obra do filósofo, Baker & Hacker mencionam as diferentes passagens das *Investigações*, do *Livro azul* e do *Livro*

⁵³ Grifos nossos.

⁵⁴ Atenção para a expressão “funcionamento... da mente”.

⁵⁵ Para os parágrafos do *Livro castanho* citados nessa seção, consultamos diferentes traduções para esclarecer melhor o sentido do texto de Wittgenstein, inclusive o texto em inglês citado por Baker & Hacker e outro em espanhol (Wittgenstein, L. *Los cuadernos azul y marrón*. Traducción de Francisco Gracia Guillen. Madrid: Editorial Tecnos, 1976), porque a tradução portuguesa usada para as outras citações (a que consta na bibliografia) era muito confusa.

⁵⁶ Referência que identifica a localização do texto nos manuscritos de Wittgenstein.

castanho aqui citadas e ressaltam que, já que Wittgenstein admite a possibilidade lógica de uma capacidade linguística inata de primeira ordem (como seria nascer com a capacidade de falar alemão), não deveria resultar mais “incrível” ou “milagroso” que pessoas nascessem com uma capacidade inata de segunda ordem (a de *aprender*⁵⁷ uma língua). É correto e, embora eles não o digam expressamente, o raciocínio está no próprio texto de Wittgenstein, nas passagens do *Livro castanho* acima citadas, quando ele, respondendo à questão de se as regras seguidas pelos integrantes da tribo que associa letras a movimentos no tabuleiro de xadrez poderiam ser inatas, se pergunta por que não nos admiramos antes com a possibilidade de que fosse inato *o mecanismo* (atenção para esse termo!) que permitia, nos exemplos anteriores, aprender regras mediante o treino — uma hipótese mais próxima à de Chomsky.

Mas será que Wittgenstein estava realmente sugerindo que até a capacidade de primeira ordem fosse inata — que alguém nascesse falando *alemão*? De acordo com Baker & Hacker, não poderia ter ocorrido a Wittgenstein (ou a qualquer outra pessoa sensata) que a posse de uma língua humana *específica* (alemão, inglês, português, etc.) fosse inata (op. cit.:160). De fato, isso não seria razoável. Mas, então, por que ele tão despreocupadamente insiste nessa possibilidade lógica?

A razão é, sem dúvida, que a gênese de uma habilidade é irrelevante para a posse dela. O que mostra que alguém é capaz de falar uma língua é seu comportamento atual.⁵⁸ — seu exercício da capacidade de falar e entender. Como ele adquiriu sua capacidade de falar é irrelevante para saber se ele tem essa capacidade. A origem de uma habilidade não faz parte dos critérios para sua posse: «O ensino como

⁵⁷ O termo “aprender” é usado aqui no seu significado corrente, sem distingui-lo (porque Wittgenstein não faz essa distinção, fundamental para Chomsky) do termo “adquirir”, usado na teoria gerativa. De acordo com Corrêa (2006:25), o termo *aquisição* “se refere à incorporação de conhecimento mediante a exposição do indivíduo a um dado tipo de experiência e pressupõe capacidades perceptuais, analíticas e representacionais básicas. Seu uso, no entanto, tende a estar associado a um processo de natureza compulsória que segue um curso próprio, com alto grau de semelhança entre indivíduos, e não supõe a ação deliberada de terceiros para sua consecução. O processo seria deflagrado em função de fatores externos, mas o conhecimento resultante seria função não apenas desses fatores como também da configuração biológica da espécie”; enquanto o termo *aprendizagem* “diz respeito à incorporação de conhecimento (declarativo ou procedimental) a partir de experiência, ou seja, um processo deflagrado em função de fatores externos ao indivíduo. Sua realização pressupõe capacidades básicas de discriminação, identificação de padrões, categorização, indução, generalização, cálculo probabilístico baseado na frequência com que um dado padrão se faz recorrente, assim como pode envolver capacidades de reflexão, raciocínio e julgamento. Esse processo pode estar vinculado à consecução de uma meta ou resolução de uma situação-problema por parte do indivíduo e pode ser conduzido por meio da atividade deliberada de terceiros, de modo formal ou informal”.

⁵⁸ Chomsky vai questionar parcialmente essa ideia, como veremos no capítulo 3, parte II.

história hipotética das nossas ações subsequentes (...) é posto de parte pelas nossas considerações» (BIB, 42) (Baker & Hacker, 2009, op. cit.).

Se descobríssemos uma criatura, humana ou marciana, sozinha numa ilha, que parecesse estar usando uma língua, nós nos preocuparíamos mais com tentar demonstrar que seus proferimentos são realmente uma fala e descobrir o que significam do que com saber de onde ela veio ou quem lhe ensinou a falar, dizem os autores. “E se o nosso amigo marciano insistisse que ele, como todos os marcianos, nunca tinha aprendido a língua de outros, mas nasceu com a capacidade de falar, poderíamos nós insistir que isso é logicamente impossível?” (op. cit.). Na opinião deles, seria irrelevante porque, para Wittgenstein, a origem de uma habilidade não faz parte dos critérios para sua posse.

Podemos concluir, então, que a possibilidade de existir algum tipo de conhecimento linguístico inato, talvez na forma de um sistema de aquisição como o postulado por Chomsky, não interessava a Wittgenstein como hipótese (e nunca se preocupou em estudá-la ou analisá-la profundamente) porque ele não estava preocupado em descobrir, nos termos de uma pesquisa científica naturalística, a *origem* da nossa faculdade de aprender uma língua. Contudo, ele não a rejeitava e, inclusive, em alguns textos, admitiu que talvez fosse uma explicação plausível.

* * *

Como já dissemos no início desta seção, uma das ideias chave da concepção agostiniana da linguagem rejeitada nas *Investigações* é que aprender uma língua é, em algum sentido básico, aprender *nomes*.

Stanley Cavell, um dos mais destacados comentadores da obra de Wittgenstein, analisa de forma particularmente bela e esclarecedora esse problema, confrontando o relato agostiniano sobre como se aprende uma língua com uma visão diferente, inspirada nas ideias do filósofo, que inscreve a nossa introdução no mundo da linguagem num processo maior que lhe dá sentido:

aprender uma língua é aprender as *formas de vida*.⁵⁹ das quais ela se nutre (Cavell, 1979:245). Para isso, o autor expõe detalhadamente e de maneira muito didática uma série de exemplos — citaremos apenas alguns — da “iniciação” linguística de uma criança que põem em xeque a imagem que os adultos geralmente têm do que seja ela estar “aprendendo”. Como destaca Martins (op. cit.),

(...) A consideração da cena do aprendizado será útil aqui justamente porque jogos de linguagem “de nomear” são bastante comuns: adultos tipicamente se empenham em ensinar às crianças os nomes das coisas (em casa, na rua, nos livros de figuras, etc.); crianças amiúde começam, em um dado momento, a perguntar pelos nomes das coisas. E que esse tipo de jogo de linguagem seja recorrente no aprendizado de uma língua é algo que talvez constitua uma razão a mais para que a nomeação seja tantas vezes tomada como o paradigma da significação.

De acordo com Cavell, não é possível dizer para uma criança o que significa uma palavra quando ela ainda não aprendeu o que é “perguntar pelo significado”, da mesma forma que não podemos emprestar alguma coisa para ela quando ainda não sabe o que é tomar emprestado. O que ensinamos a uma criança quando apontamos para uma abóbora e dizemos: “abóbora”? A resposta parece simples, mas não é, porque de nada servirá apontar para a abóbora e dizer “abóbora” se a criança ainda não sabe *o que é uma abóbora*, por exemplo: “que é uma classe de fruto; que é usada para fazer quiches; que tem diversas formas, tamanhos e cores; que essa em particular está deformada e é velha; que uma abóbora insignificante poderia se converter em carruagem, com a Cinderela dentro” (Cavell, 1979:245).

“Mas, então, como começa a aprendizagem?”, pergunta o autor, e responde com outras perguntas: “Mas por que assumir que estamos dizendo para a criança algo que seja informativo?”, “Por que assumir que estamos *ensinando* algo para ela?”. É uma conclusão muito rápida que obscurece a percepção sobre o quão diferente é o que a criança está aprendendo do que nós acreditamos estar ensinando para ela, e o quão imensamente *mais* ela aprende do que nós diríamos que lhe ensinamos. Isso é fundamental para nossa discussão, já que a teoria chomskyana sobre a aquisição da linguagem vai fazer considerações semelhantes, mesmo que com um foco diferente ao dos exemplos de Cavell. E atenção para o seguinte: “Reconsideremos em primeiro lugar o fato óbvio de que não existe,

⁵⁹ Na seção seguinte, discutimos diferentes interpretações da noção de forma de vida na obra de Wittgenstein.

como às vezes supomos, uma *clara* diferença entre aprender e amadurecer”⁶⁰. (Cavell, 1979:246) — o ponto de Chomsky. Vejamos um exemplo:

Suponha que minha filha saiba agora uma dúzia de palavras. (Os livros sobre o desenvolvimento das crianças devem dizer coisas como esta: Na idade de quinze meses, uma criança normal *deveria possuir um vocabulário de* tantas palavras). Uma das palavras que minha filha conhece, como estará registrado no seu Livro do Bebê, é “gatinho”. O que significa dizer que “ela conhece a palavra”? O que significa dizer que “ela a aprendeu”? Considere o dia em que, depois de eu dizer “Gatinho” apontando para um gato, ela repetiu a palavra e apontou para o animal. O que “repetir a palavra” significa aqui? E para o que ela apontou? Tudo o que eu sei (e saberá ela mais do que isso?) é que ela produziu o som que eu produzi e apontou para aquilo para que eu aponte. (...) Ela produziu um som (imitou-me?) que *eu aceitei como sendo aquilo que eu havia dito, ao qual eu correspondi* (com sorrisos, abraços, palavras encorajantes, etc.). Na ocasião seguinte em que um gato apareceu (...) ela repetiu o feito. Mais um item na seção “Vocabulário” no Livro do Bebê.

Considere agora o dia em que, algumas semanas depois, sorrindo para uma estola de pele, ela alisou-a e disse “Gatinho”. Minha primeira reação foi surpresa, e, creio, decepção: ela não sabe realmente o que quer dizer “gatinho”. Mas minha segunda reação foi mais alegre: ela quer dizer com “gatinho” o que eu quero dizer com pele. Ou será que era “macio”?, ou talvez “bom de acariciar”? Ou talvez ela não quisesse dizer nada semelhante ao que minha sintaxe registra como “Isto é um X”. (...) Talvez a sintaxe daquela performance devesse ser transcrita como “Isto é parecido com um gato” ou “Olha que gato engraçado” ou “Não são boas as coisas macias?” ou “Está vendo, eu me lembro como você fica feliz quando eu digo ‘gatinho’”, ou “Eu gosto de ser acariciada”. É possível decidir isso? Trata-se de uma escolha entre essas alternativas? (...) Quando, mais tarde, ela pega uma conta de gás e diz “Uma carta”, ou quando, ao ouvir uma música que escutamos juntos muitas vezes, ela pergunta “Quem é Beethoven?”, ou quando aponta para a cobertura da Convenção do Partido Democrata na TV e pergunta “O que você está assistindo?”, posso me dar conta de que não estamos preparados para ir juntos a certos lugares.

(...) O que eu quis dizer é: em seu mundo não existem ainda gatos — o que nós chamamos “gatos”. Ela não adquiriu ainda as formas de vida que incluem gatos. E não existem de modo parecido a como as cidades e os prefeitos não existirão no seu mundo até bastante tempo depois que as abóboras e os gatos (...) (Cavell, 1979).

O autor retoma a crítica de Wittgenstein, na seção PI §32, a um dos pressupostos implícitos no relato de santo Agostinho (Lembremos: “Agostinho descreve a aprendizagem da linguagem humana como uma criança que chegasse a um país estrangeiro e não entendesse a língua do país; isto é: como se ela já tivesse uma língua, só que não esta”), mas faz uma crítica diferente à que mencionamos

⁶⁰ Lembremos: para Chomsky, a aquisição da linguagem é um processo de maturação, ou, como já dissemos, “é algo que acontece à criança e não o que a criança efetivamente faz” (NH, 35).

no início da seção, que poderia complementá-la: descrever a criança que aprende uma língua como se estivesse fixando rótulos nas coisas é descrevê-la *como se fosse um adulto*, ou como se dominasse as atividades dos adultos (Cavell, 1979:251).

Imaginemos agora uma criança um pouco mais madura, que já sabe perguntar por um nome, já sabe o que é uma fruta e está preparada para receber as abóboras em seu mundo. Talvez as abóboras não sejam para ela exatamente o que são para um adulto e se associem a coisas que os adultos não lhes associam, mas isso não impedirá que aprenda o que é uma abóbora; e no futuro talvez lembre dessas associações que fazia naquela época, mesmo que não as faça mais, ou sim. Seja como for, o que a criança vai aprendendo sobre os conceitos, e também sobre os “objetos”, vai crescendo gradativamente junto com seu mundo, não importa que se trate de abóboras ou do amor, a confiança, ou a autoridade:

Ao “aprendermos uma língua” não aprendemos apenas quais são os nomes das coisas; mas o que é um nome; não apenas a forma para expressar um desejo, mas o que é expressar um desejo; não apenas qual é a palavra para “pai”, mas o que é um pai; não apenas a palavra para “amor”, mas o que é amor. Ao aprendermos uma língua, não aprendemos somente a pronúncia dos sons ou sua ordem gramatical, mas as “formas de vida” que fazem desses sons as palavras que são, que fazem com que realizem os feitos que realizam — nomear, chamar, apontar, expressar desejo ou afeição, indicar uma escolha, uma recusa, etc. E Wittgenstein entende as relações entre *essas* formas também como ‘gramaticais’ (Cavell, 1979:253).

Aprender uma língua, nessa perspectiva, não equivale a adquirir um sistema de representação, mas “aprender a tomar parte nos incontáveis jogos de linguagem que se entrecruzam com nossas atividades humanas” (Martins, 2000:31-32). Mas, será que essa concepção sobre o que é *intrinsecamente humano* no fato de aprender uma língua e sobre a relação desse processo com a maturação — explicada por Cavell de uma forma que tem a ver com a iniciação nas *práticas* da vida humana — poderia considerar, também, o que é intrinsecamente humano no aspecto biológico, isto é, compreender a capacidade para aprender uma língua também como uma faculdade inerente à nossa constituição específica e a maturação dessa faculdade da linguagem, também, como derivada dela?

Trataremos disso na seção seguinte.

II. Forma(s) de vida

Nem todas as palavras se referem a objetos, inexistente tal coisa como a relação de nomeação. Além disso, mesmo no caso de expressões referenciais, dizer que seu significado corresponde ao objeto que substituem é fazer um mau uso do termo "significado". O significado de uma palavra não é um objeto de qualquer espécie, mas antes seu uso em conformidade com regras gramaticais. Finalmente, as definições ostensivas não fornecem uma conexão entre linguagem e realidade: os objetos apontados constituem amostras, que fornecem padrões para o uso correto, sendo, sob esse aspecto, parte da gramática.

Além disso, nem todas as palavras são, ou precisam ser, rigorosamente definidas com base em condições necessárias e suficientes para sua aplicação. A definição analítica é apenas uma forma de explicação dentre outras. Muitos conceitos filosoficamente importantes estão ligados por "semelhanças de família", e não por um traço característico comum. Em termos mais específicos, as proposições não se ligam por uma essência comum, por uma forma proposicional geral. Nem todas descrevem estados de coisas, e mesmo entre as que o fazem devemos distinguir tipos diferentes. O significado das palavras e o sentido das frases só podem ser elucidados ao atentarmos para seu uso *no fluxo da vida*.⁶¹ (Glock, 1997:34).

Wittgenstein entende a linguagem como uma “forma de vida” (*Lebensform*, em alemão), uma expressão “famosamente difícil e elusiva no pensamento filosófico” (Martins, 2013:3). O termo aparece — ora no singular, ora no plural, como veremos — apenas dez vezes em toda a obra do filósofo, de acordo com a compilação feita por Velloso (2003:160): cinco nas *Investigações* (PI §§19, 23, 241, II p. 233, 292⁶²); uma no *Da certeza* (OC §358); duas no ensaio: *Cause and effect: intuitive awareness* (21/10/1937 e 22/10/1937); uma no *Remarks on foundation of mathematics* (seção VII, §47), e uma nas *Observações sobre a filosofia da psicologia, vol. I* (RPP I §630).

Tão poucas e imprecisas ocorrências dificultaram sua compreensão e geraram muita controvérsia entre os especialistas, o que levou alguns autores a dizer que se trata de uma noção “propositadamente obscura” e para a qual seria um erro procurar maior esclarecimento (Garver, 1994:237⁶³). Contudo, trata-se de uma noção imprescindível para entender a filosofia wittgensteiniana sobre a linguagem e, em particular, sobre o que seja aprender uma língua, como vimos na seção anterior, principalmente nos textos de Stanley Cavell. De acordo com

⁶¹ Grifos nossos.

⁶² Para o caso das obras usadas para nossa pesquisa, mencionamos aqui os números de página das edições citadas nas referências bibliográficas, que são diferentes das usadas por Velloso.

Martins, o uso de Wittgenstein faz da expressão “forma de vida” se deixa atravessar por uma série de intrigantes tensões:

Entre o comum e o estranho, é certo, mas também entre a singularidade e a pluralidade, entre a necessidade e a contingência, entre a força conservadora e a possibilidade de mudança, entre o comensurável e o inmensurável, entre a natureza e a cultura – isso para citar apenas algumas das perplexidades suscitadas (Martins, 2013:3).

Em texto dedicado ao estatuto da expressão no corpus wittgensteiniano, Velloso (2003) enfatiza que, como já dissemos, ela aparece às vezes no plural e às vezes no singular. A variação pode parecer trivial, porém, como nada é trivial na interpretação de Wittgenstein, ela abriu um debate entre os especialistas na obra do filósofo, dando lugar a diferentes leituras, das quais Velloso destaca quatro, três delas tomando o termo no plural e uma, no singular.

A primeira leitura considera que as expressões “formas de vida” e “jogos de linguagem” são intercambiáveis, podendo ser usadas como sinônimas. Dar exemplos de formas de vida é dar exemplos de jogos de linguagem. A vantagem dessa leitura é que a noção de *jogo de linguagem* é muito mais bem explicada na obra de Wittgenstein, o que preencheria as lacunas que a falta de explicações mais claras sobre a noção de *forma de vida* deixou. A passagem mais citada para dar suporte a essa interpretação é PI §19:

Pode-se imaginar facilmente uma linguagem que seja constituída somente de comandos e informes na batalha. — Ou uma linguagem constituída apenas de questões e de uma expressão de afirmação ou de negação. E inúmeras outras. — E representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida (...).

Embora a ligação textual estabelecida por Wittgenstein nesse parágrafo seja entre “uma forma de vida”, no singular, e “uma *linguagem*”, os exemplos de “linguagem” que ele dá são apresentados, em outras passagens, como exemplos de jogos de linguagem, o que permite aos defensores dessa interpretação concluir que “imaginar um jogo de linguagem é imaginar uma forma de vida” (Velloso, op. cit.:162), de modo que haveria diferentes formas de vida para diferentes jogos de linguagem. E, de fato, em outras partes de sua obra, Wittgenstein usa as expressões “linguagens” e “jogos de linguagem”, no plural, como sinônimas (p.

⁶³ Na citação, Garver se refere à opinião de Max Black.

ex., BIB, 47), ou inclusive se refere à “totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada” como “jogo de linguagem” (PI §7).

Contudo, essa última passagem também pode ser entendida de outra forma: Wittgenstein estaria ali dizendo que a expressão “jogo de linguagem” também pode ser usada, no singular, para se referir ao conjunto formado pela linguagem e pelas atividades a ela relacionadas. Ou seja, podemos usar a expressão “jogo de linguagem” para nos referirmos por exemplo às linguagens primitivas, mas também para indicar “o grande todo composto de linguagem e ação”. Por último, seria plausível considerar que quando Wittgenstein diz que representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida, ele esteja colocando o segundo termo da proposição numa relação de subordinação, ou seja, significando que “quando imaginamos uma linguagem, somos levados a imaginar as atividades que dão origem a ela, somos levados a imaginar uma forma de vida” (Velloso, op. cit.:163). Essa interpretação teria apoio em PI §23 — que é, justamente, a passagem mais importante para explicar, por meio de uma longa lista de exemplos, a noção de jogo de linguagem. Nela, Wittgenstein diz: “A expressão ‘jogo de linguagem’ deve salientar aqui que falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida”. Levando em consideração essa e outras passagens, concordamos com Velloso — e é provável que Chomsky também possa concordar com as questões de fundo que ela coloca — quando diz que:

Essa passagem parece ter o objetivo de realçar a estreita conexão entre falar uma linguagem⁶⁴ e estar imerso em uma situação no mundo. Ao se referir à linguagem como uma parte de uma forma de vida, Wittgenstein estaria sugerindo que a linguagem não envolveria apenas a fala, mas também outras atividades. Assim, quando falamos de jogos de linguagem, estamos nos referindo aos múltiplos usos da linguagem que fazem da nossa fala uma fala com sentido. As atividades, ou os múltiplos usos, por sua vez, são aspectos da nossa forma de vida. Essa conclusão é sustentada também pelas outras ocorrências do termo “forma de vida”. Nas passagens em que esse termo aparece, podemos observar uma preocupação de Wittgenstein em se referir a algo mais fundamental sobre o qual a linguagem cresceria. Assim, enquanto falamos de jogos de linguagem, podemos ainda nos referir à forma de vida como o meio no qual os jogos de linguagem estão imersos; já quando falamos em formas de vida, parece que não podemos seguir adiante. De alguma maneira estamos diante de algo “dado”, algo tão fundamental como “realizar uma ação” (“*Cause and effect: intuitive awareness*”, PO, 21/10/1937). É o ponto onde “a nossa pá entortaria”⁶⁵ (Velloso, op. cit.:164).

⁶⁴ Provavelmente a autora tenha usado “linguagem” como sinônimo de “língua”.

⁶⁵ “«Como posso seguir uma regra» — se esta não é uma pergunta pelas causas, então é uma pergunta para justificar *minha maneira* de agir de acordo com a regra. Se esgotei as

A segunda interpretação para o termo “formas de vida” no plural é a abordagem orgânica proposta por Hunter, de acordo com a qual a situação biológica e orgânica de um indivíduo seria sua forma de vida. De acordo com essa abordagem, “falar é algo que fazemos sem pensar e, portanto, estaria no mesmo nível de outros comportamentos biológicos complexos que são realizados dessa mesma maneira, como comer, andar, beber e brincar” (Velloso, op. cit.:165).

De acordo com Hunter, essa abordagem possui três aspectos importantes: o primeiro é a ideia de que aprender uma língua é resultado de um tipo de treinamento semelhante ao necessário para aprender a dançar; o segundo é que a abordagem orgânica reduz a utilização apropriada da linguagem a um reflexo fisiológico, algo parecido ao ato de tirar a mão de um objeto quente, de modo que apenas retrospectivamente e com um objeto explicativo podemos dizer que tivemos alguma “intenção” ao falar; o terceiro é o que ele chama de “tese da autossuficiência linguística”, de acordo com a qual não precisamos de qualquer “parafernália psicológica” para dizer coisas com sentido e nem de explicações para entender o que outra pessoa diz — que não é mais do que o que está dizendo.

A relação entre linguagem e forma de vida estaria expressa fundamentalmente na passagem 219 das *Investigações*, quando Wittgenstein escreve: “Se sigo a regra, não escolho. Sigo a regra cegamente”⁶⁶. Velloso salienta que, para Hunter, essa passagem não deve ser entendida como uma descrição do modo como nós fazemos, mas como *eu* faço:

Para ele, Wittgenstein estaria enfatizando o pronome pessoal na primeira pessoa justamente para se referir àquela segunda maneira de considerar uma atividade: uma coisa particular, feita por um indivíduo, envolvendo algum tipo de habilidade orgânica.

A linha de argumentação seguida por Hunter se cruza com a discussão de Wittgenstein sobre a noção de regra, que muitos consideram como um argumento contra a possibilidade de uma linguagem privada. Esse argumento, atribuído a Wittgenstein, fala da impossibilidade de critérios de correção para a atribuição de um significado privado a uma palavra, ou seja, um significado que não pode ser expresso linguisticamente. Em diversas partes do seu texto, Hunter considera como um ganho da sua “abordagem orgânica”, bem como da sua “teoria da

justificativas, cheguei então à rocha dura, e minha pá se entorta. Estou inclinado a dizer então: «É assim mesmo que ajo» (...)” (PI §217)

⁶⁶ Como veremos no capítulo 3, parte I, no livro *O conhecimento da linguagem*, Chomsky cita essa passagem de Wittgenstein para argumentar em favor de sua concepção internalista e inconsciente de seguimento de regras (KL, 248).

autossuficiência linguística” (que é um corolário da primeira), oferecer uma explicação de como não conseguimos encontrar esse critério empírico para seguir uma regra (HUNTER, 1971, p. 284 e 289). Essa busca não faria sentido porque, ao falarmos, estaríamos simplesmente nos comportando biologicamente. Um outro ganho é o de que não precisaríamos recorrer a uma interpretação comunitarista (que defendesse a existência de um acordo entre os falantes) para explicar a linguagem (Velloso, op. cit.:169).

Entretanto, o principal problema da abordagem orgânica é que não leva em consideração os aspectos sociais e culturais e nem menciona o que as diferentes formas de vida individuais teriam em comum, já que cada ser humano teria sua própria forma de vida, embora elas não sejam muito diferentes entre si. Vale a pena ressaltar aqui que, embora a concepção da faculdade da linguagem como algo biológico, a noção internalista que parece se expressar nessa abordagem e a ideia de que o seguimento de regras é inconsciente mostrem uma proximidade com o pensamento de Chomsky, outros argumentos se afastam muito dele: Hunter parece adotar um organicismo desumanizado, que vê o homem como um autômato linguístico que usa a linguagem por reflexos fisiológicos (como “tirar a mão de um objeto quente”), rejeitando qualquer explicação (ou “parafernália”) psicológica, adotando uma concepção de aquisição exclusivamente pelo “treino” (que parece ir contra a ideia da base biológica) e desconsiderando os aspectos sociais e culturais que dão sentido à linguagem humana.

A terceira abordagem, a menos interessante para o nosso trabalho, é a defendida por Winch e Pratt, que entendem a noção de “formas de vida” no plural, no sentido de culturas diferentes. Haveria então muitas pessoas envolvidas em uma forma de vida comum, da mesma forma que muitas pessoas têm uma cultura comum; e haveria, é claro, diferentes formas de vida envolvendo diferentes grupos de pessoas. Quando nos encontramos com uma cultura diferente, enfrentamos o problema da incompreensão, porque nossa forma de vida não dispõe dos critérios necessários para aprender a forma de vida do outro, mas a solução para isso estaria no solo comum que há entre todas as culturas que possuem uma linguagem: a racionalidade. Esta seria, segundo com Winch, uma condição de possibilidade para qualquer linguagem. O problema dessa abordagem, como aponta Velloso, é que para resolver o problema do “solo comum” entre diferentes formas de vida entendidas como culturas, ela transforma a própria noção de forma

de vida em algo trivial, recorrendo a outra noção mais fundamental e imprecisa de “significância da vida humana” vinculada à racionalidade (Velloso, op. cit.:175).

Por último, temos a abordagem do conceito de “forma de vida” no *singular*. Seu principal defensor é Newton Garver, quem defende que Wittgenstein esteja se referindo, com esse termo, a uma única forma de vida humana. A principal vantagem dela é que se apoia em quatro das cinco ocorrências da expressão nas *Investigações*, nas quais ela aparece no singular:

E representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida (PI §19).

A expressão "jogo de linguagem" deve salientar aqui que falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida (PI §23).

“Assim você está dizendo, portanto, que a concordância entre os homens decide o que é certo e o que é errado?” — Certo e errado e o que os homens dizem; e os homens estão concordes na linguagem. Isto não é uma concordância de opiniões mas da forma de vida (PI §241).

Só pode ter esperança quem sabe falar? Somente quem domina o emprego de uma linguagem. Isto é, os fenômenos da esperança são modificações desta complicada forma de vida. (Se um conceito tem em mira um caráter da escrita humana, então não tem aplicação sobre seres que não escrevem.) (PI, p. 233).

Garver usa dois tipos de argumento para defender sua interpretação. O primeiro é de tipo textual e tem a ver com a necessidade de contestar a leitura feita de algumas das passagens onde a expressão “forma de vida” aparece no singular, mas foi interpretada no plural pelo contexto. Como já vimos, as seções PI §§19 e 23 das *Investigações* foram usadas para apoiar a primeira abordagem, que relaciona os termos “forma de vida”, no singular e no plural, à noção de jogo de linguagem e, num sentido mais amplo, à própria noção de linguagem. Garver diz que, no caso de PI §19, mesmo que equiparássemos “linguagem” a “jogo de linguagem”, seria errado afirmar que “da premissa: quando eu imagino uma linguagem eu imagino uma forma de vida, [...] se siga que quando eu imagino duas linguagens eu imagino duas formas de vida” (Garver, 1994:245).

O mesmo critério vale para a passagem PI §23, na qual, mesmo que entendamos que existem diversos jogos de linguagem, todos eles fazem parte de “uma” forma de vida: a humana. Por último, com relação a PI §241, Garver mostra que ela foi citada erroneamente colocando a expressão forma de vida no plural, por exemplo, quando Cavell cita “Verdadeiro e falso é o que os homens

dizem, e os homens concordam na linguagem... em formas de vida” (Cavell, 1979:71, 72, 76 e 648). Nas *Investigações*, essa passagem inclui a expressão no singular.⁶⁷

Com relação à página 292 da parte II, a única do livro em que a expressão aparece no plural (“O que deve ser aceito, o dado — poder-se-ia dizer — são *formas de vida*”), Garver diz que o exemplo é ruim, porque trata-se de uma sugestão e não de uma afirmação (“poder-se-ia dizer”), e porque existe um antecedente para essa passagem nas *Observações sobre a filosofia da psicologia*, onde a expressão “formas de vida” não aparece, o que poderia mostrar que Wittgenstein estava hesitante a respeito do seu uso: “O que deve ser aceito, o dado — poderíamos dizer — são fatos da vida” (RPP I §630). E, se a passagem da página 292 é um mau exemplo, a da página 233 é, para este autor, muito importante, porque nela Wittgenstein parece ligar definitivamente a noção de forma de vida à capacidade de falar: só pode ter esperança quem pode falar, porque a esperança faz parte dessa complicada forma de vida:

Existe apenas uma alternativa [de interpretação] permitida pelo texto, que a forma de vida referida seja a daqueles que podem falar. E isso só pode significar a forma de vida determinada pelo domínio do uso de uma língua (Garver, 1994:253-254).

Como já dissemos, o autor usa dois tipos de argumento para defender sua interpretação. Além dos argumentos exegéticos acima citados, ele apresenta outro de tipo mais geral que se relaciona com as passagens PI §§241, p. 233 e p. 292. Em todas elas, a expressão “forma de vida” (inclusive no caso em que aparece no plural) é usada como um “ponto final” para a busca de justificativas, e os exemplos mencionados são de atividades humanas comuns a toda a espécie. Ou seja, para nós, humanos, há apenas *uma* forma de vida possível, a *humana*, e o que parecem ser situações de conflito radical entre diferentes formas de vida, na verdade, não o são. O desentendimento é mais o resultado de não termos aprendido os costumes dos outros do que de uma incapacidade de aprendê-los e, nesse sentido, poderíamos dizer que há uma única “linguagem” — uma única forma de vida — para toda a nossa espécie.

⁶⁷ “That is not agreement in opinions but in form of life”, na edição em inglês da Basil Blackwell. Também aparece no singular nas duas edições em português que consultamos, sendo que na edição da coleção “Os pensadores” diz “modo de vida”, em vez de “forma de vida”.

A distinção entre forma(s) de vida no singular e no plural — ou, dito de outra forma, entre uma visão ampla e outra mais restrita dessa noção — foi mencionada por Saul Kripke e, posteriormente, pelo próprio Chomsky, como uma possibilidade de aproximação entre o pensamento wittgensteiniano e a hipótese inatista da teoria gerativa chomskyana. De acordo com Kripke:

Alguns aspectos das ideias de Chomsky se dão muito bem com a concepção de Wittgenstein. Em particular, segundo Chomsky, restrições altamente específicas da espécie — uma «forma de vida» — levam a criança a projetar, a partir de uma exposição a um corpus limitado de orações, uma diversidade de orações novas para situações novas. Não há inevitabilidade *a priori* em que a criança continue do modo como o faz, a não ser a de que é isso que a espécie faz (Kripke, 2006:109 n77).

Na sua crítica geral à leitura de Kripke sobre o argumento da linguagem privada, que analisaremos no capítulo 3, Chomsky aceita a sugestão deste sobre a possibilidade de tomar de forma ampla a noção de «forma de vida» (ele coloca a expressão entre aspas, como Kripke, interpretando que este o fez para identificar um uso metafórico). O linguista diz que o uso “técnico” da expressão (que poderíamos identificar com a abordagem “no plural”, de acordo com a discussão acima) estaria no nível da gramática particular, isto é, cada forma de vida seria uma língua, enquanto o uso “ampliado” (ou “no singular”, no sentido de haver uma única forma de vida) estaria no nível da gramática universal: o “estado inicial” da faculdade da linguagem que é comum à *forma de vida* humana:

Podemos modificar a solução de Wittgenstein de modo que incorpore de forma explícita esta distinção, de forma que comece a se aproximar do uso normal. Contudo, se fizermos isso, derivamos uma análise muito diferente da «prática» de atribuir conceitos e conduta regida por regras, uma análise que joga por terra o argumento da linguagem privada⁶⁸ e as consequências dele. Um membro da espécie pode muito bem ter uma experiência única que dê como resultado um sistema único de regras, uma linguagem privada⁶⁹, embora possamos «introduzi-lo em nossa comunidade» no sentido amplo de «forma de vida».

⁶⁸ Como veremos no capítulo 3, Chomsky se refere à leitura de Kripke do argumento da linguagem privada, que é contestada por outros comentadores da obra de Wittgenstein, embora o linguista evite essa discussão e o aceite como sendo “o argumento de Wittgenstein”.

⁶⁹ Chomsky está se referindo aqui à noção gerativista de Língua-I, que não seria equiparável à noção de linguagem privada como ela é interpretada por alguns dos mais destacados especialistas em Wittgenstein, como Baker & Hacker, Glock, etc.

Na verdade, este não só é o caso normal, mas justificadamente o único que se dá, se investigarmos a língua de uma pessoa com suficiente detalhe. Isto é, podemos esperar que a língua de Jones seja diferente da nossa, pelo menos em alguns aspectos, e uma análise correta do seguimento de regras deveria ser globalista, dando conta do fato de que Jones segue uma regra em particular, não de uma forma isolada, mas no contexto de (os supostos tácitos ou explícitos sobre) toda sua língua e, sem dúvida, de muitas coisas mais. Na verdade, essa conclusão se encontra implícita na abordagem de Wittgenstein. Nesses aspectos mais amplos dificilmente possamos esperar que Jones seja como nós (KL, 255-56).

E, na página seguinte, discutindo o exemplo fictício de Robinson Crusoe:

Podemos perguntar como atribuímos na vida normal a categoria de pessoa a Robinson Crusoe e que sentido tem essa atribuição; e se, como cientistas, estamos autorizados a dizer que essa atribuição equivale a uma afirmação fática de que Robinson Crusoe divide com outras pessoas alguma propriedade real, em particular o estado inicial S_0 da faculdade linguística, de forma que, dada sua experiência, segue as regras do estado que atinge, S_L , não as nossas. A resposta à primeira questão parece constituir uma vaga e intuitiva versão da resposta do cientista: ser uma pessoa é ser uma entidade de uma certa classe, com certas propriedades; decidimos que Robinson Crusoe é uma entidade desse tipo, essas propriedades da natureza da pessoa, mediante uma investigação do que ele faz sob diferentes condições (KL, 257).

Após uma discussão sobre critérios cartesianos e humeanos (que é uma resposta a Kripke e sua “solução cética de Wittgenstein”, como veremos no capítulo 3, parte I), Chomsky diz que o núcleo da concepção de Wittgenstein lhe parece “bastante plausível” e não seria improvável “estender o paradigma wittgensteiniano” para dar conta dos casos de atribuição de regras que violam o paradigma comunitarista da leitura de Kripke, substituindo a máxima “eu te atribuo regras se você der as respostas que eu estaria inclinado a dar”, incapaz de explicar uma ampla gama de casos normais de seguimento de regras, por “eu te atribuo (embora não sejam as minhas) as regras que eu teria seguido se tivesse tido tua experiência”. E a explicação de Chomsky para isso é que “eu te atribuo regras porque você parece uma pessoa” (KL, 258). Por último, Chomsky critica novamente a interpretação comunitarista de Kripke, fazendo a ressalva de que ela só faria sentido adotando a interpretação “ampla” da noção de forma de vida:

(...) a referência a uma comunidade não parece acrescentar nada substancial à discussão, exceto com uma interpretação como a cartesiana, que se move no nível em que «forma de vida» se corresponde com a gramática universal, com a atribuição da característica de «ser pessoa» (KL, 265).

Encontramos uma interpretação semelhante na obra de Stanley Cavell, cujas considerações a respeito da noção de “forma de vida” foram tão importantes na seção anterior para falar do modo como Wittgenstein entende o que seja aprender uma língua. No livro *Esta nova América, ainda inabordável*, que inclui o conteúdo de uma palestra dele sobre Wittgenstein na Universidade de Chicago, Cavell diz que a expressão “forma de vida” é amiúde interpretada apenas no sentido de enfatizar a natureza social da linguagem e da conduta humanas — aspectos que ele mesmo enfatiza nos textos sobre a aprendizagem de uma língua que citamos na seção anterior —, “como se sua missão fosse repreender a filosofia por concentrar-se demasiadamente em indivíduos isolados, ou por enfatizar o interior às expensas do exterior, na investigação de questões como o significado, estados de consciência, ou seguir uma regra” (Cavell, 1997:45). Essa ideia não está errada e é importante, ele diz, mas a insistência no social eclipsa outras preocupações de Wittgenstein, sobre o que poderíamos chamar de “o natural”.

Cavell menciona, por exemplo, as seções PI §185 (“Este caso seria semelhante ao caso de uma pessoa que, por natureza, reagisse a um gesto de apontar com a mão, olhando na direção que vai da ponta do dedo para o pulso ao invés de olhar na direção da ponta do dedo para fora”), PI §295 (“O modo de agir comum dos homens é o sistema de referência por meio do qual interpretamos uma língua estrangeira”), as referências à “história natural fictícia” na p. 295 da parte II e, claro, PI §241 (“Certo e errado e o que os homens *dizem*; e os homens estão concordes na *linguagem*. Isto não é uma concordância de opiniões mas da forma de vida”). O eclipse parcial do natural torna a leitura de Wittgenstein demasiadamente convencionalista, como se, ao afirmar que os homens estão “concordes na linguagem”, ele imaginasse algum tipo de contrato ou de regras explícita ou implicitamente combinadas, desconsiderando que essa concordância é “uma forma de vida”. E ela nos diferencia de outros seres:

O sentido biológico ou vertical de forma de vida recorda as diferenças entre o que é humano e as formas de vida ditas “inferiores” ou “superiores” (...). Aqui entra a bela história da mão e do polegar que se lhe opõe, e da postura ereta e dos olhos que se voltam para o céu; mas também da força e do âmbito específicos do corpo humano, dos sentidos humanos, da voz humana (Cavell, 1997:46).

Há um fato interessante na análise deste autor em relação com toda a discussão anterior sobre as diferentes abordagens da noção de *forma de vida*. Ele

foi criticado por Garver por um erro na citação da seção 241, e é verdade que a cita erradamente, falando em formas de vida no plural. Contudo, na sua interpretação, Cavell está mais próximo da abordagem “no singular”. De fato, no livro *The Claim of Reason*, ele menciona PI §241 como parte de uma argumentação que aproxima a noção wittgensteiniana de forma de vida com as ideias de Chomsky e diz que, no uso que Wittgenstein faz do termo “gramática”, há duas reivindicações gerais ou de fundo: a primeira é que a linguagem é algo compartilhado, que as formas em que nós nos apoiamos para produzir ou atribuir sentido são humanas, com limites humanos, e que quando nos referimos àquilo que “podemos” ou “não podemos” dizer, o que fazemos é expressar necessidades que os outros obedecem, conscientes ou não; a segunda é que nossos usos da linguagem são “onipresentemente, quase inimaginavelmente sistemáticos”. De acordo com Cavell:

(...) desde que Wittgenstein escreveu, a ciência da linguística, especialmente a gramática gerativa chomskyana, parece ter feito um longo percurso para chegar a imaginá-lo, desenhando efetivamente seu mapa. O mapa não substitui Wittgenstein, mas poderia confirmar sua fé. Descobrir a profundidade do sistemático na linguagem não era a meta intelectual de Wittgenstein, mas seu instrumento (Cavell, 1979:70).

É importante frisar que o autor esclarece depois que o tipo de investigação que é feita nas ciências naturais é diferente e tem preocupações diferentes daquela que é feita na filosofia. Talvez linguística ou a biologia deem um dia uma explicação científica para a concordância “*em* formas de vida”⁷⁰, mas essa explicação pouco terá a ver com as preocupações de Wittgenstein, porque “nada é mais profundo do que o fato, ou a amplitude, da concordância mesma” (Cavell, 1979:73). Contudo, essa diferença nas preocupações não diminui a aparente concordância em determinados pressupostos, que aqui pretendemos ressaltar.

No final do capítulo que contém essas reflexões, Cavell sublinha que sua intuição geral da concepção wittgensteiniana da linguagem é diferente da que outros filósofos criticam: a sensação de que Wittgenstein faz da linguagem algo demasiado público, que não faz jus ao controle que eu tenho sobre o que digo e ao caráter *interno* — novamente: como diria Chomsky! — do meu significado. Ele

⁷⁰ Embora use a expressão “formas de vida” no plural, Cavell escolhe (e coloca em itálico) por alguma razão a preposição “em”, em vez de “nas”.

diz que o que mais o admira do pensamento de Wittgenstein é como consegue chegar ao edifício completo da linguagem compartilhada,

(...) desde o interior de momentos aparentemente tão frágeis e íntimos — momentos privados — como o são nossas separadas contas e proclamações dos fenômenos; que depois de tudo apenas são algo mais do que nossas interpretações do que ocorre, e sem nenhuma garantia segura das convenções para respaldá-las (Cavell, 1979:78).

A tensão entre natureza e cultura na interpretação da noção wittgensteiniana de *forma de vida* é um tema recorrente nas discussões sobre ela e, a partir dela, sobre a concepção wittgensteiniana de linguagem. Como já vimos nas diferentes interpretações apresentadas, alguns autores favorecem uma abordagem *etnológica* da expressão, de acordo com a qual Wittgenstein pretendia enfatizar com ela a natureza social da linguagem e das condutas humanas e sua dependência de práticas e convenções culturais, enquanto outros adotam uma abordagem *naturalista*, considerando que o filósofo queria sublinhar que há, em alguma medida apreciável, restrições biológicas, comuns a uma única e singular “forma de vida” humana, que limitam nossos modos de agir e reagir (Martins, 2013:3).

Esta última abordagem, mais compatível com a teoria chomskyana, guarda também uma semelhança com os fundamentos filosóficos do gerativismo, já que uma das ideias mais importantes da filosofia cartesiana adotadas por Chomsky é a de que “a linguagem humana é a que exhibe de modo mais claro a diferença essencial entre o homem e o animal” (CL, 18). Wittgenstein, como já vimos, também se refere a essa diferença. E devemos salientar que da mesma forma que, como já mencionamos, o filósofo afirma que “o modo de agir comum dos homens é o sistema de referência por meio do qual interpretamos uma língua estrangeira” (PI §295), ele também diz que “se um leão pudesse falar, nós não seríamos capazes de entendê-lo” (PI, p. 289). Não seríamos capazes porque não participamos da forma de vida dos leões e eles não participam da humana:

Muitas vezes se diz: os animais não falam porque lhes faltam as faculdades espirituais. E isto significa: “eles não pensam, por isso não falam”. Mas: eles simplesmente não falam. Ou melhor: eles não empregam a linguagem — se não levarmos em conta as formas de linguagem mais primitivas. — Ordenar, perguntar, contar, conversar, fazem parte de nossa história natural assim como andar, comer, beber, brincar (PI §25).

A expressão “nossa história natural” parece entrelaçar, na passagem acima citada, os termos em tensão: natureza e cultura. De acordo com Cavell (1997:56), a noção de *forma de vida* de Wittgenstein se aproxima à ideia de “cultura como uma espécie de natureza”, em oposição à ideia de convenção. E essa sugestão nos leva a fazer uma última pergunta, com a qual encerramos esta breve discussão: será que precisamos escolher uma única abordagem possível para o termo forma de vida? Não seria isso, de certa forma, contrário ao espírito da filosofia wittgensteiniana?

Parece-nos claro que há, nos usos que Wittgenstein faz da expressão, dois sentidos igualmente relevantes que não precisamos hierarquizar e que ajudam a compreender a linguagem humana como aspecto constitutivo da nossa forma de vida: ela é, ao mesmo tempo, natureza e cultura, porque não há cultura no vazio, sem o solo natural que permite sua existência, e porque a biologia, sozinha, não explica o que nos faz diferentes dos animais.

Se adotarmos essa interpretação, a complementariedade entre as regularidades do sistema e as do jogo — as de Chomsky e as de Wittgenstein — parece possível.

III. As regras do jogo

Na obra *Estruturas sintáticas*⁷¹, de 1957, que apresenta a teoria gerativa em sua primeira versão, Chomsky diz que “uma gramática de L é um *sistema de regras* que especifica o conjunto das orações de L e atribui a cada oração uma descrição estrutural” (SS, p. 4). Esse sistema de regras deverá ser capaz de gerar todas as sequências gramaticais de L e nenhuma das agramaticais (SS, 2.1). O propósito fundamental da análise linguística de uma língua L, portanto, é separar as sequências gramaticais, que são orações de L, das agramaticais, que não o são, e estudar a estrutura das primeiras.

Mas o que quer dizer que uma sequência seja *gramatical*? A resposta a essa pergunta é fundamental para entender o foco da teoria linguística que começa a ser esboçada nessa obra e esclarecer o que Chomsky entende por “regra”. O linguista adverte que deve ser feita uma distinção entre a noção de “gramatical” e outras que às vezes são confundidas com ela, como “aceitável”, “provável”, “significante” ou “significativo”, ou seja, noções que têm a ver com a adequação do uso, a ocorrência factual e o sentido — quer dizer, uma noção de “gramática” bem diferente da wittgensteiniana, como vimos no capítulo 1. Para Chomsky, uma oração pode ser gramatical independentemente de ela ser verdadeira ou falsa, com ou sem sentido, divertida, ininteligível, trivial, etc. (SS, p. 6-7). A *gramaticalidade* diz respeito à competência⁷², que, como explica Lobato em texto introdutório à teoria gerativa, inclui a habilidade dos falantes de identificar sequências como sendo de sua língua e distingui-las daquelas que não o são:

Como explicar que os falantes/ouvintes possam reconhecer essas propriedades em frases que nunca ouviram ou produziram antes? Só se se admite que, para reconhecê-las, eles fazem uso de regras. Em outras palavras, os falantes não aprendem uma a uma as frases de sua língua: eles depreendem regras de construção de frase que os capacitam a produzir e compreender outras, inteiramente novas (Lobato, 1986:46).

⁷¹ O livro é um esboço, baseado num curso que ele ministrou no MIT em 1956, de um trabalho muito mais extenso: *The Logical Structure of Linguistic Theory* (LSLT).

⁷² Como veremos depois, competência *gramatical*.

Diferentemente da gramaticalidade, a *aceitabilidade* tem a ver com a atuação. As orações são aceitáveis (num determinado contexto) se elas forem convenientes, apropriadas, adequadas ao propósito do momento, etc.⁷³

Para distinguir gramaticalidade de significação⁷⁴ e/ou significatividade (SS, 2.3), Chomsky apresenta um exemplo que é clássico nos estudos gerativos: a sentença (1) “*Colorless green ideas sleep furiously*”⁷⁵ é absurda, não faz sentido e provavelmente nunca foi proferida por um falante num discurso real, mas é gramatical no sentido acima explicado, porque é sintaticamente bem formada. Já (2) “*Furiously sleep ideas green colorless*” é agramatical. A diferença entre elas é evidente para qualquer falante nativo, que pode percebê-la intuitivamente, mesmo que ambas as orações sejam igualmente desprovidas de sentido. Por isso, Chomsky diz que é inútil procurar uma definição da gramaticalidade baseada na semântica.

O julgamento intuitivo e inconsciente que o falante nativo fará sobre a gramaticalidade de (1) e (2) independe do fato de ele ter ouvido alguma vez essas sequências num discurso real. E é razoável supor que ele nunca as tenha ouvido. De fato, se adotarmos um modelo estatístico para julgar a gramaticalidade dessas sequências, deveríamos excluir ambas como “igualmente remotas” do inglês e esse modelo não nos permitiria estabelecer nenhuma distinção relevante entre elas. Entretanto, se lhe pedirem para ler ambas as orações, o falante nativo lerá a primeira com a entonação própria de uma sentença bem formada e a segunda com uma entonação descendente em cada palavra, quer dizer, como se faz com uma sequência de palavras sem relação entre si. Como explicamos esse fato, que pode ser empiricamente comprovado? Como diz Lobato no texto acima citado, os falantes/ouvintes têm a habilidade de reconhecer (mesmo que seja inconscientemente) como sendo ou não da sua língua frases que nunca produziram antes, já que eles fazem uso (inconsciente) das *regras* de construção de frase.

Essa análise de Chomsky é contestada por alguns destacados comentadores de Wittgenstein. De acordo com Glock (1997:44), Wittgenstein nega que exista uma diferença lógica entre as sequências de sons desarticulados (p. ex., “ab sur

⁷³ Em outras obras posteriores (por ex., ATs, 90-97), Chomsky vai dar uma definição de aceitabilidade bem diferente, relacionada à performance.

⁷⁴ No prefácio original do livro, de 1956, Chomsky diz que ele trata da estrutura sintática e se refere a ela, no sentido amplo, como “o oposto à semântica”.

⁷⁵ “Ideias verdes incoloras dormem furiosamente.”

ah”) e absurdos filosoficamente relevantes (p. ex., “Ninguém pode ter meu pensamento”). O filósofo admite que a palavra “absurdo” é usada para excluir diferentes coisas da linguagem, por diferentes razões; porém, seja como for, a exclusão é sempre absoluta (PI §§498-500.⁷⁶). Quer dizer, não há meio-termo: “Não é possível que uma expressão seja excluída mas não completamente excluída — excluída por referir-se ao impossível, mas não completamente excluída porque precisamos pensar o impossível para poder excluí-la” (Glock, op. cit.). A única diferença entre o absurdo ordinário e o filosófico, diz Glock, é que o primeiro é *patente*, podendo ser imediatamente reconhecido pelo próprio som das palavras, e o outro é *latente*, porque são necessárias operações.⁷⁷ para reconhecê-lo (PI §§464, 524). Assim sendo, de acordo com Glock, Wittgenstein rejeitaria a distinção de Chomsky entre (1) e (2) e, em termos mais gerais, a própria tríade semiótica formada pela sintaxe, a semântica e a pragmática:

As anomalias semânticas não são proposições, uma vez que não podem ser usadas num lance no jogo da linguagem; sua falta de sentido envolve justamente aquilo que os semioticistas considerariam mera pragmática, a saber, a ausência de um uso estabelecido (Glock, 1997-44).

Com argumentos e conclusões semelhantes, Baker & Hacker (2009:61) usam dois pares de exemplos distintos. Em primeiro lugar, referindo-se à distinção que “alguns gramáticos” fazem, comparam o mesmo exemplo de sons desarticulados de Glock (“ab sur ah”) com uma série de palavras significativas colocadas uma ao lado da outra de forma agramatical (“*The was it blues no*”). Depois, mencionam o famoso exemplo (1) de Chomsky (“*Colorless green ideas sleep furiously*”), comparando-o, por um lado, com os dois exemplos anteriores, e pelo outro, com uma frase que poderia ser considerada *falsa*: “*This is green all over and yellow all over at the same time*”. De acordo com eles, Wittgenstein discordaria de Chomsky em sua afirmação de que o (1) seja uma sentença *bem*

⁷⁶ Glock não dá as referências neste caso, mas nos parece evidente que ele se refere a essas passagens das *Investigações*.

⁷⁷ Chomsky provavelmente diria que aqui também são necessárias operações, mas ele estaria falando de outro tipo de operações (processos computacionais inconscientes). As “operações” wittgensteinianas — segundo a leitura de Glock — envolveriam procedimentos públicos de comparação, recurso a exemplos, construções de outras situações onde se empregariam as mesmas palavras etc. Em *Da certeza* encontramos exemplos dessas operações (p. ex., OC §§20, 24 e 56).

formada do inglês e consideraria que ela é sem sentido “exatamente no mesmo sentido” que as outras.

Contudo, sem desmerecer o profundo conhecimento destes três autores (Glock, Baker e Hacker) sobre a obra de Wittgenstein, achamos que é possível propor uma análise diferente, fundamentada na nossa interpretação do argumento de Chomsky e dos exemplos que foram comparados com os dele.

Começemos pela análise de Glock. Em primeiro lugar, não nos parece que a distinção que Chomsky faz entre “*Colorless green ideas sleep furiously*” e “*Furiously sleep ideas green colorless*” seja equiparável à distinção entre um absurdo *filosoficamente* relevante (como “Ninguém pode ter meu pensamento”) e a uma sequência de *sons* desarticulados (como “ab sur ah”). A expressão “filosoficamente relevante”, corretamente usada por Glock para se referir ao seu exemplo, não seria aplicável à frase (1) de Chomsky. Esta última é, a princípio, desprovida de sentido na linguagem *comum*, enquanto a de Glock, mesmo que filosoficamente controversa, poderia ser perfeitamente compreensível no emprego cotidiano — e por isso, na nossa opinião, a comparação de Glock cai no tipo de erro filosófico que Wittgenstein denuncia em PI §116.⁷⁸ Com relação ao exemplo (2) de Chomsky, não se trata de um conjunto de sons desarticulados, mas de um conjunto de *palavras significantes* (como mais corretamente dizem Baker & Hacker) em uma sequência *sintaticamente* agramatical, situações que também não são equiparáveis — embora sejam menos distantes que os casos anteriores — se nossa intenção for, como de fato é, analisar um tipo de distinção teórica que se apoia especificamente na sintaxe.

Glock argumenta que, de acordo com Wittgenstein, a palavra “absurdo” é usada para excluir diferentes coisas da linguagem, por diferentes razões, mas a exclusão é sempre absoluta, não podendo haver uma expressão que seja excluída mas não completamente excluída. Isso é correto, mas talvez haja uma confusão conceitual pelo uso da palavra “absurdo”, empregada por Chomsky. Lembremos: o linguista diz, textualmente, que (1) e (2) são *igualmente* absurdas, “mas qualquer falante do inglês reconhecerá que apenas a primeira é *sintaticamente*.”⁷⁹

⁷⁸ “Quando os filósofos usam uma palavra — ‘saber’, ‘ser’, ‘objeto’, ‘eu’, ‘proposição’, ‘nome’ — e almejam apreender a essência da coisa, devem sempre se perguntar: esta palavra é realmente sempre usada assim na linguagem na qual tem seu torrão natal? — Nós conduzimos as palavras do seu emprego metafísico de volta ao seu emprego cotidiano” (PI §116).

⁷⁹ Grifos nossos.

bem-formada”. Ou seja, não há, no texto de Chomsky, uma distinção entre “graus de absurdo”, mas, em todo caso, entre absurdo e agramaticalidade. Como já dissemos, a referência de Glock à “exclusão” de uma expressão deve ter sido tomada de PI §§498-500:

Se digo que as ordens "Traga-me açúcar!" e "Traga-me leite!" têm sentido mas não a combinação de "leite me açúcar", isto não quer dizer que pronunciar esta combinação de palavras não tem nenhum efeito. E se seu efeito for que o outro fixe os olhos em mim e escancare a boca, nem por isso vou chamá-la de ordem para fixar os olhos em mim, etc., mesmo que eu estivesse desejando produzir esse efeito (PI §498).

Dizer "essa combinação de palavras não tem sentido" a exclui da esfera da linguagem e com isso demarca a região da linguagem. Mas pode haver vários fundamentos para se traçar uma linha demarcatória. Quando demarco um local com uma cerca, com um fio ou com qualquer outra coisa, a finalidade pode ser não permitir que alguém entre ou saia; mas pode também fazer parte de algum jogo em que, p. ex. a linha demarcatória deve ser ultrapassada pelos jogadores; ou pode indicar onde termina a propriedade de uma pessoa e começa a de outra, etc. Portanto, com o fato de eu traçar uma linha demarcatória não está dito porque⁸⁰ eu a traço (PI §499).

Quando se diz que uma frase não tem sentido, não é que seu sentido, por assim dizer, seja sem-sentido. Mas que uma combinação de palavras é excluída da linguagem, é retirada de circulação (PI §500).

Na primeira passagem, Wittgenstein distingue duas frases que Chomsky consideraria sintaticamente bem-formadas e “significantes” de outra que não seria, para este último, nem uma coisa nem a outra. Ele está falando de um tipo específico de jogo de linguagem que é recorrente nas *Investigações* (dar e cumprir uma ordem) e explica que a terceira frase não poderia ser considerada uma ordem, mesmo que ela provocasse um efeito, e mesmo que esse efeito fosse o desejado por quem a proferiu, p. ex.: fazer com que o outro “fixe os olhos em mim e escancare a boca”. Fazer uma analogia entre esses exemplos e os de Chomsky não faz sentido. Na segunda passagem, o filósofo se refere à exclusão de uma frase da esfera da linguagem e menciona “não ter sentido” como um dos motivos para tal exclusão, mas diz que não é o único possível e que a mera exclusão não nos informa, por si só, o motivo ou a finalidade dela. E o que diz Chomsky em

⁸⁰ As duas traduções ao português que consultamos usam “porque” (junto), mas deve ser um erro. A edição em inglês da Basil Blackwell diz: “So if I draw a boundary line that is not yet to say what I am drawing it for”, o que entendemos que significa que o fato de traçarmos essa linha ainda não diz *para que* a traçamos, ou seja, a ação não traz embutida nela uma declaração de intenções.

Estruturas sintáticas, onde seus exemplos foram apresentados? Que no uso real dos falantes (ele fala de uma análise estatística que procurasse ocorrências), tanto (1) quanto (2) seriam “excluídas”, sobre a mesma base, como “igualmente” remotas do inglês. A distinção que ele faz não é sobre exclusão e inclusão, mas sobre os motivos que *o linguista* pode analisar, motivos que devem ser teoricamente explicados, quer dizer, e é uma distinção no nível teórico.⁸¹: (1) é sintaticamente bem formada, enquanto (2) não é. A terceira passagem é mais intrincada e poderia valer para a análise de Glock, principalmente se aplicada a (1), mas o resultado acaba sendo o mesmo: no uso, que é o critério de gramaticalidade que interessa a Wittgenstein, essa frase é excluída do inglês, como Chomsky diz.

Por último, Glock não fundamenta sua afirmação de que Wittgenstein rejeitaria “a própria tríade semiótica formada pela sintaxe, a semântica e a pragmática” e não é claro que ele entenda essa “tríade” da mesma forma que Chomsky, uma questão que analisaremos depois. E já que Glock não fundamenta sua afirmação e, portanto, não sabemos onde ele considera que Wittgenstein a confirma, podemos citar uma passagem das *Investigações* onde o filósofo parece estar fazendo uma distinção entre boa-formação *sintática* e sentido, embora o exemplo dele também não seja equiparável a nenhum dos que Chomsky propõe (talvez sim ao absurdo “filosoficamente relevante” de Glock):

Olhemos com atenção a proposição: “A coisas estão assim e assim” — como posso dizer que esta é a forma geral da proposição? — Antes de tudo, esta é uma proposição por si mesma, uma frase em português, porque tem sujeito e predicado. Mas como se emprega esta proposição — a saber, na nossa linguagem cotidiana? Pois só posso tê-la tirado daí.

(...) Dizer que esta proposição está de acordo com a realidade (ou não está de acordo), seria um *absurdo* manifesto, e ela ilustra o fato de o som da proposição ser um sinal característico de nosso conceito de proposição (PI §134).

Essa passagem talvez sirva, também, para relativizar a afirmação de Baker & Hacker — começamos aqui a analisar os argumentos deles — de que

⁸¹ Essa distinção é feita, inclusive, com uma proposta de comprovação empírica, quando Chomsky diz que “se lhe pedirem para ler ambas as orações, o falante nativo lerá a primeira com a entonação própria de uma sentença bem formada e a segunda com uma entonação descendente em cada palavra, quer dizer, como se faz com uma sequência de palavras sem relação entre si” (SS, 2.4). O que, de certa forma, seria compatível com a aplicação ao caso que Glock faz da distinção wittgensteiniana entre absurdo patente e latente: “o primeiro é patente, podendo ser imediatamente reconhecido pelo próprio som das palavras, e o outro é latente, porque são necessárias operações para reconhecê-lo como tal”.

Wittgenstein não consideraria (1) uma sentença “bem-formada” do inglês por sua gramaticalidade sintática, já que o argumento de Wittgenstein sobre o porquê de “A coisas estão assim e assim” ser uma frase em português⁸² é que ela tem “sujeito e predicado”, categorias que são sintáticas. É claro que alguém poderia contra argumentar que a referência é fraca e que Wittgenstein não aprofundou no assunto e nem desenvolveu nenhum argumento sobre o papel, a relevância ou a procedência dessa distinção, mas o mesmo poderia ser dito no sentido inverso: ele também não *negou* que a distinção seja adequada — apenas a sintaxe não foi um tema relevante no seu trabalho, focado na questão do sentido.

Diferentemente de Glock, Baker & Hacker apresentam vários exemplos, que comparam com a frase (1) de Chomsky, dos quais apenas um poderia se assemelhar à frase (2): “*The was it blues no*”. Sobre os outros, não há muito que dizer, porque não são análogos. Sobre esse par, eles dizem que Wittgenstein consideraria ambas as frases sem sentido, “exatamente no mesmo sentido”. Chomsky também diz que ambas são sem sentido (ele diz, mais precisamente, que não são “significantes” ou “significativas” e que são “igualmente absurdas”), embora não o diga no mesmo sentido — mas “no mesmo sentido” parece uma petição de princípio. Em que sentido as frases seriam sem sentido *no mesmo sentido*? Como assim *exatamente*? Quer dizer que não há nenhuma diferença relevante entre elas?

A distinção que Chomsky faz entre (1) e (2), na nossa opinião, faz sentido e é adequada e relevante para explicar a gramaticalidade *sintática*, que é o objetivo *dele* — e uma coisa é dizer que Wittgenstein não estava preocupado com esse aspecto da análise linguística e outra, muito diferente, é afirmar que ele negaria que uma sentença sintaticamente gramatical possa ser considerada diferente, em algum nível de análise, de outra sintaticamente agramatical. É evidente que, do ponto de vista sintático, (1) é gramatical e (2) não, e que isso pode ser percebido intuitivamente — e, como Chomsky afirma, existe evidência empírica de que é percebido também inconscientemente — por qualquer falante. No entanto, contrariando também o que Chomsky diz, não nos parece claro que (1) seja *tão absurda quanto* (2) ou que nenhuma delas seja *significante* “em nenhum dos sentidos semânticos possíveis”. Nessa frase, ele até parece estar concordando (e

⁸² “Português” na tradução.

nós, discordando) com o que Wittgenstein diz em PI §500: “Quando se diz que uma frase não tem sentido, não é que seu sentido, por assim dizer, seja sem-sentido”. Porém, é justamente a gramaticalidade sintática que faz com que diferenciemos intuitivamente (1) e (2), sendo que, da primeira, se nos pedissem para explicar (PI §75), provavelmente falaríamos que o sentido de (1) é “meio sem-sentido” — já, com relação a (2), provavelmente não saberíamos o que dizer. O que reforça nossa opinião de que elas não são sem sentido *exatamente no mesmo sentido*.

De fato, por outros motivos, o próprio Chomsky acaba relativizando sua própria afirmação. Em um parágrafo posterior, ele reconhece que (1) poderia ser produzida em um contexto suficientemente forçado, enquanto (2) não o seria nunca — *será? E por que estamos, então, discutindo a respeito dela desde 1957?* —, embora diga que isso não invalida a noção de gramaticalidade proposta. E, na introdução à edição espanhola de *Estruturas sintáticas*, ele diz que pode ser apropriado, em algumas ocasiões, construir e usar locuções que se desviem das regras gramaticais em diversos sentidos⁸³, e que pode ser que existam princípios gerais para interpretar esse tipo de orações (SS, p. 6).

Outra crítica relevante, do ponto de vista wittgensteiniano, à noção de gramaticalidade de Chomsky — e, em particular, a sua relação com as noções de competência e desempenho — é a que foi formulada por Baker & Hacker no livro *Language, Sense and Nonsense* (1984). Lembremos que, no início desta seção, afirmamos que, em *Estruturas sintáticas*, Chomsky diz que a *gramaticalidade* tem a ver com a competência, que inclui a habilidade dos falantes de identificar sequências como sendo de sua língua e distingui-las daquelas que não o são, enquanto a *aceitabilidade* tem a ver com a “atuação” (SS, p. 6).

Essa distinção, assim formulada pelo linguista na introdução à edição espanhola do livro (também assinada por ele), parece estabelecer uma hierarquia que Wittgenstein não aceitaria e que foi criticada por Baker & Hacker. Na interpretação destes autores, provavelmente baseada nos primeiros escritos de Chomsky, correspondentes a versões já superadas da teoria gerativa, a dicotomia

⁸³ Ou, como dizia Wittgenstein, “(...) se seguires outras regras gramaticais que não sejam tais e tais, nem por isso dizes algo errado, mas estás a falar de outra coisa” (Z §320).

chomskyana entre *competência* e *desempenho* é vista, de certa forma, como uma continuidade da dicotomia saussuriana entre *langue* e *parole* (embora existam diferenças relevantes entre elas, como veremos depois) e ambas são criticadas por traçarem uma fronteira nítida entre a semântica, que estaria, junto à sintaxe, no nível da competência, e a pragmática, que estaria no nível do desempenho (Baker & Hacker, 1984b:67).

Contudo, em um livro posterior a *Estruturas sintáticas*, fazendo referência, justamente, às ideias de Wittgenstein e outros pensadores com relação à teoria do significado e ao uso da linguagem, Chomsky (RR, 52-53) diz que o que chamamos conhecimento linguístico talvez consista em sistemas cognitivos bem diferentes que interagem no desenvolvimento cognitivo normal. Nesse contexto, ele diz que faria sentido analisar o estado mental de conhecimento de uma língua em componentes menores, e então deveríamos fazer uma distinção entre a “competência gramatical” e a “competência pragmática”, que incluiria o que no parágrafo anterior chamamos “aceitabilidade”.

Ora, se há uma *competência pragmática*, distinta da competência gramatical, também deverá haver, em ambos os casos, desempenho. Assim sendo, a associação criticada por Baker & Hacker ficaria totalmente desfeita. Chomsky diz que talvez a competência pragmática também se caracterize por um determinado sistema de regras, mas algumas páginas depois, hesitante, afirma que ela “poderia ser um sistema distinto e estruturado de forma diferente” (RR, 73).

A evolução do seu pensamento linguístico levou Chomsky, tempo depois, a adotar posições ainda mais radicais, desfazendo algumas aparentes contradições com o pensamento wittgensteiniano que pareciam estar presentes nas primeiras versões do gerativismo. Em *Novos horizontes*, o linguista repete a distinção entre competência gramatical e pragmática (NH, 65) e coloca em dúvida o estatuto da semântica na linguística gerativa, afirmando que “é possível que a linguagem natural tenha apenas sintaxe e pragmática” e fazendo questão de mencionar que sua opinião foi influenciada por Wittgenstein (NH, 233).

Mais um aspecto da teoria chomskyana foi questionado por Baker & Hacker na obra acima citada: sua concepção sobre o caráter criativo e recursivo da linguagem, que explica como a esta consegue fazer um “uso infinito de meios

finitos”, para usar a expressão de Wilhelm von Humboldt⁸⁴, a quem Chomsky dedicará boa parte do livro *Linguística cartesiana*.

Como explica Medina (2007:121), a “criatividade linguística” é, desde Humboldt, uma preocupação constante dos filósofos. Estes se perguntam como podemos explicar a capacidade inexaurível de produção linguística que os falantes competentes parecem ter, isto é, a capacidade de produzir um número infinito de sentenças gramaticalmente bem formadas e dotadas de sentido que nunca ouviram anteriormente, a partir dos *meios finitos* da língua. E como os falantes aprendem a fazer isso, quando crianças, em um tempo tão curto e a partir da exposição a um pequeno e imperfeito conjunto de dados, isto é, o problema da “pobreza de estímulo”, do qual tratamos na primeira seção deste capítulo.

Humboldt afirmava que, subjacente a qualquer língua humana, há um sistema universal que expressa os atributos intelectuais exclusivos do homem. Por isso, a linguagem não precisa ser aprendida — e certamente não é ensinada — mas antes se desenvolve “de dentro”, de maneira especialmente predeterminada, existindo as condições ambientais adequadas. Adquirir uma língua, então, é mais uma questão de amadurecimento do que de aprendizado⁸⁵. (LM, 138). Inspirado nessas ideias, Chomsky vai postular que o falante adulto que desenvolveu sua faculdade da linguagem a partir do conhecimento inato dos princípios da gramática universal e a exposição consistente aos dados do *input*, como explicado numa seção anterior, está em posse de um conhecimento interno, tácito, da gramática da sua língua — uma Língua-I — que lhe permitirá “gerar” infinitas sentenças gramaticais. É o que chamamos de *competência*.

Essa teoria chomskyana, contudo, vai ser questionada, do ponto de vista wittgensteiniano, por Baker & Hacker. De acordo com estes autores, o enigma que Humboldt e Chomsky tentam resolver é, na verdade, um mal-entendido e a questão da “novidade” das sentenças deixa de ser enigmático se considerarmos que aquilo que elas fazem no jogo da linguagem é sempre novo, tenham sido elas já factualmente produzidas ou não, pois o contexto de uso, do qual depende o que

⁸⁴ Podemos mencionar outros autores que notaram a natureza especial da linguagem em relação à infinitude: Galileo Galilei (1632), Arnauld & Lancelot (gramáticos de Port Royal) (1660), Darwin (1882), Bar-Hillel (1953), etc. O tema é estudado detalhadamente no livro *Linguística cartesiana*, de Chomsky.

⁸⁵ Lembremos: o mesmo que afirma, do ponto de vista wittgensteiniano, Stanley Cavell, como mostramos na primeira seção deste capítulo.

elas *fazem*, jamais se repete (Martins, 1999:41). Por outro lado, essa característica não é exclusiva da linguagem, mas comum a outras habilidades humanas:

A compreensão tem o caráter “aberto” comum às habilidades. É da natureza de muitas habilidades que sua aquisição possibilite-nos fazer coisas que nunca foram feitas. Muitas das habilidades humanas são plásticas. Aprender a desenhar ou a pintar, fazer vasos de cerâmica, representar ou fazer mímica etc. são habilidades que envolvem uma abertura que seria mal representada se tomada como algo misterioso ou enigmático. Pois seria absurdo admirarmo-nos com o enorme número de quadros possíveis que um artista pode pintar, o incontável número de vasos que o ceramista é capaz de fazer, o sem-número de papéis potenciais que o ator pode representar. (Baker & Hacker, 1984b:354)

A crítica destes autores, contudo, parece-nos inadequada, porque as analogias propostas comparam “habilidades” extremamente diferentes. A noção de infinitude discreta, como foi dito, supõe o uso infinito de meios *finitos* a partir do conhecimento tácito da gramática da língua, de modo que o tipo de “criatividade” que está em jogo não é o mesmo das artes, comum a todos os exemplos propostos no texto acima citado, embora possamos dizer que guarda com ele *semelhanças de família*.

Podemos dizer, por exemplo, que a língua portuguesa tem um número finito de fonemas que não podem ser combinados de qualquer forma, já que existem restrições que limitam as possibilidades combinatórias, e o mesmo tipo de afirmação poderia ser feita com relação a outros componentes da gramática. Qualquer falante competente de português tem um conhecimento tácito que lhe permite gerar sentenças a partir dos meios finitos que a gramática do português lhe oferece. Ora, se aceitarmos a analogia proposta, quais seriam os meios finitos, as restrições e a “gramática” que governariam a capacidade gerativa do desenho, da pintura, da mímica, do teatro ou da criação de vasos de cerâmica? A pergunta pode parecer forçada, mas isso acontece porque a analogia é forçada.

O próprio Chomsky, numa obra anterior à crítica de Baker & Hacker, reflete sobre a associação — e as diferenças — entre o aspecto criador do uso da linguagem e a verdadeira faculdade criadora artística (CL, 44). Ele lembra que, de acordo com A. W. Schlegel, a poesia tem uma situação única entre as artes, porque combina ambas as formas de criatividade:

Reconhecemos essa situação única quando utilizamos o termo «poético» para nos referirmos à qualidade da verdadeira criação imaginativa em qualquer uma das

artes. A explicação dessa posição central da poesia radica em sua associação com a linguagem. A poesia é única no sentido de que seu próprio meio é ilimitado e livre; quer dizer, seu meio, a linguagem, é um sistema com ilimitadas possibilidades de inovação para a formação e expressão das ideias. A produção de qualquer obra de arte vem precedida de um ato mental criador cujos meios são proporcionados pela linguagem. Assim, o uso criador da linguagem que, sob certas condições de forma e organização, constitui a poesia acompanha e serve de base para qualquer ato da imaginação criadora, sem importar o meio em que se leve a cabo. Deste modo, a poesia consegue sua situação única entre as artes e a faculdade criadora artística se relaciona com o aspecto criador do uso da linguagem (CL, 46-47).

Parece-nos evidente que Baker & Hacker pretendem, na verdade, impugnar a ideia de que essas condições sejam realmente necessárias para entender o fenômeno linguístico, mas fazem isso recorrendo a objetos de comparação cuja inadequação resta credibilidade ao argumento, e não oferecem uma alternativa que nos pareça plausível para algumas questões empíricas.

É provável que o motivo disso seja, novamente, a preocupação quase exclusiva de Wittgenstein e seus seguidores com relação à questão do sentido. E, nesse aspecto da análise linguística, como já vimos nas seções anteriores, Chomsky parece concordar com a natureza plástica da significação, que não se deixa reduzir à noção de cálculo. Contudo, na nossa opinião, quando saímos desse território, há fatos que precisam ser explicados por outros meios.

* * *

No início desta seção dissemos que, segundo Chomsky, o propósito fundamental da análise linguística de uma língua L é separar as sequências gramaticais, que são orações de L, das agramaticais, que não o são, e estudar a estrutura das primeiras. Mas, que classe de gramática (ou teoria da gramática) é necessária para gerar (ou descrever estruturalmente) as sequências gramaticais — e apenas as gramaticais?

Seja qual for — responde Chomsky —, a descrição linguística deve reconhecer “níveis de representação”⁸⁶, quer dizer, tratar em níveis diferentes as possíveis combinações de fonemas, morfemas ou palavras; e deve ser finita, isto é,

⁸⁶ Ver a discussão a respeito desse termo no capítulo 1.

não pode ser simplesmente uma lista de todas as sequências gramaticais possíveis de morfemas ou palavras, já que o seu número é potencialmente infinito (SS, 3.1). Partindo dessas premissas, Chomsky analisa brevemente dois modelos sucessivos de gramática que logo desconstrói parcialmente, apontando para suas deficiências, para apresentar finalmente uma primeira versão de sua própria proposta teórica: a gramática transformacional. A discussão nesse texto é útil para entender o caminho que o conceito de regra percorreu na gramática gerativa.

O primeiro modelo analisado é a *gramática de estados finitos* (SS, 3.1-3.3), proposta na teoria da comunicação, que Chomsky descreve como uma “máquina” (no sentido de “autômato idealizado”) que, partindo de um estado inicial, passa por uma série finita de estados internos diferentes e, em cada passo de um estado a outro, produz um símbolo determinado (uma palavra), até chegar ao estado final, deixando como resultado uma sequência (a oração). Essa “máquina” define o conjunto de orações que podem ser geradas numa determinada *língua de estados finitos*, e o modelo representa de forma linear a maneira em que o falante produz sua fala, como uma sequência de palavras que são produzidas uma após a outra. Cada passo entre uma palavra e a seguinte (entre um estado e outro) representaria as restrições gramaticais que limitam a seleção da palavra que vem depois.

Porém, a gramática de estados finitos é incapaz de descrever uma língua como o inglês (ou qualquer outra língua natural humana), como é fácil comprovar, já que ela não dá conta das dependências estruturais entre segmentos descontínuos (ver exemplo 4) e da recursividade, característica fundamental das línguas naturais que permite gerar sequências potencialmente infinitas em extensão a partir de *regras* finitas que podem ser aplicadas infinitas vezes (Lobato, 1986:23-24). Partindo dessa dificuldade, o segundo modelo estudado no livro é o de análise em constituintes, que parece resolver os problemas apontados para o modelo anterior. A estrutura sintática de uma sentença é representada nesse modelo de maneira mais complexa, não como uma sequência linear, mas como um conjunto de representações derivadas consecutivamente umas das outras através de *regras de reescrita*, quer dizer, derivando a sentença por meio da “reescrita” das categorias sintáticas que a compõem.

Por exemplo, reescrevemos S como SN+SV; SN como D+N; SV como V+SN, e SN, outra vez, como D+N e, finalmente, reescrevemos cada categoria lexical (D, N, V, D, N) como uma palavra, chegando assim, por exemplo, à

sentença: (3) “A Maria enviou as cartas”, cuja derivação pode ser representada da seguinte maneira:

(3)	S	(i)
	SN + SV	(ii)
	D + N + SV	(iii)
	D + N + V + SN	(iv)
	D + N + V + D + N	(v)
	A + Maria + enviou + as + cartas	(vi)

As regras de reescrita supõem, por um lado, a aplicação de critérios de *subcategorização*, que limitam as possibilidades (SN pode ser reescrito, por exemplo, como D + N, mas não como D + V) e, por outro, a *recursividade* (S pode ser reescrito como SN + SV, e SV pode ser reescrito, por exemplo, como V + SN ou como V + S, sendo que nesse último caso, o ciclo recomeça, e assim poderia continuar infinitamente⁸⁷).

Podemos dizer, a modo de exemplo, que o verbo “llegar”, em espanhol, não poderá subcategorizar um SN (* Alejandra llegó *el cine*); donde, se tirarmos o SN “Alejandra”, a sentença “Llegó el cine” só poderia ser interpretada como V-S, isto é, *o cinema chegou* (a uma cidade que antes não tinha, por exemplo). Em português, o verbo “gostar” subcategoriza um SPrep (Felipe gosta *de feijão*), enquanto o verbo “amar” subcategoriza um SN (Daniel ama *seu namorado*).

A subcategorização ocorre com todas as categorias lexicais. As preposições, por exemplo, subcategorizam obrigatoriamente um SN ou um constituinte da categoria S' (Raposo, 1992:90-96)⁸⁸. Em obras posteriores, Chomsky amplia a análise das regras de subcategorização, incluindo não apenas as categorias sintáticas, como também determinados traços dos itens lexicais. Contudo, o modelo apresenta insuficiências quando tentamos descrever certos tipos de sentenças, como:

⁸⁷ A recursividade, no entanto, não é infinita na prática. Uma regra pode, em teoria, ser repetida infinitamente (“João disse que a Maria disse que o Pedro disse que o Ernesto disse que a Juliana disse que o Roberto disse...”), e qualquer resultado desse processo recursivo será “gramatical” (o que, lembremos, diz respeito à *competência*). Contudo, a recursividade é limitada por restrições de memória, que Chomsky analisará como um problema de *desempenho*.

⁸⁸ Raposo dá os seguintes exemplos: (1) A Maria comprou o jogo *para a Alexandra*, (2) A Maria comprou o jogo *para a Alexandra brincar*.

(4) [[As [[cartas] [que [[a Maria] [enviou]]]]] [[chegaram] [hoje]]]

A frase acima apresenta dependências que não poderiam ser explicadas numa análise linear, e nem apenas usando as regras de reescrita, como a concordância entre “cartas” e “chegaram”, entre as quais há uma oração relativa que faz parte do SN que contém “cartas” e funciona como sujeito. A proposta de Chomsky para superar esses problemas é a componente transformacional, que vai incluir, além das regras de reescrita, *regras de transformação* que servirão para explicar estruturas como (4), que não podem ser descritas no modelo anterior.

Uma transformação gramatical T, explica Chomsky, opera sobre uma sequência ou sobre um conjunto de sequências com uma estrutura dada e a(s) converte em uma nova sequência com uma estrutura diferente. Por exemplo, transforma a sentença (5) “Maria enviou as cartas” no SN (5.1) “as cartas que Maria enviou” (sujeito de 4), ou na forma passiva (5.2) “As cartas foram enviadas por Maria”. Em ambos os casos, os dois SN (“Maria” e “as cartas”) trocam suas posições, fazendo necessárias outras transformações estruturais que não poderiam ser explicadas apenas com as regras de reescrita. No caso da sentença apassivada, por exemplo, o objeto passa a ser sujeito, o verbo se transforma (virando particípio e ganhando um auxiliar) e a nova frase verbal muda de número para concordar com o novo sujeito. Por último, é inserida a preposição “por” antes do SN “Maria”, que vira SPrep e ocupa agora a posição pós-verbal.

As regras de transformação são aplicadas numa determinada ordem e dependem de certas restrições. Por exemplo, a transformação de uma oração SN + V + SN em passiva só é possível se o verbo for transitivo (SS, 5.4). Ainda no caso das passivas, é interessante ressaltar que as restrições semânticas⁸⁹ (temáticas) devem ser invertidas (“John bebe vinho”, mas não “O vinho bebe John”, na forma ativa; “O vinho é bebido por John”, mas não “John é bebido pelo vinho”, na forma

⁸⁹ No livro, Chomsky não diz que esse tipo de restrições seja de tipo *semântico*, o que poderia contradizer o princípio de independência da sintaxe (SS, 2), mas é claro que existe, pelo menos, um “aspecto semântico” nesse tipo de regra sintática. Contudo, ele não diz nada a respeito e, posteriormente, em 6.2, quando analisa as inter-relações entre os níveis da gramática: fonológico, morfológico e sintático, também não faz referência alguma a um nível semântico. Outro caso interessante é o de 7.6, onde Chomsky apresenta duas orações cuja derivação é idêntica até chegar ao nível de inserção lexical, onde muda o verbo. E as particularidades (semânticas?) do verbo escolhido em cada caso têm consequências na estrutura transformacional (certas transformações são possíveis em uma sentença e não na outra), donde Chomsky conclui que essas orações têm estruturas gramaticais diferentes.

passiva). Chomsky salienta que, se analisarmos as passivas de forma independente na gramática, deveríamos formular de novo todas essas restrições para cada instância de passiva, o que o modelo transformacional evitaria, ao pressupor que o falante internaliza uma única regra capaz de gerar, a partir de uma sentença ativa, a sua correspondente passiva, invertendo as relações temáticas. Ele também classifica as transformações em obrigatórias e optativas. Por exemplo, a transformação ativa / passiva é optativa, mas a transformação do verbo no nível morfo-fonêmico para concordar em número e pessoa com o sujeito é obrigatória.

Como já dissemos, a versão da teoria gerativa apresentada em *Estruturas sintáticas* parte do princípio da independência da sintaxe. No capítulo 9, Chomsky faz algumas breves observações sobre a relação entre sintaxe e semântica que reforçam a ideia de que não é possível encontrar fundamentos semânticos para a teoria sintática, o que é dito explicitamente (SS, 9.1). Ao longo das primeiras páginas desse capítulo, Chomsky refuta uma série de afirmações que propõem diversas formas de dependência da sintaxe respeito da significação. Ele afirma que existe *alguma* relação entre sintaxe e semântica, mas ainda não totalmente compreendida:

Parece claro que há entre os traços formais e semânticos da linguagem correspondências inegáveis, mas só imperfeitas. O fato de que as correspondências sejam tão inexatas sugere que a significação será relativamente inútil como base da descrição gramatical (...). No entanto, o fato de que existem correspondências entre os traços formais e semânticos não pode ser ignorado. Essas correspondências devem ser estudadas numa teoria mais geral da linguagem que inclua uma teoria da forma linguística e uma teoria do uso da linguagem como subpartes (SS, 9.3).

O estudo do aspecto semântico (e do uso) da linguagem é colocado por Chomsky em *Estruturas* como uma tarefa posterior à determinação da estrutura sintática, quer dizer, como uma conta pendente que fica para algum momento no futuro, quando a análise formal estiver mais avançada. Em *Aspectos da teoria da sintaxe* (1965), na seção dedicada à crítica das gramáticas tradicionais, Chomsky questiona a “concepção ingênua” da gramática linear defendida na *Grammaire générale et raisonnée*, segundo a qual ela refletiria a “ordem natural dos pensamentos”, determinando a ordem das palavras por fatores independentes da linguagem, o que levaria a excluir da gramática uma formulação explícita dos processos sintáticos (ATS, 88). A crítica de Chomsky a essa concepção,

surpreendentemente, menciona o mesmo exemplo usado por Wittgenstein nas *Investigações*:

O mesmo ponto de vista aparece sob formas e variantes muito diversas. Para mencionar apenas mais um exemplo, Diderot, num interessante ensaio dedicado em grande parte à questão do modo como a ordem simultânea e sucessiva das ideias se reflete na ordem das palavras, conclui que o francês é único entre todas as línguas no que diz respeito ao grau de correspondência da ordem das palavras à ordem natural das ideias (Diderot, 1751) (ATS, 87).

Estamos aqui diante de um caso semelhante àquele em que alguém imagina que simplesmente não se pode pesar uma frase com a estranha ordem de palavras das línguas alemã e latina como ali se encontra. Primeiramente, tem-se que pensar a frase, e depois colocam-se as palavras naquela ordem curiosa. (Um político francês escreveu, certa feita, ser uma peculiaridade da língua francesa que as palavras estejam ali na ordem em que as pensamos.) (PI §336).

Chomsky diz que esta concepção da estrutura da linguagem persistiu até os tempos modernos “na imagem saussuriana de uma sequência de expressões correspondendo a uma sequência amorfa de conceitos.⁹⁰” (ATS, 88). Para Chomsky, a ideia de que a ordem das palavras é apenas um reflexo dos pensamentos que vão sendo traduzidos em sons, formando sentenças, é ingênua porque não leva em consideração o caráter criativo e recursivo da linguagem, ao qual já nos referimos. Esta e outras diferenças de fundo entre Chomsky e Saussure e outros pensadores anteriores a ambos talvez possam explicar, em parte, o porquê do interesse do primeiro — e o desinteresse do segundo — na sintaxe como ponto de partida para a compreensão do funcionamento da linguagem humana. Em *Linguagem e mente*, Chomsky diz que, para o linguista suíço, os processos de formação de sentenças não pertenciam ao sistema da linguagem, que se limitaria às unidades linguísticas como sons e palavras, umas poucas frases fixas e alguns padrões muito gerais (ML, 53). O *Curso de linguística geral* evidencia essa concepção: há capítulos inteiros dedicados à fonologia e à semântica, que é sem dúvidas o foco do trabalho (o estudo do signo linguístico a partir da relação entre significante e significado), e muito pouco se diz sobre o estudo da sintaxe. Em palavras de Chomsky, para Saussure,

(...) os mecanismos de formação de sentenças são (...) livres de qualquer vínculo imposto pela estrutura linguística enquanto tal. Assim, segundo ele, a formação de

⁹⁰ Ver Saussure (2006:130-32).

sentenças não é estritamente uma questão de *langue*, mas pertence ao que ele chamava *parole*, e assim se situa fora do alcance da linguística propriamente dita; é um processo de criação livre, não vinculada à regra linguística, exceto na medida em que tais regras governam as formas das palavras e os padrões dos sons (ML, 54).

A distinção acima mencionada entre *langue* e *parole*, fundamental para delimitar o objeto de estudo da linguística estruturalista de Saussure, parece encontrar, como já dissemos, um paralelo na distinção entre *competência* e *performance* (ou “desempenho”), proposta por Chomsky e também necessária para delimitar seu objeto de estudo. Em ambos os casos, há uma distinção entre os dados da fala e algum tipo de estrutura subjacente que seria o objeto de estudo do linguista. No entanto, como o próprio Chomsky salienta em *Aspectos*, há diferenças relevantes entre essas duas dicotomias teóricas. Para Chomsky, como já dissemos, a gramática é um sistema de regras e, por isso,

(...) para o linguista, assim como para a criança que aprende a língua, o problema consiste em determinar, a partir dos dados da performance, o sistema subjacente de regras que foi dominado pelo falante-ouvinte e que ele põe em uso na performance efetiva. Logo, no sentido técnico, a teoria linguística é mentalista, na medida em que tem como objetivo descobrir uma realidade mental subjacente ao comportamento efetivo. (...) A distinção que assinalo aqui está relacionada com a distinção *langue-parole* de Saussure; mas é necessário rejeitar o seu conceito de *langue* como sendo meramente um inventário de itens e regressar antes à concepção humboldtiana de competência subjacente como um sistema de processos generativos (ATS, 84).

Enquanto Saussure dá à *langue* um estatuto ontológico próprio⁹¹, independente de cada falante individual⁹², Chomsky se refere à competência *do falante* como uma gramática interna, um estado individual da mente. Como já vimos na primeira seção deste capítulo, ele se refere, muito frequentemente, a

⁹¹ “A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos” (Saussure, 2006:27).

⁹² Contudo, outras leituras de Saussure de certa forma desfazem essa dicotomia entre o individual e o social, entendendo que a reificação do “objeto *langue*” na linguística saussuriana foi decorrente da necessidade de contar com um objeto “real” para o qual pudessem ser formuladas verdades gerais e universais da ciência linguística. Nesse sentido, para Roy Harris, “*Langue* para Saussure é ao mesmo tempo uma instituição social de uma comunidade e um sistema cognitivo na mente de um indivíduo; em outras palavras, é ao mesmo tempo coletiva e individual. Esse duplo caráter não tarda a convergir para uma só estrutura, constituída de um conjunto de relações. A necessidade de reduzir dessa maneira a *langue* é uma necessidade, digamos, operativa. Saussure precisava obter um objeto “manuseável”. Harris alerta, então, para que se perceba que, neste plano em que a *langue* é uma estrutura, o sistema cognitivo e a instituição social são a mesma coisa” (cf. Teixeira, 2003:29-30).

língua-I (interna) de Peter, de Maria etc., já que, quando fala em competência, está se referindo ao estado final⁹³ da faculdade da linguagem de um falante adulto, e não a uma “entidade” social, externa e autônoma, compartilhada por todos os falantes sem distinção. Contudo, a despeito das diferenças entre a língua-I de Peter, Maria etc., o linguista chomskyano vai descrever a gramática a partir de uma idealização — um falante ideal numa situação ideal. Essa idealização é feita, na maioria das vezes, como tentativa de capturar fatos da gramática em estudo, livres de variáveis externas. Portanto, ela não é uma forma de reificação, mas parte de uma metodologia de pesquisa.

Nas *Investigações*, Wittgenstein se refere à idealização ao comparar a linguagem com os jogos, especificamente no que diz respeito ao seguimento de regras. O comentário do filósofo é por demais interessante para refletirmos sobre o tipo de idealização que Chomsky faz, já que Wittgenstein parece justificá-la, ao tempo que adverte sobre o risco de interpretarmos a gramática da palavra “ideal” como se ela se referisse a (ou almejasse) algum tipo de “perfeição” — como se a nossa linguagem corrente (o que Chomsky chamaria “desempenho”) fosse menos perfeita do que aquela linguagem “idealizada” (ou “competência”) que construímos para entender o jogo. Deve ficar claro, diz Wittgenstein, que quando comparamos o uso das palavras com jogos, não podemos dizer que quem usa a linguagem é *obrigado* a jogar um tal jogo, mas apenas que a nossa expressão linguística se *aproxima* de tais cálculos (PI §81).

Como já explicamos, em várias de suas obras, Chomsky diz que a teoria linguística, no quadro gerativista, deveria satisfazer duas condições: (a) descrever a gramática das línguas particulares, (b) ser capaz de caracterizar o estado inicial da faculdade da linguagem (o conhecimento linguístico inato, ou GU) e mostrar o modo como este projeta a experiência no estado atingido. Ele se refere à primeira condição como *adequação descritiva* e à segunda como *adequação explanatória*⁹⁴, sendo que a primeira será alcançada quando “um fragmento de

⁹³ Como já dissemos antes, “final”, aqui, não significa que sua faculdade da linguagem não vai mais evoluir ou mudar, mas que já atingiu a maturidade ou estabilidade e que possui uma série de características comuns com os outros falantes que a coloca dentro de um padrão de conhecimento linguístico do falante adulto.

⁹⁴ Ver a discussão a respeito da noção de “explicação” no capítulo 1.

uma gramática particular se apresenta como modelo de um fragmento do conhecimento linguístico adulto”, enquanto a segunda só será alcançada se esse fragmento descritivamente adequado de uma gramática particular puder ser derivado de dois ingredientes: a gramática universal e “certa trajetória de experiência, os fatos linguísticos que estão disponíveis para a criança aprender a linguagem durante o período de aquisição” (Belletti & Rizzi; em NL:11-12).

As mudanças teóricas observadas no programa de pesquisa de Chomsky refletem a busca por uma teoria com poder explanatório, o que vamos discutir nos próximos parágrafos.

O principal problema do modelo de 1957 era o fato de ele se concentrar quase exclusivamente na gramática do inglês, isto é, era um modelo quase exclusivamente descritivo e particular. No entanto, ele acabou apontando um caminho para o surgimento — sobretudo a partir da década de 1970 — de novas pesquisas, iniciadas por outros linguistas, tomando como objeto outras línguas. Segundo o próprio Chomsky, foram sendo formulados sistemas de regras para cada língua, mas eles eram muito prolixos, complexos e diferentes entre si, afastando a possibilidade de se desenvolver uma gramática universal que pudesse dar conta de todos os fenômenos particulares descritos, sem se tornar tão complexa que deixasse de constituir uma solução para explicar a aquisição da linguagem, como vimos na primeira seção deste capítulo.

No Programa de Princípios e Parâmetros, o conceito de “regra” é parcialmente alterado.⁹⁵ As regras transformacionais ainda existem, mas unicamente como princípios da gramática universal, aplicáveis livremente sobre expressões arbitrárias. Quanto às regras sintagmáticas ou “de reescrita”, Chomsky (MP, 64-65) diz que podem ser completamente dispensáveis, já que, em retrospectiva, ele avalia que eram um mecanismo duvidoso desde o início, recapitulando informações que, na verdade, só podiam ser apresentadas no léxico:

Por exemplo, o fato de que *persuade* toma um grupo nominal (NP) e um constituinte oracional (CP) como complementos, enquanto propriedade lexical, exige que existam regras de estrutura de constituintes que produzam V-NP-CP como realização do constituinte XP cujo núcleo é o verbo *persuade*; e propriedades inteiramente gerais exigem para além disso que XP tem de ser VP (grupo verbal), e

⁹⁵ A seguir, veremos alguns detalhes e exemplos que servem para entender o que contava como “regra” em modelos anteriores da teoria gerativa, o que nos permitirá perceber melhor as diferenças com a noção de regra usada por Wittgenstein.

não, digamos, NP. A possibilidade aparente de eliminar regras de estrutura de constituintes tornou-se clara pelo fim dos anos 60, quando se separou o léxico do sistema computacional e se desenvolveu a *teoria X-barra* (MP, 65).

Por outro lado, a abordagem P&P reduz os enunciados descritivos a duas categorias: independentes das línguas e particulares das línguas. Os independentes das línguas são os princípios da GU e os parâmetros sem especificação (em seu estado neutro). Os enunciados particulares das línguas são especificações — a partir de opções consideravelmente restritas — dos valores particulares dos parâmetros. Ainda nessa abordagem, os níveis de representação para cada sentença produzida são uma estrutura profunda (DS — *deep structure*) e uma estrutura superficial (SS — *surface structure*). A passagem do primeiro nível ao segundo seria feita mediante a aplicação de operações: movimentos, apagamentos e talvez inserções, que podemos resumir na operação geral *mover* α . Cada sentença teria também uma forma lógica (LF — *logical form*) e uma forma fonética (PF — *phonological form*). A forma lógica diz respeito aos significados⁹⁶, enquanto a forma fonética tem a ver com os sons, com a realização fonética da sentença. Das duas estruturas sintáticas, a “profunda” é definida como a interface entre a derivação sintática e o léxico, e a “superficial” é aquela onde estão representadas as operações que transformam a matéria prima da estrutura profunda no “produto final”, visível, que se exterioriza a través da forma fonética. As derivações são formadas pelo sistema transformacional a partir da estrutura profunda até a forma lógica. Num determinado ponto da derivação, na estrutura superficial, a derivação ramifica para formar uma forma fonética.

A expectativa era que as línguas fossem muito semelhantes nos níveis DS e LF. Os princípios investigados pertenciam a duas categorias gerais: os que se aplicam para construir derivações (as operações transformacionais e as condições sobre o modo como operam) e os que se aplicam sobre as representações (condições de licenciamento). Os primeiros são os que já definimos como *mover* α , cuja aplicação é restringida por condições de localidade e outras (o que podemos entender como “regras” no sentido amplo do termo). As condições de

⁹⁶ A palavra “significado” deve ser considerada aqui com muitas restrições, como vimos em seções anteriores, como fazendo referência ao nível de representação que fará interface com outros sistemas cognitivos da mente, que em uma fase posterior são chamados de “conceituais – intencionais”.

licenciamento nos níveis de interface (PF e LF) estabelecem as relações entre a língua e outras faculdades da mente.

Vamos analisar, a modo de exemplo para entendermos as mudanças teóricas que foram acontecendo no quadro gerativista, a noção de Caso.

Como dissemos acima, o modelo de 1957 se concentrava quase exclusivamente na gramática do inglês, de modo que resultava inadequado para explicar a gramática de outras línguas e os princípios da GU comuns a todas. Um exemplo de inadequação das regras pensadas para a descrição do inglês quando usadas para outras línguas é o chamado *filtro dos Casos*. Em 1977, Chomsky & Lasnik publicam um artigo intitulado *Filters and Control*, que postulava a seguinte regra: “uma construção α (vamos supor que α é uma oração), na qual um SN é adjacente a um SV não finito, é agramatical a não ser que α estiver adjacente e no domínio de um verbo ou de uma preposição, como *for*”⁹⁷. Essa proposta, conhecida como *NP-to-VP Filter*, significa que “o sujeito do infinitivo não pode ser um nominal manifesto (isto é, com conteúdo fonológico)”⁹⁸, mas essa restrição pode ser violada quando a cláusula do infinitivo for o complemento de um determinado tipo de verbo⁹⁹, ou quando a cláusula do infinitivo estiver encabeçada por uma preposição.¹⁰⁰ (Muñoz Perez, 2011). A explicação era meramente descritiva e baseada exclusivamente na gramática do inglês, como fica evidente na referência à preposição “for”. Como explica Bezerra Nonato (2008:157),

(...) nos primeiros anos da pesquisa gerativa, o foco empírico se restringia ao inglês e a poucas outras línguas europeias. Quando a atenção dos gerativistas se voltou para os demais troncos linguísticos, começou a “segunda grande expansão da teoria do Caso”, que se tratou de uma expansão interlinguística.

Em carta acadêmica endereçada a Chomsky e Lasnik, o linguista francês Jean-Roger Vergnaud, apresentou críticas ao filtro dos Casos proposto e sugeriu que algo geral, menos específico de uma língua, fosse assumido, propondo uma reformulação da regra, que culminou no novo filtro dos Casos proposto por Chomsky em 1981:

⁹⁷ * [α NP to VP], unless α is adjacent to and in the domain of Verb or for ([-N])

⁹⁸ Assim citado por Muñoz Perez (2011), quem apresenta os seguintes exemplos, retirados de um artigo de Bobaljik e Wurmbrand: (1) *Leo decided* [(**Lina/himself*) to leave], (2) **Leo to win would be great*.

⁹⁹ Exemplo: (3) *Leo believed* [*Lina to be a genius*].

Uma estrutura com a forma [α... SN...], onde o SN está em uma posição de Caso regido e α é o primeiro nóculo ramificante acima do SN, é agramatical, a não ser que (i) α seja um domínio [-N] ou (ii) α seja adjacente a [-N] e esteja dentro do domínio de [-N].

Segundo Muñoz Perez (2011), em termos posteriores, isso é traduzido da seguinte maneira: “Um nominal deve manter uma relação local com uma categoria [-N] (uma preposição ou um verbo) para que ela possa lhe atribuir Caso”¹⁰¹, regra que se mantém até hoje na gramática gerativa. Segundo Bezerra Nonato (op. cit.), a partir da carta de Vergnaud,

(...) a teoria do caso, em suas várias versões, tem assumido um papel central na teorização gerativa. Por via dela, fenômenos que a princípio não eram passíveis de mais que uma descrição fragmentária passaram a ter uma explicação unificada. Entre eles a promoção a sujeito do argumento interno de verbos apassivados e inacusativos, o licenciamento sob determinadas circunstâncias do sujeito de verbos no infinitivo, o alçamento à matriz do sujeito de subordinadas infinitivas e a ordenação específica dos argumentos verbais.

O novo filtro conseguiu explicar fenômenos que o anterior era incapaz de explicar e se mostrou capaz de ser aplicado às outras línguas, além do inglês. Muñoz Perez (2011) ressalta uma frase da carta de Vergnaud que anteciparia uma grande mudança na gramática gerativa, “do modelo de regras a outro baseado em princípios universais”. Vergnaud diz que o filtro proposto “é muito parecido com um princípio de gramática universal”.

A mudança que começou com o Programa de Princípios e Parâmetros foi aprofundada, tempo depois, no Programa Minimalista: o processo de “emagrecimento” da teoria, finalmente, *acabou com a noção técnica de regra apresentada nos modelos anteriores* e assumiu um modelo dinâmico de gramática cuja mecânica opera a partir dos traços que compõem os itens lexicais. Na apresentação da edição portuguesa de *O programa minimalista*, Raposo (1999) diz que a ideia-chave do minimalismo — que não é um quadro teórico novo, nem substitui o P&P, mas propõe algumas alterações na organização geral da teoria — é “remover do modelo aquilo que não é estritamente necessário”, simplificando as

¹⁰⁰ Exemplos: (4) *Leo decided [for Lina to leave];* (5) *For Leo to win would be great.*

análises e procurando “uma concepção ‘mínima’ de linguagem, isto é, reduzida àquelas propriedades (...) sem as quais o objeto estudado não poderia ser uma linguagem humana”. A mecânica da gramática é, nesse modelo, reduzida ao mínimo necessário para atender às condições de boa formação impostas pelas interfaces LF e PF.

Dentre os ajustes que o PM faz no quadro teórico gerativista, apresentamos no que se segue alguns dos mais relevantes, brevemente explicados por Raposo no texto acima citado:

- O processo de marcação de parâmetros (sobre o qual falamos na primeira seção deste capítulo) apresenta uma versão mais radical no PM, já que realoca a noção de parâmetro e considera que toda variação reside no léxico, eliminando o conceito técnico de regra: segundo esta versão do modelo, o sistema computacional seria universal e invariável e as variações, que antes eram explicadas pela noção de parâmetro, deveriam explicar-se como variações nas propriedades dos itens lexicais (isto é, fora do sistema computacional) em sentido estrito. O léxico é concebido com um conjunto de traços de diversos tipos: semânticos, fonológicos e gramaticais, mas os únicos que interessam ao sistema computacional são esses últimos, considerados formais. Os traços formais podem ser, por exemplo: gênero, número, pessoa (denominados traços- ϕ), Caso, QU, etc.
- A distinção entre a estrutura profunda (DS) e a sintaxe visível ou “estrutura superficial” (SS) também desaparece¹⁰², simplificando-se assim a descrição do funcionamento do sistema da linguagem. Os únicos níveis de representação que se mantêm são, então, a forma lógica (LF), interface com os sistemas de pensamento, e a forma fonética (PF), interface com os sistemas de articulação e percepção.
- Ambos os sistemas, concebidos como “sistemas de performance”, são alheios à faculdade da linguagem no sentido *restrito* (cf. Chomsky, Hauser and Fitch, 2002), mas se articulam com ela através dos níveis de interface e lhes impõem *condições de legibilidade*: para serem usáveis por estes

¹⁰¹ “Caso” é um traço gramatical formal e universal.

sistemas, as expressões geradas pela faculdade da linguagem têm de satisfazer essas condições.

- Com relação às condições de legibilidade, Raposo apresenta mais duas alterações introduzidas no modelo pelo PM. A primeira, conhecida como Princípio de Interpretação Plena, determina que as interfaces (PF e LF) não deveriam possuir elementos estranhos aos sistemas de performance (articulatório-perceptual e conceitual-intencional), já que se uma derivação não satisfaz as condições de legibilidade, isto é, se ela não é *interpretável* nas interfaces, não converge.
- A pesquisa do PM vai procurar “imperfeições” da FL e vai tentar estabelecer se elas são determinadas pelos sistemas de performance, o que confirmaria a tese de que FL é uma solução ótima para as condições de legibilidade. A segunda alteração introduzida no modelo determina que a “legibilidade”, tal como é definida no PM, não é sinônimo de “interpretabilidade”. Os sistemas de performance sempre tentam atribuir uma interpretação a qualquer derivação (bem ou mal formada), de modo que a satisfação das condições de legibilidade não é uma condição absoluta para a interpretação, embora seja a “melhor maneira” de satisfazer os princípios de funcionamento dos sistemas de performance. Inversamente, nem toda derivação que satisfaça as condições de legibilidade (isto é, que convirja), vai poder ser interpretada. Raposo apresenta como exemplo, dentre outros, a degradação crescente da interpretabilidade das orações relativas encaixadas. A nossa memória de curto prazo não admite mais de um encaixe central, de modo que uma oração como “o rato que o gato que o cão perseguiu comeu era cinzento”, mesmo sendo convergente, isto é, respeitando as condições de legibilidade dos sistemas de performance, é rejeitada pela sua extrema complexidade e pode não ser interpretável.
- Outro ponto importante do PM que Raposo analisa no texto citado são as *condições de economia* do sistema computacional: uma série de restrições que regem a escolha entre opções convergentes — e somente entre elas —, ordenando eleger sempre a “mais econômica”.

¹⁰² É por isso que não incluímos nessa tese uma seção sobre as considerações de Wittgenstein a respeito da dicotomia entre gramática profunda e de superfície (v. PI §§92, 594, 664; Glock, 1997:197).

Segundo Borges Neto (2009), no Programa Minimalista se reflete “o mesmo ‘movimento’ que levou a gramática gerativa a passar das regras para os princípios.¹⁰³: obtenção da máxima generalidade com o menor número de recursos”, de modo que ele seria “uma radicalização” desse movimento. Não há mais regras porque “o léxico comporta toda a informação paramétrica peculiar a uma dada língua”, entendida como uma série de “conjuntos de traços que retratam tanto propriedades fonéticas e semânticas.¹⁰⁴, como também propriedades gramaticais, representadas por traços formais. O próprio Chomsky explica as mudanças na teoria como uma continuidade desse processo de “simplificação” que se deu da teoria padrão à teoria de princípios e parâmetros, na qual o PM se insere como programa de pesquisa, e também se refere ao fim das regras:

(...) já nos anos 50 estava claro que havia um problema e que havia muitos esforços para tratar dele; a maneira óbvia era tentar mostrar que a diversidade de regras é superficial, que se pode achar um conjunto de princípios bem gerais a que todas as regras possam se adequar e que, abstraindo-se tais princípios das regras e atribuindo-os à dotação genética da criança, o sistema resultante passa a ser, então, muito simples. Essa foi a estratégia de pesquisa adotada. (...) O que aconteceu em Pisa é que, de alguma maneira, o quadro se fechou pela primeira vez naquele seminário, e um método surgiu para cortar o nó górdio: qual seja, eliminar regras e eliminar construções de uma vez. *Portanto, não há regras complexas para construções complexas porque simplesmente não há regras e não há construções.*¹⁰⁵. Coisas como o Sintagma Verbal do japonês ou a oração relativa do húngaro não existem. O que existe são, de um lado, princípios gerais como ‘mova qualquer coisa para qualquer posição’, que devem respeitar condições fixas, e, de outro, opções que precisam ser fixadas, parâmetros: como o núcleo de uma construção é realizado no início ou no fim do sintagma, sujeito vazio ou sujeito preenchido, e assim por diante. Neste modelo de princípios fixos e de opções paramétricas, as regras e as construções desapareceram. Elas se tornaram meros artefatos descritivos (NL, 114-115).

No entanto, ironicamente, em *O conhecimento da linguagem*, uma obra anterior a essa mudança no quadro teórico gerativista, logo depois de uma longa discussão em que as noções de regra de Chomsky e de Wittgenstein se confundem¹⁰⁶, o próprio Chomsky já advertia sobre o uso ambíguo da palavra “regra” em sua obra. Ele disse que tinha pouco interesse em se perguntar se o princípio de projeção ou as condições da teoria da ligação, por exemplo, deviam

¹⁰³ Com o modelo P&P.

¹⁰⁴ Do modo que vimos na primeira seção deste capítulo.

¹⁰⁵ Grifos nossos.

ser denominados “regras”, já que o termo é “vago demais para permitir uma resposta, e a resposta não teria significação em qualquer caso”. Ele conclui que o fato de os textos da teoria gerativa usarem o termo “regra” para falar dos princípios da gramática universal ou dos parâmetros das gramáticas particulares é apenas “uma questão de conveniência” (KL, 267).

Por isso mesmo, embora o conceito técnico de regra, tal como ele era entendido nos modelos anteriores da teoria, desapareça no minimalismo, não nos parece que seja errado dizer que, no sentido amplo do termo, continua havendo algo que poderíamos chamar de “regras” ou “leis”, já que a linguagem continua sendo vista como um fenômeno regulado.¹⁰⁷, como fica claro no resumo apresentado acima. Pode ser, em todo caso, uma discussão *gramatical* — ora no sentido chomskyano, ora no wittgensteiniano.

* * *

Também de acordo com Wittgenstein, a linguagem é uma atividade governada por regras (Glock, 1997:312; Baker & Hacker, 2009:46-55), e essa noção tem grande relevância na sua obra — mas, que tipo de regras? O que conta como regra? Regras para quê?

As perguntas são pertinentes porque um certo “senso comum” linguístico pode nos levar a crer que, quando o filósofo diz, de acordo com as palavras de Glock, que há “regras” e que elas “governam” a linguagem, ele esteja imaginando um sistema perfeitamente estruturado em que um conjunto de “leis” gramaticais, à maneira das leis da física ou da matemática, *determinam* como o sistema funciona; ou talvez um conjunto de normas obrigatórias, ditadas por alguma “autoridade” ou por pretensos especialistas, que regulam o “certo e errado” dos usos linguísticos, como nas gramáticas normativas escolares e as colunas e manuais comerciais dos gramatiqueros.

Nem uma coisa nem a outra, porque, como explica Martins:

¹⁰⁶ Analisaremos essa discussão detalhadamente no capítulo 3, parte I.

(...) a regra não pode ser vista como uma *coisa*, uma entidade platônica ou mental que já contém em si as suas aplicações e que incide sobre as nossas práticas humanas governando-as, por assim, dizer, de fora. Acompanhando Wittgenstein na alteração de ponto de vista que ele procura promover, somos levados a questionar nossa tendência a reificar regras. Conduzimo-nos talvez a um raciocínio do seguinte tipo: só posso construir uma lista enumerando, por exemplo, as regras de um jogo *porque elas são aplicadas*; ao construir tal lista, estarei, na verdade, *descrevendo* uma determinada atividade concreta, e não *explicando* por completo o funcionamento de um sistema abstrato que a ela subjaz de forma necessária. Regras são padrões de correção – “mas nada configura um semelhante padrão a não ser que seja usado como tal” (Glock 1997:316) (Martins, 2000:37).

Sob essa ótica, então, a linguagem é, também para Wittgenstein, um fenômeno regulado, mas as regras não constituem um sistema completo e autossuficiente. O emprego de uma palavra não é totalmente delimitado, da mesma forma que os jogos não são totalmente delimitados por suas regras (PI §84). De fato, Wittgenstein explica essa “incompletude” através de analogias com os jogos: por exemplo, da mesma maneira que o uso da linguagem não está delimitado por regras “em toda parte”, também não há, no jogo de tênis, regras que determinem a altura ou a força com que se deve arremessar a bola (PI §68). Contudo, o tênis é um jogo e, como a linguagem, possui regras — que são necessárias, mas não bastam. Em todo jogo ocorrem situações não contempladas, ou que trazem dúvidas quanto à aplicação das regras (Martins, 2000:38), por isso elas são melhor explicadas através de exemplos (Glock, 1997:312), quer dizer, observando como elas são aplicadas no uso — no jogo:

São necessárias, para estabelecer uma prática, não só regras, mas também exemplos. As nossas regras têm lacunas e a prática tem de falar por si mesma” (OC §139).

A “incompletude” acima apontada não é, para Wittgenstein, um defeito ou uma falta. A busca por um conjunto de regras completas para uma linguagem também completa é mais uma dessas aspirações inúteis do paradigma filosófico que ele vem contestar, como a busca pela “exatidão” (PI §88). As próprias noções de completude e exatidão remetem, para ele, a um ideal impossível, até porque os critérios de exatidão mudam. No mesmo sentido, logo no início das *Investigações*,

¹⁰⁷ Ainda no programa minimalista e desenvolvimentos do mesmo, existem restrições bem definidas que regulam a aplicação de operações combinatoriais, por exemplo, a operação de

Wittgenstein mostra que não há como se dizer de uma linguagem que ela seja completa ou incompleta — ela é sempre completa e incompleta ao mesmo tempo. Em PI §2 e §8, ele descreve jogos de linguagem compostos apenas de ordens e, apelando ao seu interlocutor imaginário, questiona se esses jogos deveriam ser considerados linguagens “incompletas”, ao que responde:

Se você quer dizer que por isso elas não são completas, pergunte-se se nossa linguagem é completa; se o era antes de lhe ter sido incorporado o simbolismo químico e a anotação infinitesimal; pois estes são, por assim dizer, subúrbios de nossa linguagem. (E com quantas casas ou ruas começa uma cidade a ser cidade?) Podemos ver nossa linguagem como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas velhas e novas, e casas com remendos de épocas diferentes; e tudo isso circundado por uma grande quantidade de novos bairros, com ruas retas e regulares e com casas uniformes (PI §18).

Pode-se imaginar facilmente uma linguagem que seja constituída somente de comandos e informes de batalha. — Ou uma linguagem constituída apenas de questões e de uma expressão de afirmação ou de negação. E inúmeras outras. — E representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida (PI §19).

Esses primeiros exemplos, e outros que Wittgenstein descreverá em toda a primeira parte das *Investigações*, servem para esclarecer vários aspectos de sua concepção de linguagem, dentre os quais resgatamos alguns que nos interessam especialmente: (1) a linguagem descrita em PI §2 serve, entre outras coisas, para questionar a supremacia do modelo objeto–designação e para introduzir a noção de *jogos de linguagem*; (2) Wittgenstein rejeita a ideia de que, nessa linguagem “de ordens”, haja um fundo oculto, em que cada enunciado do tipo “Laje!”¹⁰⁸ deva ser analisado como uma reescrita ou uma versão abreviada de um enunciado “completo” do tipo “Traga-me uma laje!”, que seria convocado mentalmente para codificar e depois decodificar a ordem abreviada (porém, é claro que poderíamos dizer que essa forma de análise não é algo que aconteça — ou que seja necessário — quando o falante *usa* essa linguagem, mas quando o linguista quer analisá-la teoricamente de acordo com uma determinada série de pressupostos que

concatenar/*merge* obedece a leis relativas a *c-comando* e localidade

¹⁰⁸ “Aquele conceito filosófico de significado é comum em toda representação primitiva do modo como a linguagem funciona. Mas pode-se dizer também que se trata de uma representação de uma linguagem mais primitiva do que a nossa. Imaginemos uma linguagem para a qual a descrição dada por Santo Agostinho esteja correta: a linguagem deve servir ao entendimento de um construtor A com um ajudante B. A constrói um edifício usando pedras de construção. Há blocos, colunas, lajes e vigas. B tem que lhe passar as pedras na sequência em que A delas precisa. Para tal objetivo, eles se utilizam de uma linguagem constituída das palavras: «bloco», «coluna»,

Wittgenstein vai questionar; ou seja, trata-se um problema teórico); (3) o falante compreende o enunciado “Laje!” se for capaz de usá-lo corretamente no contexto de uma determinada atividade (pedir uma laje), de reagir a ele seguindo as regras dessa atividade (no caso, levando uma laje a quem pediu, ou respondendo: “Não tem mais” ou “Não quero”, etc.), ou de explicar esse enunciado se lhe pedirem (“Ele me pediu uma laje”, “Pedi pra ele me trazer uma laje”). Ou seja, compreender é ser capaz de seguir jogando, de fazer o próximo lance.

Não há como *explicar* o uso da linguagem como uma totalidade, através de um inventário organizado de regras que deem conta de tudo, e as regras não podem ser justificadas com base num objetivo primordial, porque a linguagem, como já vimos também não pode — um ponto de clara convergência entre Wittgenstein e Chomsky, como vimos na seção anterior — e “a finalidade da gramática é apenas a finalidade da linguagem” (PI §497). Da mesma forma, não há regras para se seguirem regras, porque “‘Seguir a regra’ é uma práxis” (PI §202), isto é, compreender uma regra nada mais é do que saber como usá-la (El-Jaick, 2005:73):

“Como posso seguir uma regra?” – Se isto não é uma pergunta pelas causas, é então uma pergunta pela justificação para o fato de que eu ajo segundo a regra assim.

Se esgotei as justificações, então atingi a rocha dura e minha pá entortou. Estou então inclinado a dizer: “é assim que eu ajo” (PI §217).

Da mesma forma que não há um único tipo de regras, também não é possível construir uma definição essencial de regra ou assinalar um traço ou um conjunto de traços característicos que sejam necessários e suficientes para se definir o que seja uma regra — o que seria voltar ao essencialismo que Wittgenstein rejeita. O que podemos dizer é apenas que não há como “jogar o jogo” da linguagem sem regras. Para compreender essa noção de regra (e de linguagem), que contradiz toda uma tradição representacionista e essencialista, precisamos nos colocar no contexto da filosofia da linguagem defendida por Wittgenstein. Não é possível dissociar a gramática da língua, no sentido wittgensteiniano de gramática, da gramática da vida e das práticas sociais em que

«laje», «viga». A grita as palavras;-B traz a pedra que aprendeu a trazer ao ouvir esse grito. — Conceba isto como uma linguagem primitiva completa.” (PI §2).

cada jogo de linguagem se inscreve. E é nessa concepção que a noção de regra se associa a outras ideias-chave do pensamento wittgensteiniano: *jogos de linguagem* (PI §§7, 23) e *semelhança de família* (PI §§65-67).

À primeira, porque quando Wittgenstein fala em regras, ele não está pensando, como Chomsky de certa forma faz, no tipo de regras que dominam o cálculo¹⁰⁹, mas naquelas que governam os jogos. Wittgenstein chama a atenção para a multiplicidade de atividades em que a linguagem está envolvida — os diferentes jogos de linguagem, por exemplo:

Ordenar, e agir segundo as ordens-
 Descrever um objeto pela aparência ou pelas suas medidas-
 Produzir um objeto de acordo com uma descrição (desenho)-
 Relatar um acontecimento-
 Fazer suposições sobre o acontecimento-
 Levantar uma hipótese e examiná-la-
 Apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas-
 Inventar uma história; e ler-
 Representar teatro-
 Cantar cantiga de roda-
 Adivinhar enigmas-
 Fazer uma anedota; contar-
 Resolver uma tarefa de cálculo aplicado-
 Traduzir de uma língua para outra-
 Pedir, agradecer, praguejar, cumprimentar, rezar (PI §23).

À segunda, porque Wittgenstein não oferece uma definição analítica para “regra”, da mesma maneira que não oferece uma definição analítica para “jogo” — algo que seria, de fato, anti-wittgensteiniano — mas define esses conceitos com base em exemplos (Glock, 1997:325) “aparentados” entre si, como os acima listados. Não é preciso que se dê uma definição de jogo para entender o que um jogo é, e mesmo que ela fosse dada, não equivaleria ao *significado* de jogo (El-Jaick, 2005:70), porque não há uma característica comum a todos os jogos, mas *semelhanças de família* entre eles:

Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que por meio das palavras “semelhanças familiares”; pois assim se sobrepõem e se entrecruzam as várias semelhanças que existem entre os membros de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, andar, temperamento, etc., etc. — E eu direi: os ‘jogos’ formam uma família.

¹⁰⁹ “(...) a ideia de que ‘ao falar uma língua, operamos, no pensamento, um complexo sistema de regras exatas’ (Glock, 1997:64)” (Martins, 2000:26).

(...) Mas, se alguém quisesse dizer: “Há, portanto, algo comum a essas construções todas, — a saber: a disjunção de todas essas propriedades comuns” — eu responderia então: aqui você joga com uma palavra apenas. Poder-se-ia dizer, igualmente: algo perpassa o fio todo, — a saber, a sobreposição sem falhas dessas fibras. (PI §67).

Por isso mesmo, é claro que Wittgenstein não poderia dar uma definição analítica de regra: “somos incapazes de circunscrever claramente os conceitos que utilizamos; não por não conhecermos sua real definição, mas antes porque *não há*¹¹⁰ para eles uma real ‘definição’” (*apud* Glock, 1997:67), e o equívoco fundamental da especulação filosófica é essa “necessidade” de achar a essência de cada coisa. Por isso mesmo, Wittgenstein se opõe à ideia de que a linguagem possa ou precise ser explicada (PI §§109, 654-55), e, também por isso, as regras não *explicam* a língua.

Trata-se de uma maneira de entender a linguagem que é tão radicalmente diferente daquela com a qual estamos acostumados que pode ocasionar uma grande ansiedade. Todo um edifício de certezas parece se derrubar e o que Wittgenstein nos propõe para substituí-lo não parece completar o vazio porque, de fato, ele nos diz que não é necessário (e não é possível) ter certezas desse tamanho. E que aquelas em que acreditávamos eram ilusões. Como diz Cavell (1979:254), “Começamos a sentir terror, ou deveríamos, de que seja possível que a linguagem (e a compreensão, e o conhecimento) descansa sobre fundamentos muito pouco firmes: uma fina rede sobre o abismo”.

Como correlato do que foi dito até aqui, a noção de compreensão também está ligada à noção de seguir uma regra. Compreendemos porque podemos continuar o jogo, porque podemos fazer o próximo lance — porque estamos, na prática, seguindo as regras. E não compreendemos cada palavra ou frase isoladamente, mas como parte do jogo: “Compreender uma frase significa compreender uma língua” (PI §199). O falante aprenderá as regras de sua língua para saber como usar uma expressão linguística em diferentes contextos, da mesma maneira que aprende as regras de um jogo para jogá-lo. Mas, para isso, ele deve ser iniciado nas formas de vida que dão sentido a essa linguagem e permitem usar essas expressões, porque “não é possível empregar as palavras para fazer o que fazemos com elas até estar iniciados nas formas de vida que dão a essas

¹¹⁰ Grifos nossos.

palavras o interesse e a configuração que possuem em nossas vidas” (Cavell, 1979:261).

As regras vão guiá-lo pelo seu próprio seguimento, de modo que é a prática do jogo que confirma sua vigência e, também, permite que elas mudem ou sejam, de certa forma, desafiadas.¹¹¹ Mas *não de qualquer jeito*. O jogador não é “obrigado” a seguir as regras; pode não segui-las, mas deve ter cuidado: “Se seguires outras regras gramaticais que não sejam tais e tais, nem por isso dizes algo errado, mas estás a falar de outra coisa” (Z §320). Wittgenstein usa nessa passagem duas analogias bem diferentes: as regras da cozinha e as do xadrez. A grande diferença entre elas é que cozinhar é uma atividade que se define pela sua finalidade, por isso suas regras não podem ser arbitrárias e devem ser cumpridas como condição para que a prática seja bem sucedida: para “cozinhar bem”. Já a linguagem, como o xadrez, é um jogo e sua prática é autônoma num sentido em que cozinhar não é. Todavia, se o jogador usar regras que não sejam as desse jogo, estará a jogar outro jogo, “pelo menos naquele momento, dentro daquela comunidade linguística, dentro daquela forma de vida” (El-Jaick, 2005:73).

Há uma tensão entre a estabilidade do *sentido*, que permite a compreensão e a tolerância que permite fazer lances arriscados.¹¹², de modo que as regras podem ser alteradas para dar um efeito — porque a linguagem é “tolerante”. Mas, ao mesmo tempo, os lances não podem ser tão radicalmente novos a ponto de outros jogadores não os reconhecerem mais como fazendo parte do mesmo jogo — porque a linguagem é “intolerante” (El-Jaick, 2005:74), o que parece ser, de certa forma, paradoxal. Cavell oferece uma explicação divertida para esse aparente

¹¹¹ Embora adote um conceito de regra bem diferente, internalista e inconsciente, Chomsky também diz que as regras “podem seguir-se ou não pela conduta”. “Quando omitimos qualquer consideração normativa, as regras não são descrições da conduta ou das regularidades da conduta (a princípio, nossos convidados podem escolher, por uma ou outra razão, violar sua regra a maior parte das vezes, ou todas [No caso, ele se refere a “convidados de uma área dialetal diferente da nossa” que têm uma regra de pronúncia diferente para determinados fonemas]). O problema de determinar quando se está seguindo uma regra e quando não pode ser um problema empírico difícil (...)” (KL, 252). E, algumas páginas depois: “Às regras da língua de Jones se lhes atribui às vezes uma «força prescritiva», mas deveríamos usar o termo com precaução. Essas regras não são como as regras normativas da ética, por exemplo. Não implicam nada sobre o que Jones deve fazer (talvez possa não observar suas regras por uma razão ou outra); seguirão sendo suas regras. (...) Mas, seja o que for que concluirmos sobre o estatuto das regras, nossas teorias sobre elas são descritivas” (KL, 265).

¹¹² (El-Jaick salienta que a tolerância é maior (os lances são mais arriscados) no emprego da linguagem pelos artistas e cientistas que, em geral, são “os que viram a mesa, quebram a banca, furam a onda”).

paradoxo que, como boa explicação wittgensteiniana, se baseia principalmente em exemplos:

Embora seja correto que devemos empregar a mesma palavra, projetar uma palavra, em vários *contextos* (devemos estar dispostos a chamar a alguns contextos o *mesmo*), é igualmente correto que o que *conta* como uma projeção legítima é algo que está profundamente controlado. Pode-se “alimentar um macaco com amendoim” e “alimentar uma máquina contadora com moedas”, mas não se pode alimentar um macaco enfiando euros na boca dele, e se introduzires amendoim na entrada para moedas não *alimentarás* o contador (...). Poder-se-ia dizer: um objeto, atividade ou evento sobre o que ou no que se projeta um conceito, deve *convidar a*, ou *permitir* essa projeção; do mesmo modo que para que um objeto seja (chamado) uma obra de arte deve permitir, ou convidar à experiência e à conduta que são apropriadas, ou necessárias, aos nossos conceitos de apreciação, ou contemplação, ou absorção de uma obra de arte. A classe de objeto que permita, ou convide, ou convenha a dita contemplação etc., não é mais acidental ou arbitrária que a classe de objeto idôneo para servir como (o que nós chamamos) “sapato”. Naturalmente, existem variações possíveis, porque existem várias formas de, e propósitos para se calçar (Cavell, 1979:259-260).

Também é claro — e Wittgenstein não o nega — que as regras podem mudar com o tempo: “Quando os jogos de linguagem se modificam, modificam-se os conceitos, e com os conceitos, os significados das palavras” (OC §65). A linguagem muda, como todas as práticas sociais, e o que é de determinada maneira hoje pode ter sido de outra maneira no passado e passar a ser diferente no futuro, mas isso não depende de um jogador só. As regras mudam *no* jogo, como parte da prática do jogo, e não apenas pela força de uma ação individual. Acontece, na linguagem, como na vida. No entanto, isso não deve nos levar a pensar que a mudança, na língua, se dá por “deliberação comunitária”, como poderia ser pensado numa visão contratualista. O fato de que a mudança se dê no uso, socialmente, não significa que ela possa ser o resultado de uma decisão deliberada da comunidade linguística ou de uma parte dela. Como aponta Martins,

(...) nós herdamos a língua que falamos e, à parte tentativas esparsas e isoladas de “reformá-la”, em geral não podemos deliberar mais sobre ela comunitariamente do que individualmente — as regras linguísticas parecem exercer sobre nós, ao contrário, um poder coercitivo. Associar à Wittgenstein uma — insatisfatória — visão contratualista da linguagem não constituirá ainda, no entanto, uma boa razão para descartar seu ponto de vista. Pois, pelo menos na leitura que informa este trabalho, ele tampouco a adota: “os homens [...] estão de acordo na língua que usam; não é um acordo de opiniões, mas de forma de vida (PI §241) (Martins. 2000:36-37).

O momento da “deliberação” é impossível¹¹³, porque suporia a possibilidade de fazer uma pausa no jogo. Aprendemos e usamos regras jogando, é um processo dinâmico que acontece o tempo todo, e não há como parar o jogo para observá-lo de fora e decidir sobre as regras enquanto elas ficam “suspensas”. Como explica Rebello,

A existência incontornável das regras não faz com que elas sejam decretadas aprioristicamente: nós as aprendemos enquanto participamos dos jogos de linguagem; e é somente nestes que elas existem. À totalidade desses jogos não nos é facultado o sobrevoo, isto é, não podemos estar em momento algum de fora de todos os jogos, de maneira a enxergá-los “de cima”, apreendermos suas regras e estruturas, para aí sim fazermos parte deles, agindo de acordo com elas. Nós só aprendemos o funcionamento das regras e dos jogos fazendo (novos) lances (Rebello, 2006:30-31).

Martins menciona as tentativas do ativismo acadêmico para mudar o uso dos pronomes pessoais masculino e feminino, que não têm sucesso fora do meio onde são “militadas”. Outro exemplo interessante é a pressão normativa exercida pela escola e alguns meios de comunicação, por exemplo, para seguir uma suposta “gramática correta” — que contraria as regras que nós realmente seguimos quando usamos efetivamente a língua, como mostra, por exemplo, em diversas obras, o linguista brasileiro Marcos Bagno (p. ex., Bagno, 2009).

Então, como mudam as regras? E o que muda quando elas mudam? Poderíamos responder que o que muda são as práticas sociais das quais a linguagem faz parte, abrindo a possibilidade de que, como diz Cavell, outros usos sejam “convidados”. Em palavras de Martins (2000:39), “o tipo de estabilidade atribuível ao significado não é maior nem menor do que aquele que podemos atribuir às formas de vida humanas com que a linguagem mantém laços mutuamente constitutivos”.

Voltamos aqui às perguntas que abriram esta seção: que tipo de regras? O que conta como regra? Regras para quê?

Na nossa opinião, é claro que estamos falando do *significado*.

¹¹³ De certa forma, a minha dissertação de mestrado (Bimbi, 2011) estudou um caso em que essa impossibilidade é colocada em questão: a disputa linguística (política) pelas palavras “matrimônio” (em espanhol) e “casamento” (em português) durante o debate social pela legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A disputa política pela legitimidade do uso dessas palavras para se referir à união legal dos casais do mesmo sexo pode ser entendida como uma “pausa no jogo” e, ao mesmo tempo, como parte do jogo. Não pretendo me estender

O próprio Wittgenstein diz isso claramente e essa definição: “É por isso que há uma correspondência entre os conceitos ‘significado’ e ‘regra’” (OC §62).

* * *

O que tentamos ao longo desta seção foi responder, com as palavras de Chomsky e as de Wittgenstein, o que conta como regras e o que é que cada um deles entende que seja segui-las, uma questão sobre a qual precisaremos voltar.

Na primeira seção deste capítulo advertimos sobre o uso que Jerry Fodor faz dessa noção quando a restringe à ideia de “regras de verdade”, o que seria rejeitado tanto por Chomsky quanto por Wittgenstein, como já explicamos. Agora, nesta breve apresentação do conceito de “regra” nas sucessivas versões da teoria gerativa e na filosofia do segundo Wittgenstein, vimos também que há notáveis diferenças entre as maneiras em que eles empregam o termo, embora também haja, como diria Wittgenstein, semelhanças de família.

Na primeira seção do próximo capítulo, veremos um exemplo de como a gramática da palavra “regra” pode provocar importantes confusões conceituais no “diálogo” entre as ideias de ambos os pensadores. A discussão servirá também para ampliar nossa compreensão sobre as convergências e divergências entre Chomsky e Wittgenstein com relação a esse aspecto da linguagem humana.

3 Dois contrapontos explícitos

Como dissemos no capítulo 1, por se tratar de autores cuja obra não foi contemporânea — Chomsky escreveu o livro que deu início à divulgação da linguística gerativa em 1957, seis anos depois do falecimento de Wittgenstein —, não poderia ter havido propriamente um “diálogo” direto entre ambos, e não sabemos o que Wittgenstein teria dito sobre a teoria gerativa, ou se ela o teria levado a mudar algum aspecto de suas ideias sobre a linguagem. Contudo, Chomsky é um leitor confesso de Wittgenstein e faz referências a sua obra em vários dos seus livros, algumas das quais muito relevantes para nossa pesquisa.

Em diferentes seções deste trabalho, mencionamos distintas alusões de Chomsky ao pensamento de Wittgenstein, assim como opiniões de outros autores que escreveram sobre algumas semelhanças, diferenças e contradições entre eles. Também analisamos, comparativamente, aspectos das ideias sobre a linguagem de um e outro.

Neste capítulo, apresentaremos duas controvérsias que nos parecem fundamentais: nos livros *O conhecimento da linguagem* (1985) e *Regras e representações* (1980), Chomsky dedica longos capítulos a analisar e criticar detalhadamente dois aspectos cruciais das ideias de Wittgenstein: o argumento da linguagem privada e a rejeição à ideia de que a compreensão seja um evento, um processo, ou um estado de natureza física ou mental.

Escolhemos estes dois tópicos por razões óbvias: além de constituírem temas centrais para o entendimento da filosofia da linguagem das *Investigações* e suas possíveis contradições com a teoria gerativa, trata-se dos únicos casos em que a controvérsia entre eles (ou, mais precisamente, a crítica de Chomsky a Wittgenstein) foi *explícita*, direta e detalhada. A apresentação não será realizada de acordo com a ordem cronológica, já que entendemos que, para uma melhor compreensão de ambas as controvérsias, resulta mais adequado abordar a questão da linguagem privada em primeiro lugar.

I. A linguagem privada

Das diversas críticas gerais que foram apresentadas ao longo dos anos, referentes ao programa e aos fundamentos da gramática gerativa, esta me parece a mais interessante.

Chomsky, N. (KL, 247)

E era evidente que a interpretação de Kripke contrariava flagrantemente as intenções manifestas de Wittgenstein nessas importantes passagens, mal interpretando seu significado, identificando equivocadamente seu alvo e deturpando seu impulso.

Baker, G. P.; Hacker, P. M. S. (1984c:vii)

No livro *Wittgenstein on Rules and Private Language*¹¹⁴, Saul Kripke desenvolve uma detalhada interpretação original, de carácter autoral, sobre a concepção wittgensteiniana do que seja seguir uma regra e, em particular, sobre o *argumento da linguagem privada*. Trata-se de um trabalho de grande relevância na literatura sobre o Wittgenstein maduro, porém não isento de polêmicas, já que foi muito criticado por importantes comentadores de sua obra, como já veremos.

O livro de Kripke, publicado em 1982, deu lugar, três anos depois, a uma longa crítica de Chomsky, que se destaca entre todas as referências dele à filosofia de Wittgenstein. A presença do filósofo vienense é, como vimos, significativa na obra do linguista americano: seja para concordar, seja para discordar, ele faz referência às ideias de Wittgenstein em seus livros e conferências e, em diversas ocasiões em que se refere à questão do sentido, dá sinais de aproximação com seu pensamento.

Contudo — e paradoxalmente —, a obra em que mais páginas dedica a dialogar com ele, e de forma muito crítica, é a única em que expressamente ignora seus textos: no capítulo IV de *O conhecimento da linguagem*, dedicado quase integralmente à análise do argumento da linguagem privada de Wittgenstein,

Chomsky não faz qualquer referência às palavras do próprio Wittgenstein, mas se limita a contestar as de Kripke, dando por certo — de forma confessadamente duvidosa — que elas refletem fielmente o pensamento wittgensteiniano.

Apesar dessa ressalva, sobre a qual voltaremos, a polêmica iniciada com esse texto de Chomsky resulta fundamental para os objetivos do nosso trabalho, já que se trata de um dos únicos dois textos em que ele explicitou clara e detalhadamente suas diferenças com algum aspecto do pensamento de Wittgenstein (o outro será analisado na seção seguinte). E ele fez isso deixando bem clara a relevância que dava à questão, conforme deixa patente a primeira epígrafe deste capítulo.

Por outro lado, talvez o fato de Chomsky dar por certo que o que Kripke diz reflete o que Wittgenstein pensava seja, também, uma questão crucial para esta tese, porque muitas conclusões de diversos autores sobre a distância ou o caráter irreconciliável dos pensamentos de Chomsky e Wittgenstein derivam direta ou indiretamente dessa controvérsia.

* * *

A leitura de Kripke sobre o argumento da linguagem privada se diferencia fortemente da que diversos comentadores de Wittgenstein fizeram antes e depois dele. E se caracteriza, também, pela centralidade que ele dá a essa noção na filosofia wittgensteiniana.

Kripke defende que a concepção de Wittgenstein sobre o que seja seguir uma regra apresenta, nas seções que vão de PI §138 a §242, um problema cético que tem, por sua vez, uma “solução cética” que justificaria o argumento contra linguagem privada. E, para sustentar essa tese, a primeira discussão que propõe diz respeito à localização desse argumento nas *Investigações Filosóficas*. Ele reconhece que existe uma concepção comum na leitura de Wittgenstein que localiza o argumento da linguagem privada nas passagens que começam na seção §243 das *Investigações* (em seu *Dicionário Wittgenstein*, p. 230, Glock localiza a

¹¹⁴ Todas as citações foram retiradas e traduzidas ao português da edição espanhola de 2006, *A propósito de reglas y lenguaje privado*, que consta na bibliografia.

discussão entre PI §243 e §315), com destaque para as seções PI §258 e §265, que, segundo Kripke, resultaram obscuras para os comentadores e poderiam conter a “chave” para a compreensão cabal do mesmo. Contudo, o autor defende que o argumento “real” se encontra nas seções que antecedem a PI §243, e que a conclusão explícita dele já está presente em PI §202, quando Wittgenstein diz que “acreditar seguir a regra não é: seguir a regra. E por isso não se pode seguir a regra ‘privatim’, porque, do contrário, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra”. Em palavras de Kripke,

Não creio que Wittgenstein pensasse que estava aqui antecipando um argumento que iria dar com detalhe mais tarde. Pelo contrário, as considerações cruciais estão todas contidas no debate que leva à conclusão de §202. As seções que seguem a §243 estão desenhadas para serem lidas à luz da discussão precedente; sendo como são difíceis em qualquer caso, a possibilidade de compreendê-las é muito menor se lidas de forma isolada (Kripke, 2006:17).

O autor afirma ainda que as seções das *Investigações* que começam a partir de PI §243 são de fundamental importância, mas não constituem o argumento da linguagem privada, expresso em PI §202, e por isso debaterá o problema sem fazer nenhuma menção a elas. A discussão que propõe começa com a citação de PI §201:

Nosso paradoxo era o seguinte: Uma regra não poderia determinar um modo de agir, dado que todo modo de agir deve poder concordar com a regra. A resposta: se todo modo de agir deve poder concordar com a regra, então deve poder contradizê-la também. Por conseguinte, não haveria aqui nem concordância nem contradição.

Para Kripke, esse paradoxo é, *quiçá*, o problema central das *Investigações* e pode ser considerado como “uma nova forma de ceticismo filosófico”. Para analisá-lo, ele recorre a um exemplo matemático (que, no entanto, ele diz, “aplica-se a todos os usos com significado da linguagem”, [p. 21]) referido à regra de adição, que resumimos a seguir.

Quando eu “capto” a regra de adição matemática, representada pela palavra “mais” e o signo “+”, o ponto crucial dessa “captação” é que a regra “determina minha resposta para uma quantidade indefinida de somas novas que nunca tomei previamente em consideração”, de modo que “minhas intenções passadas com respeito à adição determinam uma única resposta para uma quantidade indefinida de novos casos no futuro”. Então, vamos supor que eu me proponha a fazer uma

nova soma que nunca antes tinha realizado, por exemplo, “68 + 57”. Realizo o cálculo e obtenho a resposta: “125”. Tenho confiança em que ela é correta tanto no sentido aritmético ($68+57=125$) quanto no sentido metalinguístico, ou seja, confio em que quando usei no passado a palavra “mais”, ela denotava a mesma função matemática que, quando aplicada aos números que chamo “68” e “57”, dá como resultado “125”. Qualquer outra resposta nos pareceria errada ou absurda.

Contudo, a partir desse exemplo, Kripke apresenta — recorrendo a uma retórica que pretende emular a de Wittgenstein — a interpelação de um “cético bizarro”, que coloca em questão minhas certezas metalinguísticas: como eu posso saber se, quando usei o símbolo “+” e o termo “mais” no passado, eles não denotavam outra função, por exemplo, “quás”, referente à regra de *quadição*, que, aplicada a “68” e “57”, daria como resultado “5”? Vamos supor que a função “quás” estabelecesse que, para todas as operações em que um dos termos é maior que 57, o resultado é 5, e vamos supor também que, em toda a minha experiência prévia, jamais realizei o cálculo com um valor maior a 57. A regra da *quadição* poderia ter produzido até então os mesmos resultados que a regra de adição, mas, neste novo caso, elas divergiriam e o resultado seria 5 e não 125. O cético argumenta que eu estou mal interpretando meus usos anteriores e que, na verdade, quando eu usei “mais” no passado, eu *quis dizer* “quás”. O problema não é como eu sei que o cálculo aritmético $68+57=125$ é correto, mas como sei que “68 *mais* 57”, de acordo com o significado que eu dei à palavra “mais” no passado, deveria dar como resultado “125”. Ou seja, não se trata de um problema sobre a aritmética, mas sobre os usos linguísticos — no caso, da palavra “mais”. Ao longo de várias páginas, Kripke imagina o diálogo com seu adversário cético sobre o exemplo acima citado e outros, buscando diversas formas de estabelecer a correção da aplicação da regra no presente, que são sempre refutadas com novos questionamentos. Não pretendemos expor aqui o “debate” em toda sua extensão e complexidade — não é o objetivo deste trabalho — mas, em resumo, podemos dizer que toda tentativa de garantir que a regra que estou usando é a mesma que usei anteriormente (e obedece a instruções que dei a mim mesmo no passado para aplicá-la em novos casos futuros) é desacreditada pelo cético. E, se não há nada que me permita ter certeza sobre meus usos passados, também não há nada que me permita ter certeza sobre meus usos presentes ou futuros. Então, como

determino os usos corretos ou incorretos? Como aplico a regra? Como determino o significado?

Para Kripke, Wittgenstein nega que possa existir “um estado de ‘querer dizer adição mediante mais’”, já que tal estado deveria ser “um objeto finito contido em nossas mentes finitas” (op. cit.:64), enquanto as possíveis aplicações da regra são infinitas. Não há uma tábua de adição codificada no meu cérebro, mas, de fato, eu uso a palavra “mais” e faço cálculos de adição. Ele cita a seção §195 das *Investigações*: “Não quero dizer que o que agora faço (ao apreender um sentido) determina a aplicação futura, *causal* e empiricamente, mas quero dizer que, de uma maneira *estranha*, a própria aplicação está, em algum sentido, presente”. Depois de um longo e improdutivo embate entre seus debatedores imaginários, Kripke diz que o argumento do cético “fica sem resposta”, já que

(...) não pode haver nada que seja o querer dizer algo mediante uma palavra. Cada nova aplicação que fazemos é um salto ao vazio; qualquer intenção presente poderia ser interpretada de modo a concordar com qualquer coisa que pudermos escolher fazer. Portanto, não pode haver concordância nem conflito. Foi isso que Wittgenstein disse em §202 (Kripke, op. cit.:69).

Ele conclui que Wittgenstein inventou uma nova forma de ceticismo, “a mais original e radical que já tenha conhecido a filosofia”, mas sua intenção não era nos deixar com o problema sem resolver, já que a conclusão cética, que faz com que *qualquer* linguagem seja impossível, é disparatada e intolerável (op. cit.:73-5). De acordo com Karczmarczyk:

Resumindo, é necessário identificar a novidade do planteio de Wittgenstein de acordo com Kripke entendendo-o como uma «forma particular» de ceticismo acerca do significado. Essa necessidade provém do fato de que o planteio cético surgia, na discussão clássica, como um aspecto que colocava em xeque a empresa mesma de realizar uma crítica à linguagem privada. Quer dizer, a analogia entre o argumento contra a linguagem privada e os argumentos céticos era levantada como uma objeção pelos críticos do argumento da linguagem privada. Uma maneira alternativa de formular nossa dificuldade é: de que modo se pode realizar uma crítica da linguagem privada sem nos comprometermos com alguns pressupostos diante dos quais a generalização do ceticismo seja uma objeção? Em outras palavras, como conciliar a crítica da linguagem privada com o ceticismo geral acerca da significação? Dado que a objeção se apresentava indicando que o argumento dirigido contra a linguagem privada, em virtude das estratégias utilizadas, fazia impossível, também, a linguagem pública, a saída ao dilema será, para o crítico da linguagem privada, deixar que o desafio arraste também a concepção da significação pública, pressuposta nesse argumento. Mas, como pode evitar o cético que um planteio tão radical o reduza ao silêncio (2011:250).

A solução que o próprio Wittgenstein ofereceu para seu paradoxo, segundo Kripke, não passa então por dar qualquer resposta ao cético bizarro. Não precisamos provar que exista algum fato que constitua o significado, ou que justifique a veracidade ou falsidade de uma sentença, ou uma instrução passada que me diga como devo aplicar a regra.

Aqui Kripke propõe uma comparação entre a “nova forma de ceticismo” de Wittgenstein e o ceticismo clássico de Hume. De acordo com ele, Hume apresenta dois tipos de solução possíveis para as dúvidas do cético: a solução direta e a solução cética. A solução *direta* consistiria em provar que, examinado o problema cético mais de perto, o ceticismo é injustificado, já que algum argumento esquivo ou complexo conseguiria provar a tese da qual o cético duvidava. É o tipo de solução que Descartes dá a suas próprias dúvidas filosóficas. Já no caso da solução *cética*, os questionamentos ficam sem resposta porque são irrefutáveis, mas também irrelevantes. Nossa prática ou crença ordinária se justifica porque, apesar das aparências em contrário, não precisa da justificação que o cético reclama: é o costume e não um argumento *a priori* que constitui a fonte de nossas inferências indutivas. Se A e B são dois tipos de acontecimentos que nós vemos constantemente em conjunção, estamos condicionados a esperar um acontecimento do tipo B quando um do tipo A se apresenta (Kripke, op. cit.:79-80).

De acordo com essa interpretação, Wittgenstein dá a seu paradoxo um tipo de *solução cética* semelhante à de Hume: o fato é que, quando alguém nos pede para somar 68 e 57, quase todos nós damos sem duvidar a resposta “125”, sem que a possibilidade teórica da *quadição* nos passe pela cabeça, e isso não nos infunde terror em nossas vidas cotidianas. A concepção de linguagem de Wittgenstein não está, para Kripke, nas condições de verdade da relação entre ‘mais’ e ‘adição’, mas nas de *asseverabilidade* ou justificação da nossa resposta (op. cit.:86). A solução está nos *jogos de linguagem*, porque é neles que concordamos. “Não penses, olha!”, diria o filósofo; “Não procures ‘entidades’ e ‘fatos’ que se correspondam com asserções numéricas, mas olha as circunstâncias em que são feitas as preferências que envolvem numerais” (op. cit.:89). De acordo com Kripke,

Tudo o que se necessita para legitimar as asserções de que alguém quer dizer algo com suas palavras é que haja circunstâncias aproximadamente especificáveis em que essas asserções sejam legitimamente asseveráveis, e que o jogo de asseverá-las em tais condições desempenhe um papel em nossas vidas. Não é precisa nenhuma suposição de que «os fatos se correspondem» com essas asserções (Kripke, op. cit.:90).

O que nos permite aplicar uma regra é a concordância com uma comunidade de seguidores de regras, na qual outros terão razões para nos atribuir o seguimento correto ou incorreto delas, se nossas respostas concordarem com que eles estariam inclinados a dar. E é por isso que não se pode seguir uma regra privadamente:

(...) se considerarmos uma pessoa isoladamente, a noção de uma regra que guia a pessoa que a adota não pode possuir *nenhum* conteúdo substantivo. Não há, já vimos, nenhuma condição de verdade ou nenhum fato em virtude do qual possa ocorrer que a pessoa concorde ou não com suas intenções passadas. Enquanto pensarmos que ela está seguindo uma regra “privadamente”, e prestarmos, portanto, atenção apenas a *suas* condições de justificação, tudo o que poderemos dizer é que ela está autorizada a seguir a regra como bem quiser. É por isso que Wittgenstein diz: “Acreditar seguir a regra não é: seguir a regra. E por isso não se pode seguir a regra ‘privatim’, porque, do contrário, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra” (PI §202).

A situação se faz muito diferente se nos permitirmos alargar nosso horizonte e deixarmos de contemplar o seguidor de regras em solitário para contemplá-lo em interação com uma comunidade mais ampla. Haverá então outros que terão condições de justificação para a atribuição ao sujeito de um seguimento de regras correto ou incorreto, e estas *não* consistirão simplesmente em que há de se aceitar incondicionalmente a própria autoridade do sujeito (Kripke, op. cit.:101).

O argumento contra a linguagem privada, então, se justifica porque o uso significativo de uma expressão e o seguimento de regras se dão pela concordância com a comunidade, na prática comum. Isso não quer dizer que uma pessoa não possa seguir regras isoladamente, mas, para dizer que ela segue regras, não podemos considerá-la de forma isolada. Para explicar isso, no final do texto, Kripke recorre à metáfora de Robinson Crusoe, fazendo referência, em nota de rodapé, a “uma questão algo semelhante” apresentada por Wittgenstein em PI §§199-200 (analogia que não nos parece adequada, já que nessas seções Wittgenstein rechaça a possibilidade de uma regra ser seguida por uma única pessoa uma única vez, que não seria o caso). Dado que se trata de um breve parágrafo, transcrevemos na íntegra:

Significa isto que de Robinson Crusoe, isolado numa ilha, não se pode dizer que siga regra alguma, seja o que for que ele faça? Não vejo que se siga tal coisa. O que se segue, sim, é que se pensarmos que Crusoe está seguindo regras, estamos acolhendo-o em nossa comunidade e estamos aplicando a ele os nossos critérios para o seguimento de regras. A falsidade do modelo privativo não tem por que significar que o indivíduo *fisicamente isolado* não possa dizer que siga regras; mas que de um indivíduo *isoladamente considerado* (esteja ou não isolado fisicamente) não se pode dizer que as siga. Lembremos que a teoria de Wittgenstein é de condições de asseverabilidade. Nossa comunidade pode asseverar de qualquer indivíduo que segue uma regra se ele passar as provas para o seguimento de regras que se aplicam a todo membro da comunidade (op. cit.:121).

* * *

Chomsky começa sua análise dando destaque a uma alusão de Kripke à gramática gerativa que, como as outras duas alusões que Kripke faz no livro, apesar de sua relevância, aparece em nota de rodapé — mais uma vez, o diálogo parece ser feito de forma indireta e escondida. Kripke afirma que Wittgenstein rejeitaria a noção de competência, tal como foi definida por Chomsky¹¹⁵, e que

(...) se for aceito o ponto de vista de Wittgenstein, a noção de «competência» se verá de acordo com uma luz completamente diferente da forma em que se considera em boa parte da bibliografia linguística. Porque se os enunciados que atribuem o seguimento de regras nem podem ser considerados como enunciados de fatos, nem podem ser concebidos como explicativos de nossa conduta... [como Wittgenstein conclui], parece como se o uso das ideias de regra e de competência em linguística estivesse precisando de uma séria reconsideração, a não ser que se admita que essas noções «carecem de significado» (Kripke, op. cit., cf. KL, 247).

O linguista reconhece, citando Kripke, que se a “solução cética” proposta por este último para o paradoxo de Wittgenstein (à qual Chomsky se refere como “a solução de Wittgenstein”) for aceita, a gramática gerativa e sua concepção de competência, inserida no contexto da psicologia do indivíduo, estariam ameaçadas

¹¹⁵ Na nota, Kripke faz questão de dizer que não está defendendo a opinião dele, mas interpretando Wittgenstein, e mesmo na interpretação de Wittgenstein, relativiza suas afirmações: “Para não ser mal compreendido: espero que fique claro que, ao dizer isto, não é que eu mesmo rejeite a distinção de Chomsky entre competência e desempenho. Pelo contrário, pessoalmente acho que os argumentos familiares em favor da distinção (e da noção conseguinte de regra gramatical) possuem uma grande força persuasiva. O presente trabalho tem o propósito de expor meu modo de entender a posição de Wittgenstein, não a minha própria; *mas certamente não é minha intenção asseverar, fazendo o papel de exegeta, que Wittgenstein mesmo rejeitaria a distinção*” (Kripke, op. cit.:44-45, n22; grifos nossos).

(KL, 247). Em palavras de Kripke, a gramática gerativa “parece proporcionar uma explicação do tipo que Wittgenstein não permitiria” e, “dependendo do ponto de partida de cada qual, pode-se considerar que a tensão que aqui se põe de manifesto entre a linguística moderna e a crítica cética de Wittgenstein deixa dúvidas sobre a linguística, ou sobre a crítica cética de Wittgenstein, ou sobre ambas” (Kripke, cf. KL, 247). A questão não tem a ver com quais são as regras que se enunciam, mas com o problema de se as pessoas têm ou não acesso a elas, se elas constituem seu *conhecimento* nos termos em que a teoria gerativa define a noção de competência. Em outro trecho do mesmo parágrafo, que Chomsky não cita, Kripke diz que o problema com a teoria linguística gerativa não é a assunção de que cada resposta particular que produzimos se justifique em nossa “captação” da regra, mas a ideia de que as regras são *tácitas* e devem ser reconstruídas pelo cientista por inferência para *explicar* a conduta.

Em outra parte do livro, Kripke diz que, de acordo com a “solução cética” de Wittgenstein, “não há fato objetivo — de que todos queremos dizer adição mediante ‘+’, ou mesmo de que um dado indivíduo quer dizer — que explique nossa concordância em casos particulares”. Podemos dizer que *queremos dizer* adição mediante “+” porque jogamos um jogo de linguagem que se sustenta a si mesmo, devido ao fato bruto de que geralmente concordamos, mas isso não quer dizer que não possa falhar amanhã, e esse fato independe de qualquer explicação neurofisiológica que possa ser descoberta (Kripke, op. cit.:108-9). Contudo, em outra nota de rodapé que amplia esse comentário, Kripke diz que outros aspectos da teoria de Chomsky se dão bem com as ideias de Wittgenstein, e aqui ele parece associar a ideia da GU e o sistema de aquisição da linguagem como conhecimento¹¹⁶ inato a uma noção ampla de “forma de vida”¹¹⁷.

Para Chomsky, por sua vez, a formulação do paradoxo wittgensteiniano, tal como ele é interpretado por Kripke, não apresentaria *a princípio* problemas para a teoria gerativa. Resumindo,

Dada uma regra R, não existe nenhum fato referente à minha experiência (incluindo meus estados mentais conscientes) que justifique minha *crença*¹¹⁸ de que a próxima aplicação de R se conforma ou não às minhas intenções. (...) De

¹¹⁶ Usamos aqui a palavra “conhecimento” nos termos em que ela é empregada por Chomsky para se referir ao conhecimento linguístico.

¹¹⁷ Tratamos dessa questão no capítulo 2.

¹¹⁸ Grifos nossos.

forma específica, não tenho nenhum modo de *saber* se estou seguindo a regra da soma ou outra regra (vamos supor, “quás” e não “mais”) (...). Aplico a regra *cegamente*.¹¹⁹ (KL, 248).

Até esse ponto da explicação, Chomsky poderia concordar. *Sigo R porque assim estou constituído e sei que $27+5=32$ como consequência de conhecer regras, que sigo (ou não, por alguma razão), e não por instruções que tenha dado a mim mesmo no passado e das quais precise lembrar. Não preciso de fundamentos para meu conhecimento, não preciso ter consciência das regras que sigo e não tenho razões para segui-las, apenas me limito a fazê-lo. Se estivesse constituído de forma diferente, com outra estrutura de mente/cérebro, poderia ter chegado a conhecer e seguir regras diferentes com base na mesma experiência, ou poderia ter constituído uma experiência diferente a partir dos mesmos acontecimentos físicos no meu entorno.* O cético bizarro não precisa de resposta porque o problema que ele coloca não é um problema.

Contudo, a contradição aparece na solução cética de Kripke, pelo apelo à concordância (consciente) como forma de atribuir o seguimento de regras: como eu posso saber que *você* está seguindo R ou R'? Em que circunstâncias posso *te* atribuir a conduta de seguir uma regra? Chomsky resume a solução kripkeana a partir de exemplos: Smith está autorizado a dizer que Jones significa a soma mediante “mais” se julgar que este está inclinado a dar as mesmas respostas que ele daria e, como a comunidade é mais ou menos uniforme em suas práticas, esse “jogo” de atribuição da conduta consistente em seguir uma regra tem uma função e uma utilidade em nossas vidas. Contudo, diz Chomsky, a “solução” kripkeana não tem adequação descritiva, porque não dá conta de diversos casos normais de atribuição de seguimento de regras. Ela pode funcionar para a atribuição de conceitos, ou quando existem critérios *standard* de correção, como seria o caso de $68+57=125$, mas fracassa em outro tipo de casos em que as respostas dos outros não são as que nós estaríamos inclinados a dar e, no entanto, não temos dificuldades para atribuir a eles o seguimento de regras.

Chomsky menciona alguns exemplos. Em uma determinada fase da aquisição da linguagem, as crianças fazem supergeneralizações, como, por exemplo, quando aprendizes de inglês dizem *sleeped*, ao invés de *slept*. Quando a

¹¹⁹ Aqui, Chomsky está citando uma passagem de Wittgenstein: “(...) Se sigo a regra, não escolho. Sigo a regra cegamente” (PI §219).

criança supergeneraliza, ela está formulando uma hipótese, com base na regra dos verbos regulares, e fazendo uma aplicação provisória dessa regra — compartilhada pela comunidade — a casos (irregulares) em que esta não se aplica. Ou seja, ela não age da maneira em que nós, adultos, que usamos esse verbo com sua forma irregular, estaríamos inclinados a agir. Contudo, “não temos dificuldades para atribuir a ela as regras para a formação do passado indefinido, regras que conhecemos como diferentes das nossas” (KL, 250).

Ele ainda afirma que se todos os adultos morressem e só restassem, como falantes do inglês, crianças que ainda empregam essa regra, construída internamente como hipótese a partir dos princípios da GU e da generalização de dados que provêm da regra usada pelos adultos para os verbos regulares, essa passaria a ser a regra “correta” para os novos falantes. E poderíamos dizer, nesse caso, que “a criança está seguindo uma regra em sua língua em um determinado momento, uma das línguas humanas possíveis, mas não exatamente a nossa” (KL, 251).

Da mesma forma, quando interagimos com pessoas que falam variedades dialectais (da mesma língua) diferentes da nossa, também somos capazes de dizer que elas estão seguindo regras, mesmo que, em determinados casos, suas respostas não sejam as mesmas que estaríamos inclinados a dar. E essa conclusão (que falantes podem seguir regras gramaticais diferentes das nossas) não tem qualquer utilidade prática em nossas vidas, embora seja mais provável que cheguemos a ela quando não há concordância do que quando há, porque nos defrontamos com uma situação inesperada. Na concordância, dificilmente prestemos atenção ao fato de que o outro usa a mesma regra que nós, apenas — parece-me que Wittgenstein poderia dizer — continuamos jogando o jogo. Assim — é Chomsky quem volta a falar — poucas pessoas, a não ser o linguista, diriam que John está seguindo o *Princípio B*.¹²⁰ da teoria de ligação quando ele entende que *them* tem referência dêitica, sem depender de *the men*, em “*The men expected to like them*” (KL, 251). Como diz Bagno (2014:61), mesmo desde outro ponto de vista teórico, “a linguística quer descrever e explicar aquilo que cada falante sabe, mas não sabe que sabe”.

¹²⁰ Uma forma pronominal tem que estar livre dentro de sua categoria de regência, ou seja, não estar coindexada com uma expressão referencial que a *c-comande* dentro do domínio dessa categoria.

O mesmo se aplica, segundo Chomsky, à atribuição de conceitos.¹²¹, quando a forma em que usamos uma palavra mudou com o tempo (mudou meu conhecimento e/ou mudaram as práticas linguísticas), ao me deparar com um uso que não se corresponde ao que eu faço atualmente, não tenho problemas em atribuir ao outro a regra que eu antigamente seguia.

Por outro lado, nos casos normais de atribuição de seguimento de regras, como os mencionados acima, certas regras podem ser seguidas ou não mediante a conduta. A criança que supergeneraliza pode não fazer isso em um determinado caso, e o falante de outra variedade dialectal pode violar sua regra para usar a nossa, por eleição, sem que isso signifique que não tenha mais a regra própria. O que Chomsky tenta mostrar, com diversos exemplos, é que as regras não são descrições da conduta ou de suas regularidades, e que determinar quando o outro está seguindo uma regra, e quando não, pode ser um problema empírico difícil (KL, 252).

Como já vimos, Kripke afirma que a questão central do argumento da linguagem privada está contida em PI §202. Entretanto, para Chomsky, esse parágrafo “caracteriza mal o que é nossa atribuição da conduta de seguir uma regra na linguagem comum ou na ciência, e o argumento que apresenta não é válido” (KL, 252). Wittgenstein estabelecerá uma relação causal que, de acordo com Chomsky, não se verifica, entre “não se pode seguir a regra ‘privatim’” e “do contrário, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra”.

A crítica dele tem a ver com sua concepção internalista e inconsciente (ele rejeita a noção de “acessibilidade da consciência” com relação aos estados mentais e seus conteúdos) de *Língua-I* e *competência linguística*, para a qual o seguimento de regras independe do que o falante pensa, “seja porque não pensa em absoluto nas regras, seja porque sua autoanálise está errada por uma razão ou outra” (KL, 253). Então, seria correto afirmar, como Wittgenstein faz pela negação do contrário, que acreditar seguir a regra *não é* o mesmo que seguir a regra, mas isso não tem nada a ver com a possibilidade de seguir uma regra privadamente, já que, usando o exemplo de Chomsky, Jones pode obedecer uma regra privadamente (“essa é a forma em que jogamos o jogo”, ele diz, recorrendo à metáfora wittgensteiniana), mesmo se ele acreditar que está seguindo uma regra

¹²¹ Note-se que os exemplos são apresentados numa linha que vai da sintaxe à semântica.

diferente ou não souber o que é seguir uma regra, e mesmo se responder de forma diferente a como nós faríamos.

O ponto de Chomsky é que, se seguir uma regra é um processo inconsciente, como a gramática gerativa postula, pode-se afirmar que acreditar seguir uma regra não é o mesmo que seguir uma regra. O problema, porém, é que ele estabelece uma equivalência entre “privadamente” e “internamente” e por isso a segunda parte da passagem das *Investigações* lhe parece contraditória.

O caso de Robinson Crusoe, mencionado brevemente no final do livro de Kripke, é fundamental para a crítica de Chomsky. Lembremos o contexto: Crusoe não faz parte de nenhuma comunidade, ficando confinado numa ilha. Contudo, Kripke diz que isso não significa que não possamos lhe atribuir o seguimento de regras. “[S]e pensarmos que Crusoe está seguindo regras, estamos acolhendo-o em nossa comunidade e estamos aplicando a ele os nossos critérios para o seguimento de regras”, já que podemos atribuir o seguimento de regras a qualquer um que passar as provas que se aplicam para isso a qualquer membro da comunidade (Kripke, op. cit.:121).

Contudo, ressalta Chomsky, existem duas possibilidades. Se as respostas de Robinson Crusoe são as mesmas que estaríamos inclinados a dar, o caso não apresenta novidades e nada precisaria ser dito sobre ele. No entanto, se as respostas dele forem diferentes das nossas — quer dizer, se ele falar uma língua própria, não compartilhada por nenhuma comunidade, especialmente pela nossa —, a princípio, não deveríamos poder atribuir a ele o seguimento de regras e, portanto, não poderíamos incluí-lo em nossa comunidade, porque suas respostas não seriam as que nós estaríamos inclinados a dar. Porém, Chomsky considera que Kripke deixa aberta a possibilidade de interpretar¹²² que podemos incluir Robinson Crusoe em nossa comunidade e atribuir a ele o seguimento de regras mesmo que dê respostas diferentes das nossas, “se pensarmos que Crusoe está *seguindo regras*”, sejam quais forem. De fato, o texto de Kripke é ambíguo e as notas de rodapé trazem mais confusão do que esclarecimentos.¹²³

¹²² Em palavras de Chomsky: “Interpretemos a discussão de Kripke de forma que inclua esse caso, observando, contudo, que pode ser que não fosse isso que ele pretendia” (op. cit.:254)

¹²³ Na nota 84, Kripke apresenta, brevemente, a polêmica entre dois autores com posições contrárias sobre o caso de Robinson Crusoe, Ayer e Rhees, e cita “outros” com posições divergentes de ambos os anteriores. Depois, diz que a posição dele é diferente, “em alguma medida”, de todas as outras, sem maiores explicações.

Se adotarmos essa interpretação, poderíamos introduzir Robinson Crusoe numa comunidade mais ampla de pessoas que compartilham nossa “forma de vida” em sentido lato. Isso incluiria os casos discutidos anteriormente por Chomsky, mas significaria o abandono de todas as consequências do argumento da linguagem privada, já que Robinson Crusoe não interage com uma comunidade mais ampla de pessoas e não sabemos *quais* regras ele segue. A primeira questão, diz Chomsky, poderia ser resolvida com a proposta de Kripke para o caso — mesmo que Robinson Crusoe esteja isolado, não o consideramos isoladamente para determinar se segue regras —, mas o segundo seria um problema de princípio.

Chomsky lembra que Kripke sugere em outra parte do livro um uso metafórico da noção de “forma de vida” que se referiria à conduta característica da espécie. Como já apontamos no capítulo 2, Kripke (op. cit.:109, n77) faz referência, em nota de rodapé, a uma possível convergência entre a noção de GU como conhecimento inato e uma noção ampla de “forma de vida”, relativa às especificidades dos humanos. Chomsky levanta essa possibilidade e diz que ela poderia estar presente no caso de Robinson Crusoe: ele compartilha nossa “forma de vida” em sentido amplo porque faz parte da nossa espécie, embora precisemos de um método adicional para determinar as regras que segue e os conceitos que usa. Assim, estabelecendo um paralelo com a linguística gerativa, ele associa a noção estrita de forma de vida à gramática particular e a noção ampla à GU.

O problema, contudo, é que se aceitarmos essa ampliação dos critérios para a atribuição do seguimento de regras no nível da concordância com a forma de vida *da espécie*, mas sem a determinação das regras particulares, todo o argumento anterior de Kripke contra a linguagem privada parece ser desmontado:

Um membro da espécie pode muito bem ter uma experiência única que dê como resultado um sistema único de regras, uma linguagem privada, mas podemos “introduzi-lo em nossa comunidade” no sentido amplo de “forma de vida” (KL, 256)

Assim sendo, Chomsky diz que não se trataria de um caso excepcional, mas do único caso possível se investigarmos detalhadamente a língua de qualquer pessoa: a língua de Jones será sem dúvida diferente da minha em alguns aspectos. Isso reafirmaria a noção da *Língua-I* que está na base da teoria gerativa e que

pareceria ser impossível na formulação de Kripke sobre o sentido do argumento da (impossibilidade da) linguagem privada.

* * *

Como já dissemos, a polêmica *Chomsky versus Kripke* deu lugar a diversas análises e posicionamentos. Mencionaremos nessa seção e nas próximas as considerações de alguns autores que escreveram a respeito e cujas análises nos pareceram instigantes.

Bustos (1992) compara as teorias sobre a observância de regras linguísticas de Chomsky e Wittgenstein, começando pela distinção entre regras relativas à forma (ou “internas”) e ao sentido (ou “externas”). Não ocorre o mesmo tipo de violação de regra, diz o autor, quando alguém fala (1) “Fica encerrado os congressos”, independentemente do contexto da enunciação, que quando alguém diz (2) “Fica encerrado o congresso” para declarar seu início. No primeiro caso, há uma violação das regras combinatórias internas da língua, que dizem respeito à gramaticalidade de uma expressão, e no segundo, das regras de uso, ou de adequação, que dizem respeito às conexões entre entidades linguísticas e extralinguísticas. De quem cometer o primeiro tipo de erro podemos dizer que *não fala português*. Já no segundo caso,

“(…) não se poderá afirmar que quem incorrer numa violação dessa índole não fala, ou deixa de falar, a língua em questão. (...) [A segunda expressão] é um proferimento estruturalmente correto, internamente irreprochável, mas inapropriado para inaugurar um congresso” (p. 42).

É claro que as afirmações anteriores poderiam ser questionadas de várias maneiras, seja pela hierarquização que estabelecem entre as questões sintáticas e semântico-pragmáticas, seja por desconsiderar fenômenos de variação linguística que poderiam justificar, em alguns casos, a gramaticalidade de exemplos

semelhantes a (1).¹²⁴. Contudo, de modo geral, a distinção proposta não deixa de ser pertinente para o nosso objeto, e o próprio Bustos deixa claro que a discussão parte de supostos de idealização de ambos os tipos de regra.

Ainda sobre a distinção acima mencionada, Bustos lembra que, segundo Chomsky, o conhecimento da linguagem envolve o conhecimento da gramática e outros sistemas cognitivos que interagem com ela, dentre os quais a “competência pragmática”, que “poderia ser um sistema cognitivo distinto da competência gramatical e com uma estrutura diferente” (Chomsky, 1980; *apud* Bustos, op. cit., p. 42), donde o seguimento de um e outro tipo de regra revela diferentes tipos de *competência*. Ele se pergunta, a seguir, se a distinção proposta seria também compatível com a concepção wittgensteiniana do que seja seguir uma regra, visto que o paradoxo wittgensteiniano e sua “solução cética” (referência implícita à análise de Kripke) “parece afetar a observância de regras em geral, sejam do tipo que forem”. O autor afirma que embora os exemplos de regra fornecidos por Wittgenstein pertençam sempre ao segundo tipo (como seria o caso das regras de aplicação de termos que designam funções matemáticas ou sensações), “também podem colocar em questão as regras do primeiro tipo, estritamente gramaticais” (p. 43) — embora não forneça exemplos ou uma explicação para isso.

Uma segunda distinção que Bustos apresenta, citando novamente Chomsky, é a que diferencia o uso normal de regras na vida quotidiana do seu uso por parte dos cientistas, como recurso explicativo. Contudo, ele relativiza essa diferença e diz que é possível que seja “mais de grau do que de natureza” (p. 44) e que assim parece compreendê-lo Chomsky, visto que rejeita a “solução” de Wittgenstein (sempre segundo Kripke) para ambas as dimensões.

Depois de fazer um resumo das críticas de Chomsky ao argumento da linguagem privada de Wittgenstein na versão de Kripke (intermediação que, em sua opinião, mesmo sendo controversa na literatura, “não introduz alterações importantes, dado que suas objeções são de tipo geral e vão além da simples exegese textual”) (p. 45), Bustos realiza uma série de valorações sobre a polêmica iniciada no capítulo IV de *O conhecimento da linguagem*.

¹²⁴ No seu livro *Não é errado falar assim!*, o linguista brasileiro Marcos Bagno dedica um capítulo inteiro a analisar casos de não concordância do verbo com o sujeito posposto no português brasileiro, como seria o caso de “Fica encerrado os congressos” (Bagno, 2009:101-114).

A principal crítica de Bustos a Chomsky é que, em sua opinião, ele interpreta errado a explicação de Kripke, atribuindo a Wittgenstein uma noção “desmesuradamente etnocêntrica” e, portanto, deformada, do que seja atribuir a outros o seguimento de regras, segundo a qual “não seria possível (...) atribuir a outras comunidades regras diferentes das que imperam em minha comunidade”, ou regras “que eu possa imaginar, mas que em realidade não sigo” (p. 50).¹²⁵. Para o autor, o que Wittgenstein e Kripke realmente dizem é que atribuir a outro o seguimento de uma regra significa constatar que ele faz “o que eu faria, *se eu fosse seguidor da regra*”, ou seja, “se me encontrasse em seu lugar”. Assim sendo, os exemplos elencados por Chomsky (KL, 250-52) não seriam contraditórios com a noção wittgensteiniana de seguimento de regras. A crítica nos parece plausível.

Moura (1994), por sua vez, analisa os exemplos usados por Chomsky para contestar a teoria wittgensteiniana de seguimento de regras e o argumento da linguagem privada tal como formulado por Kripke, citando em particular o exemplo da supergeneralização na formação do passado dos verbos (do inglês) na fala das crianças. Recapitulando, Chomsky menciona o fato de que as crianças dizem, por exemplo, *sleeped*, ao invés de *slept* e, contudo, “não temos dificuldades para atribuir a elas as regras para a formação do passado indefinido, regras que conhecemos como diferentes das nossas” (KL, 250). O argumento de Chomsky, segundo Moura, é que “as crianças formularam essas regras privadamente, a partir de suas próprias hipóteses linguísticas” e que “essa formulação independe das formas linguísticas compartilhadas com uma comunidade” (p. 66). O primeiro argumento pertence de fato a Chomsky (contudo, é preciso salientar que quando Chomsky fala em “hipóteses” e “formulação privada”, refere-se a um processo inconsciente); já o segundo (“independe”) não é correto, porque que é claro que a super-generalização, na teoria gerativa, não é mais do que uma aplicação provisória (que acontece caracteristicamente numa determinada fase da aquisição da linguagem) da regra compartilhada pela comunidade a casos (irregulares) em que esta não se aplica.

¹²⁵ Uma posição semelhante a que aparece na abordagem de Winch e Pratt sobre a noção wittgensteiniana de forma de vida, como vimos no capítulo 1, parte II.

Note-se também que ao regularizar certas formas irregulares, a criança está funcionando como um “pequeno estatístico”, observando quais formas são altamente recorrentes no seu *input* linguístico (ou seja, na fala da comunidade!). É a alta recorrência das formas regulares nesse input que leva a criança a supergeneralizar. Na verdade, portanto, a teoria gerativa não vai dizer que o ambiente seja irrelevante, muito pelo contrário, mas sim que a *instrução* não tem nenhum papel significativo nesse processo — e talvez essa seja a causa da confusão que estamos tentando desfazer aqui. Em um texto introdutório sobre o paradigma gerativista da aquisição da linguagem, Quadros (2008:64) dá um exemplo de supergeneralização que esclarece muito bem essa diferença:

CRIANÇA: — Eu *fazi* o bolo.

MAMÃE: — Você quer dizer “Eu FIZ o bolo”.

CRIANÇA: — Não, mãe, EU fazi o bolo e não você.

Lembremos, por outro lado, que Chomsky diz que se todos os adultos morressem e só restassem, como falantes do inglês, crianças que ainda empregam essa regra construída internamente como hipótese a partir dos princípios da GU e da generalização de dados que provêm da regra usada pelos adultos para os verbos regulares, essa *passaria a ser a regra correta* para os futuros falantes da língua — e, de fato, sem que algo tão radical ocorra, a língua está em constante mutação. Quer dizer, Chomsky não está prescindindo da *interação* com a comunidade, que é de fato a fonte do “input” a partir do qual o sistema de aquisição da linguagem formula suas hipóteses e acaba estabelecendo sua correção ou incorreção, sempre de acordo com a teoria gerativa. A diferença, em todo o caso, é a maneira em que ele concebe o conhecimento linguístico (a *competência* ou *Língua-I*) do falante.

De forma semelhante e até mais contundente que Bustos, Moura também aponta para um equívoco na interpretação que Chomsky faz, através de Kripke, da noção wittgensteiniana de seguimento de regras, e diz que, para Wittgenstein,

(...) nós devemos atribuir um sentido qualquer às regras do outro, mas na medida em que essas regras possam ser deriváveis de nossas práticas linguísticas.

Uma regra fará sentido para o falante de uma língua específica se ela estiver contida nas possibilidades dessa língua. O falante compreenderá, portanto, o modo como um outro falante formulou a regra e atribuirá a ela um determinado sentido. Quando uma criança diz *sleeped*, o falante de inglês entende perfeitamente o que

ela quis dizer, o que implica que o interlocutor compreende a regra que a criança está seguindo. Uma regra completamente incompreensível para os falantes de uma língua não é uma regra dessa língua. Uma regra é uma operação derivável dos sentidos e da gramática de um jogo de linguagem. Como dizer então que uma regra é formulada privadamente se ela depende do jogo de linguagem que é produzido em uma comunidade? (p. 67).

A regra “mental” formulada por Chomsky para a supergeneralização das crianças está ligada às regras de flexão do inglês, ou não faria sentido. Sobre isso, na nossa opinião, não há dúvidas. Contudo, Moura questiona que Chomsky transponha fenômenos que “ocorrem na linguagem” para *outro nível*, procurando uma *causa externa* para um fenômeno linguístico. Em resumo, ele diz que, na teoria chomskyana, pressupõe-se que ocorra na mente “um correlato das operações que ocorrem *na linguagem*”. O problema dessa análise, porém, é que para Chomsky não existe “a linguagem” fora da mente.¹²⁶ Como já explicamos em outro capítulo, diferentemente de Saussure, que dá à *langue* um estatuto ontológico próprio, independente de cada falante individual, Chomsky se refere à *competência* do falante como uma gramática interna, um estado individual da mente. Por isso ele menciona, muito frequentemente, a língua-I (interna) de Peter, de Maria etc.

Se os autores anteriormente citados tentaram uma aproximação, Tomasini (2003) faz o contrário. Numa obra sobre a filosofia de Wittgenstein, ele faz uma crítica radical à teoria gerativa de Chomsky e, em particular, à análise dele sobre o argumento da linguagem privada. Logo no início do capítulo que trata da polêmica que estamos estudando, ele diz que “se tem alguém que exemplifique perfeitamente o espírito que a Wittgenstein lhe parecia danoso e lhe resultava intolerável, esse alguém é Chomsky” (Tomasini, 2003:132).^{127, 128}.

¹²⁶ Aliás, Wittgenstein também não diria que exista “a linguagem” nesse sentido.

¹²⁷ Ao longo do seu texto, Tomasini usa uma retórica pouco acadêmica, exagerada, com mais adjetivos do que argumentos. Não vamos mencionar aqui esse tipo de expressões porque não nos parecem adequadas numa tese. Contudo, independentemente da nossa opinião sobre a qualidade do texto de Tomasini e de sua leitura das ideias de Chomsky e Wittgenstein, damos destaque a ele, centrando-nos apenas nos seus argumentos e omitindo as passagens inadequadas, por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o texto dele é uma das poucas críticas detalhadas que foram feitas à análise de Chomsky sobre o livro de Kripke de um ponto de vista wittgensteiniano, e é bem representativa de uma posição absolutamente radical com relação à impossibilidade de aproximar os pensamentos do linguista americano e o filósofo vienense — o tema da nossa pesquisa. Em segundo lugar, porque a posição de Tomasini, investigador da Universidade

Antes de começar a pontualizar suas críticas a Chomsky, Tomasini faz uma revisão de algumas das ideias de Wittgenstein sobre a noção de seguir uma regra. Em primeiro lugar, ele lembra que o filósofo rejeita a ideia de que a compreensão seja um estado psicológico particular e distingue o sentido dos verbos psicológicos como “compreender”, “aprender” ou “entender” a partir de uma dupla interpretação, segundo estes sejam usados em primeira ou terceira pessoa. “É inútil — diz Tomasini — tentar oferecer a mesma classe de interpretação para ‘Eu já entendi’ que para ‘Ele já entendeu’...”¹²⁹ (op. cit.:135), já que,

(...) para que nós digamos de A que já aprendeu a somar ou, por exemplo, a usar a palavra ‘tio’, o que devemos examinar são as respostas de A a perguntas concretas, ou sua explicação da palavra ‘tio’, suas reações quando esta é usada, etc., ao tempo que usamos “Eu já compreendi” não como uma descrição, mas como uma exclamação, como uma manifestação linguística de satisfação por sermos capazes de fazer algo atinadamente (Tomasini, op. cit.).

Essa distinção pode ajudar a compreender melhor o parágrafo 202 das *Investigações Filosóficas*: “Acreditar seguir a regra não é: seguir a regra. E por isso não se pode seguir a regra ‘privatim’, porque, do contrário, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra”.

A seguir, Tomasini (op. cit.:136) destaca que não há limites fixos ou quantidades especificáveis de respostas acertadas ou erradas, de modo que pudéssemos determinar com exatidão quando pode se dizer de alguém que já compreendeu como se soma, ou como se usa a palavra ‘tio’ (embora esses dois exemplos do autor sejam extremamente diferentes). O que podemos, quando o aluno sistematicamente dá respostas corretas, consegue perceber um erro ou corrigir os outros, é dizer que ele se converteu num usuário do particular jogo de linguagem de que se trate. A questão da correção ou incorreção, então, não é matemática, não pode ser vista como uma mera questão de cálculo, já que o

Autônoma Nacional do México, uma das mais importantes da América Latina, tem-se mostrado influente, pelo fato de ele ser um dos tradutores do livro de Kripke¹²⁷ e das *Observações filosóficas* de Wittgenstein para a língua espanhola e um reconhecido especialista na filosofia wittgensteiniana, sobre a qual escreveu vários livros e ministra frequentemente conferências em diversas instituições.

¹²⁸ Como não conseguimos o livro original de Tomasini, usamos uma versão em PDF publicada no site da Universidade Nacional Autônoma do México, que tem uma paginação diferente. Os números de página colocados nas referências correspondem a essa versão: <http://www.filosoficas.unam.mx/~tomasini/ENSAYOS/WittgenChoms.pdf>.

¹²⁹ Falaremos mais detalhadamente sobre esse tipo de exemplo, que nos parece fundamental, na seção seguinte da tese.

número de possíveis aplicações de uma regra é indeterminado. Uma pergunta decorrente dessa constatação seria, então: como é possível que, a partir de um número reduzido de exemplos, sejamos capazes de apreender uma regra que é de aplicação infinita? Chomsky se faz essa pergunta (o “problema de Platão”), mas, segundo Tomasini, suas respostas são radicalmente diferentes às de Wittgenstein e mutuamente excludentes. Parte dessa incompatibilidade se deve a que, de acordo com Tomasini, Wittgenstein rejeita o mentalismo¹³⁰:

Wittgenstein tenta fazer ver que a busca de um processo sutil, paralelo ao das manifestações visíveis, aos *signos* da compreensão, é vã: mesmo que pudéssemos detectar, em um ato de introspecção, que efetivamente algo acontece quando dizemos que compreendemos algo, o que nos garante que esse algo *é* a compreensão? Poderia alguém ter a certeza de que esse mesmo evento se produz novamente a cada vez que ele compreende algo? Como ele o reconhece? O que acontece, melhor, é que o mentalista se deixou enganar: em vez de examinar as circunstâncias particulares, a variedade de reações, etc., ele procura algo que, como não pode ser físico, ele identifica como “mental”. Com isso, o único que consegue é introduzir o mistério e a confusão no jogo da linguagem (Tomasini, op. cit.:137).

Chegado esse ponto, Tomasini começa a abordagem do que ele chama “o núcleo da discussão wittgensteiniana” (op. cit.), o paradoxo da regra, para o qual Kripke propõe sua “solução cética”. Ele está contido em PI §201; lembremos:

Nosso paradoxo era o seguinte: Uma regra não poderia determinar um modo de agir, dado que todo modo de agir deve poder concordar com uma regra. A resposta: se todo modo de agir deve poder concordar com uma regra, então deve poder contradizê-la também. Por conseguinte, não haveria aqui nem concordância, nem contradição (...) (PI §201).

Concordando com Kripke, ele diz que o paradoxo formulado por Wittgenstein indica que “não há nada na conduta anterior de um indivíduo, nenhum fato físico ou mental, nem nada na regra de que se trate que *obrigue* a seguir um rumo mais do que outro, a aplicar a regra em casos posteriores de uma maneira mais do que de outra” (Tomasini, op. cit.:137). Ou seja, a resposta wittgensteiniana ao “problema de Platão” seria incompatível com a resposta chomskyana. De acordo com Tomasini, a ideia de que o falante possa ter captado de um golpe só um número infinito de casos de aplicação potencial é “absurda”, já

¹³⁰ Trataremos extensamente dessa questão na seção seguinte.

que a regra pode se desenvolver nas mais variadas direções e é interpretável de múltiplas maneiras.

Então, pergunta-se Tomasini em referência ao paradoxo antes citado: como coincidimos na aplicação das regras? A resposta estaria no caráter inevitavelmente social delas. Na seção §199 das *Investigações*, Wittgenstein inclui “seguir uma regra” como parte de uma lista de exemplos de jogos de linguagem, e diz que estes “são hábitos, (usos, instituições)”. É por isso que não pode se falar de regras tomando como base um indivíduo isolado. Fazer parte dessas práticas sociais é ser participante de um jogo de linguagem e, para se iniciar nesses jogos, é necessário que haja outras pessoas e o “jogador” é treinado e corrigido inúmeras vezes. Essa concordância natural entre os membros da nossa espécie — nossa *forma de vida* — permite esse treinamento e, por conseguinte, a construção de uma linguagem. Por isso, embora seja logicamente possível usar uma regra de um número infinito de formas, de fato, fazemos isso de uma única maneira, coincidindo. Para Tomasini, não serve de nada a ideia de que possamos estar “programados” (o que parece ser uma referência — um pouco esquemática — à ideia chomskyana da gramática universal),

(...) já que é perfeitamente concebível uma situação em que, com o mesmo “programa”, desenvolvêssemos sistemas de regras distintos dos que de fato nos regem ou a ideia de que programas distintos estivessem associados com exatamente as mesmas linhas de conduta que de fato desenrolamos (Tomasini, op. cit.:138).¹³¹

Tomasini identifica, no capítulo IV de *O conhecimento da linguagem*, uma série de argumentos de Chomsky contra “o Wittgenstein cético de Kripke”, e dedica o restante do texto a descrevê-los e contestar cada um deles. Resumimos a seguir os que nos parecem mais relevantes.

O primeiro argumento de Chomsky é apresentado por Tomasini da seguinte maneira: “Em verdade, o cético wittgensteiniano – kripkeano não requer nem mesmo ser respondido” (Tomasini, op. cit.:139), já que, afirma Chomsky, Wittgenstein reconhece que se seguem regras “sem razões”, isto é, “cegamente”. Agimos em função de regras porque é assim que estamos constituídos, mesmo

¹³¹ Contudo, como veremos depois, não nos parece que esses argumentos de fato contradigam a ideia de GU de Chomsky, quer dizer, que essas possibilidades sejam em si incompatíveis com ela. E o próprio Chomsky parece concordar com elas.

que não pensemos nelas, não recorramos a elas explicitamente, não as conheçamos ou sejamos incapazes de formulá-las. Como já vimos, Chomsky apresenta uma versão “gerativista” do mesmo problema e conclui que não há, a princípio, contradição.

Tomasini critica essa afirmação e diz que, quando Wittgenstein afirma que seguimos uma regra “cegamente”, isso quer dizer que as explicações têm um término, além do qual não faz sentido continuar procurando causas e razões. É pelo fato de as nossas reações aos estímulos coincidirem que podemos sistematizá-las e falar em regras. Essa coincidência é contingente e gesta o nosso sistema compartilhado de comunicação: “As regras se fundam na concordância, mas a concordância mesma não está regulada” (Tomasini, op. cit.). Ou seja, quando Wittgenstein fala em falta de razões ou seguimento “cego” das regras, isso não nos autoriza a procurar mecanismos especiais graças aos quais agimos sem termos que dar razões para isso. Para Tomasini, é precisamente isso que Wittgenstein rejeita, porque

(...) sua ideia é que seguir regras ou não tem a ver com a interação social, não com a constituição individual. (...) O que Wittgenstein está defendendo é o ponto de vista de que não há um conceito logicamente anterior ou prévio ao conceito social de seguir uma regra, e isso Chomsky não refutou. Esse conceito representa, ou é, nosso ponto de partida, não uma etapa que se alcança partindo de algo mais básico (Tomasini, op. cit.:140).

O segundo argumento diz respeito ao conceito mesmo de regra, e aqui Tomasini, na nossa opinião, não compreende a crítica de Chomsky (contestada de forma muito mais adequada por Bustos e Moura, antes citados), talvez por desconhecer alguns aspectos fundamentais da teoria gerativa sobre a aquisição da linguagem.

Ele menciona a afirmação de Chomsky de que a solução wittgensteiniana para a atribuição do seguimento de regras pela concordância com a comunidade (“Wittgenstein mantém que posso dizer que você está seguindo uma regra R se você proporcionar as respostas que eu estou inclinado a dar e interagir adequadamente com minha comunidade, e se a prática de te atribuir o seguimento da regra R tem uma função e uma utilidade em nossa vida em comunidade”, diz Chomsky [KL, 249]) não possui *adequação descritiva*, nos termos em que esta é concebida por ele, que já explicamos nos capítulos 1 e 2. Adotando a concepção

wittgensteiniana, então, não poderia haver linguagem privada, porque a conduta de seguir uma regra exige a referência às práticas de uma comunidade, o que socavaria a “psicologia do indivíduo” que está na base da teoria gerativa. Chomsky diz que essa concepção de linguagem é inadequada para descrever casos típicos de seguimento de regras como, por exemplo, o caso da supergeneralização das formas regulares de flexão verbal, que é característico nas crianças durante o processo de aquisição da linguagem, ao qual nos referimos anteriormente.

Tomasini (op. cit.:140) diz que, para Chomsky, quando uma criança aprende a flexão regular dos verbos e depois, “supreendentemente”, diz *sleeped*¹³², em vez de *slept*, o que devemos dizer não é que ela não segue uma regra, mas “que ela segue uma regra especial, a sua, a qual por acaso não coincide com a nossa”. Para Tomasini, essa interpretação da noção de regra é incorreta e pensar que cada ato pode ser visto como o resultado da aplicação de uma regra é um equívoco. O autor afirma que, nesses casos de supergeneralização, a criança não está seguindo suas próprias regras, mas “não apreendeu ainda as nossas, as únicas reais, e, por conseguinte, sua conduta não é ainda a de um ser inteiramente socializado”, mas a de alguém a quem ainda falta mais “treinamento”. Para Tomasini, “Chomsky confunde agir equivocadamente com ‘agir’ seguindo regras privadas”.

Mas essa análise, além de usar uma terminologia que parece emprestada das gramáticas normativas, parece confundir a resposta chomskyana para esse tipo de casos. Chomsky não diria que as crianças fazem isso “por acaso”, nem que seja “surpreendente”, já que a supergeneralização, nesses casos, é um fenômeno característico de uma determinada fase do processo de aquisição da linguagem, sobre o qual existem diversos estudos empíricos, e que tem uma explicação no quadro da teoria gerativa, que a análise de Tomasini omite. A criança não está seguindo uma regra “especial”, mas generalizando a regra de flexão dos verbos regulares e aplicando-a aos irregulares, porque ainda não aprendeu essas irregularidades. A generalização, para Chomsky, é consequência da aplicação de uma regra (ou de uma “hipótese” sobre ela), que permite à criança produzir palavras “possíveis (embora não necessariamente existentes)” (Corrêa, 2008:62-63)¹³³. E essa aplicação “incorreta” da regra é entendida na teoria gerativa como

¹³² Tomasini usa outros verbos em espanhol, mas aqui preferimos manter os originais de Chomsky, em inglês.

¹³³ A noção de “possibilidade” se aproxima da explicação de Moura, antes citada.

consequência de um processo computacional (mental) que envolve princípios (inatos) da GU e dados do “input”, e que faz parte do processo de aquisição. Tomasini poderia oferecer uma proposta diferente e contestar o que a teoria gerativa diz sobre esses casos ou sobre a forma em que ela coloca a noção de regra na explicação, mas o erro dele, na nossa opinião, é omitir qualquer referência à explicação gerativista e dizer que, para Chomsky, trata-se de situações “surpreendentes” ou de puro acaso, o que é sem dúvidas incorreto.

Por outro lado, não nos parece claro que, como diz Tomasini (op. cit.:141), Wittgenstein “se esforça por nos fazer ver” que em casos assim “não há direito de falar de regras”, ou que ele tenha formulado alguma hipótese aplicável a esse tipo de casos, e o autor não cita qualquer passagem da obra do filósofo que justifique tal afirmação. Nesse sentido, a interpretação de Moura, já citada, nos parece mais adequada: quando uma criança diz *sleeped*, o falante de inglês entende perfeitamente o que ela quis dizer, porque o “erro” é uma generalização de uma regra do inglês, generalização que é comum nas crianças.

Para Tomasini, Chomsky erra quando critica a seção §202 das *Investigações* (de acordo com a interpretação de Kripke) por estabelecer uma relação causal que, de acordo com o linguista do MIT, não se verifica, entre “não se pode seguir a regra ‘privatim’” e “do contrário, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra”. Mas a refutação de Tomasini é contraditória com sua própria leitura inicial do que Chomsky diz. Na verdade, ele não refuta seu argumento sobre a (não) relação lógica entre o primeiro e o segundo termo da passagem citada das *Investigações*, mas apenas se pergunta quem poderia confirmar a aplicação correta de uma regra se ela é seguida privadamente, e diz que, de acordo com Chomsky, “apenas o sujeito estaria em condições de determinar se segue a regra ou não” (Tomasini, op. cit.:141). Contudo, Chomsky diz o contrário: o sujeito pode seguir (ou não) as regras (que fazem parte de sua *competência* linguística), mas não necessariamente sabe disso ou pode determinar quais regras está seguindo (ou não). Como o próprio Chomsky explica:

Além dos linguistas, poucas pessoas diriam que Jones está seguindo a condição (B) da teoria da ligação quando entende que *them* está livre de referência, sem depender de *the men*, em «*the men expected to like them*» /os homens esperavam

gostar a eles/. Esse caso, embora não seja corrente na prática, não segue o paradigma de Wittgenstein.¹³⁴; os casos normais também não (KL, 251).

A seguir, Tomasini contradiz, em nossa opinião, o que tinha dito antes (que “apenas o sujeito estaria em condições de determinar se segue a regra ou não”), reconhecendo que, para Chomsky, as regras não são acessíveis à consciência:

(...) desde a perspectiva da gramática gerativa, como é bem sabido, os conteúdos da mente abrangem muito mais do que se pode conscientemente pensar, não digamos já dizer. De acordo com esta doutrina, o recém-nascido já recorre a complicados processos abstratos, matemáticos, lógicos, indutivos, etc., assim como o adulto, e em nenhum caso é consciente disso. Isso é o que Chomsky considera “conhecimento implícito” (...) (Tomasini, op. cit.:142).

De acordo com Tomasini, Chomsky acusa Wittgenstein de “obstaculizar o avanço da ciência” (op. cit.), mas essa suposta acusação não comparece no texto do linguista americano. O que Chomsky faz é uma diferenciação entre a atribuição de regras que os próprios falantes realizam (quando eu, “como uma pessoa corrente”, atribuo a outro o seguimento de uma regra) e a atribuição de regras realizada pelo cientista “que tenta descobrir a verdade sobre a faculdade linguística” (KL, 249). Poderíamos dizer aqui que o linguista está fazendo uma distinção gramatical, muito útil para nossa discussão, entre a noção de “atribuir a outro o seguimento de uma regra” que encontramos na filosofia de Wittgenstein e aquela que é usada, com um sentido técnico, na teoria linguística. Tomasini parece perceber isso mais tarde, mas faz uma análise muito confusa da distinção chomskyana.

Em todo caso, a noção de regra como objeto de estudo do linguista poderia talvez ser questionada, do ponto de vista wittgensteiniano, pela rejeição do filósofo à tentativa de explicar em vez de simplesmente descrever (PI §§126, 654-5), tema que já abordamos no capítulo 1, porém, em vez disso, Tomasini questiona que o seguimento de regras possa ser comprovado empiricamente, mas ele faz isso com considerações que nos parecem irrelevantes porque contradizem a possibilidade mesma do avanço do conhecimento através de um programa de pesquisa:

¹³⁴ Não esqueçamos que, quando Chomsky diz “o paradigma de Wittgenstein”, na verdade está se referindo ao Wittgenstein de Kripke.

Um pseudo-conceito pode dar lugar a uma intrincada teoria, mas não se pode falar desde a plataforma dessa teoria para justificar o uso desse conceito. A análise wittgensteiniana do conceito de regra é logicamente anterior a seu uso por parte do linguista. Portanto, nenhuma acumulação de “resultados empíricos”, por imponente que seja, pode jogar por terra os alcançados na análise gramatical (Tomasini, op. cit.:142).

A seguir, ele diz que as posições de Chomsky e Wittgenstein são “radicalmente opostas” e que “não há possibilidade alguma de reconciliação” (op. cit.) entre elas, que a ideia de que existem regras privadas, inatas e inacessíveis à consciência derrubaria toda a filosofia do Wittgenstein maduro, e que, se a análise gramatical deste último for correta, a posição de Chomsky se torna insustentável. Contudo, ele não fornece nenhum argumento concreto para tais afirmações.

A última crítica de Tomasini (op. cit.:143) que levaremos em consideração aqui tem a ver com o caso de Robinson Crusoe. Em primeiro lugar, ele questiona a especulação de Chomsky de que Robinson Crusoe possa ter uma linguagem própria, única. Lembremos: trata-se de uma personagem de uma obra de ficção de Daniel Defoe; um naufrago que passou 28 anos em uma remota ilha tropical. Evidentemente, antes de ser um naufrago perdido numa ilha, Crusoe tinha uma língua compartilhada por uma comunidade. Em segundo lugar, ele critica a associação que Chomsky faz entre as noções restrita e ampla de “forma de vida” e as categorias de gramática particular e universal da teoria gerativa. Para Tomasini, uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas devemos lembrar que Chomsky está retomando uma associação que o próprio Kripke faz, mesmo sem dar muitos detalhes a respeito.¹³⁵.

* * *

Como já foi dito, o texto de Chomsky sobre o argumento da linguagem privada apresenta um aspecto bastante contraditório. Apesar de ser o mais extenso e detalhado comentário dele sobre Wittgenstein, não faz qualquer referência às palavras do próprio Wittgenstein, mas critica seu pensamento na versão de

Kripke. “Não entrarei na questão textual de se a versão de Kripke sobre Wittgenstein é a correta ou não, mas me limitarei a supor que é, e *me referirei ao Wittgenstein de Kripke a partir de agora como ‘Wittgenstein’*”¹³⁶. (KL, 246), ele diz logo no início do capítulo. É muito provável que nem o próprio Kripke esperasse tanto, se levamos em consideração que, em seu livro, ele adverte que:

Provavelmente, muitas das minhas formulações e remodelações do argumento [*da linguagem privada*] estejam feitas de um modo que o próprio Wittgenstein não aprovaria. Por isso, o presente trabalho não deveria ser considerado como uma exposição do argumento “de Wittgenstein”, nem “de Kripke”, mas como o argumento de Wittgenstein segundo impressionou Kripke, segundo constituiu um problema para este último (Kripke, op. cit.:19).

Várias páginas depois, quando apresenta sua “solução cética” para o paradoxo wittgensteiniano, Kripke insiste: “bem poderia ser que Wittgenstein, talvez cautelosamente, desaprovasse a formulação simples que eu dou aqui” (op. cit.:83). Por outro lado, a interpretação de Kripke sobre o argumento da linguagem privada é, certamente, controversa. Alguns dos mais destacados comentadores da obra do filósofo discordaram dos seus argumentos e propuseram interpretações diferentes, alguns inclusive atacando duramente o trabalho dele.

Glock (1997:230) começa o verbete sobre o argumento da linguagem privada em seu *Dicionário Wittgenstein* afirmando que, em um sentido amplo, a expressão “se refere à investigação da relação entre a esfera mental e o comportamento, nas seções 243 a 315 das *Investigações filosóficas*”, exatamente aquilo que Kripke nega logo no início de seu livro, como já explicamos. Em termos mais estritos, diz Glock, o argumento discute a ideia de uma “linguagem privada” (cuja possibilidade é negada) num sentido muito específico: não se trataria de um código pessoal, nem de uma linguagem usada somente em monólogos (PI §243), nem mesmo de uma linguagem usada por uma só pessoa (como no caso de Robinson Crusoe), ou seja, linguagens não compartilhadas por questões *de fato*, mas:

¹³⁵ E, como vimos no capítulo 2, parte II, alguns comentadores de Wittgenstein dão bons argumentos para uma aproximação entre a noção wittgensteiniana de forma de vida e o inatismo chomskyano.

¹³⁶ Grifos nossos.

(...) de uma linguagem que, por princípio, não pode ser compartilhada ou ensinada, dado que suas palavras se referem ao que só pode ser conhecido pelo falante, a saber, suas experiências privadas imediatas (Glock, 1997:230).

Da mesma forma que Kripke, Glock apresenta um “mapa” para localizar as diferentes partes do argumento nas *Investigações*, mas não tem uma única linha que coincida com o desenho proposto por aquele. Para Kripke, lembremos, o argumento se encontra nas seções que precedem a §243 — começando em §138, mas com algumas “antecipações” do que ele chama de “paradoxo cético” em seções anteriores, especialmente em §§28-36 e §§84-88 — e sua conclusão explícita é enunciada em §202. O que vem depois de §243 não seria mais do que uma discussão sobre *aplicações* do argumento da linguagem privada, já devidamente formulado, principalmente para a linguagem das sensações (Kripke, op. cit.:17-21 e 90-91). Já para Glock, as seções §§243-55 *introduzem* a ideia de uma linguagem privada e mostram que nosso vocabulário psicológico não é privado nesse sentido, as seções §§256-71 sustentam a ideia de que a própria noção de linguagem privada é incoerente e as seções §§272-315 argumentam que isso não implica que a esfera mental seja irreal. A contradição entre as interpretações de um e outro é absoluta.

Sem mencionar Kripke, Glock polemiza indiretamente com ele, afirmando que a localização do argumento da linguagem privada nas *Investigações* “foi negada por alguns adeptos de uma visão comunitarista¹³⁷ da atividade de seguir regras, que alegavam que o ‘verdadeiro’ argumento (...) já se encontra completo por ocasião do §202” (Glock, 1997:231) e que as seções §§243-315 “apenas defendiam a ideia de que o discurso dotado de significado supõe uma comunidade real de falantes, contra o possível contraexemplo dos termos denominadores de sensações”. Contudo, de acordo com Glock, os manuscritos originais de Wittgenstein mostram que não é assim: neles, o §202 acompanha e pressupõe os §§243-315. Além disso, ele argumenta que a discussão sobre a linguagem privada encontrada nessas seções não diz respeito apenas às sensações, embora seu foco recaia nelas, e nem a uma lição sobre a atividade de seguir uma regra, mas “tenta

¹³⁷ Na página 386 do dicionário, na bibliografia sugerida, Glock se refere ao livro de Kripke como “Uma apresentação contundente do ceticismo quanto a regras e da concepção comunitarista da atividade de seguir regras”.

antes desfazer equívocos gerais acerca da mente (estados e processos mentais) e de sua relação com o comportamento” e, além das sensações, ocupa-se igualmente da experiência; em especial, das experiências visuais (Glock, op. cit.).

De acordo com Glock, a possibilidade da linguagem privada que Wittgenstein vai contestar é aquela que é tacitamente pressuposta pela corrente dominante da filosofia moderna. Ela resulta de duas suposições, constitutivas da concepção representacionista da linguagem: primeiro, a ideia geral de que o significado das palavras é dado por aquilo que elas substituem (a visão agostiniana da linguagem); segundo, no caso específico dos termos psicológicos, a suposição de que estes substituem fenômenos do teatro mental, acessíveis apenas ao indivíduo:

Ninguém mais pode sentir a minha dor, ou saber o que sinto quando sinto dor — trata-se aqui da visão da mente em termos da dicotomia INTERNO/EXTERNO. Segue-se imediatamente daí que ninguém mais pode saber o que quero dizer com "dor". Além disso, se as ideias, impressões ou intuições nos fornecem não apenas as evidências para todas as nossas crenças, mas também o conteúdo de todas as nossas palavras — uma visão compartilhada por representacionistas e idealistas, racionalistas, empiristas e kantianos —, toda a nossa linguagem é, nesse sentido, privada (Glock, 1997:231).

Ou seja, o que Wittgenstein rejeita é a ideia da linguagem como sistema de representação, seja ela exterior ou interior. Por outro lado, o argumento da linguagem privada pressupõe uma discussão anterior sobre o que é seguir uma regra. Se a regra constitui um “padrão de correção”, a linguagem privada é impossível, porque uma linguagem ininteligível para qualquer um que não seja quem a fala não tem padrão de correção e, por isso, não serve para a interação e acaba sendo ininteligível, inclusive, para o próprio linguista privado. Este diz, em nossa linguagem pública, que usa o signo "S" como parte de uma linguagem, conforme regras, mas, se apenas ele as entende, como ele poderia explicar "S" sem associar o termo a regras *comunicáveis* de uma linguagem pública?

Aqui Glock recorre ao exemplo do diário privado de sensações, o jogo proposto por Wittgenstein em PI §258.¹³⁸ que parece inspirar os exemplos de

¹³⁸ “Imaginemos o seguinte caso. Quero escrever um diário sobre a repetição de uma certa sensação. Para isto eu a associo ao signo ‘S’ e escrevo este signo num calendário, cada dia em que tiver a sensação. — Quero fazer notar, em primeiro lugar, que não se pode formular uma definição ostensiva! — Como? Posso apontar para a sensação? — Não em sentido ordinário. No entanto, eu digo ou escrevo o signo e, ao mesmo tempo, concentro minha atenção na sensação — aponto, por

Kripke sobre a adição e a *quadição*. Como sei que, quando usei “S”, no passado para me referir a uma determinada sensação (ou “+” para significar adição), estava seguindo a mesma regra que agora? A questão parece ser sobre a falibilidade da memória. Contudo, se assim fosse, a linguagem pública não solucionaria o problema — o cético bizarro poderia ampliar seus questionamentos — e o que estaria ameaçado não seria apenas a linguagem privada, mas a possibilidade da linguagem de modo geral. Por isso, de acordo com Glock, é um erro associar a questão da verificabilidade ao ceticismo quanto à memória. O problema é a falta de um padrão de correção para a aplicação da regra, que seria impossível numa linguagem que fosse “privada” nesses termos. Numa linguagem privada, que só pode ser entendida por quem a fala, não há regras, mas apenas “impressões de regras” (Glock, 1997:233; PI §259).

É nesse ponto que podemos entender por que Wittgenstein desenvolve sua linha argumentativa mostrando que não pode haver *definições ostensivas privadas*, porque seria impossível estabelecer padrões de correções para elas. Não posso apontar para a minha dor, ou para uma imagem mental, da mesma forma que aponto para uma mesa, donde “a concentração da própria atenção não é algo que possa estabelecer critérios de identidade para usos subsequentes” (Glock, 1997:233). O linguista privado não poderia explicar, nos termos da linguagem pública, aquilo que não pode ser “traduzido” para ela — eis o verdadeiro paradoxo. Diz Glock:

Mesmo admitindo-se a existência da pretensa amostra da definição ostensiva privada, não há modo de verificar, com base nela, empregos subsequentes de “S”, considerando-se que nada determina a identidade ou a diferença entre a amostra e o item descrito. Não há um método estabelecido para comparar sensações, do tipo daquele de que dispomos para comparar comprimentos de objetos, com base em medições com uma régua. Não se pode, além disso, preservar uma sensação para utilizá-la no futuro como amostra (LSD 42, 110). No §265 das *Investigações*, considera-se a sugestão de substituir uma tal amostra reprodutível por uma imagem mnemônica da sensação original. Não temos nesse procedimento, entretanto, algo semelhante à evocação de uma imagem mnemônica de uma tabela de cores, caso em que disporíamos de um padrão independente para aferir a correção de uma

assim dizer, interiormente para ela. — Mas para que esta cerimônia? Pois é o que parece ser! Uma definição serve para fixar o significado de um signo. — Ora, é o que acontece exatamente quando se concentra a atenção; pois, deste modo, imprimo em mim a ligação do signo com a sensação. — «Eu a imprimo em mim» só pode querer dizer: este processo faz com que eu, no futuro, me lembre corretamente da ligação. Em nosso caso, porém, não tenho nenhum critério de correção. Poder-se-ia dizer aqui: é correto o que sempre me parece correto. E isto significa apenas que aqui não se pode falar de ‘correto’.” (PI §258).

lembrança. Para verificar se é capaz de lembrar qual sensação associou a "S", o linguista privado só pode apelar para sua imagem mnemônica, o que corresponde apenas a ele lembrar que sensação associou a "S". Compara a memória a ela mesma, como se tentasse medir uma régua com a própria régua ou "comprasse vários exemplares de um jornal para certificar-se de que o que diz é verdadeiro" (Glock, op. cit.)

Quando digo que *isso* é vermelho não dependo, para sustentar meu uso desse termo, apenas da minha lembrança interior, imagética, dessa cor. Posso aferir a correção recorrendo a um padrão de correção público, porque “vermelho” é uma palavra de uma linguagem pública, da mesma forma que posso recorrer a uma régua para aferir a correção de uma medida. Mas o que acontece quando digo que sinto *dor*, se o outro não pode sentir as minhas dores (PI §253)?

O contraexemplo é importante para entender a questão de fundo. Se “dor” também é uma palavra de uma linguagem pública, não pode ser compreensível apenas para mim — seu emprego necessita de uma justificativa que todos compreendam (PI §261). E como não posso apontar para a minha dor — ou para a dor do outro — da mesma forma que posso apontar para uma mesa ao me referir a ela, preciso de critérios externos inclusive para os processos internos (PI §261); no caso, manifestações comportamentais características da dor.

O anterior não significa negar que a dor exista, como se não houvesse nada por detrás do comportamento visível (como no behaviorismo), mas apenas que o que nos permite usar a palavra dor não é o apontar para ela, seguindo o modelo objeto-designação, mas os critérios públicos. Não digo que ela está com dor porque eu seja capaz de ver a dor dela, mas porque reconheço manifestações comportamentais características de quem tem dor. E quando digo que *eu* estou com dor não estou descrevendo uma sensação, mas exteriorizando-a¹³⁹. — por isso a gramática de “Ela está com dor” é diferente da gramática de “Eu estou com dor”, mas tanto na primeira quanto na terceira pessoa, não preciso *da dor* para entender seu conceito. De acordo com Glock (1997: 235):

(...) para sabermos o significado de termos psicológicos, não precisamos ter a sensação ou experiência correspondente. Para afirmar de forma significativa que uma outra pessoa está com dor, não precisamos da dor, mas sim do conceito de dor. Ter a experiência não garante o domínio do uso do termo. Da mesma forma, aquele que, sem nunca ter tido uma dor de dente, aplica e explica corretamente o termo "dor de dente", sabe o que significa "dor de dente". Pode-se objetar que não temos

¹³⁹ Falaremos disso na próxima seção.

razões para crer que essa pessoa domine o uso da expressão em primeira pessoa. Nós as temos, entretanto, se a pessoa pode dizer de si "Eu não estou com dor de dente".

Embora os critérios comportamentais sejam revogáveis (por exemplo, porque alguém pode fingir ou disfarçar a dor), “na ausência de condições revogatórias, não faz sentido duvidar se alguém que manifesta esse comportamento está com dor.¹⁴⁰” (Glock, 1997:35). E esses critérios são constitutivos do significado: a gramática do uso dos termos psicológicos se rege por eles e não por qualquer forma de definição ostensiva que aponte para impressões subjetivas — é nesse sentido que a linguagem não é *privada*.

Reconhecidos comentadores de toda a obra de Wittgenstein, Baker & Hacker interromperam sua pesquisa para o segundo volume de uma de suas mais importantes obras, *An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*, para publicar um artigo que, pouco depois, em 1984, foi ampliado para se transformar em um livro de 136 páginas dedicado exclusivamente a refutar a análise de Kripke sobre o argumento da linguagem privada. No prefácio da obra *Scepticism, Rules & Language*, já citado no segundo epígrafe deste capítulo, eles dizem que:

(...) era evidente que a interpretação de Kripke contrariava flagrantemente as intenções manifestas de Wittgenstein nessas importantes passagens, mal interpretando seu significado, identificando equivocadamente seu alvo e deturpando seu impulso (Baker & Hacker, 1984c:vii).

Logo no início do livro, eles mencionam a advertência de Kripke, já citada por nós, de que “o presente trabalho não deveria ser considerado como uma exposição do argumento ‘de Wittgenstein’, nem ‘de Kripke’, mas como o argumento de Wittgenstein segundo impressionou Kripke” (Kripke, op. cit.:19) e respondem, com sarcasmo, que embora possa ser legítimo usar os escritos de um filósofo “como se fossem um teste de Rorschach” (Baker & Hacker, 1984c:2), isso é perigoso, pois o que nada mais é do que um efeito da contemplação pode

¹⁴⁰ E o fingimento é possível justamente porque os critérios comportamentais existem e há condições de revogabilidade que também são revogáveis e rapidamente se esgotam (Glock, 1997:120).

ser interpretado como uma descrição. De acordo com eles, Kripke atribui a Wittgenstein uma série de pontos de vista que não são os seus e impõe a seus escritos uma variedade de interpretações para as quais o filósofo não lhe deu licença. O objetivo deles, então, é diferenciar os argumentos de Wittgenstein dos de Kripke e demonstrar que, nas questões mais importantes, os de Wittgenstein não apenas diferem dos de Kripke, como diretamente os refutam. Resumidamente, os principais argumentos de Baker & Hacker são os seguintes:

(1) Da mesma forma que Glock, eles dizem que a localização que Kripke faz do argumento da linguagem privada (nas seções anteriores a §242, com destaque para §202, que conteria o “verdadeiro” argumento) é equivocada, e que o argumento se encontra nas seções PI§243 e seguintes (Baker & Hacker, op. cit.:2-3);

(2) Embora Wittgenstein tenha achado interessantes alguns dos problemas do ceticismo, qualquer pessoa familiarizada com sua filosofia ficaria cética diante da sugestão de que o filósofo vienense tenha feito de um problema cético a “peça central” de sua obra-prima, já que ele achava o ceticismo filosófico sem sentido — e, aliás, eles também discordam da relação que Kripke faz entre a suposta “solução cética” de Wittgenstein e a de Hume (Baker & Hacker, op. cit.:5-10);

(3) Há boas razões para duvidar da interpretação que Kripke faz das seções §§201-2, de que elas sejam a questão central do livro, de que elas apresentem um problema cético e, inclusive, de que elas incorporem uma refutação da possibilidade de uma linguagem privada (Baker & Hacker, op. cit.:11);

(4) Ainda sobre §§201-2, existem vários motivos exegéticos para não acreditar na interpretação de Kripke, por exemplo o fato de que a primeira parte das *Investigações* passou por várias fases de elaboração, que fazem parte dos arquivos publicados de Wittgenstein, e a versão intermediária, que é quase idêntica de §1 a §217, não contém §§201-3, o que colocaria sob suspeita a tese de que essas seções contivessem o argumento central da obra. Por outro lado, quando essas seções aparecem nos manuscritos, elas se localizam numa ordem diferente que contradiz a análise de Kripke sobre

os argumentos que precedem a suposta formulação do problema e sobre os que são consequência dele ou apenas exemplos de aplicação (Baker & Hacker, op. cit.:11-16);

(5) De acordo com Kripke, as seções que comumente são identificadas como contendo o argumento da linguagem privada (§§243ff) são, na verdade, apenas aplicações desse problema, já previamente formulado e discutido, à linguagem das sensações. Para Baker & Hacker, essa conclusão é distorcida. O argumento da linguagem privada de Wittgenstein, contido nas seções §§243ff, não é sobre o problema das sensações, que constituem a princípio um contraexemplo retórico para sua tese sobre as regras; na verdade, ele se opõe à primazia do mental e rejeita as definições ostensivas externas ou internas. E, nesse sentido, a solução de Kripke não muda nada, porque substitui o juízo privado próprio pelo apelo à convergência entre os juízos (de fato, também) privados (no sentido de Kripke) dos demais membros da comunidade, sob os mesmos pressupostos que Wittgenstein quer rejeitar (Baker & Hacker, op. cit.:22-26);

(6) O exemplo central de Kripke, sobre a regra de adição, afasta-se do foco do argumento da linguagem privada de Wittgenstein, que não é sobre predicados objetivos, mas *subjetivos*, como “Eu estou com dor” ou “Eu estou vendo vermelho”, onde a questão não é a aplicação da regra, mas a crítica à definição ostensiva privada (Baker & Hacker, op. cit.:26);

(7) Kripke apresenta o argumento da linguagem privada como um questionamento cético sobre a mudança nos próprios usos (*mais* versus *quás*), de uma forma que vai do ceticismo ao niilismo conceitual: eu não tenho como saber se com “mais” quero dizer ‘adição’ ou ‘quadição’. Contudo, isso não faria sentido para Wittgenstein: quero dizer o que digo e não preciso justificar isso, porque não há diferença entre eu querer dizer ‘adição’ com a palavra “mais” e eu *saber* que quero dizer ‘adição’ com a palavra “mais”. Compreender uma regra não é interpretá-la, mas agir ou não de acordo com ela (o ponto de PI §201-2) (Baker & Hacker, op. cit.:27).

Por último, Baker & Hacker também criticam a solução cética de Kripke, argumentando que ela não dá conta das relações internas entre a regra e suas aplicações. Eles consideram que Kripke dá uma “regra para interpretar a regra” substituindo, como já dissemos, o intermediário individual pela comunidade, mas, de uma forma ou de outra, o erro é o mesmo: responder à pergunta sobre a relação entre a regra e suas aplicações considerando-a como “uma relação externa, quer dizer, uma relação entre termos que podem ser concebidos de maneira independente um do outro” (Karczmarczyk, 2012:325).

Para estes autores, a pergunta e o desafio do cético deveriam ser rejeitados, mas por razões diferentes às de Kripke: porque a relação entre a regra e sua aplicação é interna, de modo que a pergunta do cético não faz sentido. A presença de um dos termos é critério para a existência do outro. É por isso que atribuímos a regra da adição a quem, *de modo geral*, dá respostas acordes com essa função.

Outros autores também apresentaram teses contraditórias com a de Kripke sobre o argumento da linguagem privada, talvez um dos tópicos wittgensteinianos mais polêmicos e discutidos. Para uma discussão mais ampla, podem ser consultados, por exemplo, o livro *El argumento del lenguaje privado a contrapelo*, de Pedro Karczmarczyk, que analisa as interpretações de vários autores, entre os quais Norman Malcolm, Alfred Ayer, Judith Jarvis Thomson, Robert Fogelin, Anthony Kenny, John Canfield, Ernst Tugendhat, Hacker & Baker e, claro, também Kripke; a dissertação de mestrado *Estudo sobre regras e linguagem privada*, de Nara Miranda de Figueiredo, centrada na polêmica entre Kripke e Baker & Hacker, e também a dissertação *Wittgenstein versus Wittgenstein sobre regras*, de Aline da Silva Dias, que confronta a interpretação de Kripke com a de Colin McGinn.

* * *

Várias críticas muito pertinentes foram feitas à leitura de Kripke sobre o argumento da linguagem privada e, nas últimas páginas, resumimos brevemente

algumas delas. Nós poderíamos acrescentar ao que já foi dito que o tipo de problema que o cético bizarro de Kripke insiste em colocar talvez possa ser respondido com as palavras do próprio Wittgenstein:

Assim se calcula. E calcular é isto. Por exemplo, o que aprendemos na escola. Esquece essa segurança transcendente que está ligada a teu conceito de mente (OC §47)

Por exemplo, consideramos que em certas circunstâncias um cálculo está suficientemente conferido. O que nos dá esse direito? A experiência? Ela não pode enganar-nos? Temos que parar a justificação em algum lugar, e então resta a proposição: é *assim* que calculamos (OC §212).

Afinal de contas, como veremos na seção seguinte, embora Wittgenstein recorra às vezes ao questionamento do tipo “cético bizarro”, como quando se pergunta se seu crânio poderia estar vazio (OC §4), isso não significa que ele realmente tenha essa dúvida — é uma provocação filosófica, que Kripke parece levar mais a sério do que deveria.

Por outro lado, o apelo ao juízo dos outros — sua solução “comunitarista”, como Glock a chama, ao “problema cético” — não soluciona o problema, porque seria como resolver a minha “dúvida cética” sobre o conteúdo do meu crânio pela concordância com a crença dos restantes membros da minha comunidade com relação ao conteúdo dos crânios *deles*. Em vez de negar o que Kripke entende ser a linguagem “privada” (que parece mais uma questão de memória individual), está multiplicando-a. E o cético poderia perguntar, então, para a comunidade inteira: como sabem *vocês todos* que, quando usaram o símbolo “+” e o termo “mais” no passado, eles não denotavam a função *quás*? Nas palavras (anticéticas!) de Wittgenstein:

(...) Se aqui não confio *em mim*, por que devo confiar no juízo das outras pessoas? Existe um porquê? Não tenho de começar a confiar algures? Ou seja, em algum lugar, tenho de começar por não duvidar; e isso não é, por assim dizer, precipitado, ainda que desculpável, mas pertencente ao julgar (OC §150).

Em todo caso, a “solução cética” de Kripke, que decide não responder ao cético porque, quando alguém nos pede para somar 68 e 57, *quase todos nós* damos sem duvidar a resposta “125”, sem que a possibilidade teórica da quadição nos passe pela cabeça, poderia simplesmente prescindir do juízo dos outros. Eu

não preciso me perguntar como eu sei que quando digo que $68 + 57 = 125$ estou significando *mais* e não *quás*, não porque eu tenha dado para mim essa instrução no passado, mas porque eu quero dizer o que digo (BT #102, p. 131).

A nossa impressão é que a discussão de Chomsky no capítulo IV de *O conhecimento da linguagem* não é, e não foi em momento algum, com Wittgenstein, mas apenas com Kripke. Chomsky poderia ter contestado a leitura de Kripke sobre o argumento da linguagem privada usando exatamente os mesmos argumentos que usou, mas seu erro foi assumir que estava discutindo com Wittgenstein, quando a interpretação de Kripke é por demais controversa.

E o centro da discussão de Chomsky com o Wittgenstein de Kripke não tem a ver com o argumento da linguagem privada como outros comentadores o entendem, mas: (a) com a questão do caráter consciente ou inconsciente do seguimento de regras nos casos normais de uso da linguagem, pela interpretação que Kripke faz de PI §202 (que, despojado dessa interpretação — que faz com que Chomsky assuma que “privadamente” significa “internamente” —, não deveria apresentar problemas, porque para ele também, “acreditar seguir a regra não é o mesmo que seguir a regra”¹⁴¹), e (b) com a solução comunitarista, segundo o qual, para atribuir a alguém o seguimento de regras, ele deve dar as mesmas respostas que eu estaria inclinado a dar para que possa incluí-lo na minha comunidade, o que choca com a concepção internalista de Chomsky.

A confusão parece ser entre “Língua-I” e “linguagem privada”, dois conceitos teóricos que em nada se parecem e que na análise de Kripke se confundem. A noção de Língua-I de Chomsky, como conhecimento tácito internalizado da gramática (ou *competência*) que tem realidade psicológica, não tem nada a ver com a definição dada, por exemplo, por Glock, sobre o que seria a “linguagem privada” que Wittgenstein rejeita:

Uma linguagem que, por princípio, não pode ser compartilhada ou ensinada, dado que suas palavras se referem ao que só pode ser conhecido pelo falante, a saber, suas experiências privadas imediatas (Glock, 1997:230).

¹⁴¹ Jones pode obedecer uma regra privadamente mesmo se ele acreditar que está seguindo uma regra diferente ou não souber o que é seguir uma regra, e mesmo se responder de forma diferente a como nós faríamos.

Por outro lado, na obra de Kripke, todos os exemplos usados para justificar sua análise sobre a atribuição de regras e o argumento da linguagem privada parecem se alimentar — usando aqui uma clássica expressão wittgensteiniana — com uma “dieta unilateral”¹⁴²: uma soma matemática, o reconhecimento de um objeto como sendo “uma mesa”, a continuidade de uma série de números, a associação uma palavra com a “imagem mental” de um objeto, a identificação da cor sépia, etc.

Embora Kripke defenda que a aplicação de uma regra não diz respeito às condições de verdade, mas de asseverabilidade ou justificação, todos esses exemplos são passíveis de serem interpretados, sob outra ótica, em função de condições de verdade: quando eu usei o termo “mais” no passado, eu quis dizer adição, sendo que, portanto, $68+57=125$? Aquele objeto na Torre Eiffel se corresponde com o conceito de “mesa” que captei da primeira vez que usei esse termo? Agora pensemos na sentença proposta por Bustos: “Fica encerrado os congressos”. É o mesmo tipo de problema? Poderíamos analisar a regra de concordância supostamente violada nessa sentença em função de suas condições de verdade? Quando Kripke apresenta o exemplo da adição, que será o mais analisado ao longo do livro, ele diz que o problema que ele coloca “aplica-se a todos os usos *com significado* da linguagem”. E essa definição, que nos lembra a crítica de Wittgenstein a Agostinho em PI §1¹⁴³, diz muito sobre a análise de Kripke e seus problemas. Ela também explica, por outro lado, as contradições com Chomsky: se o cético de Kripke perguntasse como eu sei que da última vez que eu proferi uma sentença apliquei o filtro dos casos, ou algum princípio da teoria da ligação, provavelmente Chomsky responderia que eu sei, mas não sei que sei, e nem preciso saber que sei.

Contudo, independentemente do anterior, é claro que existe uma contradição entre todas as versões apresentadas do argumento da linguagem privada de Wittgenstein e as teorias da linguagem de Chomsky que é mais difícil de resolver: ela diz respeito à noção de *conhecimento* linguístico e sua relação com a mente/cérebro. Essa questão se vincula às noções de compreensão e seguimento de regras e tem estreita relação com o argumento da linguagem privada, pelo

¹⁴² “Uma causa principal das doenças filosóficas — dieta unilateral: alimentamos nosso pensar só com uma espécie de exemplos” (PI §593).

menos da maneira em que ele é interpretado por Kripke. Será, a partir de outro contraponto explícito entre Chomsky e Wittgenstein, o foco da próxima seção.

¹⁴³ “Nesta imagem da linguagem encontra-mos as raízes da ideia: toda palavra tem um significado. Este significado é atribuído à palavra. Ele é o objeto que a palavra designa” (PI §1).

II. A linguagem e a mente

E assim parecemos ter negado os processos mentais. E naturalmente não desejamos negá-los!

Wittgenstein, L. (PI §308)

*Pessoas em certas situações entendem uma língua;
meu cérebro não entende mais inglês do que meus
pés dão um passeio.*

Chomsky, N. (NH, 204-5)

Em *Regras e representações* (1980) (RR, 44), Chomsky diz que conhecer uma língua “é estar em um determinado estado mental que é um componente relativamente estável dos estados mentais transitórios”, o que significa “ter determinada estrutura mental que consiste em um sistema de regras e princípios”. A alternativa a essa teoria, ele afirma, seria propor que o conhecimento de uma língua — e talvez o conhecimento em geral — seja “a capacidade de fazer algo”, o que levaria à conclusão de que “o comportamento constitui um critério que determina a posse de um conhecimento”. Por outro lado, se adotarmos a primeira hipótese, isto é, se caracterizarmos o conhecimento em termos de estado mental e estrutura, o comportamento constituirá “apenas um dado relativo à posse do conhecimento, ao lado de dados de natureza inteiramente diversa — atividades elétricas do cérebro, por exemplo” (RR, 44-5).

A escolha entre essas duas hipóteses, diz Chomsky, não pode depender de um argumento *a priori*; deve ser possível verificar o valor delas como teorias que expliquem uma gama extensa de fatos. Assim sendo, enquanto a hipótese mentalista atingiu, ao menos, um certo grau de poder descritivo e explanatório, isto é, um êxito parcial que a coloca como a “melhor explicação” existente, a outra alternativa não passa, por enquanto, de uma “promessa” (op. cit.). Com base nessas considerações iniciais, Chomsky faz uma extensa crítica a duas passagens de *Zettel*, nas quais Wittgenstein — apresentado no texto com um dos expoentes do pensamento contrário à hipótese mentalista — nega que existam processos cerebrais correlacionados com o pensamento:

Nenhuma suposição me parece mais natural do que a de não existir no cérebro um processo relacionado com o associar ou pensar; de forma que seria impossível recolher os processos do pensamento a partir dos processos do cérebro. Quero dizer: se falo ou escrevo, presumo que há um sistema de impulsos que saem do meu cérebro e estão relacionados com os meus pensamentos falados ou escritos. Mas por que deveria o *sistema* continuar na direção do centro? Por que não poderia esta ordem provir, por assim dizer, do caos? O caso seria como o seguinte — algumas espécies de plantas reproduzem-se por sementes, de modo que uma semente produz sempre uma planta da mesma espécie daquela a partir da qual foi produzida — mas *nada* na semente corresponde à planta, que é resultado dela; pelo que é impossível deduzir as propriedades ou a estrutura da planta a partir das da semente que dela sai — isto pode ser feito a partir da *história* da semente. Portanto, um organismo poderia nascer mesmo de algo completamente amorfo, por assim dizer, sem causa; e não há razão porque isto não seja assim em relação aos nossos pensamentos e, portanto, em relação à nossa fala ou escrita (Z §608).¹⁴⁴

É, pois, perfeitamente possível que determinados fenômenos psicológicos *não possam* investigar-se fisiologicamente, porque nada lhes corresponde no plano fisiológico (Z §609).¹⁴⁵

Chomsky identifica nessas passagens uma oposição radical à teoria da mente que ele propõe — e a suas consequências para os estudos linguísticos de base gerativa —, já que, se não houver nada fisiológico que corresponda às ações de “falar, escrever e ouvir.¹⁴⁶”, não pode, portanto, haver uma teoria de estruturas e processos mentais que estude as propriedades e o funcionamento de mecanismos fisiológicos que *não existem*. E tudo o que restaria à Linguística seria, então, realizar “estudos descritivos de comportamentos potenciais, disposições comportamentais, etc.”, o que, na opinião dele, não pode ser feito de forma coerente (RR, 46).

Em primeiro lugar, Chomsky critica a analogia de Wittgenstein para a relação entre a mente/cérebro e os pensamentos — a semente e a planta —, afirmando que, atualmente, não seria correto afirmar que as propriedades da planta só possam ser inferidas da história da semente, mas não de sua estrutura e propriedades. Contudo, ele reconhece que as ideias de Wittgenstein sobre a mente conquistaram uma influência que vai muito além dessa analogia, que hoje consideraríamos equivocada, e não podem ser desqualificadas por ela, mas devem

¹⁴⁴ Chomsky cita a primeira passagem incompleta, mas preferimos trazê-la aqui na íntegra.

¹⁴⁵ As passagens se repetem em RPP I §§903-4.

¹⁴⁶ Talvez fosse mais preciso, aqui, “compreender”.

ser consideradas por si sós.¹⁴⁷ Para Chomsky, a questão de fundo possui um componente empírico relevante para a teoria linguística, já que se a suposição de que saber uma língua é “encontrar-se em um determinado estado mental composto de uma estrutura de regras e princípios” for correta, então teoricamente é possível um indivíduo *saber*¹⁴⁸ um idioma sem ter a capacidade de usá-lo (RR, 46). Por isso, nos parágrafos seguintes, ele analisa diferentes exemplos hipotéticos dessa circunstância que seriam incompatíveis com a afirmação de Wittgenstein.

O primeiro exemplo é o caso de um indivíduo que sabe falar uma língua (p. ex. português) e, produto de uma lesão cerebral que não afetou os centros da linguagem, porém impede que os mesmos sejam usados para produzir e compreender a fala (ou até *pensar* frases), ele perde a capacidade de *usar* a linguagem e, portanto, seu comportamento deixa de servir como evidência de que ele sabe falar português. Se a lesão desaparecesse e ele recuperasse automaticamente a fala, sem precisar “reaprender” sua língua mediante algum tipo de exposição ou experiência nova, isso provaria que durante o período em que a lesão afetou seu cérebro, ele ainda *sabia* falar português — quer dizer, ele ainda possuía a estrutura mental (em última análise, física) subjacente —, só que não podia fazer uso dela, por limitações alheias à faculdade da linguagem.¹⁴⁹

O segundo exemplo apresenta uma variação do anterior: trata-se de um afásico que, em circunstâncias semelhantes, por alguma complicação (por exemplo, um problema de circulação), jamais recupera a fala. Chomsky diz que parece injustificado concluir, nesse caso, apenas com base no comportamento, que seu conhecimento do português se perdeu. É possível imaginar uma série de dados (por exemplo, referentes à atividade elétrica do cérebro) que poderiam indicar que o segundo afásico estava, nos aspectos relevantes para essa discussão, no mesmo

¹⁴⁷ Da mesma forma que as considerações filosóficas do Wittgenstein sobre a certeza não merecem ser desqualificadas apenas com base em sua afirmação, escrita por volta de 20 anos antes da missão Apollo 11, de que “todo o nosso sistema de física nos proíbe de acreditar” na possibilidade de um homem ir à Lua (OC §§106, 108, 286, etc.).

¹⁴⁸ Os termos “saber” e “conhecer” são usados aqui por Chomsky com o sentido de conhecimento tácito, inconsciente.

¹⁴⁹ Nas conferências de Managua de 1986 (LPK, 21-22), Chomsky volta ao assunto e, mesmo sem mencionar a controvérsia com Wittgenstein, reproduz um exemplo muito semelhante, sobre um falante de espanhol que perdeu e depois recuperou a capacidade de falar e entender, por uma lesão no cérebro. Logo depois, ele apresenta um caso semelhante em que a capacidade afetada pela lesão cerebral (e recuperada depois) é a de andar de bicicleta, para ressaltar que, da mesma forma que não podemos limitar o conhecimento da linguagem a uma destreza ou habilidade, sem relação com estruturas mentais, também não podemos fazer isso com outras “capacidades” que são frequentemente citadas como analogia, como andar de bicicleta ou jogar xadrez.

estado que o primeiro. A conclusão, é claro, não pode ser automática, deveria se basear em evidências, mas estas não teriam necessariamente de estar ligadas ao comportamento. Negar que o segundo afásico ainda tenha o conhecimento da língua apenas com base no comportamento seria o mesmo que negar que o primeiro, durante o período em que deixou de falar, ainda conhecesse a língua. Até porque, se assim fosse, deveríamos também concluir que, no primeiro, o conhecimento do português (e não de qualquer outra língua) “surgiu de repente” ao desaparecerem os efeitos da lesão; completo, sem qualquer experiência que o justifique — como se uma criança pudesse, da mesma forma, adquirir uma língua *do nada*.

O terceiro exemplo é um pouco diferente e tem a ver com a aquisição da linguagem na infância. Chomsky apresenta o caso de uma criança que está aprendendo o inglês, ainda na fase da “fala telegráfica”, que consiste na produção de séries de palavras de conteúdo sem nenhum elemento estritamente gramatical.¹⁵⁰ Em determinado momento, ela começa a usar as partículas gramaticais, como os auxiliares e outros tipos de estruturas, em orações afirmativas, negativas, interrogativas, etc. A pergunta que ele faz é: até aquele exato momento, a criança não tinha o conhecimento das regras e formas apropriadas — como o seu comportamento parecia evidenciar — ou já tinha internalizado inteiramente a estrutura mental relevante, mas por alguma razão *ainda não podia utilizá-la*, por limitações de memória ou por algum filtro que só deixasse passar palavras de conteúdo?

Uma das hipóteses de Chomsky é que a criança tivesse adquirido o conhecimento necessário, mas ainda não pudesse usá-lo, o que poderia ser comprovado empiricamente por diversos dados obtidos como resultado de

¹⁵⁰ O exemplo poderia se assemelhar aos jogos de linguagem apresentados por Wittgenstein, por exemplo, em PI §§19-20. Nessas passagens, o filósofo discute expressões que poderiam ser consideradas “abreviadas” ou “elípticas”, por estarem reduzidas em comparação com um determinado modelo de nossa gramática (por exemplo, “Laje!”, comparada com “Traga-me uma laje”). Contudo, consideramos que existem diferenças importantes entre os exemplos de Wittgenstein e a análise de Chomsky sobre a fala telegráfica das crianças. Vejamos por exemplo o seguinte questionamento do filósofo: “Em russo se diz ‘pedra vermelha’ ao invés de ‘a pedra é vermelha’. Falta-lhes a cópula ou eles imaginam a cópula quando falam?” (PI §20). Parece-nos claro que Chomsky faria a seguinte distinção: no caso do russo, “pedra vermelha” é parte da gramática de um falante adulto, e portanto ela é bem-formada *de acordo com a gramática do russo*. No caso da fala telegráfica das crianças, itens lexicais (funcionais) presentes na fala do adulto estão sendo omitidos, e a pergunta do Chomsky é se essa omissão reflete uma carência transitória, própria de uma determinada fase da aquisição, atribuível à competência ou ao desempenho. Trata-se, sem dúvida, de discussões diferentes e não necessariamente contraditórias.

experiências de tipo linguístico ou estudos de tipo físico, p. ex., sobre a atividade elétrica do cérebro. Independentemente de cada um dos possíveis testes, o que ele destaca é que se trata de um problema empírico e que o comportamento *não é o único, mas apenas um* dos dados — provavelmente, não o mais importante — que permitiriam comprovar a presença desse conhecimento linguístico.

De fato, se todos os testes indicassem que, na fase da fala telegráfica, a criança ainda não possui conhecimento das regras gramaticais relevantes, poderiam ser formuladas outras hipóteses. Uma delas é que o conhecimento linguístico possa ser decomposto em diversos componentes (p. ex., um sistema “computacional” e um sistema “conceptual”, este último responsável pela compreensão do senso comum do mundo em que vivemos, que pode inclusive não fazer parte da faculdade linguística, embora interaja com ela). Se admitirmos essa última hipótese, a explicação para o caso da criança poderia ser que o sistema conceptual já sofreu um certo grau de maturação¹⁵¹, mas o sistema computacional ainda está pouco desenvolvido, o que faz com que a criança possa já produzir alguns sons e palavras, mas careça de certas regras gramaticais. E também seria possível que, ainda com os pressupostos anteriores, a criança, em posse de um sistema conceptual parcialmente desenvolvido, mas com um sistema linguístico ainda muito primário — como o filhote de pássaro que já bate as asas, mas ainda não consegue voar — já seja capaz de entender muita coisa do que os adultos falam, recorrendo por exemplo ao contexto, embora não consiga produzir o mesmo tipo de sentenças, como nós entendemos parcialmente o que é falado numa língua estrangeira que ainda não dominamos suficientemente.

Por último, Chomsky menciona o caso de pessoas cujos hemisférios esquerdos foram removidos cirurgicamente na infância e, depois, embora sua compreensão da vida normal chegue a ser razoavelmente boa, não conseguem desenvolver inteiramente a linguagem, não sendo capazes, por exemplo, de lidar com estruturas passivas e outras muito simples; e também lembra o caso real de uma criança que não teve qualquer experiência linguística até os 13 anos de idade e, após alguns anos de terapia e treinamento, conseguiu atingir certo grau de desenvolvimento linguístico aparente que lhe permitia compreender razoavelmente a fala, mostrando todavia outras deficiências que poderiam se

¹⁵¹ Ver os exemplos de Cavell que citamos no capítulo 2, parte I.

relacionar à falta de um sistema computacional normal. Ambos os casos reforçam a hipótese de que existam diferentes sistemas interagindo, entre eles, um que seria responsável pelas regras da gramática e o outro voltado para a compreensão do mundo e as relações de tipo conceptual (que não devemos confundir, como já explicamos em seções anteriores, com uma correspondência entre palavras, conceitos e entidades).

Além dos exemplos acima elencados, Chomsky afirma que dois indivíduos podem ter o mesmo conhecimento de algo (seja uma língua, a música, o cálculo, etc.), porém terem capacidades diferentes para o uso desse conhecimento, e também podem aumentar suas capacidades sem adquirir nenhum conhecimento novo — poderíamos dizer, resumidamente, que haveria nesse caso uma diferença entre questões de competência e desempenho, que envolveria inclusive aspectos intelectuais. Nas conferências de Managua de 1986, ele amplia essa ideia:

Tomemos dois indivíduos que tenham exatamente o mesmo conhecimento do espanhol: a pronúncia, como entendem o significado das palavras, a compreensão da estrutura da oração, etc., tudo é idêntico.¹⁵² No entanto, esses dois indivíduos podem diferir — e caracteristicamente diferirão muito — em sua capacidade de usar a língua. Um deles pode ser um grande poeta e o outro pode usar uma língua tosca e se expressar em clichês. Por suas características, dois indivíduos que compartilham o mesmo conhecimento de um mesmo idioma se inclinarão a dizer coisas muito diferentes em ocasiões dadas. Donde concluímos que seja difícil compreender como pode-se identificar o conhecimento com a destreza e, ainda menos, com a disposição ao comportamento.

Além disso, a destreza pode melhorar sem que se altere o conhecimento. Uma pessoa pode fazer um curso de oratória, ou de redação, e melhorar sua habilidade no uso da língua, mas sem ganhar nenhum conhecimento novo sobre ela (LPK, 21).¹⁵³

Como destacamos no exemplo do afásico que recupera a língua, nosso falante imaginário (digamos, Jones), ao desaparecerem os efeitos da lesão, voltou a falar o português, e não outra língua qualquer. Se Jones falasse japonês, sob as mesmas circunstâncias, iria recuperar o *japonês*, de uma forma que difere da aquisição de uma língua na infância: uma criança poderia adquirir o português, o

¹⁵² Chomsky recorre aqui a um exemplo ideal para explicar seu argumento, mas parece claro que a ideia de que dois falantes tenham *exatamente* o mesmo conhecimento de uma língua seria contraditório com os fundamentos (internalistas e individualistas) da teoria gerativa, de acordo com a qual o único que será igual é o estado inicial. Como Chomsky diz: “Quando você realmente tenta estudar uma língua, quaisquer dois falantes são diferentes” (SL, 101).

¹⁵³ Lembremos aqui a discussão apresentada no capítulo 2 sobre a noção de “criatividade”.

japonês ou qualquer outro idioma, mas, como já dissemos, não sem qualquer evidência, imediatamente. Em *Novos horizontes*, Chomsky revisita esses exemplos e destaca que, em todos eles, tem *algo* que se mantém constante, uma “propriedade K”, enquanto a habilidade para falar, entender, etc. varia. Jones manteve essa propriedade (seu conhecimento do português), mas sua habilidade de colocar a língua em uso declinou, aumentou, foi recuperada, etc. Da mesma forma, o afásico que nunca voltou a falar pode ter mantido essa propriedade, embora nunca mais pudesse usá-la, o que talvez as ciências do cérebro consigam comprovar um dia de alguma outra forma.

Contrariamente, se aceitássemos a ideia de que o conhecimento é uma habilidade, a “propriedade K” seria então um *tipo* de habilidade, mas não no sentido corrente da palavra, já que o que geralmente chamamos de “habilidade” variou nos exemplos apresentados, enquanto a propriedade K permaneceu constante. E isso provocaria uma certa confusão conceitual contrária ao “espírito” do pensamento wittgensteiniano:

Portanto, precisamos inventar um novo sentido técnico para o termo “habilidade”, o que será chamado de *K-habilidade*. Assim, a K-habilidade permaneceu constante, enquanto a habilidade variou. A K-habilidade está completamente divorciada da habilidade e tem as propriedades do antigo conceito de conhecimento; ela poderia ser chamada de “conhecimento”, deixando-se de lado a questão doutrinária.

O irônico é que esses movimentos deveriam ser apresentados no espírito do Wittgenstein da última fase, que sempre argumentou contra a prática de elaborar conceitos artificiais, divorciados do uso ordinário, em defesa de certas doutrinas filosóficas.¹⁵⁴ Na verdade, o constructo de Wittgenstein do conhecimento como uma espécie de habilidade parece ser um exemplo paradigmático da prática que defendeu como uma fonte fundamental de erro filosófico (NH, 106).

Voltemos a *Regras e representações*: depois de todos os exemplos e considerações acima mencionados sobre aquelas passagens de *Zettel*, Chomsky parece relativizar a contradição com Wittgenstein, quando abre a possibilidade de que as questões relacionadas com o sistema conceitual, a referência a objetos, as estruturas temáticas e outros aspectos do uso da linguagem, como crenças, intenções e certas noções de senso comum não façam parte do mesmo sistema

¹⁵⁴ De fato, a palavra *saber* é um dos exemplos de Wittgenstein: “Quando os filósofos usam uma palavra — ‘saber’, ‘ser’, ‘objeto’, ‘eu’, ‘proposição’, ‘nome’ — e almejam apreender a *essência* da coisa, devem sempre se perguntar: esta palavra é realmente sempre usada assim na linguagem na qual tem seu torrão natal? — Nós conduzimos as palavras do seu emprego metafísico de volta ao seu emprego cotidiano” (PI §116).

cognitivo que as regras da gramática. Quer dizer, que o que normalmente consideramos “conhecimento linguístico” consista na verdade em sistemas cognitivos bem diferentes que interagem entre si e com outros sistemas da mente (RR, 52), de modo que não haveria aqui oposição entre *conhecimento* e *habilidade*, mas diferentes tipos de conhecimento. Ele reconhece que ainda não sabemos como essas questões serão resolvidas e que, de fato, as pesquisas sobre o estudo da mente em relação com a linguagem ainda estão no início e os dados são pobres, mas acredita que sejam promissores o bastante para nos levar a crer que a abordagem proposta pela teoria gerativa a respeito das questões aqui consideradas mereça ser explorada.

Chomsky também sugere, como já vimos no capítulo 2, a possibilidade de estudar separadamente a “competência gramatical” e a “competência pragmática”, e diz que esta última *talvez* se caracterize, também, por determinado sistema de regras representadas na mente, algo que poderia constituir uma solução para a confusão conceitual mencionada na passagem citada de *Novos horizontes*. Chomsky sugere, inclusive, que essa hipótese explicaria a possibilidade, analisada em alguns estudos de casos que menciona nas referências, de uma pessoa ter competência gramatical completa e não conseguir desenvolver — produto de algum distúrbio clínico — nenhuma competência pragmática: ela possuiria uma gramática, mas apresentaria problemas para colocá-la em uso de forma adequada ao contexto de fala. Se a hipótese for aceita, esses dois aspectos da faculdade linguística podem ser estudados separadamente como parte do estudo mais amplo da linguagem humana — talvez sob princípios diferentes. Mas, como sempre que o ele se adentra nesse território dos estudos da linguagem, suas afirmações são menos categóricas.

* * *

As passagens de *Zettel* que Chomsky menciona não podem ser consideradas, contudo, isoladamente. Wittgenstein faz considerações sobre a relação entre a linguagem, o pensamento e o cérebro, sobre a “localização” do pensamento e sobre os processos fisiológicos relacionados a ele em diversas

obras. Nas *Investigações*, por exemplo, ele rejeita a ideia de que a compreensão *seja* um evento, um processo, ou um estado de natureza física ou mental, afirmando que ela pode ser “acompanhada” de “processos concomitantes, mais ou menos característicos, ou exteriorizações, da compreensão”, mas é maior do que qualquer um deles (PI §§152-54). De acordo com Martins,

Wittgenstein fornece uma explicação *não-psicológica* da compreensão linguística, que não deverá ser confundida com explicações behavioristas *anti-psicológicas* – ele não negará que a compreensão da linguagem possa se fazer acompanhar de processos mentais, mas apenas que qualquer processo específico dessa natureza *consista* nessa compreensão [v. Baker & Hacker 1980: 321-346].

Wittgenstein nos diz: “E assim parecemos ter negado os processos mentais. E naturalmente não desejamos negá-los!” (PI §308). Esclareçamos, pois, o que Wittgenstein está inclinado a negar aqui. A compreensão supõe a posse de um cérebro com determinadas características e uma certa complexidade? Obviamente. A compreensão da linguagem depende da ocorrência de certos eventos neuronais no cérebro? Assim indica a neurociência. Quando compreendemos um enunciado, processos ou estados mentais concomitantes podem ocorrer? Sem dúvida: uma imagem pode me passar pela cabeça, ou posso ter uma lembrança súbita da infância; ou ficar com vontade de rir; ou entristecer-me; ou entediar-me; ofender-me, etc. A compreensão de uma expressão é o evento cerebral que a acompanha (mesmo que necessariamente)? Não. É algum processo ou estado específico que ela deflagra ou ativa uniformemente nas mentes de qualquer um que a ouça? Não. É a concretização de uma disposição comportamental específica que ela causa uniformemente nos homens (organismos fisiológicos; autômatos linguísticos) sempre que é ouvida? De forma alguma (Martins, 2000:32-3).

No *Livro Azul*, escrito antes das *Investigações*, Wittgenstein diz que é “enganador” falar do pensamento como se se tratasse de uma “atividade mental”. Ele deve ser considerado, essencialmente, “uma atividade que opera com signos”, e que é realizada por diferentes partes do corpo: pela mão, quando escrevemos; pela boca e a laringe, quando falamos; etc. “Se falarmos da cabeça ou do cérebro como sede do pensamento, isto corresponderá a uma utilização da expressão «localização do pensamento» num sentido completamente diferente”, diz Wittgenstein, advertindo que não pretende criticar essa forma de expressão, ou mostrar que ela não é apropriada, mas apenas compreender sua *gramática* e ver, por exemplo, como ela se relaciona com a gramática das expressões «pensamos com a nossa boca» ou «pensamos com um lápis numa folha de papel» (BIB, 33), que evidenciam uma inclinação a procurar analogias com outras expressões que denotam atividades corporais.

Para ele, isso pode nos levar à conclusão de que o pensamento é algo oculto, distinto de sua expressão (“... uma frase em inglês e outra em francês, sendo completamente diferentes, podem expressar o mesmo pensamento”, op. cit.), e assim estaremos reificando o pensamento como um *algo*¹⁵⁵, da mesma forma que reificamos o tempo — “A aplicação não entendida da palavra é interpretada como expressão de um processo estranho. (Assim como se pensa o tempo como um médium estranho, a alma como um ser estranho.)” (PI §196) —, como se fosse uma coisa fora do vulgar, porque estamos sempre “à procura de uma coisa correspondente a um substantivo” (BIB, 30). E, como ele diz quando se refere ao tempo, “todos os fatos que nos interessam encontram-se expostos perante nós. Mas é o uso do substantivo «tempo» que nos confunde” (BIB, 32).

Ora, tudo isso quer dizer que seja absurdo falar de uma localização da *ocorrência* do pensamento? “De modo algum. Esta expressão tem sentido se lhe dermos sentido”, responde Wittgenstein, e acrescenta: “Se dissermos: «o pensamento ocorre nas nossas cabeças», qual é, encarando-a seriamente, o sentido desta expressão? Presumo que seja o de que certos processos fisiológicos correspondem aos nossos pensamentos (...)” (BIB, 34). Mas, podemos conferir essa correspondência? Wittgenstein imagina formas de verificação experimental e mostra que não é tão simples assim: se um experimentador externo observasse nosso cérebro enquanto pensamos, ele só poderia comparar suas observações com um certo conhecimento indireto dos nossos pensamentos, expressado por nós, e mesmo se nós pudéssemos observar nosso próprio cérebro enquanto pensamos, nossos pensamentos e a observação do que acontece no cérebro se misturariam em nossa experiência. Qual desses dois fenômenos seria «o pensamento»? Será que há uma correspondência exata entre a experiência subjetiva do pensamento e o que poderíamos observar dos processos fisiológicos?

O que temos aqui é uma discussão sobre a gramática (no sentido wittgensteiniano) das expressões: Wittgenstein diz que talvez devamos chamar cada um desses fenômenos de “expressões do pensamento”, mas, se ainda quisermos usar a expressão «o pensamento ocorre na cabeça», devemos dar a ela seu sentido através da descrição da experiência que a justificaria (BIB, 35). Nos manuscritos reunidos no *Escrito a máquina*, encontramos a seguinte passagem:

¹⁵⁵ Ou a mente, pensando nela como “uma essência nublada, gasosa, na qual ocorrem algumas coisas que não podem ocorrer fora desta esfera” (BT #286, p. 301).

A palavra «processo mental», *mental process*, é a culpada de muita confusão. Quando se diz que o pensamento, a intenção são processos psicológicos, representamo-nos então algo similar ao processo químico ou ao processo fisiológico. — E mesmo que isso esteja certo, não tem nada a ver com os pensamentos e as intenções (BT #277, p. 295).

Entretanto, Wittgenstein também diz que poderíamos construir, como resultado de investigações psicológicas, um modelo de “espírito” que explique sua ação. Esse modelo poderia fazer parte de uma teoria psicológica, da mesma forma que um modelo mecânico faz parte de uma teoria da eletricidade — quer dizer, como parte do simbolismo de uma teoria —, e poderia explicar as atividades mentais observadas.

Mas este aspecto do espírito não nos interessa. Os problemas que ele pode levantar são *problemas psicológicos e o método para os solucionar é o das ciências naturais*.¹⁵⁶ (BIB, 32).

Chomsky, sem dúvidas, concordaria com essa distribuição de tarefas.

* * *

De acordo com Glock (1997:92), Wittgenstein apresenta três argumentos em favor da ideia de que, mesmo que a “compreensão” possa ter “acompanhamentos” mentais ou fisiológicos característicos, estes não a *constituem*. O primeiro argumento é que nenhum desses fenômenos é logicamente *necessário* para a compreensão. Assim formulado, parece trazer uma contradição radical com as teses de Chomsky, mas se levarmos em conta o tipo de exemplos que Glock menciona, essa conclusão perde força:

Embora uma série de imagens ou sentimentos possam me passar pela cabeça quando compreendo uma proposição, nenhuma delas é essencial para a compreensão. Teorias mentalistas do significado partem do princípio de que possuir uma imagem mental é algo necessário para a associação de uma expressão ao objeto a que se refere. Isso não pode, entretanto, constituir uma precondição

¹⁵⁶ Grifos nossos.

geral: do contrário seria impossível compreender a ordem “Imagine um retalho amarelo!” sem antes executá-la (PI §§35, 172-9; BB 12, 149-50) (Glock, op. cit.).

Acontece que a ideia de que “possuir uma imagem mental é algo necessário para a associação de uma expressão ao objeto a que se refere”, que Glock associa às teorias mentalistas, também seria rejeitada por Chomsky.¹⁵⁷ por vários motivos, como já vimos em seções anteriores. E ele também não diria que seja essencial para a compreensão qualquer coisa que possa “me passar pela cabeça”, como mostra o seguinte trecho do seu diálogo com McGilvray:

JM: Mas espere: quando eu penso para mim, eu penso para mim...

NC: Em inglês, sim. Mas isso é quando você pensa para si mesmo conscientemente. E, claro, não sabemos o que está acontecendo inconscientemente. Então, conscientemente, sim, porque esse é nosso modo de externalização, e nós o reinternalizamos. Aqui, acho, é onde muito da experimentação que anda acontecendo é bastante enganador. Recentemente, surgiram vários trabalhos mostrando que, antes de as pessoas tomarem uma decisão, há algo acontecendo no cérebro que está relacionado a ela. Por exemplo, se é uma decisão para pegar um copo, algo está acontecendo nas áreas motoras do indivíduo antes de ele tomar a decisão. Acho que isso é uma má interpretação. O que está acontecendo se passa antes de a decisão se tornar consciente.¹⁵⁸ Mas inconscientemente muitas coisas estão acontecendo. Há esse dogma filosófico de que tudo tem que ser acessível à consciência. Isso é apenas uma crença religiosa (SL, 96-7).

Aliás, falando especificamente do reconhecimento de cores, em uma discussão sobre o “tom faltante de azul” de Hume.¹⁵⁹ Chomsky diz que “a ideia de que capturamos por sensação e associação simplesmente não deve estar correta” (SL, 189). Na mesma obra, ele se refere ao reconhecimento facial (outro exemplo usado por Wittgenstein, em Z §610.¹⁶⁰) e, novamente, ao reconhecimento de cores, afirmando que diferentes tipos de processamento interno e operações mentais acontecem, com a interação de diferentes sistemas (e a linguagem pode

¹⁵⁷ Diz Chomsky, por exemplo: “Acho que filósofos, linguistas e outros que pertencem à moderna tradição intelectual estão presos em uma espécie de armadilha, a armadilha de presumir que há uma relação de referência entre expressões e coisas do mundo” (SL, 54).

¹⁵⁸ O exemplo de Chomsky parece chamar a atenção para o mesmo problema lógico que o jogo proposto por Wittgenstein sobre imaginar um retalho amarelo questiona.

¹⁵⁹ O argumento de Hume é analisado mais detalhadamente por McGilvray no apêndice X e nas páginas 476-7 do livro citado.

¹⁶⁰ “Vi este homem há anos: agora vi-o outra vez, reconheço-o, lembro-me do seu nome. E por que razão tem de haver uma causa desta memória no meu sistema nervoso? Por que razão tem algo, seja o que for, de ser armazenado ali *em qualquer forma*? Por que razão *teve* ele de deixar um rasto? Por que não poderia haver uma regularidade psicológica à qual não correspondesse *nenhuma* regularidade fisiológica? Se isso perturba o nosso conceito de causalidade, é então altura de ele ser perturbado” (Z §610).

ser um deles; talvez o que une os outros), mas a maior parte disso tudo escapa à consciência (SL, 126-7). Não nos parece que isso seja contraditório com o ponto fundamental da crítica de Wittgenstein em ambos os casos (o retalho amarelo, o rosto reconhecido) e em outros que ele menciona: a rejeição à definição ostensiva externa ou interna que, nesses exemplos, parece estar associada também a uma concepção puramente imagética da memória.¹⁶¹

Por outro lado, como já foi dito, Wittgenstein reconhece que há pré-requisitos fisiológicos para a compreensão, como “a posse de um cérebro de um determinado tamanho e complexidade, ou mesmo a ocorrência de processos neurais específicos” (op. cit.:93) — uma forma de apresentar a relação entre o estudo da linguagem e as neurociências mais compatível com os pressupostos de Chomsky —, mas essas necessidades empíricas nada informam sobre o *conceito* de “compreensão”: quando dizemos “Agora ela entendeu” (uma palavra, por exemplo), ou “Agora posso continuar” (por exemplo, uma série aritmética), não estamos fazendo afirmações acerca de processos neurais. A primeira afirmação se baseia em critérios comportamentais (a conduta dela me faz supor que ela entendeu), enquanto a segunda não configura uma descrição, mas uma exteriorização da compreensão, que não precisa se basear em evidências. Encontramos uma discussão semelhante no *Da Certeza*, quando Wittgenstein se refere à diferença entre os termos ‘saber’ e ‘acreditar’:

Pode-se dizer “Ele acredita nisso, mas não é assim”, mas não “Ele sabe isso, mas não é assim”. Isso decorre da diferença entre os estados mentais da crença e do saber? Não. — Talvez possa chamar-se “estado mental” a algo que se exprime no tom da fala, nos gestos etc. Seria então *possível* falar do estado mental da convicção; e esse poderia ser o mesmo, quer se tratasse do saber, quer se tratasse de crença falsa. Pensar que estados diferentes teriam de corresponder aos dizeres “acreditar” e “saber” seria como acreditar que pessoas diferentes teriam de corresponder à expressão “eu” e ao nome “Ludwig” porque os conceitos são diferentes (OC §42).

Seria correto dizer: “Eu acredito...” tem uma verdade subjetiva; mas “Eu sei...” não (OC §179).

Ou ainda: “Eu acredito...” é uma exteriorização, mas “Eu sei...” não (OC §180).

¹⁶¹ A questão da memória aparece logo depois das passagens mencionadas por Chomsky, em Z § 610 e RPP I §905.

Quer dizer, o que há é uma discussão sobre a *gramática* de ‘compreender’ (como sugerem as passagens PI §§180-3, entre outras), ‘saber’, ‘acreditar’, etc., e não uma contestação ao que as ciências do cérebro tenham dito ou venham dizer sobre os processos mentais envolvidos no uso da linguagem. E, assim sendo, não haveria uma controvérsia fundamental — outra armadilha da linguagem.

O segundo argumento de Wittgenstein mencionado por Glock é que os fenômenos mentais ou fisiológicos não são *suficientes* — sua presença não garante a compreensão. Se me mandarem apanhar uma flor amarela, a imagem de uma flor amarela pode me passar pela minha cabeça e mesmo assim eu posso não compreender a ordem, já que qualquer imagem que me ocorra ainda precisa ser aplicada. Da mesma forma, a ocorrência de uma fórmula aritmética correta na mente não garante sua correta aplicação. Por razões semelhantes às mencionadas para o argumento anterior, também não vemos aqui contradição com o tipo de mentalismo defendido por Chomsky. A versão extrema da relação entre os processos mentais e a apreensão do sentido que Glock questiona — a concepção da mente como uma “máquina lógica” na qual todas as aplicações possíveis estivessem predeterminadas, ou do homem como um autômato — também não seria compatível com as ideias de Chomsky. Aliás, para afastar qualquer interpretação reducionista, lembremos aqui o que ele mesmo diz sobre a relação entre a linguagem e o cérebro, que já citamos no capítulo 1:

Pessoas em uma série de circunstâncias-padrão pronunciam palavras, se referem a gatos, expressam seus pensamentos, entendem o que outros dizem, jogam xadrez ou fazem qualquer outra coisa; seus cérebros não fazem isso e nem os programas de computadores, ainda que o estudo dos cérebros, possivelmente com modelos abstratos de algumas de suas propriedades, pudesse muito bem fornecer ideias em relação ao que as pessoas estariam fazendo em tais casos (NH, 68).

(...) podemos dizer que em circunstâncias apropriadas *pessoas* pensam, não seus cérebros, que não pensam, ainda que lhes sejam fornecidos mecanismos de pensamento. (...) Pessoas em certas situações entendem uma língua; meu cérebro não entende mais inglês do que meus pés dão um passeio. É um grande salto de senso comum ir de atribuições intencionais a pessoas para atribuições a partes delas ou a outros objetos (NH, 204-5).

Ou esta outra passagem, na qual Chomsky deixa claros os limites do tipo de investigação naturalista sobre a linguagem que se propõe a fazer — que procura estudar “apenas *alguns*” dos fatores que entram no uso da linguagem humana —, como acontece com o estudo de “outros órgãos”, por exemplo:

O estudo dos sistemas visual e motor tem descoberto mecanismos pelos quais o cérebro interpreta estímulos espalhados, tais como um cubo e um braço que alcança um livro sobre a mesa. Mas esses ramos da ciência não levam em conta a questão de como as pessoas decidem olhar para um livro sobre a mesa ou pegá-lo, sendo ainda muito poucas as especulações sobre o uso do sistema visual ou do sistema motor (...). Em várias áreas, inclusive na da linguagem, muito se tem aprendido sobre esses mecanismos. Os problemas que agora podem ser enfrentados são difíceis e desafiadores, mas muitos mistérios ainda permanecem fora do alcance da forma de pesquisa humana que chamamos de “ciência” (NH, 51-2).

O terceiro argumento mencionado por Glock é bem mais intrincado e, dependendo de sua interpretação, poderia afastar ou aproximar Wittgenstein de Chomsky: “a compreensão linguística não é um ato: não é algo que façamos, voluntaria ou involuntariamente. Tampouco é um evento ou um processo (PI §154; PG 85), uma vez que não é algo que aconteceu ou se passa. A ‘compreensão’ é uma condição permanente” (Glock, 1997:94).

A primeira parte do argumento parece se relacionar com os pontos já discutidos acima. A segunda — a ideia de que a compreensão é uma condição permanente — poderia ser associada à noção de competência linguística: compreendo uma palavra ou uma frase porque compreendo a língua, o que, em palavras de Glock, “é mais potência do que ato” (op. cit.), mas é claro que essa associação não poderia ser feita sem controvérsia. Glock também menciona uma série de passagens de *Zettel* (Z §71-87) que mostram o absurdo de se comparar a compreensão com estados de consciência ou sensações, como a dor, de formas que Chomsky, como já vimos, também não faria. De acordo com Wittgenstein, eu posso dizer desde quando eu tenho dor e avaliar sua evolução, da mesma forma que posso estabelecer a duração de um fenômeno ou de uma experiência através da observação ininterrupta, mas não posso “observar” da mesma forma a minha capacidade de levar a cabo uma multiplicação, ou estabelecer a duração do meu conhecimento ou da minha compreensão.

Com relação especificamente às passagens de *Zettel* questionadas por Chomsky, Glock reconhece que a analogia da planta e a semente com o pensamento é problemática, “na medida em que equivale a negar a ideia de que deva necessariamente haver uma explicação causal para os processos mentais”, o que “pode não equivaler a uma transgressão de necessidades lógico-metafísicas,

mas é incompatível com um princípio regulativo bastante bem-sucedido nas neurociências” (Glock, 1997:221).

E talvez o central para nossa análise esteja nessa última distinção. Não nos parece que devamos interpretar Wittgenstein como se ele estivesse negando o que a ciência disse ou pode vir a dizer com relação ao que acontece no cérebro quando pensamos, falamos, lemos, compreendemos uma frase ou tomamos uma decisão; antes, deveríamos interpretar seus questionamentos como provocações filosóficas, feitas com o intuito de nos convidar a refletir sobre tudo aquilo que *também* acontece e não é redutível a processos fisiológicos ou ao tipo de explicações que a ciência é capaz de nos oferecer. Porque, como diz Hacker no texto que também já citamos e que se assemelha surpreendentemente à opinião de Chomsky,

Um cérebro não pode falar, não porque seja um imbecil, mas porque não faz sentido dizer: “Meu cérebro está falando”. Eu posso ser um tagarela, meu cérebro não pode. Cérebros não utilizam linguagem. Eles não têm opiniões, não argumentam, não levantam hipóteses, não fazem conjecturas. Somos nós que fazemos essas coisas todas. É claro que não poderíamos fazer nada disso caso nosso cérebro fosse destruído, mas, sem um cérebro, também não poderíamos andar (...) (Hacker, 2009: 57).

Por outro lado, como já vimos em alguns exemplos, o que está em jogo no tipo de exploração que Wittgenstein nos convida a fazer não é a explicação científica¹⁶² da compreensão (ou do pensamento, ou da fala, ou do ato de tomar uma decisão), mas sua *gramática*: o que conta como ‘compreensão’ em nossos jogos de linguagem quando dizemos que alguém compreendeu. E o que conta como esperar, sentir dor, traduzir um texto, obedecer uma ordem, imaginar um retalho amarelo ou reconhecer alguém.

“E assim parecemos ter negado os processos mentais. E naturalmente não desejamos negá-los!” (PI §308), diz Wittgenstein na passagem citada por Martins. E as que vêm logo antes e logo depois dela são muito esclarecedoras. Por

¹⁶² “Certo era que nossas reflexões não podiam ser reflexões científicas. A experiência de ‘que se pode pensar isto ou aquilo em oposição a nosso preconceito’ — não importa o que isto significa — não nos podia interessar. (A concepção pneumática do pensar.) E não nos é permitido levantar qualquer teoria. Não é permitido haver nada de hipotético em nossas reflexões. Toda explicação tem que sair e em seu lugar entrar apenas descrição. E esta descrição recebe sua luz, isto é, seu objetivo, dos problemas filosóficos. Estes, sem dúvida, não são empíricos, mas são resolvidos por um exame do funcionamento de nossa linguagem, ou seja, de modo que este seja reconhecido: em oposição a uma tendência de compreendê-lo mal. Estes problemas não são solucionados pelo ensino de uma nova experiência, mas pela combinação do que de há muito já se

exemplo, §305: “Você não pode negar, no entanto, que na lembrança, p. ex., tem lugar um processo interior”, diz o interlocutor imaginário de Wittgenstein, e ele se pergunta: “Por que dá este processo a impressão de que queríamos negar alguma coisa?” — para esclarecer depois: “O que negamos é que a imagem do processo anterior nos dá a ideia correta do emprego da palavra ‘lembrar’. Nós dizemos, sim, que esta imagem, com suas ramificações, nos impede de ver o emprego da palavra como ele é”. Ou, especialmente sugestiva para nossa discussão, a pergunta da passagem §307: “Você não é um behaviorista disfarçado? Não está dizendo, no fundo, que tudo é ficção, exceto o comportamento humano?”, ao que Wittgenstein responde: “Se falo de uma ficção, então é de uma ficção *gramatical* que falo”. E não esqueçamos, também, a passagem que vem logo depois de §308: “Qual é seu objetivo na filosofia? — Mostrar à mosca a saída do apanha-moscas” (PI §309).

Cavell nos convida a nos questionarmos se a pergunta de PI §305 (que ele traduz como: “Por que dá a impressão de que quiséssemos negar algo?”) é apenas retórica. A técnica poderia resultar “indignante” — negar o óbvio apenas para nos pedir uma explicação psicológica para o nosso mal-estar diante daquilo — mas também pode ter um sentido mais profundo:

Não quero dizer exatamente que a prática habitual de Wittgenstein de fazer tais perguntas não seja nunca retórica; isso omitiria o fato de ele se dar ao trabalho de imprimir um ar retórico às perguntas. Desejo insistir, mais bem, em que Wittgenstein quer deixar aberta essa forma de fazer as perguntas; quer que resulte difícil ver que não é necessário tomá-las retoricamente — que, pelo contrário, são perguntas que ele faz genuinamente, que as faz para si mesmo e nos convida a fazê-las para nós. A implicação desse procedimento literário, nesse ponto, é que resulta difícil ver que é genuinamente necessário fazer essas perguntas, difícil fazê-las genuinamente. E é surpreendente lembrar quantos filósofos modernos deram a impressão de que negavam o óbvio e negaram, logo, tê-lo negado. Nada é mais característico da posição cética (Cavell, 1979:162).

Negar o óbvio ou provocar com afirmações que parecem, a simples vista, absurdas, pode ser, sim, necessário. Lembremos do seguinte fragmento de uma das passagens de *Zettel* criticadas por Chomsky:

Portanto, um organismo poderia nascer mesmo de algo completamente amorfo, por assim dizer, sem causa; e não há razão porque isto não seja assim em relação aos nossos pensamentos e, portanto, em relação à nossa fala ou escrita (Z §608).

conhece. A filosofia é uma luta contra o enfeitamento de nosso intelecto pelos meios de nossa linguagem” (PI §109).

O desespero que essa sugestão nos provoca é pouco comparado com outras provocações semelhantes do filósofo, por exemplo:

(...) Mas como fica uma proposição como “Eu sei que tenho um cérebro”? Posso coloca-la em dúvida? Faltam-me razões para duvidar! Tudo depõe a favor, nada contra. Mesmo assim, pode-se imaginar que numa operação o meu crânio se mostre vazio (OC §4).

Pensar usando conceitos de processos fisiológicos é extremamente perigoso para o esclarecimento dos problemas conceituais na psicologia. Pensar em hipóteses fisiológicas às vezes nos ilude com falsas dificuldades, às vezes com falsas soluções. O melhor remédio contra isso é o pensamento de que absolutamente não sei se as pessoas que conheço realmente têm um sistema nervoso (RPP I §1063).

Mas é isso mesmo que ele quer afirmar? Será que nosso crânio poderia realmente estar vazio? Será que é realmente possível que nossos colegas de trabalhos ou vizinhos não tenham um sistema nervoso? O primeiro exemplo é retomado várias vezes no *Da certeza*. Glock relaciona Z §608 e OC §4 e diz, a respeito da última, que ela “*não* significa que possamos duvidar que os seres humanos normais possuam cérebros, considerando-se que essa é uma das nossas proposições fulcrais¹⁶³, que só poderiam ser abandonadas ao preço da desintegração de nosso sistema de crenças” (Glock, 1997:222). O que significa então? Novamente, podemos dizer aqui que se trata de uma questão gramatical:

Significa, antes, que não há conexão *conceitual*¹⁶⁴ entre mecanismos neurofisiológicos e fenômenos mentais. Os conceitos neurofisiológicos não desempenham qualquer função no modo como explicamos e aplicamos termos mentais: utilizações de termos mentais feitas em terceira pessoa baseiam-se em critérios comportamentais; usos em primeira pessoa não se baseiam em critério algum, e muito menos em critérios neurofisiológicos, muito embora faça parte de nossa visão de mundo a crença na existência de uma conexão geral entre fenômenos neurofisiológicos e fenômenos mentais (op. cit.).

Contudo, poderíamos analisar também o fragmento acima citado de Z §608 como mais uma provocação filosófica, semelhante à pergunta de PI §305 e a OC §4. Afinal, embora ninguém tenha aberto meu crânio para ver se há um cérebro dentro dele, tudo depõe a favor e nada contra sua presença (OC §118) e — *estranha coincidência!* — todas as pessoas a quem o crânio foi aberto tinham um

¹⁶³ cf. Glock (op. cit.:73-8).

¹⁶⁴ Grifos nossos.

cérebro, mas a possibilidade contida em OC §4 foi útil, como método filosófico, para nos convidar a pensarmos “fora da caixa” das explicações exclusivamente científicas. E, nesse ponto, os *interesses* de Wittgenstein e Chomsky são diferentes. Vemos algo parecido na seguinte passagem das *Investigações*:

Se estou inclinado a supor que um rato nasce, por geração espontânea, de trapos cinzentos e de pó, seria bom investigar bem esses trapos para saber como um rato conseguiu se esconder neles, como conseguiu chegar até lá, etc. Mas, se estou convencido de que um rato não pode nascer de tais coisas, então esta investigação talvez será supérflua. Mas temos que aprender ainda a compreender aquilo que na filosofia se opõe a uma tal consideração de pormenores (PI §52).

Esse tipo de provocações, como diz Cavell, podem ser indignantes, mas também perigosamente sedutoras. Wittgenstein nos convida a entrar num estado em que nos sentimos “inclinados a supor” que é possível ocorrer o que, de outra forma, teríamos por impossível. Quer dizer, a fazermos o experimento de acreditar que nossa própria racionalidade não seja mais do que um conjunto de preconceitos e, saindo do apanha-moscas, tentar responder ao tipo de perguntas que jamais teríamos feito.

* * *

Há ainda um aspecto do que Wittgenstein diz em Z §608 que Chomsky não menciona em sua crítica, mas poderia ser interpretado como uma negação de um dos pilares da linguística gerativa: o conhecimento inato. Refiro-me ao seguinte fragmento:

O caso seria como o seguinte — algumas espécies de plantas reproduzem-se por sementes, de modo que uma semente produz sempre uma planta da mesma espécie daquela a partir da qual foi produzida — mas *nada* na semente corresponde à planta, que é resultado dela; pelo que é impossível deduzir as propriedades ou a estrutura da planta a partir das da semente que dela sai — isto pode ser feito a partir da *história* da semente.

Embora já tenhamos tratado do inatismo — e das interpretações que alguns autores fazem sobre o que Wittgenstein poderia dizer a respeito — em outras

seções deste trabalho, não podemos omitir aqui as possíveis implicações da analogia contida nessa passagem. O mais interessante é que ela traz uma série de afirmações e julgamentos que, se estendermos a analogia para aplicá-la à teoria inatista da faculdade da linguagem defendida por Chomsky, podem ter consequências surpreendentes. Vejamos:

1. “Uma semente produz sempre uma planta da mesma espécie daquela a partir da qual foi produzida”.
2. “Mas *nada* na semente corresponde à planta”.
3. “Que é resultado dela”.
4. “Pelo que é impossível deduzir as propriedades ou a estrutura da planta a partir das da semente que dela sai¹⁶⁵”.
5. “Isto pode ser feito a partir da *história* da semente”.

A série anterior pode dar a impressão de que pretendo analisar cada uma dessas proposições como hipóteses falseáveis de uma teoria sobre as plantas — ou, por analogia, sobre a linguagem humana —, por isso é necessário esclarecer logo que meu propósito não é esse. Isso seria, sem dúvidas, anti-wittgensteiniano. O que pretendo é fazer, eu também, uma *provocação*, para mostrar que a interpretação literal de determinadas metáforas wittgensteinianas, tomadas como se fossem proposições lógicas articuladas e passíveis de serem confrontadas com dados e teorias da linguagem formuladas no campo das ciências, podem nos levar a equívocos. E podemos desaproveitá-las.

Aliás, se pretendêssemos fazer aqui uma analogia com a teoria inatista de Chomsky sobre a faculdade da linguagem, deveríamos fazer, no mínimo, duas ressalvas. A primeira é que, do ponto de vista metodológico, ele não diria que (nós, linguistas) possamos deduzir as propriedades ou a estrutura da planta a partir das da semente, mas, ao contrário, que seria plausível tentarmos deduzir as propriedades e a estrutura (ou, pelo menos, algumas delas) *de todas as sementes* (ou seja, da gramática universal, do “conhecimento” inato) a partir daquelas que (regularmente) observamos nas diferentes plantas (línguas naturais) que delas saem. A segunda é que se todas as sementes compartilham uma série de

¹⁶⁵ Na citação de Chomsky diz: “... a semente que ela produz”. Note-se que há no texto uma sutil circularidade: a planta sai da semente que ela produz.

propriedades comuns e, no entanto, saem delas plantas *diferentes*, é porque o processo que vai da semente à planta (da GU ao estado “final” da Língua-I) está mediado pelo ambiente linguístico ao qual somos expostos durante a maturação.¹⁶⁶, ou seja, não podemos dizer que *nada* na semente corresponda à planta (ou *nada* na planta corresponda à semente), mas também não podemos dizer que *tudo* corresponda a ela. A não ser que entendamos a analogia de outra forma: toda “semente humana”, em circunstâncias normais, é potencialmente capaz de produzir uma pessoa capaz de adquirir uma língua — característica que nos iguala, como humanos, e nos diferencia de outras espécies, e que está presente, em forma embrionária, em cada semente humana, na forma de uma faculdade inata e uma série de princípios que restringem a forma das línguas humanas possíveis, ou seja, o tipo de plantas que podemos vir a ser.

Ora, se uma semente produz sempre uma planta da mesma espécie daquela a partir da qual foi produzida (e se essa planta é resultado dela), como é possível que *nada*.¹⁶⁷ na semente corresponda à planta? E como é possível que, se *nada* na semente corresponde à planta, suas propriedades e estrutura possam ser deduzidas da história da semente da qual ela sai, e que sai dela? Poderíamos aqui responder, outra vez de forma chomskyana, que não há “a semente” concreta como objeto passível de ser estudado, mas a história dessa relação circular entre “sementes” (a GU) e “plantas” (as línguas.¹⁶⁸ humanas que conhecemos, com suas propriedades e estruturas) nos permite construir teorias sobre as primeiras — não sobre *uma* semente que possamos abrir e estudar no laboratório, mas a partir de uma representação das propriedades e estruturas que acreditamos que estejam presentes em todas elas.

Mas, diga-se de novo: a investigação textual aqui apresentada não é mais do que uma provocação. É o tipo de investigação que talvez seria supérflua se eu não me permitisse a possibilidade de imaginar, mesmo que seja por um instante, que o rato tenha nascido “por geração espontânea, de trapos cinzentos e de pó”.

¹⁶⁶ “(...) se meus filhos tivessem crescido em Tóquio, iriam falar japonês” (NH, 32).

¹⁶⁷ Os grifos em *nada* são de Wittgenstein no texto original, mas também nossos aqui.

¹⁶⁸ O termo é usado aqui no sentido comum; Chomsky pensaria que “cada planta” é a competência linguística de cada falante individual de português, espanhol, inglês, etc. Ou: o português de Patrícia, o espanhol de Pablo, o inglês de John, etc.

4 Considerações finais

Com meu escrito não pretendo poupar aos outros o pensar. Porém, se for possível, incitar alguém aos próprios pensamentos.

Wittgenstein, L. (PI, prefácio, p. 12)

Tudo o que foi dito até aqui não deve ser lido como uma negação completa das diferenças entre os pontos de vista, os pressupostos filosóficos, os interesses, o contexto epistemológico, os objetivos e as ideias de Ludwig Wittgenstein e Noam Chomsky. Não deve ser lido como a reivindicação de uma suposta complementariedade absoluta entre duas “partes” que podem ser reunidas como peças de um *puzzle*, ou como uma reconciliação entre dois pensamentos que foram enfrentados sem motivo por um problema de comunicação. Se em alguns momentos da apresentação do nosso trabalho tivermos passado essa impressão, o erro é nosso e advertimos aqui que uma conclusão desse tipo deve ser descartada.

É claro que há diferenças entre estes dois autores, que escreveram em épocas distintas sobre aspectos distintos da linguagem humana, com interesses e objetivos diferentes. É claro que algumas dessas diferenças podem ser, inclusive, irreconciliáveis. Contudo, isso acontece com muitos outros pensadores que, apesar disso, convivem em nossas bibliotecas e nos ajudam, às vezes juntos, a entender o mundo em que vivemos e a língua que falamos — ou como fazemos isso.

Por isso, o nosso objetivo foi buscar os pontos de contato, as pontes, as possíveis complementações, o diálogo entre as ideias de dois dos maiores pensadores dos últimos séculos no que diz respeito a suas contribuições à compreensão da linguagem humana. E, para fazer isso, uma das tarefas que nos propusemos foi detectar e tentar responder aos problemas colocados em alguns casos específicos nos quais acreditamos, sim, que o conflito aparente tem a ver com confusões conceituais — em muitos casos, com a gramática de certos termos, ora usados no sentido comum, ora no sentido filosófico e com o peso de toda uma

tradição, ora num sentido técnico muito específico e restrito —, ou com uma má compreensão de determinadas ideias de cada um deles, ou com o choque entre os propósitos do filósofo e os do cientista, ou, inclusive, com questões superadas pela passagem do tempo e pelo avanço do conhecimento humano sobre a linguagem, sobre o cérebro, sobre a biologia humana, etc.

Trata-se, também, como já dissemos, de um diálogo que não poderia se concretizar, porque Wittgenstein morreu antes que Chomsky começasse a publicar e não sabemos como teria reagido a suas ideias. Sabemos, apenas, como reagiu Chomsky a algumas das ideias de Wittgenstein. E sabemos, também, como reagiram os especialistas e comentadores da obra de Wittgenstein às ideias de Chomsky, o que nos põe, também, um desafio que às vezes pode virar encruzilhada, porque devemos tentar estabelecer a distinção — patente, por exemplo, no capítulo em que tratamos do argumento da linguagem privada — entre o que pode ser atribuído a Wittgenstein e o que deve ser creditado na conta dos seus comentadores. O que também devemos levar em consideração, mas o risco de confundir uma coisa com a outra está sempre presente, mais ainda no caso de um filósofo cuja escrita é, por vezes, tão crítica — talvez propositadamente — e por isso passível de diferentes interpretações.

Esta tese também não deve ser lida como uma tentativa de demonstrar que Wittgenstein está certo ali onde Chomsky erra, ou que Chomsky está certo ali onde quem erra é Wittgenstein. Aceitamos o desafio proposto pelo filósofo de pensar nossos próprios pensamentos, que não vêm com a vocação de constituir uma teoria verdadeira, mas apenas “uma semente fresca que se joga no terreno da discussão” (CV §11).

5 Referências bibliográficas

AGOSTINHO, S. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Petrópolis/RJ: Vozes de Bolso, 2015.

ARISTÓTELES. *Da interpretação*. Tradução de José Veríssimo Teixeira Da Mata. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

AUGUSTO, M. R. *Dados de percepção/compreensão na produção na aquisição: representações gramaticais distintas?* In: 7º Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem, 2006. Porto Alegre: Livro de resumos, p. 25-25, 2006.

AUGUSTO, M. R.; RODRIGUES, E. S. *Modelos formais de gramática: o programa minimalista vs. gramáticas baseadas em restrições*. Em: Matraca, Rio de Janeiro, V.16, N.24, Jan./Jun. 2009.

BAGNO, M. *Língua, linguagem, linguística. Pondo os pingos nos ii*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAKER, G. P & HACKER, P. M. S. *An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations, vol. 1*. Oxford: Basil Blackwell, 1984(a).

_____. *Language, Sense and Nonsense*. Oxford: Basil Blackwell, 1984(b).

_____. *Scepticism, rules and language*. Oxford: Basil Blackwell, 1984(c).

_____. *Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity*. (Volume 2 of *An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*), 2nd, extensively rev. ed. Oxford: Basil Blackwell, 2009.

- BARBOSA FILHO, B. *Notas sobre o conceito de jogo-de-linguagem nas 'Investigações' de Wittgenstein*. In: ITA - Humanidades, vol 9, 1973, pp. 75-104.
- BEZERRA NONATO, R. *Ainore Boe egore: um estudo descritivo da língua bororo e consequências para a teoria de caso e concordância*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL-Unicamp, 2008. URL: <http://web.mit.edu/nonato/www/publications/masters.pdf>
- BIMBI, B. *A disputa pelas palavras 'matrimônio' e 'casamento'*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC, departamento de letras, 2011.
- BORGES NETO, J. *O empreendimento gerativo*. Em: MUSSALIM, F.; BENTES, M. C. (orgs.), *Introdução à linguística, volume 3. Fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- BUARQUE, C. *Budapeste*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BUSTOS, E. *Sobre la observancia de reglas lingüísticas: N. Chomsky versus L. Wittgenstein – S. Kripke*. In: *Revista de filosofía, 3ª época, volumen V, 1992, pág. 41-52*. Madrid: Editorial Complutense.
- CAVALCANTE BARROSO, C. A. *O internalismo semântico de Chomsky*. Em: *Dissertatio [37] 69-86, inverno de 2013*.
- CAVELL, S. *Esta América nova, ainda inabordável. Palestras a partir de Emerson e Wittgenstein*. Tradução de Heloisa Toller Gomes. São Paulo: Editora 34, 1997.
- _____. *In Quest of the Ordinary*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- _____. *Reivindicaciones de la razón. Wittgenstein, escepticismo, moralidad y tragedia*. Traducción de Diego Ribes Nicolás. Madrid: Editorial Síntesis, 1979.
- CHOMSKY, N. *A arquitetura da linguagem*. Tradução de: Alexandre Morales e Rafael Pereira Coelho. Bauru, SP: Edusc, 2008.

- _____. *A ciência da linguagem*. Tradução de: Gabriel de Ávila Otero, Luisandro Mendes Souza e Sérgio de Moura Menuzzi. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- _____. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Tradução, introdução, notas, e apêndices de José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: A. Amado, 1975.
- _____. *El conocimiento del lenguaje. Su naturaleza, origen y uso*. 4. ed. Traducción de: Eduardo Bustos Guadaño. México: Siglo Veintiuno, 1978.
- _____. *El lenguaje y los problemas del conocimiento. Conferencias de Managua I*. Traducción de: Claribel Alegría y D. J. Flakoll. Madrid: A. Machado Libros, 2002.
- _____. *Estructuras sintácticas*. Traducción de: Carlos-Peregrín Otero. 4. ed. México: Siglo Veintiuno, 1978.
- _____. *Lectures on Government and Binding. The Pisa Lectures*. 7^a edition. Berlin – New York: Mouton de Gruyter, 1993.
- _____. *Linguagem e mente*. 3^a edição. Tradução de: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- _____. *Lingüística cartesiana*. Traducción de: Enrique Wulff. Madrid: Editorial Gredos, 1972.
- _____. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. Tradução de: Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- _____. *O programa minimalista*. Tradução de: Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- _____. *Reflexões sobre a linguagem*. Tradução de: Mario Leite Fernandes. São Paulo, JSN, 2007
- _____. *Regras e representações. A inteligência humana e seu produto*. Tradução de: Marilda Winker Averbug, Paulo H. Britto e Regina Bustamante. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

- _____. *Sobre natureza e linguagem*. Tradução de: Marilene Pinto Michael. Martins Fontes – WMF, 2006.
- _____. (Sem título). Entrevista a Chomsky publicada em: Perguntas - Rio de Janeiro. DELTA [online]. 1997, vol.13, pp. 75-93. ISSN: 0102-4450. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501997000300003>.
- CHOMSKY, HAUSER & FITCH. *The Faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How Did It Evolve?* In: Science 22 Nov 2002, vol. 298, Issue 5598, pp. 1569-1579.
- CORRÊA, L. M. S. *Aquisição da linguagem: uma retrospectiva dos últimos 30 anos*. D.E.L.T.A. vol. 15, 1999, p. 339-383.
- _____. *Conciliando processamento linguístico e teoria da linguagem no estudo da aquisição da linguagem*. Em: CORRÊA, L. M. S. (Org.) *Aquisição da linguagem e problemas do desenvolvimento linguístico*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. *O desencadeamento (bootstrapping) da sintaxe numa abordagem psicolinguística*. Em: FINGER, I.; QUADROS, R. M. DE. (Org.). *Teorias de Aquisição da Linguagem*. Florianópolis, 2008.
- DA SILVA DIAS, A. *Wittgenstein versus Wittgenstein sobre regras*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras, 2005.
- EL-JAICK, A. P. G. *Sobre os limites da interpretação em uma perspectiva wittgensteiniana de linguagem*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.
- FIGUEIREDO, N. M. *Estudo sobre regras e linguagem privada. A divergência de interpretações sobre a noção de regra nas Investigações filosóficas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.
- FODOR, J. *El lenguaje del pensamiento* [1975, The Language of Thought]. Traducción de Jesús Fernández Zulaica. Madrid: Alianza editorial, 1984.
- GARVER, N. *This Complicated Form of Life*. Chicago: Open Court Publishing Company, 1994.

- GLOCK, H. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução: Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- HACKER, P. M. S. *Wittgenstein. Sobre a natureza humana*. Tradução de João Vergílio Gallenari Cuter. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- HEBECHE L. "*Não pense, veja!*". *Sobre a noção de "semelhanças de família" em Wittgenstein*. In: *Veritas*, 2003, V48, N1, p. 31-58. URL: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/veja.pdf>
- KARCZMARCZYK, P. D. *El argumento del lenguaje privado a contrapelo*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, EDULP, 2012.
- KRIPKE, S. *Wittgenstein: a propósito de reglas y lenguaje privado* [1982, Wittgenstein on Rules and Private Language]. Traducción de Jorge Rodríguez Marqueze. Madrid: Tecnos, 2006.
- LYONS, J. *As ideias de Chomsky*. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1973.
- _____. *Lingua(gem) e linguística, uma introdução*. Tradução de Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- MARTINS, H. F. *A linguagem como forma de vida e o perspectivismo*. Projeto de pesquisa (PUC-Rio/CNPq), 2013.
- _____. *A linguagem que não é razoável (ou irrazoável): breve diálogo entre Wittgenstein, Beckett e Rosa*. In: *Cuadernos de Intercambio Rosario-Río de Janeiro*, v. 1, 2009, p. 63-71.
- _____. *Metáfora e polissemia no estudo das línguas do mundo: uma apresentação não representacionista* (tese de doutorado). Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.
- _____. *Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein*. In: *Veredas – revista de estudos linguísticos*. Universidade Federal de Juiz de Fora. v. 4, n. 2. Juiz de Fora: Editora UFJF, jul/dez 2000.

- _____. *Três caminhos na filosofia da linguagem*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à lingüística*, Vol. 3. Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2009, p. 439-473.
- MARTINS, L. S; CORRÊA, L. *O traço de pessoa na aquisição normal e deficitária do português brasileiro* (tese de doutorado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.
- MCGINN, C. *Wittgenstein on meaning*. Aristotelian Society Series Vol. 1. Oxford/New York: Basil Blackwell Publisher Limited, 1984.
- MEDINA, J. *Linguagem. Conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- MIOTTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; VASCONCELLOS LOPES, R. E. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2007.
- MOURA, H. M. M. *A aquisição da linguagem sob a perspectiva das ideias de Wittgenstein*. In: Cad. Est. Ling. (27), pág. 59-69. Campinas, 1994.
- MUÑOZ PEREZ, C. *Fallecimiento de Jean-Roger Vergnaud*. Em: Biolingüística (blog). URL: <http://biolingüística.wordpress.com/2011/02/04/fallecimiento-de-jean-roger-vergnaud/>
- NIETZSCHE, F. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extra moral*. Tradução e notas de Rubens Rodriguez Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974 [1873]. (Coleção Os Pensadores).
- PAIVA RAPOSO, E. *Da teoria de Princípios e Parâmetros ao Programa Minimalista: algumas ideias chave*. Em: CHOMSKY, N. O programa minimalista. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- _____. *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1997
- PERLOFF, M. *A escada de Wittgenstein*. São Paulo: Edusp, 2008.

- PINHEIRO LOBATO, L. M. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Vigília, 1986.
- PINKER, S. *O instinto da linguagem*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PLATÃO. *Crátilo (ou Da correção dos nomes)*. Em: Platão. Diálogos, vol. VI. Tradução de Edson Bini. Bauru/SP: Edipro, 2010.
- _____. *Fédon (ou Da virtude)*. Em: Platão. Diálogos, vol. V. Tradução de Edson Bini. Bauru/SP: Edipro, 2015.
- _____. *Mênon (ou Da alma)*. Em: Platão. Diálogos, vol. III. Tradução de Edson Bini. Bauru/SP: Edipro, 2010.
- _____. *O sofista (ou Do ser)*. Em: Platão. Diálogos, vol. I. Tradução de Edson Bini. Bauru/SP: Edipro, 2010.
- QUADROS, R. M. *O paradigma gerativista e a aquisição da linguagem*. Em: Finger, I.; Quadros, R. M. de. (Org.). *Teorias de Aquisição da Linguagem*. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2008.
- REBELLO, S. *Sobre a identidade do plágio em uma perspectiva wittgensteiniana da linguagem* (dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras, 2003.
- RODRIGUEZ SUTIL, C. *El lenguaje del pensamiento como lenguaje privado. Una crítica wittgensteiniana al inatismo de Fodor*. Em: *Psicotema*, 1992, vol. 4, nº 1, pp. 133-152.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- TEIXEIRA, E. N.; MARTINS, H. F. *Metáforas para linguagem no Curso de Saussure* (dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras, 2006.
- TOMASINI, A. *Estudios sobre la filosofía de Wittgenstein*, p. 157-182. México: Plaza y Valdés, 2003. Versão online: <http://www.filosoficas.unam.mx/~tomasini/ENSAYOS/WittgenChoms.pdf>

- TOURINHO, E. Z. *A noção pragmatista de conhecimento e a noção skinneriana de conhecimento de si mesmo*. In: Acta comportamentalia, 1994, vol. 2, n° 2, pág. 219-232.
- VELLOSO, A. *Forma de vida ou formas de vida?* In: PHILÓSOPHOS 8 (2). Jul./dez. 2003, p. 159-184.
- WITTGENSTEIN, L. *Aforismos: cultura e valor*. Traducción de Elsa Cecilia Frost. Madrid: Espasa Calpe, 1996.
- _____. *Da Certeza*. Tradução de Marcos Nontagnoli. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- _____. *Escrito a máquina [The Big Typescript] [TS 213]*. Tradução de Jesús Padilla Gálvez. Madrid: Trotta, 2014.
- _____. *Fichas (Zettel)*. Tradução de Maria Elisa Costa Costa. Lisboa: Edições 70, 2012.
- _____. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores).
- _____. *Investigações filosóficas*. Tradução de Marcos Nontagnoli. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- _____. *Los cuadernos azul y marrón*. Traducción de Francisco Gracia Guillen. Madrid: Editorial Tecnos, 1976.
- _____. *Observações sobre a filosofia da psicologia, vol. I e II*. Tradução de Ricardo Hermann Ploch Machado. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2008.
- _____. *O livro azul*. Tradução de Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 1992.
- _____. *O livro castanho*. Tradução de Jorge Marques. Lisboa: Edições 70, 1992.
- _____. *Philosophical Investigations*. Translated by G. E. M. Anscombe. Third edition. New Jersey: Prentice-Hall, 1953.